

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 780
5 de Dezembro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



No limiar do século XXI!...



XII Congresso aprovou novos Programa e Estatutos a Resolução Política e elegeu o novo Comité Central

Textos integrais do Programa e Estatutos do PCP aprovados no XII Congresso • Texto integral do discurso de abertura e excertos da intervenção de encerramento do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal • Composição do Comité Central e dos organismos executivos • «Filme» dos trabalhos do Congresso • Excertos de intervenções de delegados • Saudações de delegações estrangeiras • Apontamentos de reportagem

... e agora – ao trabalho!

O XII Congresso e o «dia seguinte»

Terminou há poucas horas o XII Congresso do PCP — começa agora o seu «dia seguinte».

Preparar o Congresso, dar-lhe expressão prática, pôs à prova as energias e a inteligência colectiva do Partido, a capacidade realizadora e a determinação dos comunistas, o seu timbre de classe, a sua maturidade política e a firmeza ideológica. Durante todo um ano os militantes e simpatizantes do nosso Partido foram submetidos a uma rude tensão de forças.

O «dia seguinte» vai exigir ainda mais de todos nós. Em termos de quantidade mas sobretudo em termos de qualidade. Temos de fazer mais, mas principalmente temos de fazer melhor.

Ontem, a meio da tarde, na histórica capital do Norte, tão rica de tradições democráticas, após o término dos trabalhos, no regresso às terras de origem ou simplesmente às suas casas na cidade, os milhares de delegados, quadros de apoio e convidados que durante quatro dias viveram as «nuances» da magna reunião do órgão supremo do Partido no magnífico Palácio de Cristal do Porto, levavam estampada nos rostos a indelével impressão de uma marcante jornada de luta pela democracia, pela continuação de Portugal de Abril, pelo engrandecimento e fortalecimento do Partido Comunista Português, força insubstituível na construção do futuro.

Exprimiam a firme determinação de meter ombros e levar a seu termo exaltantes tarefas do «dia seguinte».

Todos temos consciência de que depende em grande parte da força, da capacidade e da acção do nosso Partido a derrota da política e dos planos reaccionários e o futuro democrático e independente de Portugal — sublinhou com inteira justeza Álvaro Cunhal, no seu discurso sobre a actividade do PCP desde o X Congresso.

No reconhecimento e na caracterização das alterações produzidas na situação do nosso país e do Mundo no último quinquénio, no exame e no aprofundamento crítico e autocrítico da actividade do Partido, no balanço político do empenhamento dos comunistas no processo de luta pela solução dos mais candentes problemas nacionais, o XII Congresso comprovou a justeza essencial da orientação e da acção do PCP, tirou de tudo isso as necessárias conclusões políticas, apetrechou o Partido para o enfrentamento das novas realidades e das novas condições na complexa época que vivemos, e dos rudes desafios a que temos de dar resposta, definiu directrizes e formas para superar as falhas, insuficiências e deficiências do percurso, rasgou novos horizontes à luta da classe operária e do povo.

Aos comunistas portugueses incumbe a pesada tarefa e a indeclinável responsabilidade histórica e de classe de vertebrar e dinamizar a luta contra os planos restauracionistas da reacção em adiantado estado de execução, de incentivar e promover por todos os meios e na medida das suas

possibilidades a convergência, a unidade e a aliança de forças sociais e políticas capazes de garantir numa primeira fase a construção e viabilização de uma alternativa democrática ao reiterado domínio da direita e numa segunda fase, no plano político, económico, social e cultural, a conquista de uma democracia avançada neste limiar do século XXI.

Alcançar nos limites daquele prazo histórico os superiores objectivos que se propõe não é, no momento actual e diante dos obstáculos de monta que defrontamos, uma empresa fácil. É, porém, uma condição essencial de vitória a construir pedra a pedra com determinação e largueza de vistas, passo a passo mas numa cadência que é imperioso fazer progredir, necessariamente em escala geométrica.

Os documentos aprovados no XII Congresso — o novo Programa, as alterações aos Estatutos do Partido, a Resolução Política elaborada na base das Teses do «Relatório da Actividade do PCP desde o X Congresso» — constituem a partir de agora um instrumento basilar para a acção dos comunistas e para a compreensão da realidade objectiva e do movimento das ideias. O seu estudo e inserção na prática da vida e da luta são inalienável dever de todos os membros do Partido nos dias que seguem.

Uma contribuição ímpar foi dada no decurso dos debates na fase preparatória do Congresso e da eleição dos delegados. Pela própria tribuna do Palácio de Cristal passou todo um activo de trabalho de uma enorme riqueza teórica e prática, tornando possível pela iniciativa, a experiência, o espírito criador e o empenhamento dos comunistas no exercício pleno da democracia interna do Partido.

A serenidade e espírito de abertura dos organismos dirigentes do Partido permitiram mesmo recolher de opiniões profundamente divergentes o contributo positivo para o património comum das ideias e do saber colectivo do Partido.

Casos houve de claro desrespeito pelas normas estatutárias do Partido, de actuações marginais e irregulares, interditas pelos Estatutos, de formas de expressão, de concepções políticas e organizativas imbuídas de um criticismo sem base, formuladas por alguns camaradas em termos abertamente fraccionais interditos aos membros do Partido, que deram alimento a uma feroz campanha contra o PCP, a sua direcção, a sua linha política.

E mesmo em tais circunstâncias prevaleceram os critérios políticos de tratamento e debate sobre



Resumo

29 Terça-feira

Um grupo de 40 deputados de todos os partidos da oposição anuncia que vai entregar no Tribunal Constitucional um requerimento pedindo a re-provação do Regimento da AR ■ Agora sob pavilhão do Panamá, regressa ao Tejo o pacote «Infante D. Henrique», vendido há nove meses como sucata ■ O executivo do Conselho de Trabalhadores da Amadora manifesta à comissão de revisão constitucional a sua oposição à alteração dos direitos dos trabalhadores; a comissão recebeu também uma delegação do sindicato dos trabalhadores da CM de Lisboa. A Comissão Executiva de Revisão da Constituição, que discutiu hoje questões processuais e metodológicas, volta a reunir dia 6 ■ Luz e Silva, do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, declara numa entrevista a «o diário» que o plano de Leonor Beleza para os serviços de psiquiatria está desactualizado ■ A federação sindical das Comunicações e Telecomunicações protesta em comunicado contra o facto de não ter sido convidada para o 2.º Congresso Português das Comunicações, a decorrer no Forum Picoas, e considera a iniciativa um «conclave» para dar voz ao projecto governamental da privatização e desmembramento no sector ■ O Soviete Supremo da URSS inicia o debate das leis fundamentais da reforma do sistema político do país ■ O governo francês, com o apoio directo de Mitterrand, mobiliza mil soldados e 365 camiões militares para montar o sistema de *lock-out* contra a greve que, pelo segundo dia consecutivo, paralisou os transportes ferroviários e parte considerável dos rodoviários ■ O IPC anuncia que atribuiu o Grande Prémio do cinema português de 1987 ao filme de José Fonseca e Costa «A Balada da Praia dos Cães».

30 Quarta-feira

Os estudantes do Instituto Superior de Economia de Lisboa concluem uma greve de dois dias em protesto contra o deficiente serviço das cantinas ■ Um grupo de jovens de «Os Verdes» simula no Rossio as consequências de um acidente aéreo, chamando a atenção para os perigos do alargamento do campo de tiro de Alcochete ■ Três a quatro centenas de agricultores de todo o distrito manifestam-se no Porto contra o DL 378/88, exigindo a sua substituição por outro diploma que satisfaça as necessidades de auxílio para responder aos prejuízos causados pelo mau tempo em Maio ■ Centenas de trabalhadores das empresas atingidas pelo incêndio do Chiado manifestam-se em Lisboa, desfilando da Praça da Figueira até à residência oficial do Primeiro-Ministro, para exigir a manutenção dos seus postos de trabalho e uma garantia quanto ao futuro; no fim deste mês termina o prazo de vigência do subsídio a estes trabalhadores ■ Trabalhadores dos matadouros (IROMA) de todo o país protestam, frente ao Ministério da Agricultura, no Terreiro do Paço, contra a indefinição do Governo face ao futuro do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas, exigindo medidas que assegurem a estabilidade do emprego ■ Com os votos contra dos comunistas e de um vereador do PS, a CM do Porto decide aumentar em cerca de oito por



cento as tarifas da água ■ Na reunião com a ministra da Saúde a Ordem dos Médicos recusa-se a seguir a agenda e entrega um documento crítico expressando «reservas muito grandes» quanto às vantagens das reuniões com Leonor Beleza ■ Toma posse o IV Governo Regional dos Açores ■ O chefe do departamento de «Organização e Mobilização» da Renamo, que se entregou sábado às autoridades da RP de Moçambique, dá uma conferência de imprensa em Maputo, revelando pormenores do funcionamento daquele grupo terrorista, particularmente em Portugal, onde Chivacha João se encontrava.

1 Quinta-feira

Com a participação de dois mil delegados e muitas centenas de convidados nacionais e estrangeiros, inicia-se no Palácio de Cristal, no Porto, o XII Congresso do PCP; os trabalhos concluem-se dia 4 ■ Cerca de dez mil trabalhadores de cinquenta empresas do Porto têm salários por receber, revela a União dos Sindicatos do distrito, adiantando que o valor global das remunerações em atraso é de 2,4 milhões de contos ■ Inicia-se em Brazzaville a nona ronda das conversações quadripartidas para a regularização política da situação no sudoeste africano ■ Os EUA e Israel são os únicos países que votam contra uma resolução da ONU apelando à administração norte-americana para que conceda visto ao dirigente da OLP, Yasser Arafat; a Grã-Bretanha absteve-se e os restantes 151 países votaram a favor ■ Benazir Bhutto é nomeada primeira-ministra do Paquistão ■ O Soviete Supremo aprova alterações à Constituição da URSS e uma nova lei eleitoral ■ A partir de hoje é proibido fumar em locais de atendimento público, determina um diploma publicado no «Diário da República».

2 Sexta-feira

No Palácio de Cristal vive-se o segundo dia de trabalhos do XII Congresso do PCP, que inclui uma sessão nocturna. As delegações estrangeiras são recebidas na Câmara Municipal do Porto pelo seu presidente Fernando Cabral e pela edilidade. ■ O Presidente da República visita Oliveira de Azeméis. ■ Carvalho da Silva, coordenador da C. Executiva da CGTP-IN, Kalidas Barreto, Maria do Carmo Tavares e José Ernesto Cartaxo, dirigentes da Central, encontram-se com o ministro das Finanças para «discussão de aspectos inerentes à

política de rendimentos para 1989». Cadilhe faz-se acompanhar do secretário de Estado do Orçamento Rui Carp. «A situação social e económica dos trabalhadores exige um reforço da acção reivindicativa, muito particularmente nesta fase da integração de Portugal na CEE», disse Carvalho da Silva no final da reunião. ■ Reformas económicas e sociais foram tema em destaque na intervenção proferida na TV pela primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto ■ O projecto de construção da ponte sobre o rio Minho é aprovado pelo governo espanhol, reunido em Madrid. A ponte ficará localizada entre Valença e Tui. Há três semanas atrás o projecto havia sido aprovado pela comissão mista luso-espanhola. ■ Em Rodas (Grécia) decorre o primeiro dia de trabalhos da cimeira europeia com a participação de chefes de Estado e de Governo dos países membros da CEE.

3 Sábado

O XII Congresso do PCP entra no terceiro dia de trabalhos, assinalado pelas votações dos documentos fundamentais em discussão e pela eleição do novo Comité Central do Partido. ■ Alguns dirigentes e militantes da Juventude Socialista divulgam uma posição de apoio à candidatura de Jorge Sampaio à liderança do PS. Entre os apoiantes, figuram membros do Secretariado Nacional da JS. ■ Depois de Oliveira de Azeméis, o Presidente da República visita Castelo de Paiva, onde critica, primeiro, «o autoritarismo rural receoso de perder uma mão-de-obra subjugada» e depois «o alheamento do poder central às aspirações das populações locais». ■ Fontes oficiais na cidade da Praia anunciam a nova composição da Comissão Política do PAICV. As novas nomeações ocorrem no Conselho Nacional do Partido, que encerrou os seus trabalhos ontem. O organismo executivo do PAICV ficou assim constituído: Aristides Pereira, Pedro Pires, Abílio Duarte, Olívio Pires, Silvino da Luz, Júlio de Carvalho, João Pereira da Silva, Corsino Tolentino e Carlos Reis. ■ Depois de durante 36 horas terem resistido às forças fiéis ao governo da Argentina, um coronel e cerca de 4 centenas de soldados «rebeldes» abandonam a Escola de Infantaria de Campo de Mayo. ■ Funcionários soviéticos e uma equipa médica chegam a Telaviv para concretizarem o processo de expatriação dos cinco sequestradores de crianças e dum professora no Cáucaso; o governo israelita autorizou a expatriação dos criminosos, que exigiram um avião comercial numa fuga que terminaria em Israel, em troca da libertação dos reféns ainda ocorrida em território soviético.

os critérios disciplinares, aplicados apenas em último recurso.

Tudo isso foi amplamente revelador dos métodos profundamente democráticos do funcionamento interno do PCP, da sua política de princípios, da reiterada preocupação dos organismos dirigentes de colher com a maior amplitude possível a contribuição positiva de todo o nosso grande colectivo partidário.

E a partir de agora, perante a grandiosidade do XII Congresso é imperioso arrepiar caminho, aceitar as decisões democráticas do Congresso, avançar decididamente na aplicação da sua Resolução Política, o que não pressupõe o abandono forçado das diferenças de opiniões ou das divergências formais, mas implica sem tergiversações a resoluta observância dos princípios do centralismo democrático, da submissão da minoria à maioria, da unidade de acção dos comunistas como um todo coeso no quadro do aprofundamento da democracia interna do Partido.

Cabe agora aos novos organismos dirigentes eleitos pelo Congresso assegurar a realização com sucesso das tarefas do «dia seguinte». É um imperativo categórico de todos os organismos e militantes do Partido (Direcções Regionais, Concelhias, de Freguesia, células de empresa, sectores profissionais, residenciais e outros) empreender a necessária renovação de métodos, de ideias, de quadros, lá onde a estagnação enferrujou articulações e nervuras.

Sobretudo é imperioso vencer a batalha ideológica, reforçar e ampliar a organização do Partido, adaptar as formas de intervenção dos comunistas nos terrenos político, económico, social e cultural às novas condições de uma realidade em movimento, sobretudo alargar e solidificar a ligação do Partido às massas.

A dinâmica do XII Congresso é incompatível com a rotina. Nenhum camarada se deve manter indiferente à marcha dos acontecimentos nestes tempos de mudança.

O Portugal de amanhã, a Democracia Avançada no limiar do Século XXI só se tornarão realidade com a determinação, o empenhamento, a inteligência e acção individual e colectiva dos homens, mulheres e jovens do nosso Partido.

As palavras finais do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, no encerramento dos trabalhos constituem um incentivo para fazer mais e melhor nos dias vindouros.

Os obreiros do «dia seguinte» serão dignos das tarefas históricas apontas pelo XII Congresso do PCP.

Como diria Maiakovski: «Ao trabalho, camaradas, que a terra está madura de semente».

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VÓS -

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Outubro: 25 275 exemplares

Semana /



Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 780

5 de Dezembro de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

XII

congresso

PCP

com o PCP

*por uma
democracia*

avanzada

no limiar

do século

XXI



Renovação, entusiasmo e confiança

Renovar. E, no momento de o fazer, dois contraditórios sentimentos — porque estamos a falar de sentimentos — estiveram decerto presentes entre os delegados ao XII Congresso, unindo-os, se possível, ainda mais. Renovar diz-se quando se pensa no presente e no futuro. E assim é de entusiasmo e de confiança o sentimento que presidiu aos representantes de todo o Partido, no Porto, o sentimento que também certamente chegará a todos os militantes do Partido uma vez conhecida a composição do novo órgão dirigente do PCP, que conta hoje com a participação de mais de meia centena de novos camaradas.

Entusiasmo e confiança porque assim se assegura a continuação da vida do Partido, no momento em que o Partido, após um largo e aprofundado debate, pensa e age com vista ao limiar do século XXI.

Entusiasmo porque nos sabemos renovar. Confiança porque, ao lado de muitos novos camaradas outros — muitos — se mantêm, empenhando a sua experiência, energia e saber nas lutas que temos pela frente. Confiança porque, também, os novos mereceram a confiança do Congresso e, antes dele, dos camaradas com quem trabalharam mais de perto. Aí temos, de novo e como sempre, um Partido voltado para o futuro, para a luta, vivo, dinâmico, apto, disposto, de novo e como sempre a aprender com a experiência, a reconhecer deficiências e insuficiências, a melhorar o trabalho, a estudar a realidade e o modo como transformá-la, a levar à prática a linha política definida pelo Congresso que aponta para uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Entusiasmo, pois, e confiança. Mas outro sentimento, ao concretizar-se a renovação a que tão profundamente se procedeu, é o de uma indizível vontade de parar um pouco e reflectir, olhando o caminho já corrido e, com uma grande fraternidade, pensar nos camaradas, muitos, que deixaram à renovação o seu lugar na direcção do Partido. Nem esta renovação é uma rotura, nem foi drama a saída de muitos camaradas do Comité Central que há longos anos integravam, tantos deles vindos dos tempos heróicos da clandestinidade em que deram a sua juventude sem nunca a perderem, em que usaram a vida dispostos a dá-la se necessário, num empenhamento revolucionário que é exemplo para todos nós.

Nem rotura nem drama. Mas passagem de testemunho. Um testemunho que honra o Partido e que não faz esquecer a contribuição que muitos destes camaradas — homens e mulheres — deram para que a liberdade chegasse em Abril e para que Abril fosse defendido até hoje.

Quanto de nós — dos muitos mil que somos — não aprendemos com eles os valores e os princípios por que se rege o Partido em que militamos? Quanto de nós não aprendemos com eles o valor da unidade do Partido reafirmada poderosamente no XII Congresso? Quanto não souberam deles o valor da resistência e da luta?

A quantos os seus exemplos não inspiraram? A quantos a sua experiência não serviu nas tarefas que cada um desempenha? A quantos a suas vidas dedicadas à defesa dos interesses dos trabalhadores e à luta por um futuro melhor para o povo e o país não contagiou de entusiasmo?

O Partido, apesar da saída destes camaradas que há longos anos participavam na sua direcção, não se despede deles. Com uma grande fraternidade e também com o respeito que as suas vidas de militantes inspira, conta com eles, dedicados camaradas que são. Continuam connosco nas tarefas que apontam para o futuro. Como sempre estiveram. Muito, deles, da sua experiência e valor, há a esperar.

Por isso também, ao reflectirmos sobre eles no momento em que a renovação se concretizava no órgão dirigente do Partido, é ao entusiasmo e à confiança que voltamos.

Todos. Porque o futuro está aí para o trábalmos. E, sendo muitos, nunca somos demais.

■ LM

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

O Congresso dia a dia

Entre os inúmeros materiais e documentação que os serviços do gabinete de Imprensa do XII Congresso distribuíram aos profissionais da Comunicação Social em trabalho no Palácio de Cristal incluíram-se os comuni-

cados sobre o andamento dos trabalhos ao longo das suas sessões nos quatro dias. Na base desses comunicados, aqui deixamos o «filme» resumido do XII Congresso.

Quinta-feira, dia 1

Os trabalhos do XII Congresso do PCP, a decorrer no Porto, no Palácio de Cristal, iniciaram-se na manhã do dia 1 de Dezembro de 1988.

A Sessão de abertura começou às 10 e 15. José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, deu início aos trabalhos apresentando aos delegados a proposta do Comité Central para a composição da mesa do XII Congresso. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi posta à discussão a proposta do Comité Central para o Regulamento do XII Congresso. Intervieram sobre este assunto vários delegados:

José Luís Judas propôs que a eleição do Comité Central fosse feita por voto secreto.

Delgado Martins apresentou uma proposta alternativa de Regulamento.

Filipe Manuel Ruas manifestou o seu apoio à proposta apresentada pelo Comité Central e propôs que se passasse à sua votação.

Rogério Moreira pediu alguns esclarecimentos sobre a forma de intervenção dos delegados no Congresso.

Não havendo mais delegados inscritos, José Vitoriano, depois de prestar alguns esclarecimentos pedidos iniciou a votação das propostas seguintes:

— sobre a utilização do voto secreto na eleição do Comité Central — rejeitada pela maioria;

— sobre o Regulamento do XII Congresso — aprovada por maioria a proposta do Comité Central.

Depois de aprovada por unanimidade a ordem de trabalhos do XII Congresso, proposta pelo Comité Central, foram eleitas as seguintes comissões do Congresso: Secretariado, Comissão de Verificação de Mandatos, Comissão Eleitoral, Comissão de Redacção da Resolução Política, Comissão de Redacção do Programa, Comissão de Redacção das Alterações aos Estatutos.

Foram todas eleitas por unanimidade. Seguidamente, Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política, apresentou as saudações do Comité Central ao Congresso.

A terminar a primeira sessão apresentou aos delegados o Relatório de Actividades do Comité Central. ■

A 2.ª Sessão do XII Congresso iniciou-se cerca das 15 e 30 horas do dia 1.12.88, tendo usado da palavra um vasto conjunto de delegados tratando as mais diversas questões.

José Soeiro, membro da Comissão Política do Comité Central, foi o primeiro orador da sessão da tarde tratando de forma pormenorizada a situação da Reforma Agrária, historiando a construção dessa importante conquista da Revolução e descrevendo as actuações e práticas que a visam destruir.

A necessidade da realização completa da Reforma Agrária, e através dela, reforçar a produção agrícola nacional e realizar a justiça social foi salientada de forma muito viva na intervenção.

Manuel Camacho, engenheiro electrotécnico, membro do Secretariado da Célula da Mina de Aljustrel, salientou, entre outras questões, a importância da indústria extractiva para o desenvolvimento do Alentejo e para a economia nacional.

Seguiu-se no uso da palavra Lurdes Cunha, da Direcção da Organização Regional do Algarve, que apresentou o respectivo Relatório ao Congresso, caracterizando a situação socioeconómica e informando sobre a actividade da respectiva organização do Partido.

António Loureiro, membro da Comissão Distrital de Viseu, foi à tribuna fazer o balanço da luta dos povos pelos baldios no seu distrito.

Seguiu-se no uso da palavra Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que tratou das questões ligadas à

situação financeira e à política de fundos.

O operário vidreiro Sérgio Moiteiro, de Leiria, tratou na tribuna da luta dos trabalhadores da indústria vidreira, nomeadamente a luta contra o encerramento de empresas.

Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central, apresentou o Relatório da Comissão de Redacção das alterações aos Estatutos, tendo relatado a discussão das alterações aos Estatutos e dado conhecimento pormenorizado das propostas introduzidas no projecto apresentado ao Congresso, bem como aquelas que não o foram.

Jorge Gouveia Monteiro, membro do Executivo da Direcção da Organização da Beira Litoral, debruçou-se sobre o impacto da adesão à CEE, na agricultura, pesca e indústria daquela região, defendendo que a ausência de autarquias regionais e planeamento regional acentuam as assimetrias já existentes.

Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Freguesia de Miragaia e membro do Comité Local do Porto, usou da palavra para se referir a problemas do Poder Local.

António Tremço, do Secretariado da Célula da Sorefame e da Comissão Concelhia da Amadora, que se referiu a diversas questões das Células de empresa.

Sexta-feira, dia 2

Com início pelas 9 e 30 horas do dia 2/12, a 3.ª Sessão do XII Congresso foi preenchida pelas intervenções que abrangem todos os temas e questões em debate no Congresso.

Em primeiro lugar usou da palavra Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que se referiu ao trabalho autárquico no distrito de Lisboa tendo apresentado, entre outras questões, os objectivos a atingir pela CDU naquele distrito nas eleições autárquicas de 1989.

Carlos Carvalhas, membro do Comité Central e deputado à Assembleia da República, trouxe ao Congresso uma análise sobre as consequências da efectivação do Mercado Unico, tendo sublinhado ter sido o PCP o primeiro e até agora único partido a submeter ao povo português e a apresentar na Assembleia da República uma proposta com 25 pontos de reflexão enfrentar «1992».

Vasco Paiva, membro do Comité Central e do Secretariado da DORBL referiu-se na sua intervenção ao movimento dos pequenos e médios camponeses e à actividade do PCP na defesa

Seguiu-se no uso da palavra o membro do Secretariado da Célula da Covina. António Vasconcelos relatou a experiência dos trabalhadores da Covina face à introdução de novas tecnologias.

José Barros Moura, deputado comunista no Parlamento Europeu, referiu-se na sua intervenção a diversos aspectos da problemática política do mundo actual e da actividade do PCP, defendendo o reforço da unidade do Partido pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo e pela construção do socialismo.

Domingos Oliveira, do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização da Beira Interior, referiu-se à situação dessa região e à actividade da respectiva organização do Partido.

O último orador no debate foi Arquimínio Mocinho que se referiu à situação nos campos no distrito de Santarém.

Esta segunda sessão foi, também, marcada pela presença na tribuna de destacadas personalidades que dirigem delegações de partidos estrangeiros.

Vadim Medvedev, membro do Bureau Político do CC do PCUS; Georges Marchais, secretário-geral do PCF; Mateus Julião Paulo, membro do Bureau Político do MPLA-PT; e Kurt Seibt, membro do Bureau Político do PSUA, apresentaram saudações ao Congresso tecendo importantes considerações sobre questões da actualidade.

dos interesses dos pequenos e médios agricultores, defendendo que será a luta social que motivará uma justa opção eleitoral do camponato português.

Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, tratou das relações internacionais do Partido, afirmando que nessa área foi cumprido o mandato do X Congresso. Destacando o significado da presença de delegações vindas de todo o mundo. Albano Nunes destacou as relações fraternais do PCP com o PCUS, com os demais partidos comunistas dos países socialistas, com os partidos comunistas de países capitalistas da Europa, com os partidos e movimentos de libertação de todo o mundo. A. Nunes sublinhou, também, o desenvolvimento de relações com o Partido Comunista da China.

Eufrazio Filipe, presidente da Câmara do Seixal e da Associação de Municípios de Setúbal e membro da Comissão Concelhia do Seixal, falou sobre o papel das autarquias CDU no desenvolvimento regional no distrito de Setúbal.

Denunciando o bloqueio imposto pelo Governo à criação das regiões administrativas, sublinhou o facto de 12



municípios do distrito, através da sua associação, decidiram avançar com o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal.

Fernando Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, tratou na tribuna de problemas de organização do Partido.

Considerando o trabalho de organização a arma fundamental para a acção e a influência partidária.

Defendendo um maior esforço no sentido do recrutamento, Blanqui Teixeira defendeu que só baseados na organização se pode melhorar a acção unitária e a acção institucional do Partido.

João Bernardino, membro do CC e do Secretariado da DORS, trouxe ao XII Congresso o Relatório de Actividade da Direcção Regional de Setúbal, do qual sobressai a grande importância do trabalho e da acção do Partido naquele distrito.

Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, interveio sobre a política de alianças e a unidade das forças democráticas, defendendo que «a definição correcta do sistema e da política de alianças é uma questão de tal forma vital para as batalhas próximas e futuras que se justifica uma atenção especial do Partido para discutir, aclarar e esclarecer divergências, interrogações e dúvidas que também se manifestaram no debate...».

Referindo-se ao processo de revisão da Constituição, Carlos Brito afirmou que «ninguém pode acusar o PCP de não ter dialogado aturada e pacientemente com o PS sobre a revisão da Constituição» para depois acrescentar que «ceder ao PS» seria aceitar «a entrega das nacionalizações, da Reforma Agrária e de outros princípios fundamentais da organização económica, do princípio da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde, entre outros».

Carlos Brito sublinhou entretanto e defendeu que o «PCP deve continuar a lutar pela convergência de todos os democratas designadamente dos comunistas e socialistas, não para capitular perante a direita, ou colaborar com ela, mas para derrotar a direita...».

A terminar, Carlos Brito defendeu que o êxito da luta pela unidade está intimamente relacionada com o alargamento da influência social, política e eleitoral do PCP, o reforço do seu papel como grande Partido da esquerda, principal intérprete e defensor das realidades e valores do 25 de Abril.

António Murteira, membro do CC e do Secretariado da DORA, iniciou a sua intervenção sublinhando as grandes transformações que a Revolução do 25 de Abril trouxe à vida social e económica do Alentejo.

Salientando o papel de vanguarda do PCP no Alentejo, António Murteira avançou com uma apreciação do trabalho nas diversas frentes de trabalho, apreciações essas que, a par de destacar os aspectos positivos, forneceram indicações sobre as direcções de trabalho que é necessário adoptar no futuro imediato.

Agostinho Lopes, do Comité Central e do Secretariado da Direcção Regional de Trás-os-Montes, foi à tribuna falar sobre a situação da agricultura portuguesa, demonstrando que seria possível, com uma política diferente do Governo PSD, desenvolver a produção e a produtividade agrícolas, defendendo os interesses dos que trabalham na terra.

José Decq Mota, membro suplente do CC e responsável da DORAA, defendeu na sua intervenção as propostas respeitantes às Regiões Autónomas que estão integradas no projecto de Programa e no projecto de alterações aos Estatutos, afirmando que tal significa a consagração da política do Partido em relação às Regiões Autónomas.

Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, tratou na sua intervenção da situação económica nacional, caracterizando a política económica do Governo PSD e apresentando as propostas do PCP para uma política de verdadeiro desenvolvimento económico e social.

Carlos Arrojado, da DORL, tratou da problemática da juventude no distrito de Lisboa.

Carlos Rabaçal, do Executivo da Comissão Nacional da JCP, falou sobre política desportiva e sobre as propostas do PCP para o desporto.

Finalmente, Francisco Lopes, do Comité Central e do Executivo da DORL, apresentou ao Congresso o Relatório da actividade daquela organização regional.

Durante esta Sessão dirigiram saudações ao Congresso Peuto Kubadinski, membro do Bureau Político do PC Búlgaro, Tran Xuan Bach, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista do Vietname, Yolanda Ferrer, membro suplente do Bureau Político do Partido



Proporcionar informação correcta e actualizada e prestar o apoio necessário aos profissionais da comunicação social foi uma preocupação do Partido durante o Congresso. Na foto regista-se um dos encontros diários que o camarada Blanqui Teixeira teve com os jornalistas que trabalharam no Palácio de Cristal entre 1 e 4 de Dezembro

Comunista Cubano, e Loula Logar, do Bureau Político do Partido Comunista Grego. ■

Na 4.ª sessão do Congresso, iniciada pouco depois das 15 horas do dia 2/12, prosseguiram as intervenções dos delegados no quadro da discussão dos projectos em análise.

O primeiro orador da tarde foi o José Luís Macedo, membro do Organismo de Direcção dos Seguros, da Organização Regional de Lisboa, que se referiu à situação actual na Banca e nos Seguros.

José Luís Gonçalves, membro do Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira, caracterizou a situação específica daquele Arquipélago bem como informou sobre a actividade da Organização do Partido.

Manuel Gusmão, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, membro suplente do CC, interveio sobre o Partido e a Intelectualidade tendo frisado a grande importância que tem a integração de intelectuais nas Organizações Revolucionárias protagonizadas pela Classe Operária, como é o caso do PCP.

Rui Ferreira, membro do Executivo da Organização Regional de Santarém, apresentou um relatório sobre a actividade dessa organização.

Abílio Fernandes, Presidente da Câmara de Évora e membro da DORA, interveio sobre o património cultural do Alentejo e o papel do Partido e das Autarquias CDU na sua preservação.

Manuel Valentim, Dirigente Sindical, membro da Comissão de Freguesia de Tortosendo e da C. Distrital de Castelo Branco, tratou da reestruturação dos lanifícios.

Saul Fragata, do Executivo da Direcção da Organização Regional de Leiria, apresentou um relatório sobre aquela Organização.

Rui Paixão, Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, falou sobre o Movimento Operário e Popular do Distrito de Setúbal.

Vieira Mendes, engenheiro e Dirigente Sindical, abordou na tribuna os problemas específicos dos Quadros Técnicos.

Cassiano Ruano, da Comissão Distrital de Bragança, abordou a luta de Aldeadávila.

João Miranda, Deputado ao Parlamento Europeu, membro da Comissão Distrital de Portalegre, abordou as questões referentes às eleições do Parlamento Europeu.

Mário Abrantes, do Secretariado e do Executivo da DORAA, trouxe ao Congresso diversos aspectos da actualidade e da acção do Partido na Região Autónoma dos Açores.

Mário Prata, do Executivo da DOR Beira Litoral, apresentou ao Congresso uma informação sobre a actividade daquela Direcção Regional.

Branca Carvalho, do Comité Central e do Secretariado da Direcção Regional de Braga, apresentou ao Congresso o balanço da actividade dessa Direcção Regional.

Helena Medina, do Comité Central e do Secretariado da Direcção da Organi-

zação Regional do Porto, trouxe à tribuna questões relacionadas com o trabalho do Partido nas Autarquias.

José Pessoa, membro do Organismo de Direcção de Artes e Letras de Lisboa, abordou aspectos da política cultural.

Oliveira Dias, vereador da Câmara do Porto, referiu na tribuna, a acção da CDU e do PCP naquela Câmara Municipal.

José Figueiredo, membro da Comissão Distrital de Évora e da DORA, fez uma análise às lutas dos trabalhadores alentejanos.

Nesta sessão apresentaram saudações ao Congresso:

— Mevald Joseph, do Secretariado do CC do PC da Checoslováquia;

— Sherief Ali Machal, Vice-Presidente do Departamento Nacional e Internacional da OLP;

— Zhu Liang, membro do CC do PC da China e Director do respectivo Departamento de Relações Exteriores;

— Marian Drzechowski, membro do Bureau Político e do Secretariado do Partido Operário Unificado Polaco;

— José Pascoal Zandamela, membro do CC do Partido FRELIMO.

— Giorjy Fejt, membro do Secretariado do CC do Partido Operário Socialista Húngaro. ■

A 5.ª Sessão do Congresso iniciada cerca de 21 horas do dia 2-12 foi presidida por Bernardina Sebastião, membro suplente da Comissão Política.

José Luís Santos, membro da Comissão Distrital de Vila Real, foi o primeiro orador, relatando a experiência orgânica das BOPs, Brigadas de Organização e Propaganda.

José António Veríssimo, da Comissão Concelhia e do Secretariado de Vila Franca de Xira, relatou no Congresso experiências da Organização da Freguesia de S. João dos Montes, nomeadamente ligadas ao trabalho com a juventude.

António Mendonça, membro da Organização dos Professores do Ensino Superior da Organização Regional de Lisboa, que se debruçou sobre diversos aspectos concretos do projecto de programa, da proposta de Resolução política e da proposta de alterações aos Estatutos, manifestando as suas críticas em relação a estes documentos que considerou insatisfatórios em vários aspectos, especialmente quanto às Teses.

José Delgado Martins, membro da Célula dos juristas da ORL, centrou a sua intervenção na análise de vários aspectos do projecto de alterações aos Estatutos, que considerou insatisfatórios em vários aspectos.

Em nome do sector de informação da ORL usou da palavra David Lopes Ramos que se referiu quer a questões de política de informação do Partido, quer a questões ligadas com as discussões preparatórias do Congresso.

Faustino Lopes, da Organização da Marinha Mercante, analisou pormenorizadamente a situação no sector.

O médico e dirigente sindical, Paulo Fidalgo, que tratou diversos problemas da saúde e enumerou um conjunto de propostas que constituem o programa da Reforma Geral dos Serviços de Saúde defendido pelo PCP. ■

Como nunca Comunicação social presente e interessada

A presença de quase duas centenas de jornalistas no Palácio de Cristal e a forma interessada como acompanharam os trabalhos do XII Congresso são factos que saltam imediatamente à vista e não têm paralelo em relação a anteriores reuniões do órgão supremo do PCP.

Profissionais de todos os mais importantes jornais diários e semanários do País; da RTP, das televisões da URSS e da RDA, e da Reuter; da Antena 1, Rádio Comercial, Rádio Renascença, TSF, Telefonia de Lisboa, Rádio Nacional de Angola, de outras rádios; da Tass, APN, MIT, PAP, Orbis, Sofia Press, Tanjug, Angop, ADN, Prensa

Latina, Nova China, Lusa; jornalistas portugueses e de Espanha, Grã-Bretanha, Japão, URSS, RDA, Bulgária, RP da China, Hungria, Angola, Cuba, Uruguai, EUA e Polónia fizeram a cobertura informativa do Congresso.

Para apoiar os profissionais da comunicação social funcionou durante o Congresso um gabinete de imprensa, com cerca de duas dezenas de camaradas. Blanqui Teixeira teve diariamente breves encontros com os jornalistas para esclarecer questões que iam surgindo com o decorrer do Congresso. Foram postos ao dispor dos jornalistas os meios técnicos indispensáveis ao seu trabalho. ■



XII congresso PCP com o PCP por uma democracia avanzada no limiar do século XXI

Sábado dia 3

Dos convidados estrangeiros apresentaram saudações ao Congresso: Essof Pahad, do CC do PC da África do Sul; Gezahn Gebre, membro suplente do CC do Partido do Trabalho da Etiópia; Francisco Palero, membro do Bureau Político e do Secretariado do PC de Espanha; Nicolae Constantin, membro do Comité Político Executivo do PC Romeno; Abílio Araújo, membro da Direcção Superior e chefe da delegação da FRETILIN em serviço no estrangeiro; Addelari Juil Chaylan, secretário adjunto do CC do Partido Socialista Iemenita; António Martínez, representante para a Europa da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (El Salvador); Milan Kucan, membro da Presidência da Liga Comunista da Jugoslávia; Jos Son, do CC do Partido Popular Revolucionário do Kampuchea; Manuel Pereira da Silva, membro do Conselho Nacional do PAICV; António Amaro, membro do CC do MLSTP e Embaixador em Portugal; Teobaldo Gomes Barbosa, membro do CC do PAIGC. ■

Pelas 09.00 H. do dia 3/12 iniciou-se a sexta sessão do XII Congresso, presidida pelo camarada Jaime Félix, do Secretariado, do CC.

Manuel Boieiro, presidente da Câmara Municipal de Alcochete, foi o primeiro orador, tendo-se debruçado sobre questões ecológicas.

João Pacheco Gonçalves, do Organismo Sindical da ORP, abordou os problemas do movimento operário do Porto.

Jerónimo de Sousa, membro do CC, deputado, membro do Secretariado do Grupo Parlamentar da Assembleia da República, apresentou ao Congresso um circunstanciado relato da actividade do Grupo Parlamentar do PCP.

Raimundo Narciso, do Comité Central, usou da palavra para emitir as suas opiniões sobre questões da linha política e de funcionamento do Partido.

Orlando da Costa, da Célula dos Escritores de Lisboa, abordou questões relacionadas com a problemática da cultura.

Natália Bento, do Organismo da Função Pública de Lisboa, debruçou-se sobre questões de fiscalidade e denunciou a demagogia e natureza das medidas do Governo PSD quanto às estruturas do aparelho de Estado.

Luís Sá, membro suplente do CC, abordou a temática da revisão constitucional.

Octávio Teixeira, deputado da Assembleia da República, debruçou-se sobre a reconstituição dos grupos monopolistas.

Ao longo desta sessão usaram ainda a tribuna, Fernando Teixeira, da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes, Pedro Martins da Costa, da Comissão Concelhia de Grândola, João Rocha, presidente da Câmara de Serpa, José Cruz, da Direcção da Organização Regional do Algarve, Joaquim Almeida, da Comissão Distrital de Aveiro, Aleixo Braz, pescador, Manuel Ferreira Sampaio, membro da Comissão Concelhia de Vila Real, Ludgero Nobre Leite, do Secretariado do Sector do Ensino da Organização Concelhia de Almada, e Mário David Soares, da Direcção do Sector Intelectual do Porto.

Nesta sessão tomou também a palavra, Vítor Dias, membro do CC, para tratar de questões ligadas à batalha ideológica.

Ao longo desta sexta sessão, dirigiram saudações ao Congresso, os seguintes representantes de partidos e movimentos presentes como convidados: Oudom Khattiyi, membro do Bureau Político do Partido Popular Revolucionário do Laos; Agossa Bruno, chefe

O Congresso dia a dia

de divisão da cooperação com os partidos no Departamento de Relações Exteriores do Partido da Revolução do Benim; Martha Buschman, membro do Predidium da Direcção do PC Alemão; Baljaazhav, membro do Secretariado do CC do Partido Popular Mongol; Kang Sek Sung, membro do CC do Partido do Trabalho da Coreia; Hiroshi Tashiki, do Presidium do PC Japonês. ■

A sétima sessão do XII Congresso foi presidida por António Orcinha, membro suplente da Comissão Política.

Usou da palavra, em primeiro lugar, Rosa Rabiais, membro do Comité Central e do Executivo da DORL, que falou sobre os problemas e lutas das mulheres.

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, falou sobre os problemas da luta da classe operária.

João Amaral, membro do Secretariado do Grupo Parlamentar, trouxe ao Congresso a problemática da criação das Regiões Administrativas.

Problemas do desenvolvimento no Vale do Ave foram apresentados no Congresso pelo presidente da Junta de Freguesia da Polvoreira, José Lopes Fernandes.

Sérgio Teixeira, membro do Comité Central e do Secretariado da DORP, apresentou ao Congresso um relatório sobre a actividade dessa organização regional.

Luís Corceiro, membro da Comissão para o Trabalho entre os emigrantes, falou sobre a emigração.

Pedro Guerreiro, membro do Executivo da Direcção dos Pioneiros de Portugal, falou sobre essa organização.

João Constantino, da DORSA, tratou da luta da classe operária nesse distrito.

No final da primeira parte desta sessão usaram da palavra, para apresentarem saudações: Loukas Aletras, membro suplente do Bureau Político do Partido Progressista do Povo Trabalhador — Akel, do Chipre; Fawaz Sayyagh, membro candidato da Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista da Síria; Berith Eriksson, do Partido Comunista da Suécia.

No recomeço dos trabalhos, tomou a palavra a camarada Paula Coelho,

membro do Executivo e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, deputada à Assembleia da República, que analisou o impacto da política de direita sobre a juventude, a actividade da JCP e as lutas juvenis.

Foram, em seguida, apresentados os **Relatórios das Comissões de Redacção** do Congresso, e da **Comissão de Mandatos**.

Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, apresentou o Relatório da Comissão de Redacção do Programa.

Informou que o grosso das propostas recebidas — mais de 1500 — relativas ao Programa «incidiram sobre a caracterização da revolução como inacabada; sobre a questão das alianças sociais e políticas; sobre o chamado problema das vias; sobre a distinção entre democracia avançada e socialismo; sobre a caracterização do socialismo e sobre as características do nosso Partido».

Depois de uma análise de cada um destes temas, concluiu dizendo que «foi possível e que foi fácil e natural inserir os contributos individuais e sectoriais no trabalho colectivo deste grande e multifacetado colectivo que é o nosso Partido».

É inteiramente rigoroso afirmar-vos que o Programa que ides votar é agora produto colectivo do trabalho colectivo de todo o nosso Partido.»

Teresa Lopes, membro suplente do Comité Central do PCP, apresentou o **Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos**.

Do Relatório ressalta que estão presentes no Congresso 2090 delegados, sendo 1902 eleitos, 171 membros do CC e da Comissão Executiva da JCP e 17 delegados por inerência. Depois da informação sobre a origem social dos delegados e a sua composição etária, concluiu estarem «inteiramente preenchidas as condições necessárias à legitimidade das decisões do XII Congresso».

José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, apresentou o **Relatório sobre a Resolução Política do Congresso**.

Informou terem sido recebidas «cerca de 1700 propostas de emenda, a maioria das quais foi, no todo ou em parte, contemplada.»

Depois de sublinhar que «a esmagadora maioria das propostas recebidas se inscrevem no espírito geral do documento em debate, destacou e caracteri-

zou as que incidiam sobre os seguintes temas: a situação internacional e a sua evolução desde o X Congresso; a «Perestroika» e a sua avaliação; a situação económica nacional; a evolução da situação política nos últimos 5 anos, as eleições de 19 de Julho; a redução da base de apoio do Governo; a luta do povo em defesa de Abril; a luta eleitoral; a CEE; a batalha ideológica; sobre os objectivos e tarefas imediatas; os grandes movimentos sociais e as organizações de massas; o Partido.

Concluiu afirmando que a «Proposta de Resolução Política do XII Congresso do PCP», «corresponde ao texto das Teses após as alterações introduzidas em consequência do amplo debate travado no Partido. Este amplo debate, envolvendo milhares de camaradas, reflecte de forma evidente e amplitude da intervenção dos militantes na definição do Partido e constitui a melhor resposta àqueles que, de olhos e ouvidos fechados à realidade, persistem na difusão de uma visão deturpada, falsa e caluniosa do PCP, do seu método e estilo de trabalho, do seu funcionamento amplamente democrático».

Após esta intervenção, António Orcinha pôs à votação as seguintes **moções**: **Moção** sobre o estudo e formas de difusão da história do PCP, incluindo a comemoração do septuagésimo aniversário do PCP — aprovada por maioria, com uma abstenção. **Moção** de saudação aos comunistas e ao povo da URSS «pelo processo de reestruturação revolucionária», «Perestroika» — aprovada por maioria, com duas abstenções. **moção** «sobre a luta pela paz e a solidariedade anti-imperialista» — aprovada por unanimidade.

Finalmente foram votados os documentos do XII Congresso. O novo **Programa do PCP** foi aprovado por maioria, com duas abstenções; a nova redacção dos **Estatutos do PCP**, foi aprovada por maioria, com 12 votos contra e 12 abstenções; a **Resolução Política do XII Congresso do PCP** foi aprovada por maioria, com 5 votos contra e 11 abstenções.

Após estas votações a sessão foi encerrada, às 19.25 H, concluindo-se assim o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.

O segundo ponto: **Eleição do novo Comité Central** — foi tratado na oitava sessão, iniciada às 21 horas, e reservada aos delegados. ■

XII congresso PCP com o PCP por uma democracia avanzada no limiar do século XXI



XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

Intervenção de Álvaro Cunhal no fim dos trabalhos **O PCP está voltado para a vida**

Realizada no domingo de manhã, a última sessão do Congresso incluiu uma intervenção final do camarada Álvaro Cunhal, reeleito para o cargo de secretário-geral do Partido. Frequentemente interrompido por fortes aplausos, diria no início do seu improviso:

Concluimos aqui um longo e demorado trabalho do nosso grande colectivo partidário. Aqui no Congresso fomos delegados do Partido e connosco está o nosso Partido, não apenas no apoio que nos deu, na escolha que fez de nós, como delegados, mas também na participação activa, criativa, em todo o trabalho preparatório. E não somos nós — os que aqui estamos —, que discutimos os problemas, que examinamos os documentos, que fazemos propostas de alteração, de que resultam depois os documentos finais — não somos só nós, que aqui estamos como delegados ao Congresso, os que criam a linha do Partido, aqueles que contribuem para a definição das suas orientações, aqueles que no fim de contas determinam o que vamos fazer e para que vamos fazer. É todo o nosso Partido, todos os nossos militantes nas tarefas mais modestas, aqueles milhares de camaradas que não vemos mas que dão uma contribuição essencial para o nosso trabalho — somos todos, em colectivo, que criamos o nosso Partido, a sua orientação e que traçamos o seu futuro.

A propósito da direcção do

Partido eleito pelo Congresso, diria a dado passo:

Há pouco, ao ser anunciada a composição do Comité Central, ouvimos muitas palmas. Creio que todos aqueles que fomos eleitos para o Comité Central e para os seus organismos executivos compreendemos o que essas palmas significam. Significam um grande apoio, uma grande confiança. Mas significam também uma exigência. Ou seja: por cada bater de palmas é como se os delegados a este Congresso e todo o nosso Partido exigisse do Comité Central que cumprisse as suas responsabilidades e levasse a cabo com êxito a orientação definida neste XII Congresso.

Futuro

Noutra passagem, Álvaro Cunhal afirmaria:

Neste Congresso tomámos decisões de capital importância não apenas para o nosso Partido, e para o prosseguimento da sua actividade, mas também para o futuro da democracia portuguesa, uma vez que o nosso Partido, numa situação mais uma vez bem complexa como é a actual, é chamado a de-

sempear um papel singular, um papel que nenhum outro partido está em condições de desempenhar na defesa da democracia portuguesa, na sua consolidação. Temos um novo Programa, ou seja, são definidos os objectivos fundamentais que o nosso Partido indica ao nosso povo como correspondendo inteiramente aos seus interesses, às suas aspirações mais profundas, à necessidade de solução dos seus mais graves problemas. É o programa de uma Democracia Avanzada no limiar do século XXI.

E acrescentou:

Muitas das componentes essenciais dessa democracia avançada que propomos contêm no seu desenvolvimento elementos e componentes fundamentais do socialismo que queremos para Portugal: as liberdades, os direitos dos cidadãos a par da democracia económica, social e cultural. É necessário que o nosso povo saiba que nós, comunistas, na perspectiva que apresentamos de socialismo para Portugal, queremos que o nosso povo seja plenamente livre, não seja sujeito à exploração e que contribua com a sua vontade e com a sua decisão para o desenvolvimento do nosso país no caminho do progresso social, para que não haja uma casa com miséria, não haja uma criança que não tenha escola, não haja um homem desempregado e para que, de facto, sejam resol-

vidos os problemas essenciais da nossa época.

As decisões e as conclusões finais

A complexidade da situação — declarou o secretário-geral do PCP — torna inteiramente natural que tenham aparecido formas diferentes de encarar os problemas, que tenham aparecido diferentes ideias, propostas contraditórias, vivo debate em relação à análise da situação existente, à actividade desenvolvida e à definição dos objectivos da nossa luta. Numa situação tão complexa, para que as opiniões, antes da conclusão colectiva, fossem todas iguais seria necessário que todos tivéssemos perdido a capacidade de interrogar, a capacidade de equacionar, de reflectir, de procurar as respostas para os problemas novos que surgem no nosso caminho. O apelo do nosso Partido aos seus militantes não é a aceitação cega e irreflectida de qualquer orientação. O nosso apelo e o nosso estilo é a reflexão, a expressão livre das opiniões, inseridas no trabalho colectivo. E esta é uma característica fundamental da nossa democracia interna. Não somos um Partido que não veja a necessidade da diversidade da opinião, da reflexão individual, que não aprecie a intervenção do indivíduo no grande colectivo. Mas somos um Partido

que, ao mesmo tempo, vê que a apreciação final, a decisão final, é produto da reflexão de todos, de cada um mas de todos. E o que sai desse grande colectivo que é o nosso Partido finalmente é uma decisão que não é «minha», não é «tua», não é «daquela» — é de todos nós num grande trabalho colectivo para chegarmos a conclusões finais.

Referindo ainda à diversidade de opiniões e propostas registadas no âmbito da actividade preparatória e de discussão em torno do Congresso, o secretário-geral do PCP salientaria:

«Daí resultou o alargamento, o aprofundamento das nossas análises, das nossas propostas, das nossas conclusões e das nossas decisões. Com toda a legitimidade podemos afirmar que as conclusões e decisões do nosso XII Congresso são obra de todos e de cada um, são do nosso grande colectivo partidário. É difícil saber se alguém acreditou verdadeiramente naquilo que a campanha contra o nosso Partido difundia. Que o Congresso podia abalar o nosso Partido, que poderia ser o fim do partido revolucionário que somos. Creio que o nosso Congresso desilude certamente todos aqueles que tiveram essas esperanças. Ele é uma confirmação da nossa força, da nossa inserção na vida nacional, da nossa unidade, da nossa determinação em lutar e em continuar a luta para consolidarmos a democracia portuguesa.

Atentos à realidade

«Uma afirmação da vida, da força, da vida democrática interna e da confiança no futuro do nosso Partido, do nosso povo e do nosso país», foi com estas palavras, proferidas mais adiante, que o camarada Álvaro Cunhal reforçaria a caracterização da grande assembleia do Palácio de Cristal, acentuando:

Foi uma vibrante afirmação de que o PCP está voltado para a vida, para os novos fenómenos, para os novos problemas, para as novas situações. E por isso mesmo aprovámos no nosso Congresso um novo Programa, aprovámos uma orientação política correspondente à situação criada no nosso país, aprovámos os Estatutos que equipam o nosso Partido com normas de funcionamento que permitem aprofundar a democracia interna e ter uma mais pronta resposta para os problemas que aparecem.

No nosso Partido — continuaria o dirigente comunista — há respostas novas a uma nova situação. Pode o nosso Partido dar essas respostas porque algumas das suas características fundamentais não só se mantêm como se reforçam.

O PCP é o partido da classe operária e dos trabalhadores, um partido marxista-leninista, um partido patriótico e internacionalista, um partido profundamente enraizado na classe operária e nas massas trabalhadoras, um partido dedicado ao povo e à Pátria e que em todas as circunstâncias, em todas as ocasiões, está sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Noutra passagem do seu improviso nesta ponta final do Congresso, Álvaro Cunhal comentou em breves palavras a actuação de certos órgãos de comunicação social, que, numa atitude de especulação e silenciamento, optam por uma ou outra «voz discordante que aparece», deixando de lado a análise rigorosa do colectivo partidário, a força e a capacidade do Partido, o conteúdo poderoso do XII Congresso, a contribuição dinâmica e responsável dos comunistas para a solução dos graves problemas nacionais. Porque se esconde tudo isto? — interrogaria o secretário-geral do PCP. A resposta viria de imediato: há o medo da verdade e a necessidade de denegrir o único partido que consequentemente faz frente à ofensiva reaccionária contra o Portugal de Abril e os interesses dos trabalhadores.

Da Revolução de Abril — salientaria mais adiante — não restam lembranças apenas. Restam realidades e valores e nós continuamos a luta em defesa dessas realidades e desses valores no nosso projecto de democracia avançada no limiar do século XXI.

Duas saudações especiais

A intervenção do secretário-geral do PCP incluiria de seguida duas saudações especiais, vibrantemente apoiadas pelo Congresso. Primeiro, aos camaradas que pela primeira vez entram no Comité Central, dando-lhe novas forças e novas energias, e também aos camaradas que dele saem, continuando outras tarefas no Partido; e uma saudação também às delegações estrangeiras que estiveram no Palácio de Cristal, trazendo a sua palavra amiga e a sua análise dos problemas internacionais, reforçando entre todos os participantes no Congresso e entre todos os comunistas portugueses os sentimentos de fraterna solidariedade internacionalista.

Unidade democrática e disposição inequívoca do PCP para o entendimento dos democratas, para a análise da situação em conjunto com outras forças políticas; e juventude e JCP — que está activa, dinâmica, com vontade de trabalhar — foram os dois últimos temas abordados por Álvaro Cunhal no encerramento do XII Congresso. ■



Intervenções

Problemas de organização

— Fernando Blanqui Teixeira

(...)

Há duas linhas principais na organização que têm de ser acompanhadas de modo a conjugá-las permanentemente e a criar condições para que se influenciem de um modo positivo.

Trata-se, por um lado, do trabalho organizativo directamente ligado aos trabalhadores, às outras camadas sociais, às populações, através das células de empresa e de muitas outras organizações de base. Por outro lado, existe o trabalho organizativo nas organizações de massas, nos movimentos, nas muito diversas frentes de trabalho.

Pode dizer-se que esta segunda linha tem sido muito reforçada nos últimos anos. É necessário acompanhá-la, analisá-la e melhorá-la constantemente.

Mas é necessário não subestimar a importância da linha organizativa directa. Nas condições actuais, não diminuiu de modo algum a importância das células, quer assentes no local de trabalho quer no local de residência. Mas aumentaram, particularmente em relação às células de empresa, as dificuldades da sua ligação e da sua acção, em virtude do aumento da repressão, da crescente precariedade dos contratos, da eliminação de postos de trabalho, da elevação das dificuldades económicas e sociais da maior parte das massas trabalhadoras.

Por isso, não é possível, actualmente, reforçar as células de empresa e criar muitas outras, sem, por um lado, elevar o nível de direcção no que respeita ao seu acompanhamento e, por outro, sem repensar as formas de ligação e actuação mais recomendáveis para cada caso concreto.

Mas todas as modificações que se façam e novos processos que se adoptem têm de ter sempre presente a importância dessas organizações de base — as células de empresa —, a necessidade de ganhar e elevar a participação dos seus membros e o dever da célula de se ligar profundamente aos outros trabalhadores, de modo a melhor compreender as suas aspirações e ajudar nas suas acções reivindicativas.

(...)

A ligação às massas é questão principal para qualquer organização. Mas para que tal questão tenha solução satisfatória, é necessário que os seus membros estejam conscientes do seu papel e participem na vida e na actividade partidárias.

Em relação a muitas organizações, o que há de mais importante é conquistar os membros do Partido para uma participação regular de acordo com as disponibilidades de cada um.

Isso exige não só a criação de condições de ligação que possam ajudar a sua consciencialização, como também iniciativa e imaginação para os interessar pelo cumprimento das tarefas partidárias.

A política de alianças e a unidade das forças democráticas

— Carlos Brito

A política de alianças e a unidade das forças democráticas são questões fundamentais da linha política do Partido e revestem um papel da maior importância na luta pela democracia avançada no limiar do século XXI.

Estas questões estiveram, por isso mesmo, no centro do grande debate partidário preparatório do Congresso verificando-se uma generalidade aprovada da orientação que, em relação a elas, está traçada nas propostas de Programa, de alterações aos Estatutos e de Resolução Política.

(...)

No quadro geral desta orientação apresentam-se com uma grande importância na luta pela unidade dos democratas e das forças democráticas as cinco ideias fundamentais seguintes:

1 — A recusa de quaisquer atitudes de liderança ou de hegemonia e a defesa firme que a base da unidade tem que residir no respeito pela autonomia, a diversidade e a identidade de cada uma das forças democráticas;

2 — A valorização do papel de relevo na vida nacional desempenhado pela CDU — coligação do PCP, «Os Verdes», ID e Independentes — que pode ser consideravelmente enriquecido e reforçado.

3 — O prosseguimento insistente do diálogo e da troca de opiniões frequentes, da convergência e das iniciativas comuns com outras forças democráticas, designadamente PS, PRD, UDP, PSR e a consideração de abertura a outras forças;

4 — A compreensão de que as alianças no plano político não se podem resumir aos entendimentos acordados com as direcções dos partidos democráticos, mas que devem compreender igualmente a convergência e a intervenção conjunta de democratas independentemente das posições dos respectivos partidos e de democratas sem filiação partidária;

5 — A tradução crescente no plano político-partidário das alianças de nível muito mais elevado verificadas no plano social.

O êxito da luta pela unidade das forças democráticas está intimamente associado ao alargamento da influência social, política e eleitoral do PCP, ao reforço do seu papel como o grande partido da esquerda, principal intérprete e defensor das realidades e dos valores do 25 de Abril e que dispõe como nenhum outro de condições para ser a força promotora e aglutinadora do combate à política da direita e da construção de uma alternativa democrática.

As dezenas e dezenas de intervenções apresentadas ao Congresso por delegados de todo o País constituem uma análise profunda e muito diversificada da realidade nacional, desenvolvendo e enriquecendo os documentos aprovados.

Devido à corrida contra o tempo e ao grande volume de materiais acumulados nos quatro dias do Congresso, não nos é possível fazer neste número mais do que um «mosaico» com extractos de algumas das intervenções.

O livro do Congresso, como foi informado no Palácio de Cristal, incluirá também as intervenções escritas dos delegados inscritos que não puderam usar da palavra. Quanto ao órgão central do Partido, voltaremos ao assunto nas próximas edições.

Sobre os fundos do Partido

— Joaquim Gomes

(...)

As linhas fundamentais da política financeira do Partido foram abordadas nas Teses que, como sabemos, são ao mesmo tempo o Relatório da actividade do Partido, desde o X Congresso.

Pelos números apresentados nas Teses verifica-se que a evolução das receitas e despesas desde o X Congresso foi negativa, ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, em que as receitas sempre foram superiores às despesas. Assim, entre o X e o XII Congresso, a receita teve um aumento de apenas 87,9%, enquanto na despesa o aumento foi de 102,6%. Portanto, o equilíbrio positivo entre receitas e despesas deixou de se verificar.

(...)

Não obstante a despesa ter aumentado mais que a receita desde o X Congresso, analisando-se cada uma das rubricas mais significativas, verifica-se que no fundamental os aumentos se situam num nível que se pode considerar normal.

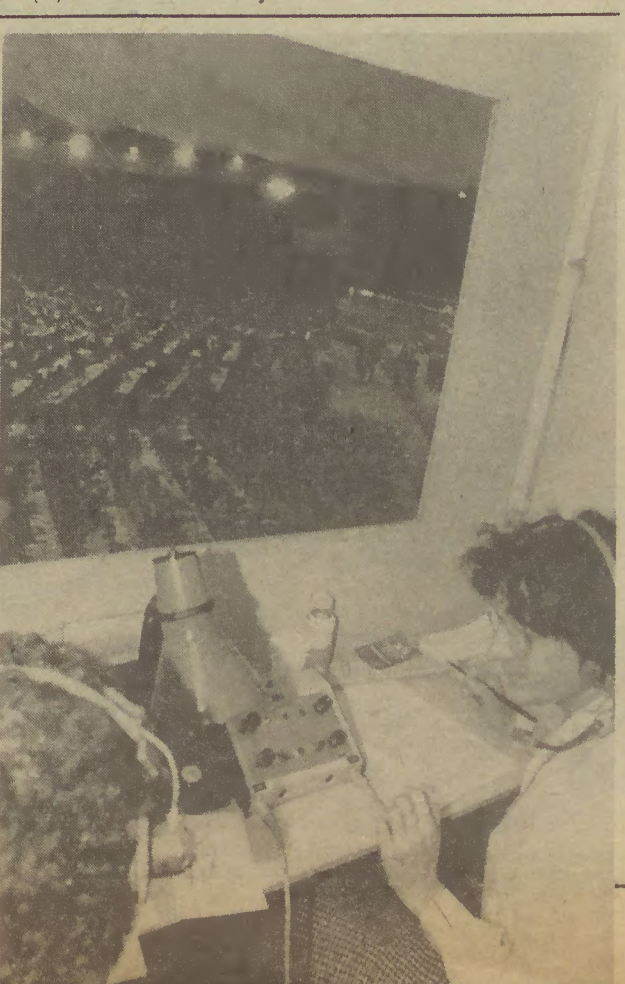
(...)

A política do Partido em relação aos salários orienta-se no sentido de se atingir uma situação que permita aos funcionários do Partido disfrutarem uma vida tão normal e tranquila quanto possível. Obviamente, não se ignora que são muitas as dificuldades a vencer até alcançar este objectivo. Porém, não o conseguindo, também se vai tornando cada vez mais difícil recrutar novos funcionários e quadros especializados sem o que se põe em causa o desenvolvimento do trabalho do Partido. A solução deste importantíssimo problema tem de ser encontrada no aumento das receitas do Partido.

(...)

O balanço muito sucinto que trazemos ao Congresso dá para uma visão das principais dificuldades e deficiências que têm limitado o aumento das receitas do Partido. Mas, dá também para ver as imensas potencialidades de as aumentar desde que se alarguem e diversifiquem as iniciativas para a angariação de fundos. Desde que o pagamento das quotas seja encarado como um dever partidário, como atitude que tem a ver com o reforço do Partido.

(...)



A luta de massas e o movimento operário — Domingos Abrantes

(...)

No decurso dos anos que nos separam do X Congresso, os trabalhadores travaram milhares de lutas, mais de 5000 só a nível das empresas, as quais assumiram a forma de greve, cerca de 2300, não contando com as greves sectoriais e muitas outras lutas de carácter diverso. O balanço e a análise das lutas travadas confirma a elevada combatividade e maturidade dos trabalhadores, e o seu papel determinante no vasto movimento social que se opõe à política de direita.

A luta dos trabalhadores foi decisiva para a derrota dos governos do «Bloco Central» e do primeiro governo do PSD, e não foi por culpa sua que não se resolveu a questão central e fundamental da vida política nacional, a formação de um governo democrático capaz de defender e consolidar as conquistas de Abril.

Foi pela luta que os trabalhadores obrigaram o patronato a pagar salários em atraso e foi pela luta que impediram o encerramento de empresas, a consumação de despedimentos colectivos, a reposição do direito ao exercício de liberdades sindicais. Foi pela luta que contrariaram a aplicação dos tetos salariais e alcançaram aumentos superiores aos desejados pelo Governo e o patronato.

Foi com a luta determinada, confiante, decidida e de grande amplitude e unidade, que se conseguiu derrotar as sucessivas tentativas de fazer passar os pacotes laborais, luta que pelo seu conteúdo assumiu simultaneamente o carácter de luta em defesa das liberdades e do próprio regime democrático.

(...)

Duas outras conclusões importa extrair das lutas de massas. Uma é a de que a classe operária, pela análise das empresas, sectores e regiões onde se travou a maior parte das lutas se confirma e afirma como força de vanguarda. Outra é a de que a amplitude das lutas e o grau do seu sucesso são em grande parte determinadas pela base orgânica em que assentam.

São duas conclusões importantes a ter em conta ao perspetivar-se as direcções principais da acção futura.

A situação económica e perspectivas

— Carlos Costa

(...)

A política económica desde 1983 foi caracterizada por um fio condutor determinante: o prosseguimento e aceleração da política de reconstrução dos grupos económicos, da propriedade latifundiária e da submissão aos interesses do capital estrangeiro, com a correspondente política de destruição das estruturas socioeconómicas criadas com o 25 de Abril, e com as inevitáveis e nefastas consequências na estrutura da economia e no aparelho produtivo nacional, e nas condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Mas se este foi o fio condutor da política económica seguida pelos governos de 1983 a 1988, a verdade é que, sobretudo devido à forte variação de factores externos, a conjuntura económica portuguesa foi marcada por dois períodos distintos: o período de 1983/85 e o período que decorre de meados de 1985 até hoje.

O primeiro período (coincidente com o Governo do Bloco Central) corresponde à chamada política económica de estabilização, com a redução drástica do consumo popular, a diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo e a estagnação do Produto, a diminuição dos salários reais e o aumento do desemprego.

O segundo período (1985/88) é caracterizado por ter beneficiado dos referidos factores externos extremamente favoráveis, o que permitiu uma recuperação aparentemente rápida da conjuntura económica.

(...)

A economia portuguesa está hoje numa encruzilhada. A prosseguir o leilão das empresas públicas, o controlo das alavancas fundamentais da vida económica nacional cairá sob o domínio do grande capital e ficará dependente das decisões externas. E com a criação do chamado «Mercado Único» as transnacionais, com superioridade em capitais, gestão e tecnologia não tardariam em dominar as empresas mais rentáveis e lucrativas. Ficariamos com uma economia subalterna e dominada no fundamental pelos centros do imperialismo.

Um desenvolvimento conforme com os interesses de Portugal e dos portugueses exige uma outra política: exige que se apoiem as diversas formações económicas existentes, atendendo às suas dinâmicas e características próprias; que se aproveitem, mobilizem e valorizem os nossos recursos naturais e humanos; que se dê combate aos principais défices estruturais — alimentar, energético e tecnológico —; que se modernizem as nossas indústrias tradicionais; que se crie um núcleo de indústrias de bens de equipamento adequado a uma especialização produtiva do País, sustentada pelo reforço da base científica e tecnológica nacional e que assegure a Portugal um melhor posicionamento no processo de divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento nacional requer ainda o aumento da produção e da eficiência do sector agrícola e das pescas; o aproveitamento em termos eficientes das verbas dos fundos estruturais da CEE, a firme defesa do interesse nacional em todas as relações económicas externas.

A política de desenvolvimento, tal como decorre do Projecto de Teses e do Projecto de Programa, terá de assentar no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção, designadamente em produções e serviços de qualidade e de alto valor acrescentado nacional, na reestruturação do aparelho produtivo nacional.



Sobre a batalha ideológica

— Vítor Dias

(...)
Perspectivando a abordagem das questões da batalha ideológica e das nossas tarefas, pensamos que é necessário fazê-lo tendo em conta dois critérios fundamentais.

O primeiro: o critério da verdade e da lucidez que, sem desespero ou sentimentos de impotência, nos deve levar a enfrentar com coragem a realidade de que na batalha ideológica não temos pela frente nem caminhos de rosas nem avenidas de facilidades, de que não está à vista no horizonte próximo da vida nacional nenhuma alteração radical na desproporção de meios e de recursos e instrumentos que tanto marca a correlação de forças na luta das ideias, designadamente na sua expressão através da comunicação social.

O segundo: o critério da confiança nas nossas forças e nas suas potencialidades, da confiança no valor das nossas ideias e propostas e na sua correspondência com os interesses populares e com as necessidades nacionais, a confiança nos avanços que podemos realizar com um pleno aproveitamento dos nossos meios, capacidades, energias; a confiança no papel indispensável que, na intervenção do Partido na luta das ideias, devem desempenhar todos os homens e mulheres que militam no PCP ou apoiam o nosso Partido.

(...)
Elucidativa manifestação da particular violência e dureza que a batalha ideológica tem assumido em Portugal nos últimos anos, é, sem dúvida, a ofensiva política e ideológica que tem sido desenvolvida contra o nosso Partido, designadamente desde as eleições de 19 de Julho e a pretexto ou em torno da preparação do nosso XII Congresso.

A esse respeito, para afastar fantasmas, interessa reafirmar com toda a clareza que não sonhamos com uma comunicação social controlada, que apenas publicasse o que nos desse jeito ou fosse favorável; que não contestamos o direito à crítica e ao comentário sobre o nosso Partido e que não é

nossa intenção atingir globalmente um grupo profissional cujo relevante papel na sociedade democrática sempre respeitámos e continuamos a respeitar.

Mas, ao mesmo tempo, ninguém pode contestar o direito que nos assiste de dizer aos membros do Partido, aos portugueses que o apoiam e à opinião pública em geral, que o que tem estado em curso é, substancialmente, uma ofensiva visando a sistemática demolição da nossa real identidade, da nossa verdadeira imagem, dos nossos efectivos valores, características e objectivos.

(...)
É bem conhecido o lote principal das acusações que muitos analistas e comentadores nos têm dirigido.

Acontece que é hora de devolver essas acusações aos seus autores.

Com efeito, é nos conteúdos e métodos fundamentais da campanha contra o PCP, e não no PCP, que se pode encontrar o **maniqueísmo** (que, logo de princípio, forjou os que deviam ficar como anjos e os que deviam ficar como demónios), o **dogmatismo** (revelado na mais absoluta cristalização de opiniões), o **esquematismo** (traduzido na completa incapacidade de compreender a complexidade dos fenómenos, acontecimentos ou situações), o **gosto do secreto e do clandestino** (atestado no abuso de declarações, textos e fontes anónimas), o **seguidismo** acrítico, os **processos de intenção** baseados em figurinos de má memória, não faltando sequer essa suprema manifestação de **autismo** que decorre de a campanha contra o PCP ter criado o seu próprio espírito de seita e o seu próprio mundo fechado, completamente imune e insensível a todas as realidades ou evidências exteriores.

Perante uma tal ofensiva, o caminho que nos convém não é o da crispação, do enervamento ou do azedume, mas ainda e sempre, o da serenidade e da firmeza, o da tranquila persistência no esclarecimento e do activo empenho no debate de ideias.

Para uma mais decidida intervenção na luta das ideias contamos com duas grandes e inseparáveis realidades: o Partido e os seus ideais, valores e objectivos.

(...)

Sobre a Reforma Agrária

— José Soeiro

(...)

Como se afirmou na 1.ª Conferência dos trabalhadores agrícolas do sul, em 9/2/1975, a Reforma Agrária surgia natural como a própria vida, aparecia como **resultado da necessidade objectiva** de resolver o problema do emprego e da produção, como solução indispensável e única, como meio de defesa da própria democracia. Os latifúndios representavam a miséria, o atraso e mesmo a morte. A entrega da terra a quem a trabalha significava a própria vida, vida para os trabalhadores desempregados e seus filhos, vida para a agricultura abandonada e sabotada pelos grandes agrários e pelos grandes capitalistas.

(...)

Reforma Agrária que, ao transformar o milhão 130 mil ha dos caducos latifúndios em 550 modernas UCP's/Cooperativas, criou um novo conceito de desenvolvimento, em que o lucro fácil, obtido à custa da exploração e opressão dos trabalhadores, que caracteriza o desenvolvimento capitalista, deu lugar não só ao acelerado desenvolvimento económico mas também ao desenvolvimento social e cultural operando uma transformação radical na vida das populações.

(...)

É contra esta importante realidade que, aprovando leis como a famigerada Lei Barreto do PS ou a subsersiva e recente Lei do Latifúndio Cavaco/PSD; bloqueando técnica e financeiramente as UCP's/Cooperativas; roubando gados, máquinas, instalações e frutos pendentes, no valor de mais 35 milhões de contos; promovendo execuções fiscais, penhoras e multas; mergulhando na corrupção, na ilegalidade e no abuso do poder; mobilizando contingentes da GNR e polícia de choque, armados até aos dentes, que prenderam e espancaram milhares de trabalhadores, assassinando impunemente 2 deles — Casquinha e Caravela — o PS, o PSD e o CDS, violando frontalmente os mais elementares direitos humanos, têm conduzido, ao longo destes últimos 12 anos, a mais brutal, prepotente, ilegal e desumana campanha com vista à sua liquidação.

Entregaram aos grandes agrários 870 mil ha de terra e destruíram 290 UCP's/Cooperativas. Perguntamos: os agrários semeiam mais terra que os trabalhadores semearam? Usam mais máquinas ou criam mais postos de trabalho? Aumentaram a produção e a produtividade? Contribuem para o progresso económico e social de que tanto se fala? Não, camaradas! Tal como referem as Teses, reconstituem-se os latifúndios; surgem as coutadas de luxo; terra de pão cobrem-se de eucaliptos, vendem-se a estrangeiros ou voltam simplesmente ao abandono; 50 mil postos de trabalho foram liquidados, dezenas de agricultores foram expulsos das terras que demagogicamente lhes haviam distribuído; a miséria, o atraso, o subdesenvolvimento, o envelhecimento e desertificação voltam aos campos da Reforma Agrária.

(...)

O Partido Comunista Português, partido da Reforma Agrária, tudo fará para que, no contexto da luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI, a Reforma Agrária seja uma realidade pois Portugal precisa da Reforma Agrária.

A situação internacional e a actividade do Partido — Albano Nunes

(...)

Em matéria de relações internacionais podemos afirmar que cumprimos o mandato do X Congresso. A presença entre nós de delegações vindas de todos os pontos do mundo, evidencia o carácter amplo e diversificado das relações internacionais do nosso Partido, a tendência para o seu alargamento, o prestígio do nosso Partido no movimento comunista e na frente mundial das forças democráticas, anti-imperialistas e amantes da Paz.

(...)

Defrontamo-nos hoje com uma formidável campanha procurando fazer crer que a nossa luta é sem sentido, que estamos condenados ao enfraquecimento e à derrota. Afirma-se que a classe operária está a desaparecer, que o movimento comunista está em declínio irreversível, que a opção progressista e socialista de numerosos povos de África, Ásia e América Latina não têm perspectivas, que o socialismo fracassou, que o capitalismo representa o cume da civilização humana. Mas a evolução da realidade internacional constituiu um flagrante desmentido destas afirmações. A começar pela «perestroika» na URSS, acontecimento maior da vida internacional no período que nos separa do nosso X Congresso, processo revolucionário complexo mas profundamente revelador das imensas potencialidades do socialismo para dar satisfação às aspirações dos trabalhadores, da capacidade do socialismo em se aperfeiçoar e projectar com renovado poder de atracção os ideais libertadores da classe operária.

Intervenções

A actividade do Grupo Parlamentar do PCP — Jerónimo de Sousa

(...)

Mas não nos limitámos a ser um Grupo Parlamentar aguerido, determinado e defensivo. Ao longo deste período, tendo como base os contributos de projectos e iniciativas apresentados pelo Partido, foram aprovadas 26 Leis da República em áreas tão importantes como, por exemplo, de combate aos salários em atraso, sobre as Bases do Sistema Educativo, da protecção à Maternidade, interrupção voluntária da gravidez, planeamento familiar, finanças locais, subsídios de desemprego para os jovens candidatos ao primeiro emprego.

Com uma capacidade de trabalho inigualável, o Partido, através do Grupo de deputados Comunistas, apresentou, no período de 83 a 87, cerca de 190 projectos de Lei, 78 dos quais a permitirem a criação de 9 cidades, 24 vilas e 56 freguesias, projectos visando grandes reformas, como a Regionalização e dar nova dimensão à justiça social, propondo a redução do horário de trabalho, o aumento das pensões e reformas, o acesso à justiça, a baixa dos preços dos medicamentos, o serviço nacional de sangue e gestão hospitalar e a protecção à maternidade.

Propusemos quinze inquéritos parlamentares, concretizámos mais de 250 requerimentos para apreciação de decretos governamentais e outras tantas intervenções no período de antes da Ordem do Dia, fizemos milhares de requerimentos sobre problemas dos trabalhadores e das populações e tivemos uma participação activa nos grandes debates sobre o Orçamento do Estado e Programas de Governo.

Foi, também, uma porta sempre franqueada aos trabalhadores, organizações sindicais e sociais, às autarquias e às populações e a qualquer cidadão, sem sectarismos nem preconceitos.

O Poder Local e as eleições autárquicas — Helena Medina

(...)

A concretização e consolidação destas características democráticas e descentralizadoras do poder local e a sua capacidade de resolução dos problemas são indissociáveis da orientação e da acção do PCP.

Em primeiro lugar pela justeza da nossa orientação — uma orientação aparentemente tão simples e tão profunda, de um enorme alcance revolucionário no que exprime da disposição dos comunistas e do seu partido de resolver os problemas, de construir o futuro, de evitar sofrimentos e atrasos inúteis, de trabalhar pelo progresso, expressa na formulação tão simples de que os comunistas se candidatam para trabalhar pela resolução dos problemas e que nos órgãos para que são eleitos actuam sempre em conformidade com os interesses das populações, aprovando todas as propostas justas, venham de onde vierem, e rejeitando todas as propostas lesivas dos interesses das populações, venham também de onde vierem, combatendo a corrupção e o clientelismo onde se verificam.

Em segundo lugar pela justeza da nossa acção — um trabalho exemplar e a prática de diálogo permanente com todos os eleitos, com os trabalhadores das autarquias, as populações e as organizações populares. É o estilo de trabalho dos comunistas e dos seus aliados no quadro da CDU, nas Câmaras e Juntas onde detêm a maioria, nos pelouros que lhes estão atribuídos em Câmaras e Juntas onde trabalham em minoria, e na actividade geral destas autarquias.

(...)

É neste contexto que nós, comunistas, vamos enfrentar as próximas eleições autárquicas e, tal como vem no projecto de Resolução Política, temos de travar uma importante batalha em duas grandes linhas de acção simultâneas: a acção nas autarquias e o trabalho eleitoral.

O PCP concorrerá às próximas eleições autárquicas na Coligação Democrática Unitária (CDU). E fá-lo-á no máximo de concelhos e freguesias possível.

Não é da responsabilidade do PCP se não se concretiza uma aliança com os outros partidos democráticos, nomeadamente com o PS.

A preparação das próximas eleições autárquicas tem de merecer logo após o XII Congresso e na sequência do trabalho anterior que com este objectivo já tem sido realizado pelo Partido, a máxima atenção, esforço e trabalho. Manter as maiorias dos municípios e freguesias que actualmente têm maioria CDU. Lutar pela maioria em mais autarquias. Reforçar as posições da CDU em minoria. Aumentar as votações nas listas CDU, são objectivos que estão inteiramente ao nosso alcance.

A preparação das listas, a elaboração dos programas eleitorais, a intensificação da informação da CDU e em particular uma grande dinamização da CDU nas freguesias e em concelhos, abrindo-a a todos os que estão dispostos a trabalhar e a lutar pela resolução dos problemas, são questões que estão na ordem do dia.

A revisão da Constituição — Luís Sá

O nosso Congresso decorre num momento importante da revisão constitucional. É necessário que ele seja em si mesmo uma contribuição para essa batalha.

Os trabalhos da revisão constitucional estiveram parados nas últimas três semanas, aproveitadas pelo PSD e PS para aprofundarem o seu vergonhoso acordo sobre esta questão. O processo reabriu agora. É necessário por isso que nos lancemos com mais força nessa batalha.

Os projectos de novo Programa e de Resolução Política destacam a grande importância desta revisão constitucional. Temos que ter esse facto em conta na Assembleia da República e nas várias frentes da luta de massas.

Partimos do princípio de que a revisão não está feita. O PCP nunca aceitará o primado dos acordos de bastidores e o esvaziamento da intervenção da Assembleia da República, nem que o povo e o País sejam remetidos ao papel de espectadores passivos em questões que dizem respeito a todos nós. O PSD e o PS têm que responder pelo seu acordo perante a Assembleia da República e o País. A nossa luta pode ainda influenciar a revisão. É necessário ampliar a participação popular e acrescentar assim mais força à razão com que travamos este combate.

E temos por nós a razão. A Constituição condensa objectivos de luta de gerações e gerações de democratas. Retém as conquistas liberais do século XIX e da I República e acrescenta-lhes um elenco mais rico e uma mais larga protecção das liberdades e direitos individuais, largos direitos dos trabalhadores e sociais, estruturas económicas avançadas, uma organização mais democrática do poder político, um sistema eleitoral autenticamente representativo, um programa de transformação progressista da sociedade.

(...)

Sobre os problemas e a luta das mulheres — Rosa Rabiais

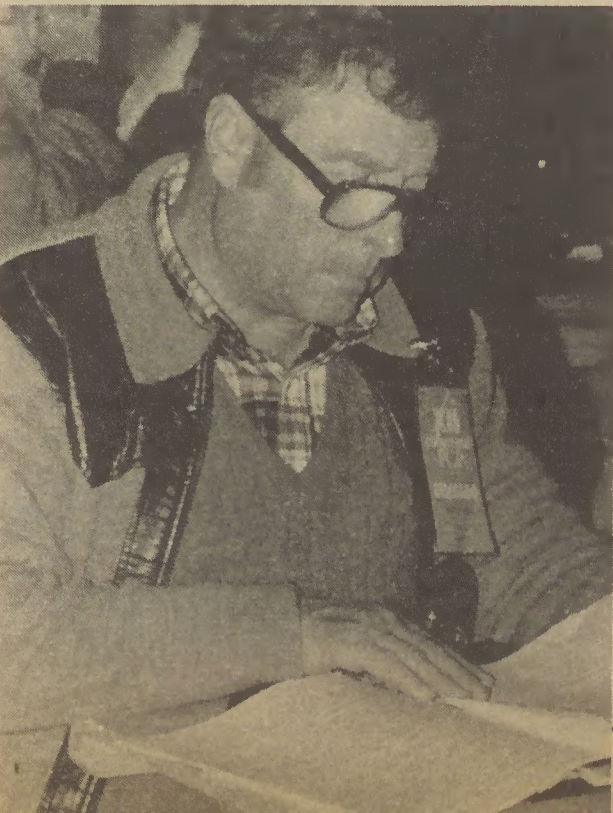
(...) Na difícil e complexa encruzilhada em que se encontra a economia portuguesa, perante a concretização do Mercado Interno é cada vez mais necessário, a uma política de desenvolvimento, que as alavancas fundamentais da economia não caíam nas mãos das transnacionais o que, nas nossas condições, implica a existência de um forte, integrado e dinâmico Sector Empresarial do Estado, com uma lógica de acumulação própria, assente no reforço da base nacional de acumulação e da base científica e tecnológica.

(...)

(...) A acção das mulheres alargou-se a uma diversidade de outras temáticas, realizando debates, conferências, tribunais de opinião, aprofundando o conhecimento da realidade das mulheres e mobilizando-as para uma maior participação.

O desenvolvimento da luta neste período confirma que, quando as mulheres se organizam, concretizam em reivindicações concretas o descontentamento existente e encontram as formas de acção adequadas, participam com determinação e com iniciativas inovadoras. Alargou-se o campo de intervenção das mulheres, apareceram novas estruturas orgânicas e uma maior cooperação entre organizações femininas de tendências diversas. O movimento das mulheres (mulheres trabalhadoras no MSU, o MDM e as CUM's) é factor fundamental para a unidade e mobilização das mulheres de classes e posições políticas e ideológicas diferenciadas, em torno da luta pela igualdade, contra as discriminações e pela resolução dos seus problemas.

O agravamento da situação das trabalhadoras exige o reforço do seu nível de organização e mobilização e impõe que os departamentos sindicais aprofundem o conhecimento dos seus problemas, exprimam as suas reivindicações, ampliando a unidade e acção do movimento sindical unitário no combate às formas de exploração e discriminação da mulher. A realização do 3.º Congresso do MDM confirmou a vitalidade, o profundo conhecimento da realidade feminina, o prestígio nacional e internacional e as potencialidades deste movimento, único capaz de dar voz e expressão a anseios de largos sectores de mulheres.



As eleições para o Parlamento Europeu — Joaquim Miranda

As eleições para o Parlamento Europeu que em princípio terão lugar no próximo dia 18 de Junho assumem uma importância relevante, quer porque é indispensável eleger deputados capazes de defender naquela instituição da CEE os interesses dos trabalhadores e do nosso país, quer também pelas implicações que delas poderão decorrer para a vida política interna.

A preparação destas eleições constitui assim, e desde já, uma tarefa prioritária, que exige o empenhamento de todo o Partido e que deverá ser concretizada numa consonância efectiva com o trabalho realizado e a realizar pelos deputados do PCP no PE e numa correcta articulação com as lutas desenvolvidas no País.

Partimos para estas eleições com a segurança de quem trabalhou, de quem interveio activamente e de quem procurou consensos em torno de questões importantes para o País, de quem se afirmou como voz autorizada e respeitada. Ao longo destes três anos de intervenção permanente no PE provámos que a nossa presença é não só necessária como insubstituível na defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores e dos interesses nacionais.

E estes são aspectos que devem estar no centro do debate eleitoral.

(...)

Movimento camponês

— Vasco Paiva

(...)

O movimento camponês, as lutas dos pequenos e médios agricultores não tiveram durante estes cinco anos um crescimento contínuo e regular, reflectiram também a própria evolução da situação política.

No entanto um balanço mesmo que genérico, permite-nos afirmar que este período é caracterizado pelo alargamento do movimento camponês a quase todas as regiões, pela persistência das lutas sob formas muito diversificadas e por estas abarcarem sectores de produção muito variados, assim como novas camadas e estratos, nomeadamente de médios agricultores.

Os agricultores resistiram, fizeram frente à política de direita contrária aos seus interesses e às diversas tentativas de destruição das conquistas de Abril de maior importância para este factor — a lei dos baldios e a lei do arrendamento rural.

(...)

O nosso Partido tem apoiado e continuará a apoiar a luta e o movimento unitário dos agricultores. Não nos limitámos a dar a nossa solidariedade e expressar o nosso apoio às suas reclamações. Temos defendido consequentemente os interesses dos agricultores em todas as instâncias.

Muitos camaradas nossos, agricultores, técnicos e outros, têm intervido activamente na luta. Ao longo dos anos o Partido adquiriu experiência, formou e destacou quadros para esta frente e para o estudo dos problemas.

A reconstituição dos grupos monopolistas — Octávio Teixeira

(...)

Análise objectiva dos últimos 13 anos revela que a política de direita se desenvolveu no sentido da restauração monopolista, tendo mesmo assumido a natureza de uma verdadeira cruzada de espoliações e de centralização forçada em benefício do grande capital, a qual se agravou e acelerou com o actual Governo de Cavaco Silva.

Essa política de recuperação capitalista conduziu já à formação de múltiplos grupos económicos, grandes à escala doméstica, que progressivamente vão alargando os seus tentáculos aos mais variados sectores de actividade. Ao mesmo tempo que se intensifica a penetração das multinacionais na economia portuguesa.

A génese desses novos grupos económicos capitalistas é diversa mas, no essencial, pode centrar-se em duas situações típicas:

— Por um lado, em parcelas dos grupos monopolistas anteriores ao 25 de Abril, que não foram abrangidas pelas nacionalizações, e de que são exemplo os grupos SONAE, LUSOTUR, Espírito Santo, Jorge de Brito, etc.;

— Por outro lado, em empresas com peso sectorial já importante antes do 25 de Abril e que não integravam qualquer dos grupos monopolistas, e que podem exemplificar-se com os grupos Amorim, RAR, Salvador Caetano, Vaz Guedes, etc.

Mas, camaradas, se a génese é diversa, o processo de formação e crescimento dos novos grupos capitalistas no nosso país apresenta-se com uma maior e mais clara homogeneidade.

Mais uma vez os grupos económicos capitalistas surgem em Portugal não tanto como resultado do processo clássico da concentração capitalista e de um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas mas, fundamentalmente, foram «fabricados» com o protecçãoismo e o auxílio activos do Estado, ou melhor, dos governos que há vários anos representam o Estado.

(...)

Mas, camaradas, como é igual sublinhando no Projecto de Teses, apesar da elevada e crescente concentração e centralização de capitais, o grande capital ainda não conseguiu a reconstituição do capitalismo monopolista de Estado no nosso país. E muito dificilmente o conseguirá enquanto se mantiver no sector público sectores e empresas fundamentais na nossa economia.

1a. SESSÃO

Os trabalhos do XII Congresso do PCP, a decorrer no Porto, no Palácio de Cristal, iniciaram-se na manhã do dia 1 de Dezembro de 1988.

A sessão de abertura

José Vitoriano, membro dos trabalhos apressou a composição da Mesa do Congresso.

Seguidamente foi por Regulamento do XII Co

José Luís Judas propôs o segredo.

Delgado Martins apresentou

Filipe Manuel Ruas manifestou-se pelo Central e propôs que se f

Rogério Moreira pediu ao delegados no Congresso.

Não havendo mais delegados esclarecimentos pedidos

do Bureau Político do PC de Grécia.

2a. SESSÃO

A segunda sessão do XII Congresso iniciou-se cerca das 15H30 do dia 1/12/88, sob a presidência do camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do Comité Central.

José Soeiro, membro da Comissão Política, foi o primeiro orador da sessão da tarde, tratando de forma pormenorizada a situação da Reforma Agrária, historiando a construção dessa importante conquista da Revolução e descrevendo as actuações e práticas que a visam destruir. A necessidade da realização completa da Reforma Agrária, e através dela, reforçar a produção agrícola nacional e realizar a justiça social foi salientada na intervenção.

João Camacho, engenheiro electrotécnico, membro do Secretariado da célula das ruas de Aljustrel salientou, entre outras questões, a importância da indústria activa para o desenvolvimento da economia nacional.

João CC do PCUS, Comité Regional de Paulo, membro do Bureau Político do PC da

Bureau Político do PSUA, apresentaram saudações ao Congresso, abordando também problemas internacionais e expondo as linhas gerais da actividade dos respectivos partidos.

3a. SESSÃO

Com início pelas 9H30 do dia 2.12, a 3a. Sessão do XII Congresso foi presidida pela camarada Luísa Araújo, membro suplente do Secretariado do Comité Central.

Em primeiro lugar usou da palavra o camarada Jaime Serra, do Bureau Político do PC da Câmara Municipal do distrito de Lisboa, para atingir pela

4a. SESSÃO

A quarta sessão do Congresso, iniciada pouco depois das 15 horas do dia 2/12, foi presidida pelo camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC.

O primeiro orador da tarde foi José Luis Macedo, membro do Secretariado da Direcção dos Seguros, da Organização Regional de Lisboa, que se pronunciou na Banca e nos Seguros.

José Luis Gonçalves, membro do Secretariado da Direcção Autónoma da Madeira, caracterizou a situação específica do Partido como informou sobre a actividade da Organização do Partido.

Manuel Gusmão, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, falou sobre a situação da intelectualidade.

Journal do Congresso

Nº 1 - 3-12-88

O Partido e a intelectualidade

— Manuel Gusmão

(...)

Camaradas, torna-se muito claro que a intelectualidade no seu conjunto é hoje crescentemente palco e objecto de uma aguda luta de classes, de que os seus membros são também, de diversas formas, agentes, e na qual adquire particular relevo a instância ideológica. No quadro do próprio avanço do processo contra-revolucionário, explorando as dificuldades e as inquietações que a sua própria duração gera, e procurando contrariar a tendência para a integração dos intelectuais no conjunto dos trabalhadores, defrontamos hoje uma clara tentativa para separar a intelectualidade da classe operária, e de, se possível, ferir no próprio seio do Partido Comunista a integração activa dos intelectuais. Trata-se de um objectivo que o Partido e com ele os intelectuais comunistas têm de combater e derrotar.

Toda a experiência histórica de que somos portadores nos diz, por um lado, que a classe operária não deve deixar-se isolar, e por outro, que os trabalhadores intelectuais não podem, separados dos outros trabalhadores, lutar com eficácia, e eficácia duradoura, pelos seus objectivos específicos e pelo rumo político que melhor os pode satisfazer.

(...)

Camaradas, o Partido pode ter uma confiança activa em nós, intelectuais comunistas. O trabalho humano opera sobre a

dura mas também magnífica materialidade do mundo, e todo ele, o trabalho intelectual também, contém em si mesmo, em germe e em processo, a transformação daquilo com que trabalha e, no seu horizonte, a autocriação do seu agente e a transformação da própria realidade. Nós, intelectuais comunistas, não nos podemos imaginar como meros instrumentos, ainda que críticos e reformadores, de uma qualquer estabilização do capitalismo português. São as próprias necessidades de rigor, de capacidade crítica, de criatividade (descoberta e invenção), características do trabalho intelectual e científico, assim como uma imperativa paixão ética, que nos levam a não poder aceitar o cerne da sociedade capitalista: o mecanismo da exploração e a sua rede de múltiplas opressões. Somos intelectuais comunistas porque não abdicamos de trabalhar e lutar pela transformação revolucionária da sociedade e da vida. Somo-lo porque, para nós, a obra de transformação humana que se configura no nosso trabalho criador e na nossa luta, só pode plenamente realizar-se, no quadro do trabalho e da luta de todos os trabalhadores. Só pode concretizar-se como património comum dos portugueses, no quadro da acção desse rude, diverso, complexo, imperfeito e admirável instrumento de transformação de Portugal, que é o Partido Comunista Português.

(...)

A integração de Portugal na CEE: condicionalismos e perspectivas de acção — Carlos Carvalhas

(...) Desde que Portugal é membro da CEE, o PCP não se manteve alheado nem da participação do País, nem das posições do Governo no processo da integração, nem das consequências da adesão.

Alguns observadores e comentadores interrogam-se e espantam-se mesmo, pelo facto do PCP, que esteve contra a integração, ser agora um dos partidos mais intervenientes sobre as questões da CEE, e de ter sido inclusivamente o primeiro e único partido até agora a submeter ao povo português e a apresentar na Assembleia da República, uma proposta com 25 pontos de reflexão para enfrentar «1992». A razão desta atitude é simples. O PCP é um partido nacional e patriótico que prossegue, embora em condições mais difíceis, decorrentes da integração, os mesmos ideais e objectivos. Por isso procura conhecer com rigor todas as implicações do novo enquadramento, de forma a poder actuar na defesa dos trabalhadores, do povo português e da independência nacional.

Sobre a criação de regiões administrativas — João Amaral

(...)

No projecto de Programa do PCP passou a figurar, entre os traços (os seis traços) da organização do poder político na democracia avançada, a criação das regiões administrativas, que assim assumem no Programa a relevância e o destaque que já vinham tendo na acção geral do nosso Partido. É bom recordar que foi o PCP o primeiro partido a apresentar, logo em 1977, um projecto de lei sobre a matéria; e, quando a direita julgava o processo definitivamente enterrado pela acção centralizadora dos sucessivos governos (AD, PS/PSD e PSD/Cavaco Silva), foi outra vez o PCP quem deu um novo e determinante impulso ao processo de regionalização, com a apresentação em Abril de 1986 de outro projecto de lei e com a sua sujeição ao debate das Assembleias Municipais e das populações em geral.

(...)

É preciso esclarecer! Esclarecer que as regiões são autarquias, com atribuições próprias (atribuições que exercem por direito próprio, conferido por lei, e não por concessão ou delegação casuística do poder central), e que são retiradas ao poder central (e nunca aos municípios da respectiva área); com órgãos representativos e eleitos pelo universo de cidadãos eleitores da respectiva área, através e com integral respeito do sistema de representação proporcional; com autonomia administrativa e financeira, resultante de receitas próprias e de transferências do Orçamento de Estado através de um Fundo que proporcione uma justa redistribuição de verbas em ordem a um desejável equilíbrio financeiro. Esclarecer, enfim, que as regiões são estruturas de poder, do poder regional, que realizam importantes funções do Estado.

(...)

Importa esclarecer que as regiões são, no actual momento, um contributo essencial para a defesa da autonomia dos municípios, pondo termo às ingerências das Comissões de Coordenação Regional (CCR's), tornadas instrumentos do Governo no controlo e espartilhamento do Poder Local e no progressivo esvaziamento da sua autonomia.

Os problemas da juventude

— Paula Coelho

(...)

A JCP prepara neste momento o seu III Congresso, convocado para os dias 15 e 16 de Abril.

Muitos aspectos e formas da nossa actividade têm de ser melhorados. Para muitas questões há que procurar novas respostas.

Analisar as experiências riquíssimas e recentes do movimento juvenil de massas, as consequências da política de direita na evolução da mentalidade dos jovens, é uma tarefa essencial.

Conceber a nossa organização cada vez mais virada para a intervenção no movimento juvenil, não descurando a sua intervenção própria e prestígio junto dos jovens: partir da acção do movimento juvenil para a construção da JCP, concebendo-a como uma organização aberta, maleável.

(...)

A tarefa de atrair e mobilizar os jovens para os nossos ideais e para a luta pelos seus direitos e aspirações e os do povo português em geral, não se coloca apenas à JCP, mas deve mobilizar e envolver todo o Partido.

Ganhar os jovens para a luta pelos seus direitos e aspirações, para os valores da democracia de Abril, para uma intervenção social progressista, para os ideais do socialismo e do comunismo, trazer mais jovens à JCP e ao PCP são tarefas que temos de enfrentar em conjunto, com determinação e com confiança.



Comité Central eleito no XII Congresso

MEMBROS EFECTIVOS

ABÍLIO LOPES MARTINS

Operário metalúrgico. 56 anos.

ADELINO PEREIRA DA SILVA

Operário metalúrgico. 49 anos.

ALBANO FREIRE NUNES

Intelectual. 47 anos.

AGOSTINHO N. DE AZEVEDO F. LOPES

Engenheiro. 44 anos.

ALEXANDRE TEIXEIRA

Operário metalúrgico. 36 anos.

ÁLVARO CUNHAL

Licenciado em Direito. 75 anos.

ÂNGELO MATOS MENDES VELOSO

Intelectual. 58 anos.

ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO ANDREZ

Empregado. 37 anos.

ANTÓNIO DIAS LOURENÇO DA SILVA

Operário metalúrgico. 73 anos.

ANTÓNIO FERNANDES MARTINS COELHO

Empregado. 48 anos.

ANTÓNIO J. DE AZEVEDO FERREIRA LOPES

Empregado. 41 anos.

ANTÓNIO JOAQUIM GERVÁSIO

Operário agrícola. 61 anos.

ANTÓNIO JOSÉ CASMARRINHA

Operário. 41 anos.

ANTÓNIO JOSÉ ORCINHA RODRIGUES

Operário metalúrgico. 39 anos.

ANTÓNIO DOS SANTOS MURTEIRA

Engenheiro técnico agrícola. 41 anos.

ANTÓNIO DA SILVA MOTA

Operário metalúrgico. 51 anos.

ANTÓNIO SIMÕES DE ABREU

Engenheiro. 41 anos.

ARMANDO C. MORAIS DE OLIVEIRA

Operário metalúrgico. 43 anos.

ARMANDO DA SILVA CARVALHO

Agricultor. 35 anos.

ARTUR JOSÉ VIDAL PINTO

Operário. 43 anos.

AURÉLIO MONTEIRO DOS SANTOS

Intelectual. 58 anos.

BERNARDINA LUCIA SEBASTIÃO

Operária. 35 anos.

BRANCA MARIA DA CRUZ CARVALHO

Empregada. 35 anos.

CARLOS ALBERTO CARDOSO MENDES GRILLO

Empregado. 43 anos.

CARLOS A. DO VALE GOMES CARVALHAS

Economista. 46 anos.

CARLOS ALFREDO DE BRITO

Empregado. 55 anos.

CARLOS CAMPOS RODRIGUES COSTA

Intelectual. 60 anos.

CARLOS H. S. DE ABOIM INGLÊS

Intelectual. 58 anos.

CARLOS LUÍS FIGUEIRA

Empregado. 44 anos.

CARLOS M. FERREIRA DA PAZ RAMILDES

Operário. 39 anos.

CARLOS MANUEL GUERRA FRAIÃO

Intelectual. 40 anos.

CLARINDA MARIA DE PINHO NOGUEIRA

Empregada. 35 anos.

DIAMANTINO JOSÉ DIAS

Operário metalúrgico. 38 anos.

DINIZ FERNANDES MIRANDA

Operário agrícola. 59 anos.

DOMINGOS ABRANTES FERREIRA

Operário. 52 anos.

DOMINGOS OLIVEIRA DIAS

Operário metalúrgico. 35 anos.

EDGAR MACIEL ALMEIDA CORREIA

Engenheiro. 43 anos.

EMÍDIO J. DE VASCONCELOS PINTO RIBEIRO

Intelectual. 40 anos.

ERNESTO DOS SANTOS AFONSO

Operário metalúrgico. 39 anos.

EUCLIDES FERNANDES PEREIRA

Empregado. 47 anos.

EUGÉNIO BAETA RIBEIRO PISCO

Operário metalúrgico. 37 anos.

FERNANDO BLANQUI TEIXEIRA

Engenheiro. 66 anos.

FERNANDO DAS NEVES TEIXEIRA

Operário. 45 anos.

FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA LOPES

Operário. 33 anos.

FRANCISCO DO ROSÁRIO LANCINHA

Operário. 53 anos.

HENRIQUE JOSÉ CARVALHO DE SOUSA

Empregado. 37 anos.

HIPÓLITO FIALHO DOS SANTOS

Operário metalúrgico. 48 anos.

JAIME DOS SANTOS SERRA

Operário. 67 anos.

JAIME DE SOUSA FÉLIX

Operário. 48 anos.

JERÓNIMO CARVALHO DE SOUSA

Operário metalúrgico. 41 anos.

JOÃO ANTÓNIO TORRINHAS PAULO

Operário metalúrgico. 39 anos.

JOÃO DE MATOS BERNARDINO

Empregado. 40 anos.

JOAQUIM GOMES DOS SANTOS

Operário vidreiro. 71 anos.

JOAQUIM JORGE ALVES ARAÚJO

Intelectual. 52 anos.

JORGE MANUEL SÁRIO DE MATOS

Professor do Ensino Primário. 42 anos.

JOSÉ AUGUSTO ESTEVES

Empregado. 41 anos.

JOSÉ BATISTA MESTRE SOEIRO

Operário agrícola. 40 anos.

JOSÉ EDUARDO BICUDO DECQ MOTA

Intelectual. 39 anos.

JOSÉ ERNESTO CARTAXO

Serralheiro mecânica. 45 anos.

JOSÉ GONÇALO SIMÃO TIMÓTEO

Operário metalúrgico. 37 anos.

JOSÉ MACHADO MOREIRA RITA

Operário agrícola. 46 anos.

JOSÉ MANUEL CALADO FERREIRA NETO

Empregado. 41 anos.

JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA

Operário metalúrgico. 43 anos.

JOSÉ M. DE OLIVEIRA BERNARDINO

Intelectual. 53 anos.

JOSÉ NOGUEIRA DA SILVA CASANOVA

Operário. 49 anos.

JOSÉ RODRIGUES ANTUNES

Operário. 33 anos.

JOSÉ RODRIGUES VITORIANO

Operário. 70 anos.

JOSÉ TEODÓSIO CACHOCHAS

Operário metalúrgico. 43 anos.

JÚLIO ANTÓNIO DELAUNAY FILIPE

Operário. 40 anos.

LUÍSA ARAÚJO

Empregada. 41 anos.

LUÍS MANUEL DA SILVA VIANA SÁ

Licenciado em Direito. 36 anos.

MANUEL ANTÓNIO TEIXEIRA DE FREITAS

Operário têxtil. 39 anos.

MANUEL MENDES NOBRE GUSMÃO

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. 43 anos.

MANUEL SOBRAL ANTUNES PEREIRA

Empregado. 44 anos.

MANUEL VASCO DA COSTA FERREIRA PAIVA

Empregado. 38 anos.

MARIA DO CARMO TAVARES RAMOS

Analista Química. 43 anos.

M. FERNANDA SANTOS CARDOSO MATEUS

Operária têxtil. 29 anos.

MARIA FERNANDA DE SOUSA BARROSO

Engenheira Técnica Química. 43 anos.

MARIA HELENA GUIMARÃES MEDINA

Intelectual. 38 anos.

MARIA DA PIEDADE MORGADINHO

Intelectual. 55 anos.

MARIA ROSA MONTEIRO RABIAIS

Empregada. 36 anos.

MARILIA P. MORAIS VILLAVARDE CABRAL

Empregada. 46 anos.

OCTÁVIO FLORIANO RODRIGUES PATO

Empregado. 63 anos.

ÓSCAR LUSO DE FREITAS LOPES

Professor catedrático da Faculdade de Letras do Porto e Escritor. 71 anos.

RAIMUNDO DO CÉU CABRAL

Operário agrícola. 41 anos.

ROMEU AUGUSTO DOMINGOS DO ROSÁRIO

Analista Químico. 48 anos.

ROSA DE OLIVEIRA DIAS

Operária têxtil. 32 anos.

RUBEN LUÍS TRISTÃO DE CARVALHO E SILVA

Intelectual. 44 anos.

SÉRGIO MANUEL DE SOUSA TEIXEIRA

Operário gráfico. 38 anos.

SÉRGIO DE MATOS VILARIGUES

Operário. 73 anos.

SERAFIM BRÁS DA SILVA

Operário agrícola. 34 anos.

SEVERIANO PEDRO FALCÃO

Operário. 65 anos.

VIRGÍLIO MANUEL FRANÇA AZEVEDO

Operário metalúrgico. 33 anos.

VÍTOR ALBERTO ALVES DOS SANTOS

Operário. 35 anos.

VÍTOR MANUEL CAETANO DIAS

Intelectual. 43 anos.

VÍTOR MANUEL MARQUES FERNANDES

Empregado. 46 anos.

Organismos executivos eleitos pelo Comité Central

COMISSÃO POLÍTICA

MEMBROS EFECTIVOS

Álvaro Cunhal
Ângelo Veloso
António Gervásio
António Lopes
Carlos Brito
Domingos Abrantes
Edgar Maciel Correia
Jorge Araújo
José Casanova
José Soeiro
Luís Sá
Raimundo Cabral

MEMBROS SUPLENTES

Agostinho Ferreira Lopes
António Orcinha
António Casmarrinha
Bernardina Sebastião
Carlos Carvalhas
Carlos Fraião
Carlos Luís Figueira
Decq Mota
Manuel Sobral
Sérgio Teixeira

EXECUTIVO DA COMISSÃO POLÍTICA

Álvaro Cunhal
Agostinho Lopes
Ângelo Veloso
Carlos Brito
Domingos Abrantes
José Casanova
José Soeiro
Luís Sá

SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL

MEMBROS EFECTIVOS

Álvaro Cunhal
Carlos Costa
Domingos Abrantes
Fernando Blanqui Teixeira
Jorge Araújo
Luís Araújo
Octávio Pato

MEMBROS SUPLENTES

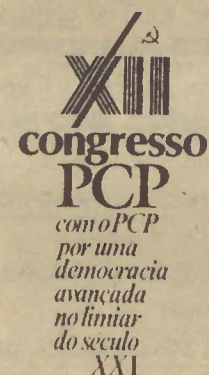
Albano Nunes
Artur Vidal Pinto
Francisco Lopes

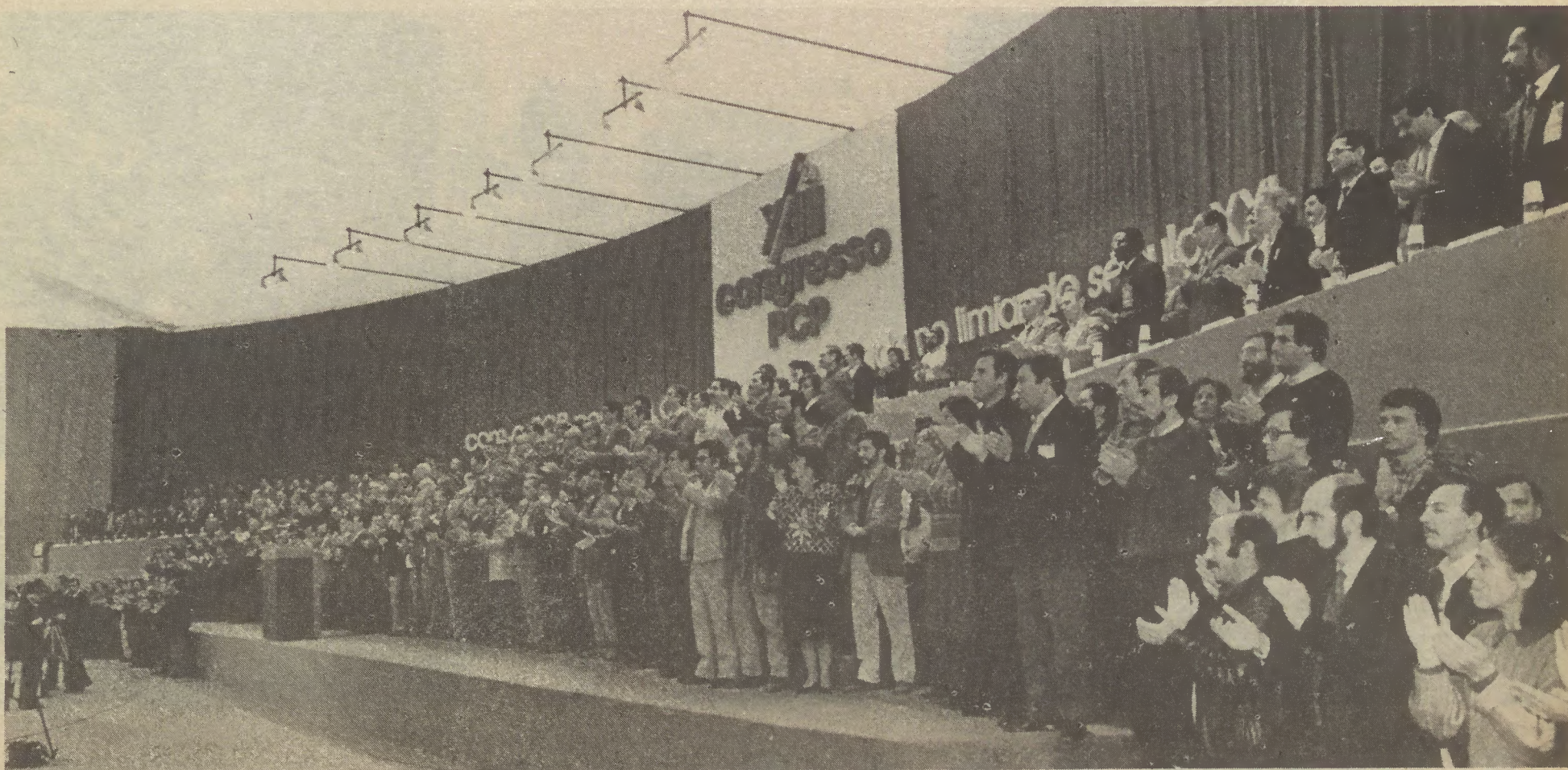
COMISSÃO CENTRAL DE CONTROLO E QUADROS

Carlos Costa
Fernando Blanqui Teixeira
Jaime Serra
Joaquim Gomes
José Vitoriano
Luís Araújo
Sérgio Vilarigues

SECRETÁRIO-GERAL

Álvaro Cunhal





Membros suplentes

ABÍLIO MIGUEL JOAQUIM DIAS FERNANDES

Economista. 50 anos.

ALEIXO PEREIRA BRAZ

Pescador. 36 anos.

AMÉRICO COSTA

Empregado. 45 anos.

ANA BENEDITA RAMOS CARO

Operária agrícola. 41 anos.

ANA PAULA DA SILVA COELHO

Estudante. 27 anos.

ANTÓNIO BATISTA CORDEIRO

Operário. 37 anos.

ANTÓNIO JOSÉ RODRIGUES VITÓRIA

Empregado de Escritório. 30 anos.

ANTÓNIO RAMOS CARDOSO

Operário tecelão. 38 anos.

ARMANDO RODRIGUES

Operário da Construção Civil.

ARMÉNIO HORÁCIO ALVES CARLOS

Electricista. 33 anos.

AVELINO PACHECO GONÇALVES

Empregado. 49 anos.

CARLOS ALBERTO MENDONÇA RABAÇAL

Professor de Educação Física. 35 anos.

C. HUMBERTO PALÁCIOS P. DE CARVALHO

Empregado de Escritório. 37 anos.

DANIEL DOS REIS BRANCO

Engenheiro Técnico. 43 anos.

DOMINGOS MARTINS MORIM LOPES

Licenciado. 39 anos.

EDUARDA MARIA DE CASTRO FERNANDES

Empregada de Escritório. 39 anos

EUFRÁSIO FILIPE GARCEZ JOSÉ

Empregado. 39 anos

EULÁLIA ROSA CAEIRO MIRANDA

Operária. 34 anos.

FERNANDO FILIPE ESTEVES VICENTE

Engenheiro. 47 anos.

F. MANUEL GARCIA AMARO DA SILVA

Barman. 36 anos.

FERNANDO PIRES

Operário. 33 anos

FILIPE LEANDRO MARTINS

Jornalista. 43 anos.

FRANCISCO ANTÓNIO BRAZ CAIXINHA

Operário agrícola. 34 anos.

FRANCISCO JOAQUIM LOURENÇO PEREIRA

Operário. 31 anos.

FRANCISCO MANUEL MATEUS GUERREIRO

Serralhaeiro Mecânico. 35 anos.

HELDER DA SILVA NOBRE MADEIRA

Empregado. 49 anos.

HELENA BASTOS

Engenheira Química. 45 anos.

HELENA NEVES

Jornalista. 43 anos.

JOÃO ALBERTO GARCIA DE ABREU

Operário da Construção Civil. 32 anos

JOÃO ANTÓNIO GONÇALVES DO AMARAL

Licenciado em Direito. 44 anos.

JOÃO FERNANDO DIAS SERRA

Operário Agrícola. 35 anos.

JOÃO JOSÉ ALFACINHA PINHEIRO

Operário. 44 anos.

JOÃO MANUEL PINHO ZAGALO E MELO

Empregado de Escritório. 28 anos.

JOÃO MARIA DE ANDRADE FONSECA

Empregado bancário. 49 anos.

JOÃO PEDRO FURTADO DA CUNHA SEMEDO

Médico. 37 anos.

JOÃO PEREIRA DUARTE

Empregado. 34 anos.

JOÃO SILVA

Mecânico de automóveis. 38 anos.

JOAQUIM ALMEIDA DA SILVA

Operário metalúrgico. 39 anos.

JOAQUIM AUGUSTO NUNES PINA MOURA

Intelectual. 36 anos.

JOAQUIM CARLOS COELHO TAVARES

Mecânico de frio. 26 anos.

JOAQUIM ESTEVÃO MIGUEL JUDAS

Intelectual. 37 anos.

JOAQUIM INÁCIO CHARNECA MIGUEL

Operário agrícola. 41 anos.

JOAQUIM MANUEL ALMEIDA DIAS

Operário. 43 anos.

JOAQUIM MIRANDA DA SILVA

Economista. 38 anos.

JORGE CORDEIRO

Empregado. 35 anos.

JORGE FILIPE DE GOUVEIA MONTEIRO

Licenciado em Direito. 32 anos.

JORGE GUILHERME ESTEVES PIRES

Serralheiro. 35 anos.

JORGE SARABANDO MOREIRA

Intelectual. 40 anos.

JOSÉ BENTO PALETA FERNANDES

Operário. 40 anos.

JOSÉ LUÍS CORREIA DA SILVA

Operário agrícola. 49 anos.

JOSÉ MANUEL ARANHA FIGUEIREDO

Operário. 40 anos.

JOSÉ MANUEL GOMES DE FREITAS

Empregado. 45 anos.

JOSÉ VELOSO ABREU

Operário químico. 45 anos.

JÚLIO JOAQUIM BESSA VINTÉM

Operário tipógrafo. 34 anos.

LINO ANTÓNIO MARQUES DE CARVALHO

Técnico de contas. 42 anos.

LUÍS JORGE OLIVEIRA DIAS

Engenheiro electrotécnico. 52 anos.

MANUEL GUERREIRO REIS

Electricista. 33 anos.

MANUEL NETO GOUVEIA

Operário tecelão. 38 anos.

MANUEL SILVA RIBEIRO ALMEIDA

Operário metalúrgico. 43 anos.

MANUELA ESTEVES

Professora. 39 anos.

MARIA DA CONCEIÇÃO MORAIS MATIAS

Empregada. 39 anos.

MARIA ELVIRA BARREIRA FERREIRA NEREU

Empregada. 47 anos.

MARIA ETELVINA ROSA LOPES RIBEIRO

Operária vidreira. 33 anos.

MARIA JOSÉ CORREIA DA COSTA

Operária têxtil. 37 anos.

MARIA LEONOR MAIA XAVIER

Operária agrícola. 38 anos.

MARIA MANUELA BERNARDINO

Intelectual. 44 anos.

MARIA ODETE JESUS FILIPE

Operária. 38 anos.

MARIA TERESA DE AZEVEDO FERREIRA LOPES

Professora do Ensino Secundário. 37 anos.

MÁRIO MACHADO DA COSTA

Operário. 37 anos.

MÁRIO WREN ABRANTES DA SILVA

Engenheiro silvicultor. 38 anos.

OCTÁVIO AUGUSTO TEIXEIRA

Economista. 44 anos.

RAMIRO SILVESTRE L. MACHADO DA SILVA

Serralheiro de tubos. 34 anos.

RAQUEL AGOSTINHO DA RAMA T. ABALADA

Operária têxtil. 34 anos.

ROGÉRIO FERNANDO DA SILVA RIBEIRO

Professor e artista plástico. 58 anos.

ROGÉRIO FRANCISCO ARRAIOLOS

Operário agrícola. 51 anos.

RUI MANUEL NETO PAIXÃO

Operário. 39 anos.

SAUL FETEIRA FRAGATA

Operário. 42 anos.

VIRIATO PINA MOURA

Economista. 35 anos.

VÍTOR LUÍS CABRAL DE CASTRO

Operário. 47 anos.

Delegações saúdam o Congresso

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

O «Avante!» publica hoje as saudações ao XII Congresso apresentadas pelas delegações do PCUS, do PCF, do MPLA-PT, do PSUA, do PC Búlgaro, do PC do Vietname, do PC de Cuba, da OLP, do PC da China, do POU Polaco, do Partido FRELIMO, e do PC do Chile.

Publicaremos no próximo número as saudações apresentadas pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, PC da Grécia, PC da Checoslováquia, PC da África do Sul, Partido do Tra-

balho da Etiópia, PPS do Líbano, PC de Espanha, PC da Índia, PC Romeno, Fretilin, PC Italiano, PS Iemenita, PC de El Salvador, Liga dos Comunistas da Jugoslávia, PPR do Kampuchea, PAICV, Partido Congolês do Trabalho, MLSTP, PAIGC, PPR do Laos, PRP do Benin, PC Alemão, PPR da Mongólia, PT da Coreia, PC do Uruguai, PC Japonês, AKEL, Baas da Síria, PC Brasileiro, Partido da Esquerda dos Comunistas da Suécia.



V. A. Medvedev

Membro do Bureau
Político do CC do PCUS,
Secretário do CC do
PCUS

Transmito-vos a vós, delegados do XII Congresso do Partido Comunista Português, e a todos os comunistas portugueses a saudação fraternal do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, dos comunistas do nosso país.

M. S. Gorbatchov, secretário-geral do CC do PCUS, transmite-vos os melhores votos e desejos de êxito no trabalho. Recordo com grande simpatia a sua participação nos trabalhos do X Congresso do vosso partido, que decorreu nesta mesma sala, os seus encontros cordiais com os comunistas portugueses, com os trabalhadores da cidade do Porto.

No nosso país, conhece-se e respeita-se profundamente o Partido Comunista Português pela sua luta abnegada em defesa dos interesses da classe operária, de todos os trabalhadores que tem conduzido durante toda a sua heróica história.

O relatório apresentado pelo camarada Alvaro Cunhal, em nome do Comité Central do Partido Comunista, define claramente as direcções fundamentais desta luta na etapa actual do desenvolvimento da sociedade portuguesa. O relatório do CC mostra convincentemente que sabeis pensar de forma nova, actuar energeticamente em prol da coesão, em torno de vós, das massas populares, das amplas forças patrióticas do país.

Camaradas! Na história do desenvolvimento da sociedade surgem de tempos a tempos, períodos em que há necessidade de ponderar seriamente as posições atingidas e traçar as perspectivas ulteriores de desenvolvimento. Hoje, a nossa sociedade socialista vive precisamente tal período. Ela vê-se confrontada com um novo desafio histórico, exige uma renovação qualitativa e profunda, dinamismo crescente.

Não existem razões para diminuir o significado das enormes transformações sociais e económicas realizadas no nosso país em 70 anos. Em muitos campos do progresso social, o socialismo tornou-se exemplo de resolução de tarefas que se colocam hoje perante a Humanidade. Ele exerce enorme influência em todo o desenvolvimento mundial.

Ao mesmo tempo, reconhecemos abertamente que, a partir dos finais dos anos 70, no nosso desenvolvimen-

to, começaram a manifestar-se tendências negativas, falhas na economia, atraso na esfera social. O socialismo, enquanto formação social, começou a perder o seu poder de atracção.

Sendo nós os comunistas, não podíamos, nem tínhamos direito de aceitar tais tendências de desenvolvimento, tomando em conta que isto complica também a actividade dos nossos amigos no estrangeiro, de todos os que se inspiram nos ideais do socialismo.

A situação criada foi detalhadamente analisada no Plenário de Abril (1985) do CC do PCUS e no XXVII Congresso do nosso partido. Foi precisamente então que enveredámos pela via das transformações revolucionárias para revelar ao máximo o potencial gigantesco do socialismo, atribuir-lhe o novo respiro, elevar o seu prestígio e a força de atracção.

Assim começou a nossa perestroika. Respondendo às exigências do desenvolvimento interno da nossa sociedade, ela adquiriu ressonância internacional, despertou a atenção dos mais amplos círculos da opinião pública mundial.

Quero sublinhar particularmente que procuramos respostas às novas perguntas que a vida coloca perante nós na via lançada pelo Grande Outubro de 1917, na via de Lênine, na via do socialismo. Dela jamais nos afastaremos. Quanto a isso, nem os nossos amigos devem ter dúvidas, nem os nossos adversários devem ter ilusões e esperanças.

Compreendemos a perestroika como a renovação do socialismo, a sua libertação de tudo o que há de velho, de alheio, como a elevação do socialismo a um nível mais alto de desenvolvimento e como a sua afirmação enquanto formação social mais progressista e democrática no limiar do séc. XXI.

O elemento central da reestruturação reside na reforma do sistema político, na democratização de todas as esferas da vida social. Esta tarefa foi avançada pela XIX Conferência Nacional do Partido, realizado no Verão passado.

Ao mesmo tempo o elo fulcral da reforma do sistema político reside no restabelecimento dos poderes dos Soviotes enquanto órgãos de verdadeira autogestão popular. É precisamente esta a essência das leis sobre as alterações e adendas à Constituição da URSS e sobre as eleições dos deputados do povo da URSS, hoje analisadas pelo Soviete Supremo da

URSS, depois da sua discussão por todo o povo.

Mas isto não significa a redução do papel do Partido Comunista. A situação do PCUS enquanto vanguarda política da sociedade mantém-se na sua totalidade, aumenta a sua responsabilidade perante o povo. A realização deste papel vão contribuir a libertação do partido de funções que não lhe são inerentes da gestão estatal e económica, a democratização profunda de toda a sua vida interna.

Na ordem do dia da reforma política estão também os problemas importantes das relações da União e das Repúblicas nacionais federadas, dos Soviotes centrais e locais. Os nossos amigos conhecem os êxitos alcançados pela sociedade soviética na solução da questão nacional. Contudo num país multinacional como o nosso, nesta esfera acumularam-se igualmente, nos anos passados, numerosos problemas. São necessárias decisões ponderadas que correspondam completamente ao nível actual de desenvolvimento social. Um Plenário especial do CC do PCUS será dedicado à discussão destas questões.

A reforma económica radical é outro elo importantíssimo da reestruturação. Queremos fazer com que o homem tenha realmente consciência de que é dono do património social, possa influir realmente na resolução das questões económicas e sociais, tanto na sociedade em geral, como em cada empresa, em cada cidade, em cada povoação. Queremos através do desenvolvimento multilateral dos métodos económicos aumentar o interesse de cada homem do trabalho: operário, camponês, engenheiro, nos resultados do seu trabalho e nessa base alcançar uma rápida aceleração do progresso técnico-científico e económico.

Tudo está virado para isso: a reorientação social do desenvolvimento económico, a mudança da estrutura política, do planeamento, da gestão e de outros instrumentos da economia nacional.

É precisamente isto que visam as leis sobre a empresa socialista, sobre o desenvolvimento das Cooperativas e outras, aprovadas nos últimos dois anos.

A economia para nós não é o objectivo em si. Ela deve servir o homem do trabalho e a satisfação das suas necessidades materiais e intelectuais. É esta a essência da política social aprovada pelo Partido, que considera como tarefa primordial a aceleração dos ritmos de construção de habitações, hospitais, esco-

las, jardins de infância e de outros estabelecimentos sociais, as medidas radicais a fim de melhorar o fornecimento à população de produtos alimentares, outros artigos e serviços.

Camaradas, é preciso reconhecer honestamente que as transformações avançam com mais dificuldade do que nós pensávamos. Nem tudo é feito como gostaríamos que fosse feito. Sente-se a força da inércia, é grande a resistência da burocracia, dos esteriótipos caducos, de tudo aquilo a que chamamos mecanismos de travagem.

Não obstante, os êxitos não são poucos. Depois de uma série de anos de estagnação começou a melhorar-se a situação económica. Mas o principal consiste em que os trabalhadores passaram a ver na Perestroika a sua causa vital. Nela irrompe activamente a iniciativa popular, toda a vida social se intensificou de forma nunca vista. O Partido soube criar um clima de transparência, de discussão aberta e honesta dos problemas que se acumulam na sociedade.

Nas discussões agudas têm por vezes lugar «exageros», nelas manifestam-se diferentes pontos de vista, por vezes incorrectos. Nós sabemos que isto pode criar certas dificuldades, provocar interrogações óbvias entre os nossos amigos estrangeiros. Mas não são estes custos que determinam a atmosfera ideológica no nosso país. Num clima de democratização, de transparência nassem numerosas propostas construtivas que ajudam a resolver com êxito as tarefas da Perestroika, cresce a iniciativa criadora dos soviéticos.

Camaradas! A Perestroika está também indissolivelmente ligada a renovação radical da política externa da União Soviética, isto é, a filosofia das relações internacionais a que chamamos novo modo de pensamento político. Neste campo, o PCUS combina a fidelidade à linha leninista rumo à paz e à coexistência pacífica com a tomada de consciência das novas realidades que mudaram radicalmente a face do mundo moderno.

Em menos de quatro anos formaram-se os elementos fundamentais do novo modo de pensamento político. Estes são: a exigência imperativa de salvaguarda da civilização humana face à ameaça da destruição nuclear; a tomada de consciência da diversidade e da interdependência do mundo; o respeito rigoroso dos direitos de cada povo a escolher livremente o seu destino; o reconhecimento da impossibilidade de solução militar dos litígios entre Estados e a importância de procura de um equilíbrio de interesses; a necessidade da cooperação de todos os povos e Estados, independentemente do sistema político-social para solução dos problemas globais da humanidade.

Neste sentido, não se pode deixar de concordar com o ponto das Teses do vosso CC que diz que, «na luta pela paz, não podem existir fronteiras de classe e barreiras ideológicas».

Hoje os valores universais avançam para o primeiro pla-

no na criação de relações internacionais civilizadas, dignas do nosso tempo. Eles não só não contradizem os interesses de classe do socialismo, da classe operária dos trabalhadores de todos os países, mas, pelo contrário, correspondem-lhes plenamente. Pois o socialismo, os trabalhadores estão mais interessados do que ninguém em que o futuro da humanidade seja liberto da ameaça da catástrofe nuclear.

Temos todas as razões para considerar que semelhante abordagem já dá uns primeiros resultados nas relações internacionais. O aspecto do socialismo como sistema «fechado» desaparece gradualmente, a simpatia e o interesse para com ele aumentam, incluindo os que, antes, não queriam nada connosco.

O novo modo de pensamento político expressou-se na apresentação, por parte do nosso país, do programa de libertação do mundo das armas nucleares até ao ano 2000 e de criação de um sistema universal de segurança internacional. A sua realização prática na política externa já levou a União Soviética a concluir com os EUA o Tratado sobre a eliminação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance, que deu início ao processo de desarmamento nuclear real.

Ele ajuda a encontrar as vias e a iniciar na prática um desbloqueamento dos conflitos regionais, inclusive no Sudoeste Africano.

Quero falar especialmente da Europa. Aqui ganha reconhecimento cada vez maior a concepção da «casa europeia comum». A comunidade de destinos históricos e culturais dos povos europeus e, por outro lado, a concentração jamais vista de armamentos no nosso velho continente, a existência de dois blocos militares opostos tornam particularmente actual uma viragem radical para o saneamento da situação na Europa para a criação dos alicerces da confiança e da cooperação mutuamente vantajosa.

Constatamos com satisfação o interesse crescente, manifestado pelos dirigentes políticos europeus, para com a edificação conjunta da «casa comum europeia», a compreensão do lado dos dirigentes políticos dos Estados europeus de que esta ideia não visa prejudicar nenhuma das alianças políticas.

Por outro lado, não pode deixar de preocupar-nos as tendências reanimadas rumo à integração militar da Europa Ocidental; as tentativas de contornar o Tratado sobre os mísseis de médio e curto alcance sob o pretexto de «modernização» das forças nucleares. Isto acarreta uma ameaça de mais uma volta perigosa na corrida aos armamentos.

Diferentes medidas discriminatórias, nomeadamente as famigeradas listas do COCOM (Comité Comercial de Aprovação de Vendas), impedem notavelmente o desenvolvimento dos laços económicos normais intereuropeus. A eliminação de todos estes obstáculos, a neutralização das tendências negativas corresponderiam aos interesses de todos os Estados europeus, e não só dos Estados europeus.

O reforço da compreensão mútua entre a União Soviética e Portugal nos problemas internacionais mais importantes e o alargamento da cooperação soviético-portuguesa estimulariam também o aumento da confiança internacional, nomeadamente no Continente Europeu, materialização dos principais acordos conseguidos durante a

visita de M. Soares, Presidente de Portugal, à URSS em 1987. Estamos prontos a desenvolver a todos os níveis o diálogo construtivo iniciado com a parte portuguesa.

Camaradas!

Nós, os comunistas soviéticos, ficamos muito satisfeitos com o facto de as relações entre o PCUS e o Partido Comunista Português terem sido sempre e continuarem a ser um digno exemplo de unidade de ideais e de solidariedade combativa. Apreciamos altamente os estreitos laços internacionalistas com o vosso Partido, o apoio dos Comunistas portugueses à nossa Perestroika.

Expressamos os nossos votos de trabalho eficaz ao vosso Congresso e os êxitos em toda a actividade do vosso Partido.

Que se fortaleçam e desenvolvam a solidariedade entre o PCUS e o Partido Comunista Português, a amizade entre o Povo Soviético e o Povo Português!

Permitam-me que entregue a Saudação do CC do PCUS à Mesa de Presidência do vosso Congresso. ■

Georges Marchais

Secretário-Geral do PCF

Permitam-me que expresse a grande alegria que sentimos em nos encontrarmos entre vós. Os laços de amizade e de solidariedade que unem os Comunistas Portugueses aos Comunistas Franceses não datam de ontem. Eles não pararam de se reforçar ao longo dos combates por vós travados: durante a longa noite da ditadura fascista, durante a Revolução de Abril e, nestes últimos anos para a defesa das conquistas democráticas da Revolução de Abril, contra a direita e a extrema-direita.

Em cada uma destas etapas da história recente do vosso País, o Partido Comunista Português desempenhou um papel decisivo.

O relatório de Alvaro Cunhal que nós ouvimos confirma-nos que vai continuar a ser assim mais do que nunca no futuro.

É pois com grande emoção que dirijo ao vosso XII Congresso a saudação fraternal e calorosa do Partido Comunista Francês.

O Povo Francês vê-se confrontado com uma dura política de austeridade que o atinge, governo após governo acerca de 20 anos. Aumentam o desemprego, a instabilidade, a deterioração do nível de vida. E isto, ao mesmo tempo que nestes últimos 5 anos duplicaram os lucros, triplicaram as grandes fortunas e quadruplicaram as relações de especulação financeira.

Esta situação não torna a luta de um partido como o nosso automaticamente mais fácil. As forças do capital sabem, com efeito, utilizar uma certa habitude à crise para propagandear as suas ideias de fatalidade e de resignação. Utilizam, por outro lado, largamente a repressão. Foi assim que progrediram no nosso País quer o princípio de «cada um por si», o racismo, o obscurantismo e o comportamento de adaptação à política de austeridade.

Durante vários anos o nosso Partido sofreu pesadamente as consequências desta forte tendência. Mas recusou-se a seguir aqueles que propunham que aceitássemos as regras e que abandonássemos ao mesmo tempo a nossa identidade de Partido revolucionário.

E isto porque o capitalismo — o que é uma evidência — continua extremamente pode-

XII congresso PCP com o PCP por uma democracia avancada no limiar do século XXI

roso, não consegue pela sua própria natureza responder positivamente aos imensos desafios do nosso tempo; nem aos progressos no sentido de uma vida melhor, da liberdade, da cultura, da comunicação que torna possível a autêntica explosão dos conhecimentos, das ciências e das tecnologias nem às exigências de igualdade, de maiores direitos e responsabilidade, conforme o reclamam as classes trabalhadoras, os jovens e as mulheres; nem à reivindicação de uma nova ordem económica mundial, exigida pelos povos do Terceiro Mundo; nem à aspiração à Paz, ao Desarmamento, à amizade entre os povos, que ganha expressão em todo o mundo.

Os avanços nestes diferentes domínios não significam, como é evidente, que o capitalismo tenha desaparecido. Mas tal não pode levar-se por diante senão contra o capitalismo, contra os males e os monstruosos desperdícios que ele provoca, contra a crise social, económica, política e moral para onde a sua política arrasta os países dominados pelo capitalismo. Disso temos a certeza: o futuro pertence a uma forma de organização superior, ao socialismo. E visto que não pode haver construção desta sociedade nova sem que haja Partido Comunista, o futuro pertence, em França ao Partido Comunista Francês.

No que nos diz respeito, corrigimos os erros que havíamos cometido durante quase um quarto de século, privilegiando os acordos de cúpula com o Partido Socialista e remetendo ao mesmo tempo o movimento popular para papel de segundo plano. Não renunciamos ao entendimento com o Partido Socialista e com outras forças democráticas desde que se trate de defender os interesses populares e nacionais, mas damos em todas as circunstâncias a prioridade à unidade na acção das forças populares.

Começamos a colher os primeiros frutos desta política. As eleições que tiveram sucessivamente lugar em 1988 traduziram uma recuperação da nossa influência: 11,3% em Junho, 13,4% em Setembro.

Numerosas propostas contidas no nosso Programa tornam-se grandes exigências populares, conforme o atestam as lutas actuais. Os Comunistas estão na ofensiva e querem ajudar todas as vítimas da crise a unirem-se na acção para se defenderem e construir juntas, indissociavelmente uma nova unidade para a mudança.

Esta mesma procura de acções comuns encontra-se subjacente às nossas posições internacionalistas. É um dado adquirido a solidariedade dos comunistas franceses para com todos os Povos, todas as forças que trabalham para o progresso social, a liberdade, a paz, o socialismo. É perfeitamente natural que ela se exprima de uma forma particular entre os povos dos nossos dois países que, já se encontrando confrontados com a política nefasta da Comunidade Europeia, tem ainda de enfrentar o perigoso projecto do «Acto Único», nos finais de 1992.

O Partido Comunista Francês opõe-se com firmeza a este projecto que, para além dos maiores lucros que traria às empresas multinacionais, se traduziria num agravamento das desigualdades sociais, no alargamento do desemprego, na generalização de novas formas de exploração, na limitação das liberdades e da democracia, na colocação em perigo da independência nacional dos nossos países, numa integração militar no quadro da Constituição de um «pilare europeu da Aliança Atlântica».

Perante esta estratégia de regressão social e de abandono nacional coordenada a nível comunitário, pensamos que é possível e que é necessário que os comunistas portugueses e franceses desenvolvam a sua solidariedade, reforcem as suas acções convergentes de forma a apresentarem propostas de soluções no sentido do progresso social, das liberdades, da independência dos nossos países, de novas cooperações económicas e culturais. Sim, juntos, é possível e é necessário implementar as novas relações de segurança e cooperação quer com os povos europeus, quer com os povos de todo o mundo.

É esta mensagem de luta e esperança que eu queria trazer-vos em nome dos comunistas franceses. ■

Mateus Julião Paulo

Membro do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho

Foi com profunda satisfação que a Direcção do nosso Partido acolheu o convite endereçado ao Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho, a fim de participarmos neste magno evento que é a realização do XII Congresso do Partido Comunista Português.

O vosso convite é o reflexo das excelentes e tradicionais relações bilaterais que unem os nossos partidos e que remontam ao passado histórico distante, quando o nosso povo levava a cabo a árdua luta de libertação nacional contra o sistema colonial fascista português derrubado a 25 de Abril de 1974, pelas forças democráticas portuguesas, com o concurso do Movimento de Libertação das então colónias portuguesas em África.

Os laços históricos que nos unem constituem hoje o substrato seguro da cooperação frutuosa e multifacetada entre as nossas duas organizações partidárias.

O MPLA - Partido do Trabalho acompanhou sempre com particular atenção o esforço ingente desenvolvido pelo Partido Comunista Português na materialização e consolidação da democracia, do direito ao trabalho, enfim, para a causa universal da libertação dos trabalhadores e dos povos.

Permitam-me que desta tribuna saúde, em nome do Povo Angolano, do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho e do seu Presidente, camarada José Eduardo dos Santos, o Partido Comunista Português, os seus militantes e o povo amigo de Portugal ao qual estamos ligados por uma língua e por convivência cultural secular comuns.

O vosso Congresso realiza-se numa etapa em que a tendência para a distensão e para a resolução dos diferentes conflitos por via negociada e pacífica se contrapõe à guerra fria da confrontação e do recurso à força ou da ameaça do seu uso na resolução dos diferendos interestatais e regionais.

Parece-nos que a Humanidade compreendeu que o ve-



lho ditado romano «Sivis paxem para bellum» está historicamente ultrapassado e que só o entendimento e a coexistência pacífica entre Estados, as fabulosas somas dispendidas para os meios bélicos e para os arsenais nucleares, serão encaminhadas para o desenvolvimento da Humanidade.

A manter-se este clima de paz e convivência entre Estados, as fabulosas somas dispendidas para os meios bélicos e para os arsenais nucleares, serão encaminhadas para o desenvolvimento da Humanidade.

A República Popular de Angola, sob a direcção do MPLA - Partido do Trabalho e do seu líder incontestável camarada Presidente José Eduardo dos Santos, tem seguido sem vacilação uma política externa de paz à luz do direito internacional vigente.

São disso provas o início de conversações com a África do Sul em 1983, em Cabo Verde, a histórica carta do camarada Presidente José Eduardo dos Santos endereçada a Sua Excelência Xavier Perez de Cuellar, a 17 de Novembro de 1984 e o compromisso de Lusaka do mesmo ano.

Contudo, a África do Sul jamais entendeu a linguagem do diálogo e do entendimento mútuo, preferindo sempre o recurso à força para impor a sua vontade à República Popular de Angola e a outros Estados da região.

Só após a derrota do exército racista sul-africano e a quebra do mito da sua invencibilidade na histórica batalha de Kuito-Kuanavale, considerada por peritos militares como a maior travada em África após a 2.ª Guerra Mundial, o governo racista de Pretória se viu forçado a sentar à mesa das negociações e encamar o processo com mais seriedade.

O processo de negociações quadripartidas abre perspectivas de paz não só para Angola como também para o sudoeste africano, e permite a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

A par da luta pela instauração da paz e para a segurança e integridade do nosso solo pátrio lutamos igualmente para a recuperação da nossa economia.

O nosso Partido e Governo, não descuro o problema da unidade nacional e no âmbito da política de clemência e harmonização nacional, proclamada em 1978 pelo saudoso camarada Presidente Dr. António Agostinho Neto e hoje consagrada na nossa legislação, milhares de compatriotas nossos, anteriormente enganados pela política falaciosa do imperialismo internacional, então representada em Angola pelos movimentos fantoches da extinta FNLA e do grupelho da Unita ao serviço da África do Sul, foram já integrados na nossa sociedade e o processo continua o seu curso normal.

Quanto ao fenómeno Unita, este será, como afirmou o camarada Presidente José Eduardo dos Santos, um problema interno, desde que cesse toda a ajuda externa que recebe da África do Sul, dos Estados Unidos da América que assim procedendo

dilui o seu papel de mediador e de outros.

Estamos certos de que o relatório de balanço apresentado a esta magna Assembleia reflecte com exactidão as actividades desenvolvidas pelo Partido Comunista Português na consecução dos objectivos pelos quais sempre lutou, o progresso e bem estar social das massas trabalhadoras.

A terminar aproveitamos esta sublime ocasião para felicitar os excelentes resultados que antevemos no final dos trabalhos deste Congresso e auguramos os maiores êxitos e votos de sucesso na materialização dos objectivos que o Congresso se propõe alcançar.

Apelamos aos comunistas portugueses a se manterem firmes na luta anti-imperialista que travam há mais de meio século e a continuarem a pugnar, ao lado das forças progressistas e amantes da paz no mundo, pela edificação de sociedades livres da exploração do homem pelo homem e da humilhação, para a felicidade de toda a Humanidade.

— A luta continua!
— A vitória é certa! ■

Kurt Seibt

Presidente da Comissão Central de Revisão do PSUA

Em nome do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha e do seu secretário-geral, Erich Honecker, transmito-vos as mais cordiais saudações dos comunistas da República Democrática Alemã.

Sentimos satisfação e alegria pela estreita aliança de luta existente desde há décadas entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português.

O empenho combatente que este Congresso revela, impressionou profundamente a nossa delegação. Aqui, sentimos uma vez mais o espírito revolucionário, a ligação às massas e a actuação abnegada dos comunistas portugueses a favor dos interesses vitais do povo trabalhador. É com a maior consideração que acompanhamos a luta dos comunistas portugueses, a qual é caracterizada pela riqueza de iniciativas em defesa da Revolução de Abril. Nós estamos convictos de que as conquistas desta Revolução não podem ser destruídas. Perante os novos desafios nacionais e internacionais, os vossos debates, estimados camaradas, demonstram força, maturidade e a elevada consciência das responsabilidades do vosso Partido na procura de respostas criativas para as questões candentes da nossa época.

Afinal, o XII Congresso do PCP expressa mais uma vez a vitalidade do marxismo-leninismo que sempre se comprovou, mesmo sob condições difíceis, como fonte de força e guia seguro para os nossos partidos.

O PSUA está plenamente de acordo com o PCP quando se considera que a principal tarefa da actualidade consiste em impedir uma guerra nuclear e em assegurar a sobrevivência da Humanidade. Aí não temos ilusões: cada

passo rumo ao desarmamento e à coexistência pacífica tem que ser imposto em longos e duros confrontos com os círculos imperialistas mais agressivos do complexo industrial-militar.

Sob estas condições, o nosso lema é e continuará a ser: quanto mais forte for o socialismo tanto mais segura será a Paz.

A nossa República vai festejar no próximo ano o 40.º aniversário da sua fundação. Aquilo que, no decorrer de um período histórico iente curto e em condições difíceis, foi criado na RDA sob o signo do socialismo e sob a direcção do partido da classe operária é de fundamental importância histórica: a política económica e a social no nosso país formam uma unidade inseparável. A segurança social está garantida a todos, os direitos humanos, em particular o direito ao trabalho, à habitação, à formação e à protecção da saúde, estão assegurados. Estes factores e a ampla igualdade de direitos das mulheres são características da situação social na RDA. Depositamos confiança na jovem geração e atribuímos-lhe responsabilidades. Desenvolvemos amplamente a democracia socialista e incluímos os trabalhadores na gestão dos assuntos políticos e económicos a todos os níveis.

A sociedade socialista na RDA desenvolve-se de modo planificado, contínuo e dinâmico. Todavia, não nos esqueçamos nunca de que a vida nos coloca sempre novas questões e que ainda há muito que fazer para concretizar tudo aquilo a que nos propusemos.

A configuração da sociedade socialista avançada decorre como um processo histórico de profundas transformações políticas, económicas, sociais, culturais e espirituais. Neste caminho, a inquebrantável aliança fraternal com a União Soviética e a ampla cooperação com os outros Estados socialistas são e continuarão a ser o penhor para a concretização com sucesso da nossa concepção estratégica.

Como internacionalistas, acompanhamos e apoiamos a luta dos nossos partidos irmãos nos países capitalistas, pela Paz, a democracia e o progresso social. Em todas as lutas, existentes na actualidade e a existir no futuro, estaremos, como até agora, firmemente ao lado dos comunistas portugueses.

Que se reforce a firme aliança de luta entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português!

Viva o internacionalismo proletário!

As ideias de Marx, Engels e Lênine triunfarão!

A causa da Paz triunfará! ■

Pentcho Kubadinski

Membro do Bureau Político do PC Búlgaro e Presidente da Frente da Pátria

Permitam-me, em nome do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, exprimir as nossas cordiais saudações fraternais mais cordiais e de desejos para um

trabalho frutífero aos delegados e convidados ao XII Congresso do Partido Comunista Português, a todos os comunistas portugueses, nossos camaradas no caminho conjunto na via da paz, da democracia e do socialismo.

Os comunistas búlgaros apreciam a luta heróica do Partido Comunista Português contra o fascismo, por profundas transformações democráticas depois de Abril de 1974, em defesa das conquistas revolucionárias dos trabalhadores. Nestes combates o PCP afirmou-se como a vanguarda provada da classe operária, com uma força política influente que defende os interesses nacionais do povo português.

Vivemos um momento complexo e responsável do desenvolvimento mundial. As novas realidades do século nuclear e da revolução técnica e científica colocam as forças políticas e sociais de todos os países perante problemas novos. Tomámos conhecimento com grande interesse dos documentos do Congresso. Escutámos atentamente a intervenção do secretário-geral do Partido e dos outros delegados. Alegramos o facto de que os comunistas portugueses procuram respostas actuais aos novos problemas, fazem esforços para desenvolver e aplicar criadoramente os princípios do socialismo científico de acordo com as particularidades nacionais. Nisto radica a força dos comunistas, a garantia para novos êxitos.

Os processos de reestruturação e renovação revolucionária na URSS, na RP da Bulgária e em outros países socialistas têm uma importância grande não só para toda a humanidade.

Fiel às suas tradições revolucionárias, o Partido Comunista Búlgaro dá o seu contributo à causa internacional comum de renovação da teoria e prática comunistas. Fruto das nossas reflexões, são as concepções a que chegou o plenário de Julho de 1987 acerca da construção ulterior do socialismo na Bulgária, da sua elevação a um nível qualitativamente novo. A tarefa, que se coloca agora perante nós, é, mediante a introdução das conquistas do progresso técnico e científico e o desenvolvimento da democracia socialista, atingir a satisfação multifacetada das necessidades materiais, sociais e espirituais do povo, edificar uma sociedade socialista viva atreante.

O Partido Comunista Búlgaro apoia plenamente e participa activamente na política de paz e segurança, realizada pelo PCUS, orientada para a liquidação até fim do século das armas nucleares e de outras armas de extermínio massivo, para a redução das forças armadas e do armamento na Europa, para o estabelecimento dum clima de confiança e cooperação recíproca no continente. Desenvolvemos esforços especiais para o desenvolvimento da boa vizinhança e da cooperação diversificada na península dos Balkans, para a transformação desta região numa zona livre de armas nucleares e químicas.

O Partido Comunista Búlgaro continuará a trabalhar, como sempre fez, para o desenvolvimento dos laços fraternais e da cooperação entre os nossos dois partidos no interesse da amizade e da cooperação entre o povo búlgaro e o povo português.

Reafirmando a nossa solidariedade fraternal, desejamos-vos de todo o coração, queridos camaradas, novos e grandes êxitos na luta pelo reforço e alargamento da influência do Partido, pelo entendimento de todas as forças progressistas e democráticas no campo da defesa dos interesses vitais do povo português.

Obrigado pela vossa atenção. ■

Tran Xuan Bach

Membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista do Vietname

É uma grande honra para a delegação do Partido Comunista do Vietname assistir ao XII Congresso do Partido Comunista Português, ocasião deveras importante na vida do vosso partido. Gostaríamos de expressar ao Congresso e, através dele, aos comunistas, à classe operária e a todos os trabalhadores portugueses as mais profundas felicitações do Partido Comunista, da classe operária e do povo do Vietname.

O Congresso manifesta, de uma maneira clara, as gloriosas tradições revolucionárias e o papel indispensável do Partido Comunista Português na luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

A greve geral de dois milhões de trabalhadores, em 28 de Março de 1988, é uma prova evidente do novo impulso estimulante imprimido à luta da classe operária pela defesa do seu direito a uma qualidade de vida pela qual sempre se tem batido e pela democracia. Os acontecimentos de 28 de Março afirmam o papel de vanguarda da classe operária.

Acreditamos que o vosso partido ultrapassará todas as dificuldades, vencerá novas metas, continuando a ser o traço de união das forças democráticas e progressistas e encorajando os trabalhadores na luta pela defesa dos ideais da revolução de Abril no interesse pela construção de um Portugal democrático, independente, em paz, e socialista, de modo a contribuir activamente para a causa da paz e da revolução no mundo.

A nação vietnamita viveu incontáveis sofrimentos e perdeu vidas humanas e bens em resultado da dominação colonialista, que durou mais de 80 anos e de uma guerra imposta por mais de 40 anos, razão pela qual o nosso povo valoriza tão claramente o preço pago pela independência, liberdade, democracia e paz.

Actualmente, a mais querida aspiração do nosso povo é gozar uma paz real, assim como ultrapassar as consequências da guerra, conduzir o nosso país ao socialismo, estabilizar e melhorar o nível de vida do nosso povo. Respondendo às resoluções do nosso partido, o nosso povo está dando o seu melhor para renovar a vida económica, política e social do país a fim de se sobrepor às permanentes dificuldades sociais, prosseguindo a construção do socialismo. A renovação é a causa das massas independentemente da situação ser favorável ou crítica; a força da unidade popular constitui o factor de garantia à vitória da revolução. No campo da política internacional, estamos fortalecendo as relações de amizade e firme colaboração com a grande União Soviética, baluarte da paz e berço da revolução, com outros países socialistas, com os nossos mais próximos vizinhos, Laos e Kampuchea, com a República da Índia, e aprofundando relações com outras nações. Compreensão e respeito mútuos, benefícios comuns e igualitários são as bases para relações duradouras entre as nações.

O povo vietnamita, a República Socialista do Vietname, luta incansavelmente pela paz, liberdade e segurança do sudoeste asiático livre de armas nucleares, bases militares estrangeiras e do uso da violência na relação entre os países da região, conjugando esforços com aqueles países de modo a resolver as disputas através de diálogos pacíficos. Tivessem os países da região partilhado o mesmo objectivo e agido de

igual modo, o sudoeste asiático estaria, certamente, a gozar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento.

Estamos a lutar energeticamente pela resolução política de Kampuchea, que há dez anos se apresenta como o ciclo vicioso — uma solução que salvaguarde a ocorrência de uma tragédia genocida, uma solução que se baseie no respeito pela independência, soberania e interesses legítimos do povo kampucheano, previna contra qualquer interferência externa e impeça o retorno do regime genocida do Pol Phot. Segundo o acordo com o Governo da República Popular de Kampuchea, o Vietname já retirou desde 1982 contingentes das suas tropas; este ano foram repatriados 50 mil homens e o comando militar e, em 1990, estará completa a retirada total das tropas.

Caso se obtenha uma solução política para a questão kampucheano antes daquela data, o Vietname retirará de imediato o total das suas tropas.

Queridos camaradas,

Embora o Vietname e Portugal estejam geograficamente muito afastados, há já muito tempo que os nossos partidos e povos se sentem ligados por fortes laços e se tenham ajudado mutuamente nas suas lutas. Sentimo-nos felizes por verificar que a amizade e a solidariedade comunista se desenvolve incessantemente entre nós. Este relacionamento verificou-se com a participação no VI Congresso do Partido Comunista do Vietname e a visita de amizade da delegação do Partido Comunista Português chefiada pelo seu Secretário-Geral, camarada Álvaro Cunhal. Nesta ocasião gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão aos comunistas, à classe operária e aos trabalhadores de Portugal pela seu declarado apoio ao partido e ao povo do Vietname quando da luta travada pela independência e liberdade nacionais, assim como a nossa actual directriz socialista e defesa nacional. Os nossos dois partidos partilham idêntica aspiração profunda pela unidade do comunismo nacional e do movimento operário, uma questão de carácter de classe e de princípios. Nós temos como ideal do partido consolidar o movimento comunista, dinamizar as forças de actividade levando a cabo mais iniciativas de acção com mais cooperação e coordenação. Isto é mais urgente do que nunca porque a maior parte das forças imperialistas em combate, as forças reaccionárias mais obstinadas, estão empenhadas numa intensa campanha psicológica destinada a exacerbar o anticomunismo e numa contra-propaganda contra o socialismo. Inimigos da paz, da independência, da liberdade e da democracia, capitalizam para si a distorção dos desejos de paz real do mundo socialista, numa tentativa de ocultar a sua agressividade e o seu sistema anticomunista estão-se a aproveitar das reestruturações, renovações e rectificações ocorridas nos países socialistas com esperança de lavarem a face do capitalismo desacreditando o socialismo, para desencorajarem as nações que puseram os seus anseios no socialismo. A luta ideológica entre o socialismo e o capitalismo não afrouxará na mesma medida em que se torna realidade e se amplia a coexistência pacífica entre sistemas políticos diferentes.

O socialismo científico tem como meta objectiva o desenvolvimento da humanidade; o regime socialista com o poder da classe operária é capaz de resolver as suas contradições e crises internas, de se aperfeiçoar de modo a prosseguir o seu caminho. Esta é a verdade e também a natureza científica e revolucionária inerente ao socialismo.

Com a mais forte das convicções, desejamos ao XII Congresso do Partido Comunista Português os melhores sucessos!

Possam amizade e solidariedade militantes entre o partido comunista do Vietname e o partido comunista de Portugal serem consolidadas e desenvolvidas em cada dia futuros. ■

Yolanda Ferrer

Membro Suplente do Bureau Político do Partido Comunista Cubano

Queria antes de mais transmitir em nome da nossa delegação a saudação fraternal dos comunistas cubanos a este importante acontecimento do Partido Comunista Português ao qual nos unem laços de amizade que a luta comum tem vindo a consolidar no decorrer dos anos.

Do mesmo modo e nesta ocasião, prestamos homenagem à longa história de luta e ao abnegado combate do Partido Comunista Português pelos mais legítimos interesses da classe operária e de todo o Povo português.

Quer nas duras condições de combate, na época da sua fundação, como na subsequente luta contra a ditadura fascista apoiada pelos Estados Unidos, o PCP soube manter-se nas primeiras filas de combatentes pela derrota da tirania, pela união da classe operária e das forças anti-imperialistas, para conseguir a transformação democrática do País.

Nas novas condições políticas de Portugal, satisfaz-nos comprovar a fidelidade histórica do PCP em defesa dos interesses legítimos do povo trabalhador português. A consequente luta do Povo português para salvar as conquistas de Abril merece todo o nosso reconhecimento e respeito.

No nosso combate quotidiano sentimos o alento de forças que, como o Partido Comunista Português travam uma luta diária em circunstâncias difíceis. A nossa Revolução comemorará dentro de poucos dias o seu 30.º aniversário. Foram anos de um feroz bloqueio económico, financeiro, comercial e tecnológico por parte dos Estados Unidos.

Anos onde não faltaram as ameaças e as agressões, das quais o nosso País soube sempre sair mais forte e decidido.

Neste últimos anos, a política agressiva da actual administração norte-americana na região da América Central e nas Caraíbas colocou ao nosso povo um dilema de vida ou de morte, e obrigou-nos a convertermo-nos, nesta última etapa, numa fortaleza realmente inexpugnável para qualquer agressor.

A ameaça imperialista fez com que estejamos preparados para a guerra, mas o nosso povo, como toda a Humanidade progressista deseja ardentemente a paz.

Em prol desses ideais de paz o nosso Partido saudou e apoiou as iniciativas e a dinâmica política de paz da União Soviética que conduziu aos primeiros acordos soviético-norte-americanos de eliminação de armas nucleares. Esses primeiros passos no difícil caminho do armamento constituíram sinais encorajadores para os povos no momento em que se abrem perspectivas favoráveis para um clima de desanuviamento.

O reconhecimento dos avanços das posições em favor da paz não podem ignorar a existência de outros factores. A crise económica acentua o abismo que separa um pequeno grupo de países opulento dos milhares de milhões de pessoas que no terceiro mundo são vítimas de desemprego maciço da miséria da desnutrição, de insalubridade de carências no campo da educação e outros males, como consequência do subdesenvolvimento que foi imposto a essas nações pelo próprio sistema capitalista e o seu antecedente colonial.

É nossa convicção que, se estes dramáticos e urgentes problemas não encontrarem solução através de estabelecimentos de uma nova ordem internacional, se a enorme dívida externa que asfixia os nossos povos não for abolida, esta explosiva situação conduzirá a explosões e revoltas sociais de consequências imprevisíveis. Paz e desenvolvimento aparecem pois, como conceitos indissoluvelmente ligados. Não se pode conceber a paz sem o desenvolvimento, nem tão pouco poderá haver desenvolvimento sem a paz.

A legitimidade da luta popular encontra eco no coração e na vontade de todos os revolucionários. Por isso reiteramos o nosso apoio solidário à heróica Nicarágua, aos revolucionários de El Salvador, à luta dos povos chileno e palestino e a todos os que travam no mundo grandes lutas frente à agressão do imperialismo e dos seus aliados sionistas, racistas e das forças reaccionárias.

No exercício dos mais puros sentimentos internacionalistas demos o nosso contributo à independência e à segurança da República irmã de Angola e hoje podemos repetir as palavras pronunciadas pelo camarada Fidel Castro há dois anos nesse país, quando afirmou «Um dia regressaremos à Pátria não só com a satisfação de ter cooperado na consolidação da revolução e da independência de Angola, mas também na independência da Namíbia, na derrota do fascismo, no desaparecimento do «apartheid».

Camaradas:

Desejamo-vos êxitos nos trabalhos do Congresso, na aplicação das vossas decisões e resoluções e na concretização das transformações democráticas que anseiam para o vosso País. ■

Sherif Ali Machaar

Vice-Presidente do Departamento Nacional e Internacional da OLP

Em nome da Palestina — Em nome da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) — Em nome do nosso Povo e seus militantes, estamos convosco nos trabalhos honrosos do vosso XII Congresso e permitimo-nos transmitir-vos, nesta ocasião, as saudações calorosas do

nosso companheiro militante Yasser Arafat, bem como da Direcção e bases da Revolução Palestiniana, ao mesmo tempo que, por vosso intermédio, saudamos as bases do vosso digníssimo Partido e seus aliados e apoiantes, igualmente do povo amigo português desejando ardentemente êxito e sucesso nos trabalhos do vosso Congresso.

A realização do vosso Congresso concretiza-se em circunstâncias internacionais de alta relevância, com evoluções sucessivas, pela entrada do Mundo no período de abertura através das iniciativas soviéticas para a paz, lançadas pelo companheiro militante Gorbachov, com o objectivo de evitar à Humanidade o perigo da destruição e da morte oferecido pela tenaz determinação americana ao fomentar a política da guerra fria e militarização do espaço, assim como a corrida ao armamento nuclear. Tal questão impõe aos apoiantes das causas justas e da paz e às forças progressistas e socialistas missões extraordinárias no sentido de reforçarem os pilares da paz e da segurança mundiais, elevando o nível de coordenação com os partidos irmãos europeus com as forças e grupos que lutam contra a submissão, o colonialismo e as políticas agressoras que alimentam o fogo das guerras em muitos sítios, criando mais focos de instabilidade no mundo.

No que diz respeito ao nosso Médio Oriente e, de um modo especial, à questão palestina, não vejo necessidade de expor o sofrimento vivido pelo nosso povo, que o tem acompanhado desde o princípio deste século, redobrado em Maio de 1984.

Israel com o apoio dos EUA continuou a sua agressão invasora, ignorando a legitimidade internacional, virando as costas à opinião pública, ocupando em 1967 todo o território da Palestina e parte dos territórios árabes vizinhos.

O nosso Povo que teve a desgraça deste drama da ocupação, exílio e diáspora, submetido às mais duras e injustas leis da ocupação, não tem senão outro caminho que não seja aceitar o desafio e bater-se, com toda a sua força, usando todos os seus meios, incluindo a luta armada.

A decisão do nosso Povo em levantar o símbolo da luta em redor da Palestina, e de levar essa mesma luta para dentro desta, que se incendiou desde o dia 8 de Dezembro de 1987 e num levantamento popular poderoso, que continua a aumentar de dia para dia, representa um verdadeiro terramoto para o inimigo, abalando os princípios e os pilares que constituem o Estado de Israel.

Nesta ocasião apresento a minha elevada gratidão ao vosso digníssimo Partido e às forças de bem em Portugal, pela sua posição firme de princípios e solidariedade com o nosso Povo, que enfrenta com as pedras e os paus as bombas e as metra-

lhadoras do exército israelita, e tem, também, com o tenro corpo, enfrentado os tanques, alcançando assim o milagre do século XX — com as suas humildes e rústicas possibilidades, que são limitadíssimas, mas firmes, conseguiu resistir e impor-se vitoriosamente aos fascistas e racistas de Tel-Avive, bem como obter outras alterações positivas e claras na cena internacional.

Neste âmbito, em nome do nosso Povo, que vê com todo o respeito os povos europeus, saúdo todos aqueles que visitaram a nossa Pátria querida, a fim de verificarem e confirmarem a injustiça para com o Povo sacrificado palestino e comprovarem os actos de enorme valentia destes, obtidos diariamente.

Saudações também ao Parlamento Europeu, onde enalteçemos a determinação dos seus membros progressistas ao convidarem o nosso Presidente Arafat para Estraburgo.

A decisão da administração americana, declarada por Schultz e apoiada por Reagan no final do seu mandato, em não autorizar o visto de entrada nos EUA ao irmão Presidente Yasser Arafat, a fim de discursar perante o mundo, através do pódio das Nações Unidas em Nova York, chega-nos como gritante exemplo da política invasora levada a cabo pelas sucessivas administrações americanas contra o nosso Povo palestino, contra as nossas tentativas incessantes em obter a paz para o nosso Povo e os habitantes da zona.

Foi sem dúvida uma resposta arrogante às decisões do nosso último Conselho Nacional Palestiniano em Argel, às suas plataformas como caminho para a paz e à proclamação do nosso Estado Palestiniano.

Estas decisões e o Estado foram alvo de congratulação e de amplo apoio internacional — o reconhecimento do nosso Estado foi já feito por mais de 60 países, desde o dia 15 de Novembro até à data.

Daqui, em nome da nossa Sagrada Palestina, lançamos o grito vibrante e num clamor afirmamos ser esta decisão um desafio a todo o mundo, desafio aos acordos sobre a sede entre os Estados Unidos da América e as Nações Unidas, e um desafio também à linha da paz e aos interesses dos povos na vida, segurança e estabilidade. Cabe agora ao mundo estar ao lado do nosso Povo contra este desafio sem medo, chamando a atenção para a nossa Nação Árabe dos perigos que se apresentarão na próxima etapa, considerando a decisão americana, uma decisão bélica contra os árabes. No momento em que esta decisão representa uma guerra aos palestinianos ela ameaça os árabes e desafia os seus aliados em todo o mundo, representando ao mesmo tempo uma provocação aos aliados da própria América, que não têm interesses na continuação do fogo no Médio Oriente.



XII congresso PCP como o PCP por uma democracia avancada no limiar do século XXI

Esta decisão confirma uma realidade e o mundo deve estar consciente dela — Israel não é mais do que um projecto da guerra sionista-americana, símbolo vivo no solo da nossa terra, que ultrapassa com os seus perigos a fronteira do Médio Oriente.

Pela Palestina — pelos palestinos, pelos judeus que nela residem, pela segurança e paz dos países da zona, pela segurança e paz dos países da bacia mediterrânica e pela justa paz é de acabar com este período negro americano. Esta é uma responsabilidade primeiramente americana, bem como das Nações Unidas e de todos os países do mundo, e, finalmente, da responsabilidade de todos os habitantes deste planeta.

Daqui, renovamos os apelos feitos a todos os amigos e apoiantes da nossa causa nobre, para levarem a cabo a sua acção, no sentido de fazerem a pressão necessária para a realização da Conferência Internacional para a paz no Médio Oriente e obrigar os bandos de Tel-Avive a pôr termo à sua política de repressão e de discriminação contra o povo palestino. Daqui afirmamos a nossa disposição em continuar com a nossa justa luta, pois dispomos de apoios, que são muitos e prometedores, e darão o seu fruto a curto prazo.

Caras companheiras — Caros companheiros,

Com muita alegria observamos os documentos do vosso Congresso, bem como o comunicado apresentado pelo companheiro Secretário-Geral Álvaro Cunhal e outras intervenções que mostram o alto nível da herança de luta do vosso Partido, que passou por momentos difíceis, na altura do domínio fascista, e que mostram o caminho percorrido na vida interna do mesmo e as suas missões no âmbito do vosso País irmão e da unidade das forças da esquerda no âmbito do continente europeu e a capacidade para enfrentar os desafios e as dificuldades que atravessarão o processo da luta no futuro.

Mais uma vez as nossas saudações carinhosas e alta consideração ao vosso Partido.

Em nome da Palestina vos felicitamos pelo êxito dos trabalhos do vosso XII Congresso. ■

Zhu Liang

Membro do C. Central e Director do Departamento de Relações Exteriores do CC do PC da China

Estimados presidente e camaradas do Presidium do Congresso.

Estimados camaradas delegados:

Para mim é uma grande honra assistir ao XII Congresso do PCP em representação do Partido Comunista da China. Trago comigo os votos amistosos dos quarenta e sete milhões de militantes do Partido Comunista da China e do bilião de cidadãos chineses para os militantes do Partido Comunista do PCP e para o povo português.

Entre os povos chinês e português existem contactos e amizade tradicionais. Os nossos partidos percorreram uma trajectória de luta de 67 anos. Na prolongada luta comum em defesa da paz mundial, pelo progresso da humanidade e pelo fortalecimento da amizade entre os nossos dois povos, os nossos dois partidos aproximaram-se e apoiaram-se mutuamente, procurando boas relações de cooperação.

Depois de um período de grandes mudanças, e perante uma nova situação, os nossos dois partidos fizeram conjuntamente esforços positivos no sentido de impulsionar a nos-

sa amizade tradicional: a partir do ano 1985, os nossos dois partidos trocaram visitas. No ano 1986, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do vosso partido, visitou a China a convite do nosso partido e realizou conversações amistosas com os dirigentes do Partido Comunista da China. Ambos sustentam que se deve olhar para o futuro.

Destes contactos e conversações não só resultou a normalização das relações entre os nossos dois partidos, mas também o desenvolvimento destas relações o que corresponde tanto aos desejos dos militantes dos nossos dois partidos como aos interesses dos nossos dois países e dois povos. Agora, permitam-me que leia a mensagem de congratulação do Comité Central do PCCO ao XII Congresso do PCP.

Queridos camaradas:

Por ocasião da inauguração do XII Congresso do PCP, expressamos-lhes as nossas calorosas congratulações e alta consideração.

Durante quase meio século de luta contra a ditadura fascista, o PCP, junto com as outras forças democráticas, fez grandes sacrifícios e importantes contribuições na defesa da independência nacional, e na luta pela democracia e o progresso social e contra o imperialismo e o colonialismo. Actualmente, os comunistas portugueses, seguindo e desenvolvendo sua gloriosa tradição, estão lutando de maneira constante e incansável pela defesa dos interesses vitais do povo trabalhador, pelo impulso das transformações democráticas, pelo desarmamento e pela defesa da paz mundial. Avaliamos positivamente tudo isto e desejamos-lhes novos avanços.

Entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista Português existe uma amizade tradicional. Vemos com alegria que nestes últimos anos, os contactos entre os nossos dois Partidos têm aprofundado o conhecimento mútuo, o que tem dado como resultado o reatamento e desenvolvimento das nossas relações partidárias. Junto com o Partido Comunista Português, o Partido Comunista da China, seguindo os princípios de independência e autonomia, igualdade completa, respeito mútuo e não intervenção dum nos assuntos do outro, está disposto a desenvolver mais as relações de amizade e cooperação tradicionais entre os dois Partidos e fazer activos esforços por impulsionar a amizade entre os dois países e os dois povos.

Grandes êxitos para o XII Congresso do Partido Comunista Português!

O Comité Central do Partido Comunista da China

Marian Orzec Howsri

Membro do Bureau Político do CC do POUP e Secretário do CC do POUP

Em nome da direcção do Partido Operário Unificado Polaco e de todos os comunistas polacos desejo transmitir-vos as saudações mais cordiais e fraternas. Desejamos-vos debates bem sucedidos e frutíferos.

O Partido Comunista Português há anos que intervém consequentemente em defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, luta pelo bem da pátria, pela de-

mocracia, progresso social e paz. A vossa actividade conta com o nosso respeito profundo e o nosso apoio. Apreciamos altamente a vossa experiência partidária e contribuições no fortalecimento da ideia do internacionalismo proletário.

O Partido Operário Unificado Polaco e o Partido Comunista Português estão unidos por contactos de proximidade e de amizade, construídos nos fundamentos sólidos da ideologia comum do marxismo-leninismo. Uma das suas manifestações nos últimos anos foi o apoio e a simpatia dos comunistas portugueses à política realizada pelo nosso partido.

Caros camaradas:

O Partido Operário Unificado Polaco põe em prática, consequentemente e com determinação, embora não sem dificuldades e entraves, a estratégia da renovação, de luta e de entendimento, elaborada no IX Congresso Extraordinário, confirmada e concretizada no X Congresso.

O processo de reforma geral da vida económica, social e política do nosso país foi ultimamente acelerado de forma significativa. Em relação ao próprio partido manifestaremos isso com todo o ênfase na próxima X Sessão Plenária do Comité Central, que se reunirá sob o lema: «O partido nas transformações, as transformações no partido».

O objectivo principal dessas transformações, coincidente com o processo de transformação que é realizado por outros partidos e países é a criação de uma nova forma do socialismo, o aproveitamento e a confirmação de todos os seus valores na prática social e satisfação mais completa das necessidades dos trabalhadores.

As transformações polacas não são o afastamento da ciência de Marx e Lenine e dos princípios do socialismo científico. Ao contrário! Eliminando os fósseis bem como a falsificação da prática e teoria desejamos usufruir mais amplamente do tesouro do conhecimento do marxismo-leninismo, contribuir para o desenvolvimento da concepção marxista contemporânea da formação socioeconómica socialista e enriquecer as experiências que decorrem da mesma com as próprias experiências e reflexões decorrentes das realidades e dos condicionamentos polacos.

Por outras palavras, empregando plenamente os princípios e regularidades gerais da construção socialista criamos o socialismo de cores nacionais polacas. Ao mesmo tempo estamos abertos às experiências verificadas e construtivas de outros partidos irmãos.

Inalteravelmente declaramo-nos pela cooperação activa das forças de esquerda e democráticas do mundo contemporâneo na luta pela paz e progresso social contra as ameaças comuns para toda a humanidade.

No centro da nossa atenção encontra-se a aspiração à garantia de condições de desenvolvimento pacífico e seguro, e da cooperação dos Estados e das nações do nosso lar comum — da Europa. O fortalecimento e a consolidação da melhoria do clima internacional, claramente percebida, exige um cuidado profundo e apoio activo por parte de todos os parceiros.

Há anos que a Polónia activamente dá a esse processo a sua contribuição própria. Apoia todos os esforços honestos pela paz. Apresenta propostas próprias de soluções. A última delas, amplamente conhecida como Plano Jaruzelski, almeja a criação na Europa Central de uma zona de armamentos reduzidos e confiança aumentada. Estamos convencidos que a realização dessa concepção é do interesse, concebido positivamente, de todas as nações do nosso continente.

Caros camaradas!

O Congresso actual do Partido Comunista Português e os resultados do mesmo terão significado importante para o futuro político de Portugal. Ao mesmo tempo ele é um acontecimento importante no movimento operário internacional, pois traz uma contribuição significativa no fortalecimento da frente das forças de esquerda e progressistas na luta pela paz e amizade entre as nações.

Desejamos-vos que as deliberações aprovadas no XII Congresso do Partido Comunista Português, como também a realização prática das mesmas, aproximem o alcance dos vossos objectivos e aspirações estratégicas. Estamos convencidos que os próximos contactos entre os nossos partidos continuarão a ser desenvolvidos de forma frutífera. a. ■

José Pascoal Zandamela

Membro do CC — 1.º Secretário e Governador de Inhambane

O Comité Central do Partido Frelimo, o Povo e o Governo da República Popular de Moçambique endereçam ao Comité Central, aos militantes do Partido Comunista Português e ao Povo em geral as mais calorosas saudações pela realização do XII Congresso do Partido Comunista Português.

Ficamos muito honrados com o convite que nos endereçaram para estarmos juntos neste importante evento. Ele constitui uma boa ocasião para reafirmarmos a nossa mútua amizade e solidariedade perante os militantes aqui representados no mais elevado momento político da vida do vosso Partido, que é o Congresso.

Os laços que unem o Povo moçambicano e o Povo português são o resultado do longo itinerário histórico que percorreu lado a lado, irmãos nos objectivos convergentes que inspiraram as nossas lutas contra o colonialismo e o fascismo. Na acção política nós descobrimos identificados nos ideais de liberdade, a independência, justiça e bem-estar social.

O Partido Frelimo e o Povo moçambicano admiram a consequente contribuição do Partido Comunista Português a favor das transformações sócio-económicas no vosso país e pelo reforço da unidade dos povos em prol da paz e segurança internacional, pelo fim do colonialismo, do racismo e da injustiça nas relações internacionais.

O Povo moçambicano continua a ser vítima do projecto de desestabilização de Moçambique. Os círculos colonialista e belicistas sul-africanos procuram impedir o funcionamento das nossas infra-estruturas e fazer com que os povos da zona dependam do sistema ferroviário sul-africano para se relacionarem com o mundo. Os países da região ficam assim na situação de reféns do «apartheid» que permanentemente ameaça retaliar sobre eles no caso da comunidade internacional decretar medidas de pressão para o fim do regime.

A situação de guerra em Moçambique não tem portanto, pela sua natureza, qualquer solução política interna; ela deve necessariamente passar por uma alteração da importância que hoje ainda têm os círculos belicistas sul-africanos.

É nesta medida que constituem factor de esperança os últimos desenvolvimentos positivos no Sudoeste Africano e o encontro no Congo, com o Presidente da África do Sul.

Embora com as cautelas que nos recomenda a história recente da nossa região, o Partido Frelimo e o Povo mo-

çambicano continuam firmemente engajados no processo de fazer prevalecer na África Austral a distensão e as relações de boa vizinhança entre os Estados para que seja possível a paz e o desenvolvimento de todos os povos da zona sem quaisquer discriminações.

Apesar do terrorismo que assola as nossas zonas rurais, com o seu cortejo de mortes e destruições, de populações dispersas e deslocadas, de refugiados e órfãos, apesar da miséria deliberadamente criada e mantida, o nosso Povo prossegue com determinação o seu esforço de defesa da pátria e reconstrução nacional.

Camaradas, estamos convictos de que do XII Congresso do PCP certamente sairão resoluções que imprimirão uma maior dinâmica à luta pela paz, justiça, democracia e progresso social e galvanizarão o Povo e os militantes do Partido Comunista Português a empenharem-se com determinação e entusiasmo, na realização das tarefas definidas para os próximos anos.

Renovamos a vontade de ver cada vez mais reforçadas e aprofundadas as relações de amizade e solidariedade que unem os nossos dois Partidos e Povos.

Queiram aceitar saudações fraternais do Partido Frelimo, do Governo e de todo o Povo moçambicano, e votos de muitos sucessos nos trabalhos deste Congresso.

A luta continua! ■

Volodia Teitelboim

Em representação dos comunistas chilenos

Os comunistas chilenos saúdam de todo o coração os seus irmãos portugueses, nesta hora chave do XII Congresso.

Desejamos-lhes queridos camaradas todos os êxitos no vosso nobre propósito de construir uma democracia avançada no limiar do século XXI. Como lembrou Álvaro Cunhal, nesta cidade do Porto, neste mesmo recinto do Palácio de Cristal, falando no Congresso os comunistas portugueses, escutaram há cinco anos a voz de um homem, chamado a grandes destinos, Mikhail Gorbachov. Quantas mudanças se viveram desde então no seu país, no seu Partido! Andar-se para melhor, para tornar mais forte a Paz e socialismo, para responder com maior profundidade e exactidão às necessidades dos povos, das nações, ao interesse da humanidade.

O processo sacode-se e envolve-nos a todos. Em boa hora. Que seja assim.

As portas e janelas da nossa casa estão abertas para as transformações necessárias. Fá-lo-emos sem nada copiar, sem decalques nem imitações pueris. Porque o Mundo é um só — por isso somos internacionalistas — mas cada país tem a sua própria originalidade e, neste sentido, trabalhamos com o patriotismo criador.

Nas vossas teses e na informação de Álvaro Cunhal, fala-se na luta do povo do Chile contra a ditadura de Pinochet, bem expressa na vitória do referendo de 5 de Outubro.

É um juízo certo. Foi um resultado de 15 anos de combate do Partido é do povo. Foram eles que dia após dia enfrentaram o fascismo. Este, assassinou milhares dos nossos camaradas. O tirano jurou muitas vezes aniquilar os comunistas. Nesses dias no Chile, vimos em manifestações de oposição, que excediam o milhão de manifestantes, o nosso Partido como força multitudinária, gritando em coro: «E que foi, e que foi, aqui estamos outra vez» Fomos, somos e seremos o insuprimível

vel Partido do NÃO total à ditadura, o Partido do NÃO, até vencermos.

No 5 de Outubro, foi o povo que assestou no despotismo golpes mortais. Todavia, ainda que mal tratada a ditadura continua no Poder. Pinochet entrincheira-se no bunker da sua Constituição de 1980 e declara que se manterá no Poder até 11 de Março de 1990. Espera continuar pois como Comandante Chefe do Exército por 8 anos mais. O povo fará todo o possível para o impedir. Exige «Democracia agora». Propõe a toda a oposição unida, mobilização social, a fim de terminar com o longo pesadelo de uma vez para sempre.

O conjunto da oposição conseguiu a derrota de Pinochet em 5 de Outubro. Mas os resultados eleitorais desvendam um dado muito revelador: Os mais firmes baluartes da luta pela democracia e liberdades são, no Chile, a classe trabalhadora, os habitantes dos bairros pobres, a juventude, os estudantes, os sectores avançados do campesinato e intelectuais, as mulheres das camadas populares. Ali, onde os comunistas e a esquerda constituem a força principal da vitória democrática, foi reveladora.

Mas, não soou ainda, camaradas, a hora de cantar vitória.

A ditadura continua reprimindo. Ceifa vidas. Mantém as prisões cheias de presos políticos. Mantém «Apartheid» cívico, a prescrição dos comunistas, dos socialistas encabeçados por Clodomiro Almeyda, e outras forças de vanguarda.

Torna mais complicada a situação o facto de a oposição de centro-direita olhar com desconfiança a mobilização do povo. Alguns deles dançam uma macabra dança anticomunista ao som da música da tirania.

O caminho é difícil e rodeado de perigos. Mas nunca desfalecemos. Desfraldamos mais altas as tremulantes bandeiras unitárias. Agucase a vontade irrenunciável de não descançar um minuto enquanto o Chile não for livre, soberano e democrático. Dão-se passos positivos para o consenso e a acção comum de essa esquerda que ganhou a Presidência da República há 50 anos com a Frente Popular, e voltou a ela em 1970, com a Unidade Popular, elegendo Salvador Allende. A sua herança está viva esse património político e moral da esquerda cresce na memória e no coração do povo.

Fortalece a Esquerda Unida e constitui-se o partido instrumental PAIS, Partido Alargado da Esquerda Socialista.

O Partido Comunista prepara-se para celebrar o seu XV Congresso nacional. Estamos certos que contribuirá para elevar o nosso trabalho e a sua capacidade de direcção.

Temos uma história feita de mil combates. Esperamos muitas outras duras batalhas.

Para vencê-las contamos com o apoio de grandes sectores do povo e com a ajuda da solidariedade mundial.

Hoje a nossa tarefa principal é transformar o triunfo do «NÃO» do plebiscito de 5 de Outubro, em vitória definitiva.

Hoje como ontem, estamos convencidos de que «o povo unido, jamais será vencido». Venceremos. ■

XII
congresso
PCP
como o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Moções

No penúltimo dia dos trabalhos do Congresso foi aprovada uma moção sobre o próximo 70.º aniversário do PCP e a necessidade de fazer o trabalho necessário para o conhecimento e divulgação da História do Partido.

Foi também aprovada uma extensa moção de saudação ao PCUS e ao povo soviético, reafirmando a solidariedade dos comunistas portugueses e a confiança em que serão levadas a cabo com êxito as tarefas da reestruturação revolucionária na URSS.

Estes documentos serão publicados no próximo número do «Avante!».



Convidados especiais

Presença em grande número e interesse foram notas marcantes na galeria reservada aos convidados especiais do XII Congresso do PCP. Personalidades dos mais variados sectores da vida nacional (políticos, intelectuais, militares de Abril, representantes de instituições, sindicalistas, autarcas, etc.) estiveram no Palácio de Cristal, tanto a título individual como em representação de organizações e entidades.

Por solicitação do «Avante!», os serviços do gabinete de Imprensa — envolvidos numa azáfama impressionante e dando o melhor apoio possível aos profissionais da Comunicação Social — forneceram-nos uma lista de presenças relativa aos convidados especiais que aqui deixamos aos nossos leitores: Dr. Lino Lima, Dr. Moradas Ferreira, Dr. João Resende, Modesto Navarro, Dr. Lindim Ramos, Cândido Mota, Dr. Ferreira Alves, General Vasco Gonçalves, Almirante Rosa Coutinho, Eng.ª Virgínia Moura, Teresa Tito de Moraes, Dr. Jaime Mendes, Dr. Luís Catarino, Eng. António Soares, Maria da Piedade Gomes, António Dray, António Avelãs Nunes, Teodósia Gregório, Afonso Gregório, Odete Santos, João Paixão dos Santos, Maria José Dias, José Pacheco Dias, Martins Rodrigues, Dr.ª Alcina Bastos, Maria de Lurdes Palma, Sérgio Ribeiro, Correia da Fonseca, Maria Emília Fernandes de Campos, Luís Oliveira, Fernando Morais, Dr. Ferreira Alves, Dr.ª Lúcia Terão, Palmira Sampaio e Castro, Alberto Teixeira, Dr. Borges Coelho, Luísa Basto.

Também presentes representações da CGTP (Américo

Nunes, Emília Reis), US Porto, Viana do Castelo, Lisboa, Aveiro, Setúbal, Coimbra e Algarve, Federações da F. Pública, FEPCES, Têxtil, Hotelaria, Transportes, Professores e Químicos, Sindicatos Têxteis Lisboa, Trab. Estabelecimentos Fabris Forças Armadas, Hotelaria Sul, Bebidas Sul e Ilhas, STAL, Metalúrgicos Lisboa, Hidratos de Carbono, Marinha Mercante Navegação e Pescas, Profs. Sul, Construção de Lisboa, Químicos Centro, Profs. Centro, Lanifícios e Vestuário, Eléctricas e Electron. Sul, Hotelaria Centro, Metal. Viseu, Aduaneiros, Bebidas Com. Sindical Lisnave, Federações Cerâmica Vidros, Eléctricas e FSMMP.

Pela galeria dos convidados especiais passaram ainda um representante da Casa Civil da Presidência da República (Carlos Gaspar) e os presidentes das Câmaras Municipais do Porto, Alpiarça, Valongo e Aljustrel, vereadores da CM de Serpa e representantes da Assembleia Municipal de Aljustrel e da CM de Santiago do Cacém.

Várias forças políticas estiveram representadas no Palácio de Cristal. Foram os casos do PSR — Francisco Louçã; Partido «Os Verdes» — António S. Pinheiro e Maria Santos; Partido Socialista — Carlos Lage; MDP — Dr. Amílcar Ribeiro, Dr. Barros da Costa; e Intervenção Democrática — Luís Catarino, Luís Azeredo, Raúl Castro, Lindim Ramos e Marcos Antunes.

O MURPI e a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio assinalaram, igualmente, a sua representação no XII Congresso do PCP.

Regulamento

I

1. O Congresso, conforme o Regulamento, é constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias das organizações que representam, na proporção geral de um delegado por 100 membros do Partido, de acordo com normas estabelecidas pelo Comité Central.

2. São também delegados ao Congresso por inerência os membros do Comité Central, efectivos e suplentes, em actividade, os membros do Partido que fazem parte da Comissão Executiva da Direcção Nacional da JCP e 17 camaradas a que a Comissão Política do Comité Central, tendo em conta a importância ou o carácter das tarefas que desempenham, atribuiu o título de delegados.

II

1. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

2. O Congresso funciona estando presentes a maioria absoluta dos delegados.

3. No início do Congresso os delegados preenchem uma ficha de presença que entregam durante a primeira sessão.

III

1. Os membros efectivos e suplentes da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central assumem, no início do XII Congresso, a Mesa da Presidência.

2. O Congresso elege de seguida, de entre os seus delegados, os membros da Presidência.

3. O Congresso aprova o Regulamento, a Ordem de Trabalhos e o Horário.

4. O Congresso elege o Secretariado do Congresso, a Comissão de Verificação de Mandatos, as Comissões de Redacção do Programa, dos Estatutos, da Resolução Política e a Comissão Eleitoral.

5. A Mesa da Presidência orienta e dirige superiormente os trabalhos do Congresso cabendo-lhe:

- Assegurar o cumprimento da Ordem de Trabalhos nos termos do Regulamento;
- Receber o pedido de inscrição dos oradores;
- Estabelecer a sucessão das intervenções, e dar a palavra aos oradores;
- Pôr à votação os documentos, propostas e moções sobre os quais o Congresso deva tomar decisões e apurar os respectivos resultados.

6. Cabe ao Secretariado do Congresso:

- Dirigir o funcionamento de todos os serviços do Congresso;
 - Receber as propostas de alteração aos documentos em debate e encaminhá-las para as respectivas Comissões de Redacção ou para a Comissão Eleitoral;
 - Assegurar a recolha de todas as intervenções, documentos e textos relativos ao Congresso (arquivo, gravação, filmagem).
7. Compete à Comissão de Verificação de Mandatos:
- Verificar a validade dos mandatos dos delegados;

• Apresentar ao Congresso um relatório sobre a validade e a composição dos delegados.

8. Compete às Comissões de Redacção:

• Analisar as propostas recolhidas e propor as alterações, emendas, cortes, acrescentos, que considerem justificado introduzir nos documentos-base (Projecto de Programa, Propostas de Alteração aos Estatutos, Projecto de Resolução Política), que serão submetidos à aprovação do Congresso;

• Apresentar ao Congresso um relatório sobre as propostas feitas pelos delegados e a proposta final da Comissão.

9. Compete à Comissão Eleitoral:

• Examinar todas as questões que os delegados coloquem relativas à proposta apresentada pelo Comité Central cessante, nos termos dos pontos IV e VI deste Regulamento, bem como outras propostas sobre a composição do Comité Central, para posterior apreciação no Congresso;

• Apresentar ao Congresso um relatório e eventuais propostas sobre a matéria.

IV

1. O Comité Central cessante apresentará ao Congresso uma proposta de composição do novo Comité Central.

V

1. A inscrição dos delegados para uso da palavra é feita através da Mesa da Presidência do Congresso.

2. Sem prejuízo de outros artigos deste Regulamento e do direito de expressar a sua opinião, cabe aos delegados que usarem da palavra transmitir ao Congresso a opinião do Organismo ou Organização que representam, se porventura for diferente da sua própria opinião.

3. Por exigências dos horários, os tempos e o número das intervenções podem ser limitados por deliberação da Mesa da Presidência.

VI

1. Os delegados têm direito a apresentar propostas de emenda aos documentos em discussão e propostas de alteração da composição do novo Comité Central apresentada pelo Comité Central cessante.

2. Essa apresentação é feita através do Secretariado do Congresso.

VII

1. Cada delegado tem direito a um voto.

2. As votações são feitas de braço levantado com a apresentação do cartão de delegado.

3. A votação para eleição do Comité Central é igualmente feita de braço levantado com a apresentação do cartão de delegado, salvo se o Congresso, por maioria de votos, decidir que seja por voto secreto.

4. As deliberações são tomadas por maioria dos delegados ao Congresso. ■

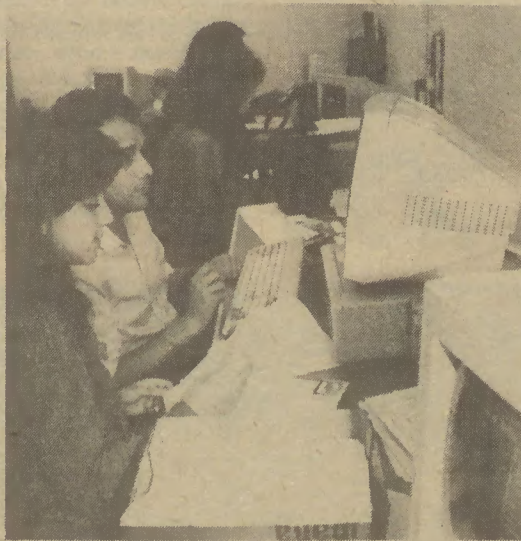
Apoio informático

Um núcleo de 20 a 25 camaradas assegurou durante o Congresso apoio informático à comissão de verificação de mandatos, à imprensa e aos participantes em geral, fornecendo informação segura e actualizada sobre os delegados e assembleias que os elegeram, a composição do CC e dos órgãos do Congresso, os convidados presentes e as saudações recebidas, várias informações úteis. Além dos materiais que o próprio grupo de apoio in-

formático fornecia, eram ainda transmitidas informações por um dos dois canais do circuito interno de televisão.

O outro canal mostrava a tribuna e a sala do Congresso, acompanhando o decorrer dos trabalhos. Os intervalos eram preenchidos com excertos de espectáculos da Festa do «Avante!».

A recepção do circuito interno de TV era feita através de 17 televisores instalados um pouco por todo o Palácio e de 3 painéis gigantes. ■



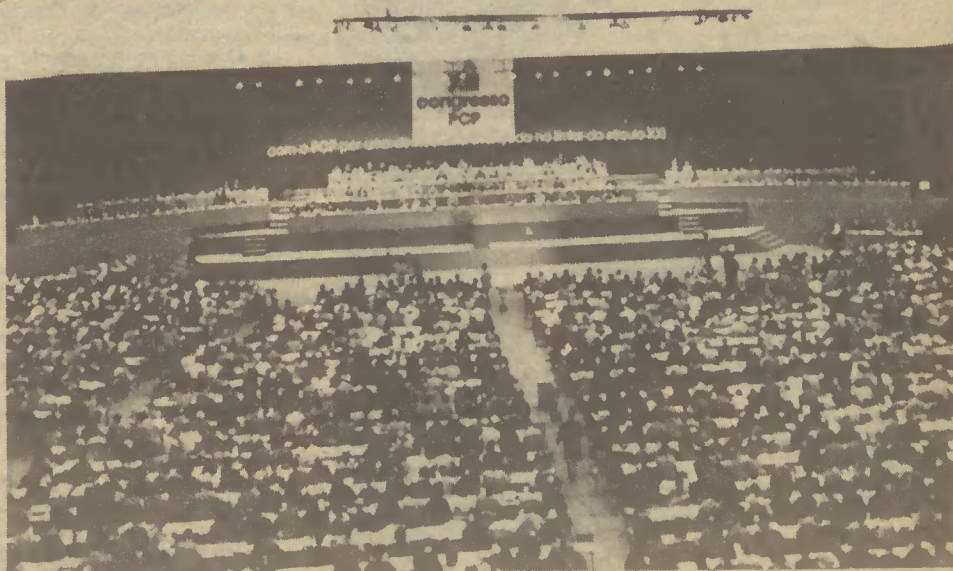
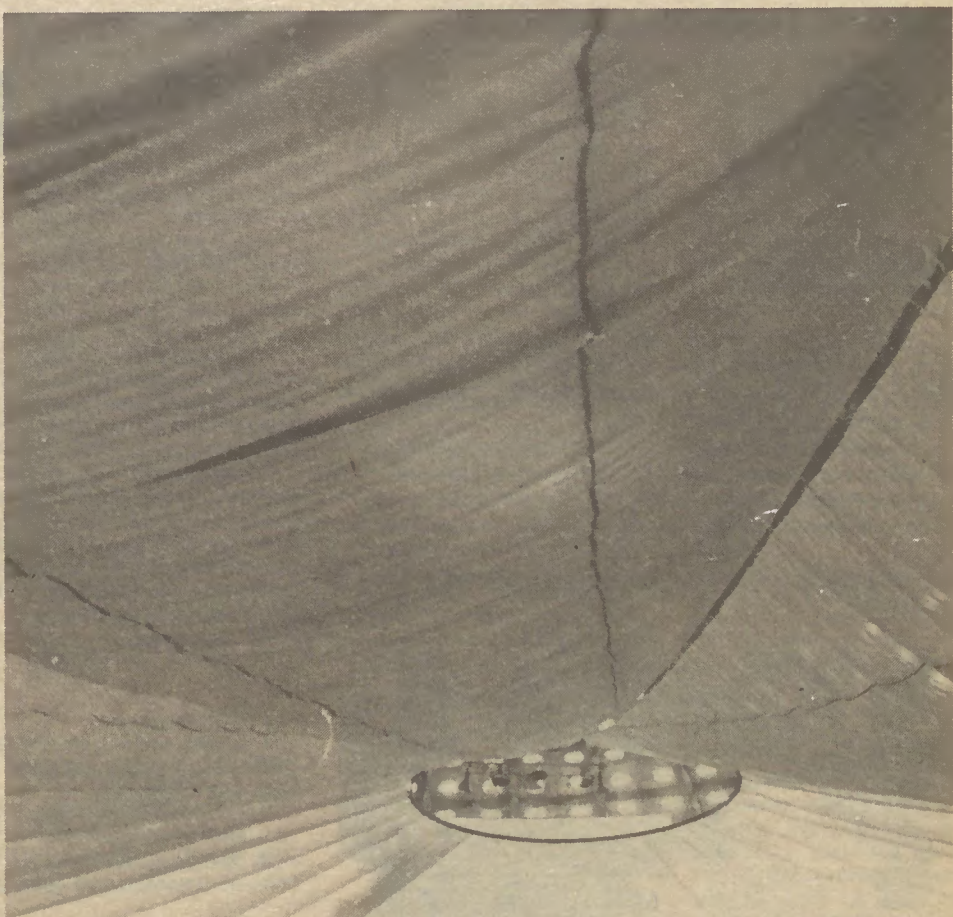
XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Estruturas de apoio

Factor que contribuiu decisivamente para o bom funcionamento do XII Congresso, e sem o qual dificilmente seria possível imaginar a realização de um evento desta envergadura, foi sem dúvida a bem organizada máquina de apoio montada para os quatro dias de trabalhos. Uma parte dele não visível, quase mesmo sem se dar por ele, esse trabalho garantido por algumas centenas de militantes comunistas foi todavia decisivo para o êxito dos traba-

lhos. No total, foram mais de 40 gabinetes de trabalho (30 dos quais construídos para o efeito em madeira pela organização) onde funcionaram desde o serviço de tradução ao de apoio aos delegados, passando pelo apoio à imprensa ou pelos serviços de reprografia. Só neste último, destaque-se, numa estimativa geral, foram tiradas mais de um milhão de cópias das várias máquinas instaladas, entre *offsets* e fotocopiadoras. Foram empregues mais de

100 toneladas de madeira, gastos milhares de pregos e aplicadas na decoração interior do recinto faixas de pano que, à largura de um metro e meio, atingiriam o comprimento de seis quilómetros. Foi ainda necessário garantir mais de um milhar de mesas e seis mil cadeiras, 2500 dormidas, enquanto que no bar e restaurante atingiu os 12 mil e 30 mil, respectivamente, o número de refeições e cafés servidos entre quinta-feira e ontem, domingo. ■



Implantação e decoração

Criar as melhores condições de trabalho, sonorização e conforto foi manifestamente a preocupação central que norteou a acção da equipa responsável pela implantação e decoração das estruturas de apoio e da decoração do vasto recinto de cinco mil metros quadrados e 26 metros de altura. Tudo foi estudado ao mais pequeno por-

menor. Nada ficou ao acaso. Iniciado em Setembro, numa primeira fase orientado para a concepção, planificação e definição de objectivos, o trabalho preparatório prolongou-se já em Outubro com a montagem de um estaleiro para onde foram transferidos os materiais e iniciada a execução de obras de carpintaria, culminando uma semana antes do Congresso com a montagem de todas as estruturas no próprio local, ou seja, no Palácio de Cristal e área circundante. Recaindo em primeiro lugar sobre a Organização Regional do Porto, este trabalho preparatório foi no entanto também assegurado por outras organizações (Aveiro e Braga, sobretudo), contando ainda com a colaboração de camaradas dispersos provenientes de outras regiões do País. Ao todo,

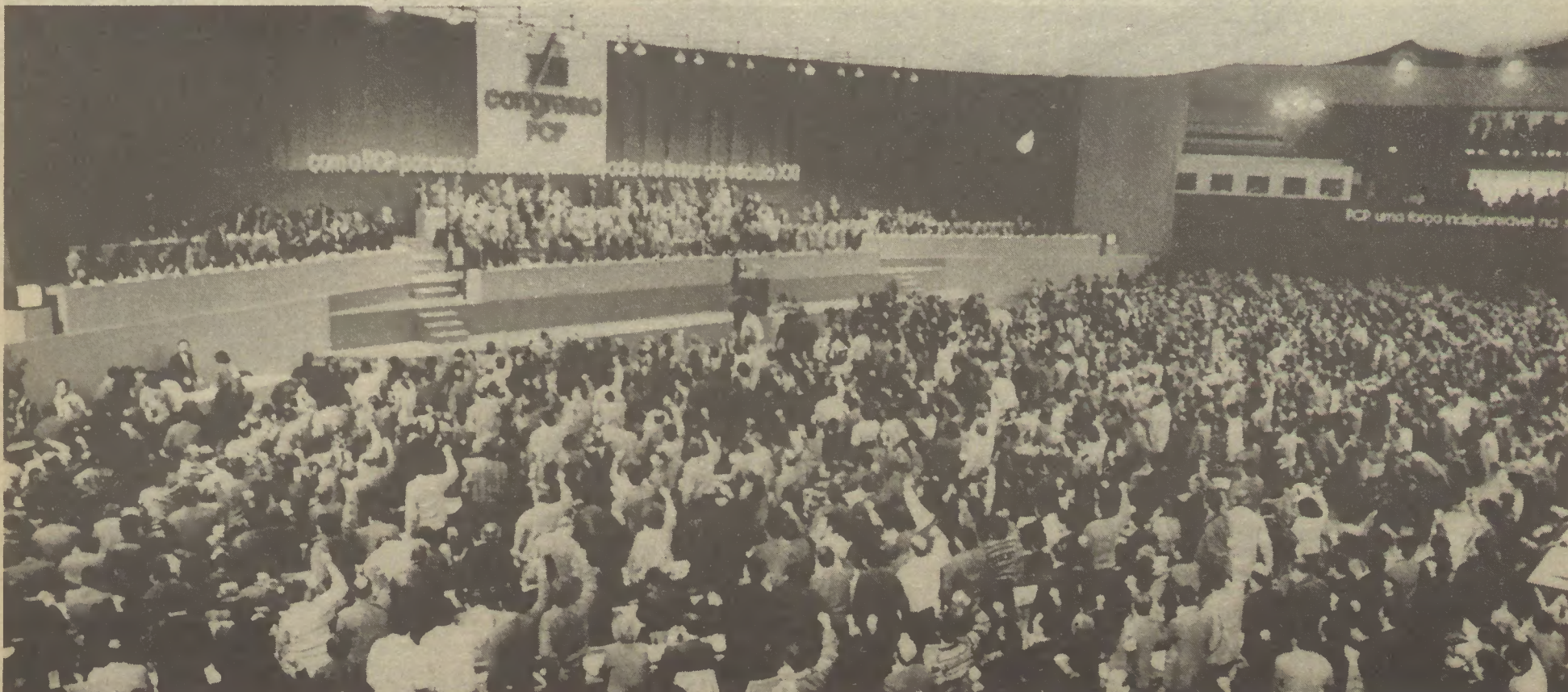
calcula-se em cerca de dois mil o número de camaradas envolvidos quer na preparação quer no apoio ao Congresso, ultrapassando as duas centenas os veículos utilizados para cobrir as necessidades em transportes durante os quatro dias de trabalhos. Em matéria de decoração, o destaque no interior vai para o gigantesco tecto falso em tons de azul e para a tribuna da presidência dos trabalhos com capacidade para 160 lugares, toda forrada a vermelho, e concebida de molde a harmonizar-se plenamente com a forma oval do recinto; no exterior, realce para os três painéis de 10 metros cada, pintados especialmente para o Congresso por cinco artistas plásticos, situados na entrada principal que dava acesso ao interior do Palácio de Cristal. ■

Tecto falso

Com uma área muito próxima dos cinco mil metros quadrados, o tecto falso de tecido em diferentes tons de azul que pendia da cúpula da nave do Palácio de Cristal constituiu um dos elementos decorativos de maior efeito e impacto que alteraram por completo a configuração daquela sala, tornando-a praticamente irreconhecível.

Suspensão de uma estrutura em ferro pesando mais de

400 quilos, preso por mais de mil metros de cabos de aço, este tecto em *nylon* foi uma das obras de maior complexidade técnica — colocando verdadeiros problemas de engenharia — que a equipa responsável pela implantação e decoração teve de enfrentar. Só para o colocar foram precisas mais de 30 horas de trabalho, a que se seguiram mais dois dias para proceder a acertos finais e a afinações. ■



Os órgãos do Congresso

eleitos pelos delegados no início dos trabalhos

MESA DA PRESIDÊNCIA

Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Fernando Blanqui Teixeira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, José Casanova, José Soeiro, José Vitoriano, Octávio Pato, Raimundo Cabral, Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e membros do Secretariado do Comité Central.

António Lopes, António Orcinha, Artur Vidal Pinto, Bernardina Sebastião, Carlos Ramildes, Edgar Correia, Jaime Félix, Luísa Araújo, membros suplentes da Comissão Política e membros suplentes do Secretariado do Comité Central.

Albino Barros, operário têxtil, membro da Comissão para o trabalho sindical de Viana do Castelo.

António João da Palma Zacarias Pereira, empregado de escritório, membro da Comissão Distrital de Beja.

António José Casmarrinha, operário metalúrgico, membro do Executivo da DORAM e do Comité Central.

António Lareiro, ajudante de Farmácia, membro da Comissão Distrital de Viseu.

António Lopes Bogalho, operário, membro da Comissão Concelhia de Sobral de Monte Agraço e da DORL.

António Maria dos Santos Ribeiro, comerciante, membro da Comissão Concelhia de Vila Real.

Armando de Castro, investigador e professor catedrático, membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto.

Armando da Conceição Morais de Oliveira, operário metalúrgico, membro da DORBI e do Comité Central.

Armando Nogueira, operário metalúrgico, membro da DORM e do Comité Central.

Armando Victor Rodrigues Climas, encarregado da construção civil, membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém.

Carlos Alberto Amaral, pequeno empresário, membro da Comissão de Ilha de S. Miguel.

Carlos Bento Leal, engenheiro electrotécnico, membro do Executivo e do Secretariado da DORAL.

Carlos Carvalhas, economista, membro do Comité Central.

Carlos Manuel dos Santos Arrojado, empregado, membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira e da DORL.

Clarinda Maria Pinho Nogueira, assistente social, membro da DORL e membro suplente do Comité Central.

Cristina Parreira Branco Correia Fernandes, doméstica, membro da Comissão Concelhia do Montijo.

David Martins Garrido, operário, membro da Comissão Concelhia de Mirandela.

Eduarda Ferreira, professora, membro da Comissão Concelhia de Valongo.

Eduardo Coronel, operário, membro da Comissão Concelhia da Figueira da Foz.

Eugénio Baeta Pisco, operário metalúrgico, membro da DORSA e do Comité Central.

Eulália Caeiro Miranda, operária, membro do Executivo da DORA e membro suplente do Comité Central.

Fernanda Paula Conceição Silva Cruz Lampreia, empregada, membro do Secretariado da Célula da Câmara Municipal de Loures.

Fernando Amaro, barman, membro da DORAL.

Francisco Brandão, engenheiro civil, membro do Organismo de Direcção dos Quadros Técnicos da DORL.

Francisco Luís dos Santos, operário agrícola, membro do Executivo da Comissão Distrital de Évora e da DORA.

Francisco Marques Lourenço Domingos, engenheiro técnico agrário e professor, membro da DORSA.

Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco, empregado bancário, membro da Comissão Concelhia de Sines e da DORS.

Graciano Fernandes Gonçalves, serralheiro mecânico, membro do Secretariado da Célula da Setenave.

SECRETARIADO DO CONGRESSO

Albano Nunes, Aurélio Santos, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Edgar Maciel Correia, Fernando Blanqui Teixeira, Jaime Félix, Luísa Araújo, Octávio Pato.

COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE MANDATOS

Fernanda Barroso, Henrique de Sousa, Raimundo Cabral, Teresa Lopes.

COMISSÃO ELEITORAL

António Lopes, Dinis Miranda, Fernando Blanqui Teixeira, Francisco Lopes, Luísa Araújo, Manuel Sobral, Octávio Pato, Sérgio Teixeira, Sérgio Vilarigues, Vidal Pinto.

COMISSÃO DE REDACÇÃO DA RESOLUÇÃO POLÍTICA

Albano Nunes, Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Carlos Costa, Domingos Abrantes, José Casanova, Luís Sá, Vítor Dias.

COMISSÃO DE REDACÇÃO DO PROGRAMA

Albano Nunes, Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Carlos Costa, Domingos Abrantes, João Amaral, Joaquim Miranda, José Barros Moura, Luís Sá, Maria do Carmo Tavares, Octávio Pato, Rogério Brito, Vítor Dias.

COMISSÃO DE REDACÇÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

Álvaro Cunhal, Carlos Aboim Inglez, Carlos Ramildes, Edgar Maciel Correia, Fernando Blanqui Teixeira, Jaime Serra, José Neto, Maria da Piedade Morgadinho, Marília Vilaverde Cabral, Sérgio Vilarigues.

Helena Medina, intelectual, membro da DORP e do Comité Central.

João Fernando Dias Serra, operário agrícola, membro da Comissão Distrital de Portalegre.

João Ferreira Correia, operário metalúrgico, membro do Núcleo de Direcção de Emigrantes Portugueses na RFA.

João Manuel Rocha da Silva, professor, membro da Comissão Concelhia de Serpa.

João Silva, operário metalúrgico, membro da DORL.

Joaquim António Lameiras da Rita, operário metalúrgico, membro do Secretariado da Célula da Cometa e do Executivo da Comissão Concelhia da Amadora.

Jorge Alberto Bombas Amador, operário, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

José Augusto Esteves, empregado, membro da DORLEI e do Comité Central.

José Decq Mota, professor, membro do Executivo da DORAA e suplente do Comité Central.

José Freitas, bancário, membro do Executivo e do Secretariado da DORAL e do Comité Central.

José Luís Mendes Gonçalves, empregado bancário, membro do Executivo da DORAM.

José Marques Simões Inácio, advogado, membro da DORLEI.

José Moreira, operário têxtil, membro do Comité Local do Porto e da DORP.

Luísa Amorim, médica, membro da Direcção Nacional do MDM.

Manuela Barreto, licenciada em Românicas, membro do Executivo e do Secretariado do Organismo de Direcção do Sector da Função Pública da DORL.

Manuel Carvalho da Silva, operário, coordenador da CGTP-IN.

Maria Amélia Parda, estudante da Faculdade de Letras de Lisboa, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Maria Alda Nogueira, engenheira química, membro do Comité Central.

Maria Celeste Antunes Soeiro, operária, membro da DORL.

Maria da Conceição Morais Matias, empregada de escritório, membro da DORS e do Comité Central.

Maria Emília Manta Nunes Figueiredo Nogueira, funcionária pública, membro da Comissão Concelhia de Gouveia.

Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro, operária vidreira, membro da DORLEI.

Maria de Fátima Guimarães, professora, membro da Comissão Distrital de Aveiro.

Maria Luísa Tito de Morais, jornalista, membro da Organização dos Cooperantes Comunistas na República Popular de Moçambique.

Maria Vitória Ilhicas, empregada, membro da Comissão de Freguesia de Benavila.

Olga Arriaga, empregada, membro da Comissão Concelhia de Almada.

Raquel Agostinho da Rama Abalada, operária têxtil, membro do Executivo da DORSA.

Rosa Martins Pereira, operária têxtil, membro da Organização Concelhia de Braga.

Valdemar Madureira, economista, membro da Comissão Concelhia de Matosinhos.

Vitor Costa, professor, membro suplente do Comité Central.

Vitor Ranita, operário metalúrgico, membro da Organização para o Trabalho Sindical junto da DORP. ■

Relatório

da Comissão de Mandatos

Camaradas:

A Comissão de Verificação de Mandatos eleita no início dos trabalhos examinou a documentação relativa à eleição dos delegados ao XII Congresso.

Desse exame retiramos algumas conclusões que apresentamos ao Congresso:

Estão presentes 2090 delegados cujos mandatos foram todos verificados e comprovados através da respectiva documentação designadamente pelas fichas de presença e actas de eleição.

Deste número, 1902 foram eleitos em 925 Assembleias Plenárias, expressamente convocadas para a eleição de delegados que registaram uma expressiva participação. Cabe aqui sublinhar que no número de Assembleias Plenárias referido, não se incluem milhares de Assembleias e Plenários realizados para o debate dos documentos, sujeitos agora à apreciação do Congresso.

Quanto aos restantes, não eleitos em Assembleias, 171 são membros do Comité Central e membros do Partido da Comissão Executiva da Direcção Nacional da JCP, e 17 são delegados por inerência, **percentagem inferior a 1%**, nos termos do Regulamento da fase preparatória do Congresso.

A Comissão de verificação de mandatos analisou ainda os processos de substituição referentes a 118 delegados efectivos, eleitos que, por razões de vária ordem não puderam estar presentes, sendo, portanto, substituídos pelos respectivos delegados suplentes, eleitos nas mesmas Assembleias Plenárias.

A Comissão de Verificação de Mandatos está assim em condições de assegurar ao Congresso a plena democraticidade e representatividade de todos os delegados aqui reunidos.

Quanto à análise de composição dos delegados presentes neste XII Congresso gostaríamos de referir os seguintes dados:

— Relativamente à composição social

71,2% dos delegados são operários e empregados, dos quais 41,9% correspondem a operários industriais e agrícolas e 29,3% correspondem a empregados; 16,1% são intelectuais e quadros técnicos; 1,2% são agricultores; 1,2% são pescadores; 2,5% são pequenos e médios comerciantes e industriais; 7,8% correspondem a outras situações — estudantes, domésticas, reformados, etc.

A composição social do nosso Congresso confirma assim plenamente, a natureza de classe do PCP, o seu carácter de Partido de classe operária e de todos os trabalhadores.

— No que respeita à composição etária

têm menos de 30 anos 13,6% dos delegados
de 30 a 40 anos 37% dos delegados
de 40 a 50 anos 29,8% dos delegados
com mais de 50 anos 19,6% dos delegados.

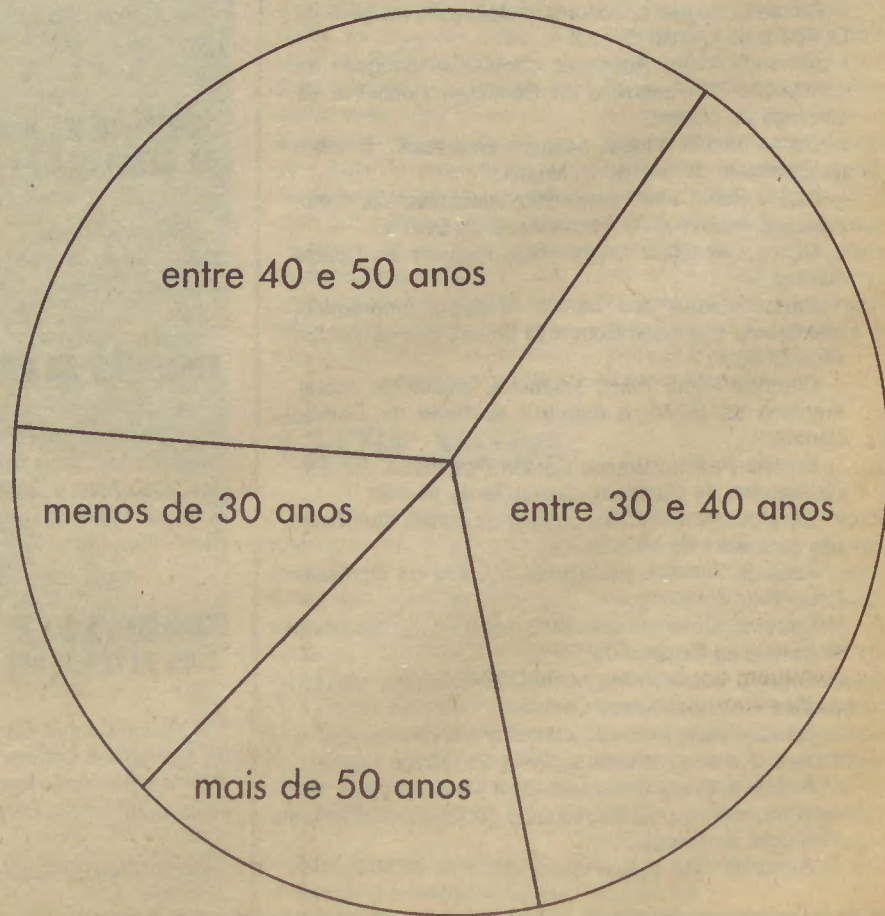
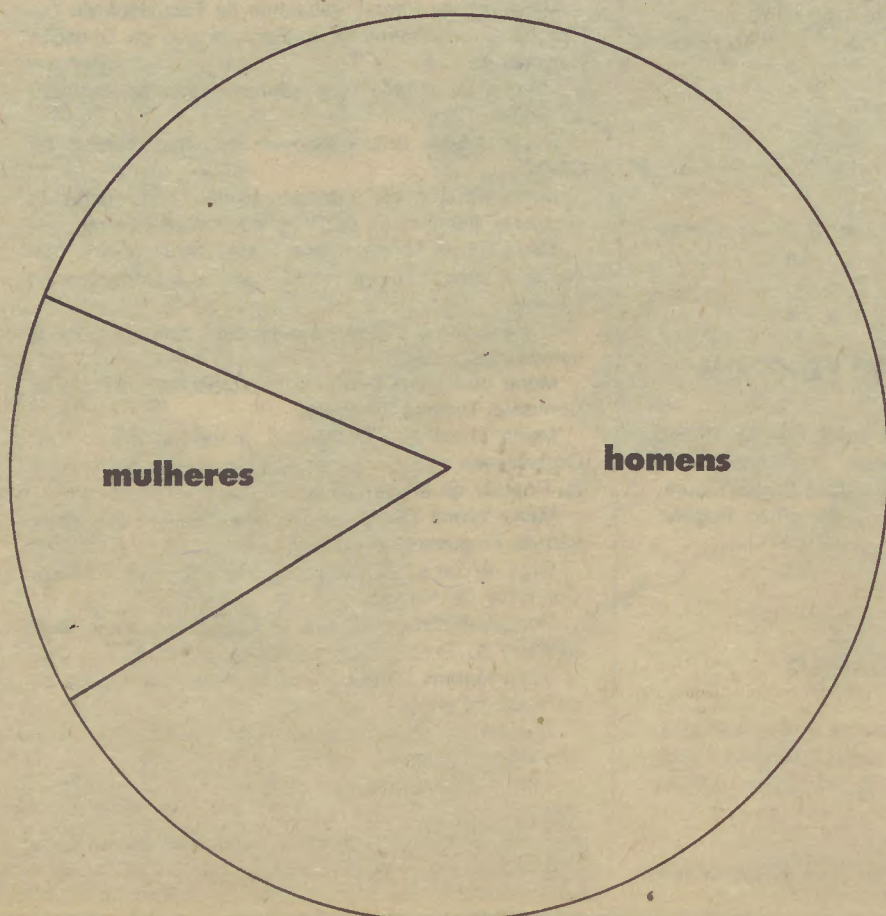
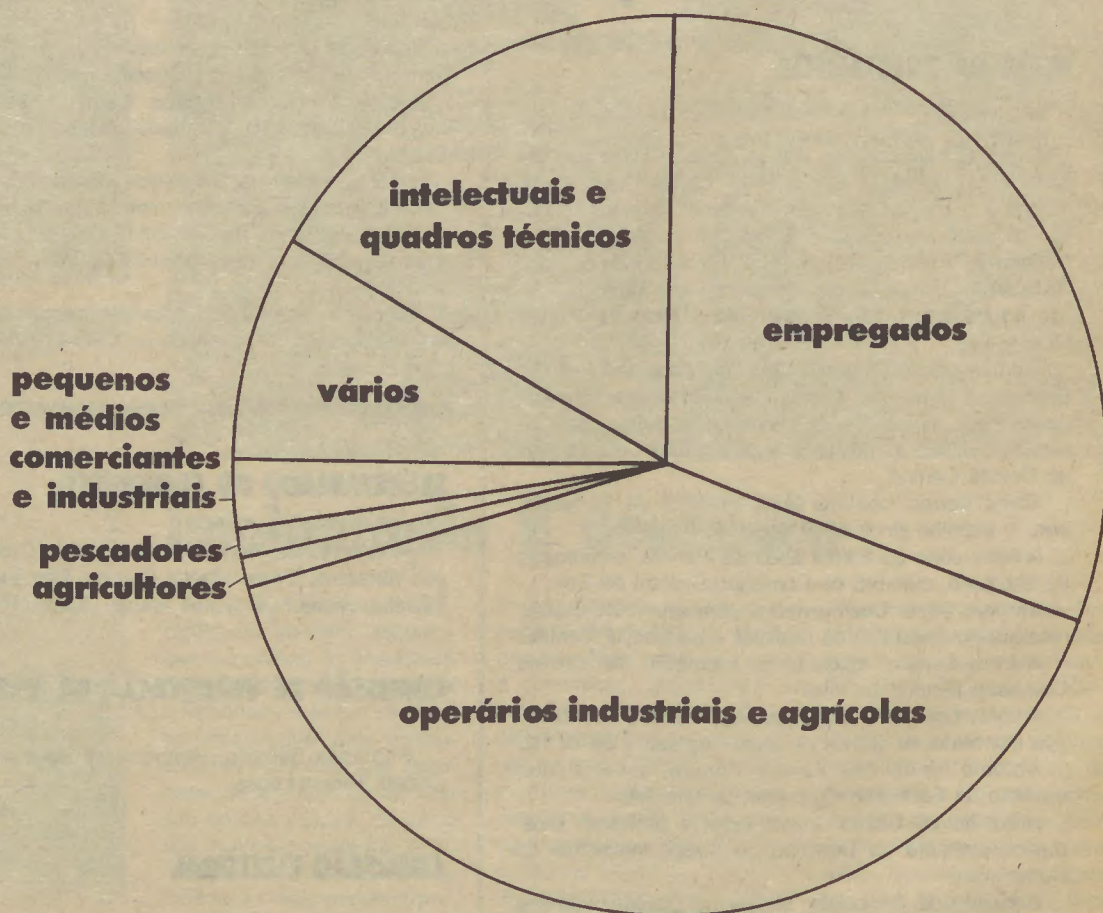
Importa ainda sublinhar que nos delegados presentes, 18,2% são mulheres, percentagem naturalmente insatisfatória porque inferior à percentagem das mulheres inscritas no Partido e à sua real intervenção.

Camaradas:

Em conclusão, a Comissão de Verificação considera que estão inteiramente preenchidas as condições de democraticidade e representatividade necessárias à legitimidade das decisões do XII Congresso do nosso Partido.

A Comissão de Verificação de Mandatos saúda todos os camaradas delegados e os convidados presentes, com total confiança no sucesso dos trabalhos deste nosso Congresso. ■

Os delegados



Em Foco

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 780

5 de Dezembro de 1988

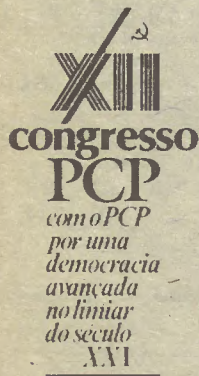
3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Discurso de Álvaro Cunhal na abertura dos trabalhos





Camaradas:

O XII Congresso do nosso Partido realiza-se depois de um intenso trabalho preparatório em que intervieram muitos milhares de camaradas.

Cada delegado está aqui com a sua responsabilidade própria, mas todos trazem consigo a opinião, a força, a militância e a confiança do nosso grande colectivo partidário.

O Partido tem nestes dias os olhos postos no Congresso. Pela sua parte o Congresso tem os olhos postos no Partido. E também nos trabalhadores, no Povo português, em Portugal com a consciência de que o que aqui decidirmos tem em vista o futuro do Partido, do nosso Povo e da nossa Pátria.

Nos encontros e assembleias plenárias realizados os documentos propostos pelo Comité Central foram objecto de debate. Debate directo, vivo, franco e frontal como é da boa tradição do nosso Partido. Do debate resultaram contribuições valiosas pelas ideias expressas e pelos milhares de propostas de emenda aos documentos.

Além dos membros do Comité Central e de 20 outros delegados por inerência, 2090 delegados foram eleitos segundo a livre vontade e escolha dos militantes.

Creio ser inquestionável que a preparação e realização do nosso XII Congresso confirma não só o espírito de organização e a capacidade de realização do Partido mas a sua vida democrática sem paralelo em qualquer outro partido português.

Segundo a Ordem de Trabalhos o XII Congresso é chamado a tomar importantes decisões relativas a quatro temas fundamentais:

— um novo **Programa do Partido**, que tendo em conta as profundas alterações verificadas na situação nacional e o mundo em mudança em que vivemos, tendo em conta por um lado o avanço no processo contra-revolucionário e por outro lado o valor das conquistas de Abril na realidade nacional e como componentes indissociáveis da democracia portuguesa, propõe ao Povo português como objectivo de luta uma democracia avançada no limiar do século XXI tendo no horizonte o socialismo;

— uma **Resolução Política**, na base das «Teses» apresentadas pelo Comité Central ao debate no Partido e que não só comporta o balanço de cinco anos de actividade e a análise da situação como traça as orientações em todas as esferas da acção partidária;

— alterações aos **Estatutos** que confirmando a identidade de classe política e ideológica do Partido apresentam como aspectos fundamentais o aprofundamento da democracia interna, do trabalho colectivo, da descentralização de tarefas, dos direitos dos militantes e da prestação de contas;

— e a **eleição do novo Comité Central** que segundo a proposta do Comité Central cessante será profundamente renovado.

O nosso Partido realiza o seu XII Congresso com a força serena de quem está seguro da justeza da causa que defende, de quem respeita a verdade, de quem por longa experiência e por ter os pés assentes na terra os maiores temporais não conseguem derrubar.

Todos temos consciência da grande responsabilidade e dos deveres do nosso Partido na vida nacional. Todos temos consciência de que depende em grande parte da força, da capacidade e da acção do nosso Partido a derrota da política e dos planos reacçãoários e o futuro democrático e independente de Portugal.

E porque confiamos no nosso Partido, na classe operária, nos trabalhadores, no Povo de Portugal realizamos este XII Congresso com confiança revolucionária e com a firme determinação de levarmos à prática aquilo que nele for decidido.

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Nos 5 anos decorridos desde a realização do X Congresso produziram-se importantes e positivas alterações na situação internacional.

Na altura do X Congresso a situação apresentava como característica mais saliente a deterioração das relações internacionais directamente provocada pela política agressiva do imperialismo, nomeadamente pelos Estados Unidos e os seus planos de hegemonia mundial. Boicote às relações com os países socialistas, frenética corrida aos armamentos, tentativa de romper o equilíbrio militar estratégico com a URSS e outros países socialistas, ingerências, intervenções, bloqueios económicos, estrangulamento financeiro, agressões armadas, provocações e terrorismo de Estado, na tentativa de abafar e esmagar a justa luta dos povos pela sua libertação e pela construção nos seus países de uma sociedade conforme com as suas próprias aspirações e vontade — tais eram as marcas quotidianas da política agressiva do imperialismo.

O agravamento da situação internacional que então se verificava fazia pairar sobre o mundo a ameaça de uma guerra nuclear.

Actualmente, devido fundamentalmente às inovadoras e dinâmicas propostas e iniciativas de paz da União Soviética, à política dos outros países socialistas e à luta dos povos, a situa-

ção apresenta sensíveis mudanças e novas e positivas tendências e perspectivas.

Criou-se um novo clima nas relações URSS/EUA. Significativos resultados para a limitação dos armamentos e o desarmamento foram alcançados com os acordos para a eliminação dos mísseis de curto e médio alcance na Europa. Desenvolveram-se e desenvolvem-se negociações visando soluções políticas para pôr fim aos conflitos regionais. Está em curso um processo de desanuviamento, diálogo e negociações em que se afirmam os valores da coexistência pacífica, da cooperação internacional, dos direitos dos povos e da paz.

Estas modificações positivas na situação internacional, testemunham sem dúvida o fracasso da política agressiva do imperialismo. Mas não significam que se tenham alterado as condições fundamentais da sociedade no século em que vivemos.

O capitalismo sistema historicamente condenado

A evolução mundial desde o X Congresso confirma a natureza exploradora e as contradições insanáveis do sistema capitalista, as realizações históricas e as potencialidades do socialismo, a vontade, decisão e luta dos trabalhadores e dos povos para se libertarem da exploração e da opressão económica, social, política, cultural e nacional.

O capitalismo procura redourar os seus braços. Ao mesmo tempo que se noticia o «fracasso» do socialismo, reinventam-se virtudes do capitalismo, redescobrem-se as velharias do «capitalismo popular» e da «democratização do capital» e apresenta-se de novo o capitalismo como o único sistema que pode solucionar os graves problemas da humanidade, como o sistema do futuro.

O capitalismo conseguiu, é certo, nos últimos anos, nos países mais desenvolvidos uma certa recuperação do crescimento económico, uma relativa estabilidade e uma nova dinâmica relacionada com a revolução científico-técnica e com o avanço vertiginoso das novas tecnologias, com a internacionalização do processo produtivo, a divisão internacional do trabalho e os processos de integração.

Mas o capitalismo, mantendo a sua natureza exploradora e agressiva, não pode resolver o grande capital monopolista e os trabalhadores e outras classes e camadas sociais; entre os vários países capitalistas; entre os países mais desenvolvidos e os mais atrasados com particular relevo para os países do Terceiro Mundo.

O domínio da economia por gigantescas multinacionais, impõe uma nova dinâmica ao desenvolvimento capitalista mas agudiza ao mesmo tempo as suas contradições internas.

A acumulação capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas nos países capitalistas desenvolvidos deve-se por um lado ao aumento da produtividade, por outro lado à acrescida exploração dos trabalhadores e à exploração dos povos que vivem em níveis inferiores de desenvolvimento.

Nos países capitalistas desenvolvidos cujos Governos servem os interesses do capital monopolista aprofundam-se as contradições, as desigualdades e as injustiças sociais. O desemprego cifra-se em elevados níveis. Diminui a quota dos salários na distribuição do rendimento nacional. Alastra o trabalho precário. Importam-se milhões de trabalhadores estrangeiros oriundos de países mais atrasados e que são utilizados nos trabalhos mais duros sujeitos a baixos salários e a condições de vida muitas vezes degradantes. Agudizam-se problemas tão graves como a droga, a criminalidade e a prostituição.

Ao mesmo tempo que aprofundam a exploração nos seus próprios territórios, os países capitalistas desenvolvidos, tendo perdido os seus impérios coloniais, intensificam novas formas de exploração neo-colonialista. Esbulham e delapidam os recursos naturais. Deslocam indústrias para países de mão-de-obra barata.

O sistema capitalista não pode ser avaliado apenas na base do nível de desenvolvimento e da riqueza dos países mais desenvolvidos. O sistema capitalista tem de ser considerado globalmente com o contraste entre as poderosas e riquíssimas multinacionais e os flagelos do desemprego, da fome, da doença, da miséria, da mortalidade infantil, do nível em que vivem centenas de milhões de seres humanos.

O capitalismo assume aspectos novos, mas é historicamente um sistema condenado.

A construção do socialismo e a luta de libertação dos povos

O século XX abriu à humanidade uma nova era marcada pela possibilidade e a tarefa de construir uma nova sociedade libertada da exploração do homem pelo homem. A revolução de Outubro marca no século XX o momento de tal viragem histórica.

A construção da sociedade socialista é o empreendimento mais audacioso, mais criativo e mais progressista da história da humanidade.

Na construção da nova sociedade registam-se atrasos, deformações e erros. Adoptam-se soluções que depois se verifica serem ineficazes. Surgem conjunturas de crise. Mas embora em

situações diferentes e em processos diferentes que exigem se não copiem «modelos» antes se encontrem as soluções conformes com as situações concretas, aspectos fundamentais da estrutura socioeconómica, na liquidação de injustiças sociais, na solução dos mais graves problemas dos povos, na concepção e na prática de intervenção dos trabalhadores na vida social, o socialismo mostrou e mostra a sua superioridade sobre o capitalismo.

A reestruturação em curso na União Soviética, a «*perestroika*», reveste particular significado tanto pela análise e reflexão sobre a experiência passada da construção do socialismo como pelo que a «*perestroika*» é como processo de transformação e avanço da sociedade socialista. Processo que remove travões, atrasos, estagnação, deficiências e erros. Processo que abrange todas as áreas da vida e da organização económica, a política social, a cultura, o papel do Partido. Processo de luta audacioso e corajoso como qualquer processo verdadeiramente revolucionário.

Ao contrário do que difunde a propaganda anticomunista, a «*perestroika*» não traduz o fracasso do socialismo, antes confirma e enriquece as suas características e valores essenciais: o poder dos trabalhadores com a garantia da plenitude do poder dos soviets como base da organização do Estado; o estímulo e a promoção da intervenção criativa das massas populares em todas as esferas da vida social; a aceleração do desenvolvimento socioeconómico tendo a apropriação como base e o bem-estar do povo como objectivo central; o papel do Partido como força política de vanguarda e designadamente do processo de construção da nova sociedade.

A democracia política na organização do Estado, no Partido e na sociedade é um elemento básico da «*perestroika*» confirmando inteiramente a consigna do PCUS: «mais democracia, mais socialismo».

Os processos em curso na União Soviética e noutros países socialistas, analisando objectivamente as situações, reavaliando em muitos casos as orientações anteriores, detectando, revelando e criticando atrasos, deficiências, deformações autoritárias e burocráticas e erros graves, mostram por um lado que a construção da nova sociedade é mais complexa e demorada do que faziam crer previsões anteriores, confirmam por outro lado o valor das realizações históricas do socialismo e as suas imensas potencialidades de transformação social.

A propaganda do imperialismo insiste em que o comunismo entrou em declínio «irreversível» e deixou de constituir um projecto político para o futuro dos povos. A verdade é que o que é irreversível na evolução da sociedade humana é a decadência do imperialismo como sistema mundial, é o avanço da luta de libertação dos trabalhadores e dos povos, é a construção da sociedade socialista. O que é irreversível no mundo em que vivemos é o avanço da causa do comunismo.

A sociedade socialista não é um episódio passageiro na história, mas sim um novo sistema de organização da sociedade que, iniciado com a revolução de Outubro, marca o século XX como um século de viragem na evolução social, e se apresenta como o futuro da humanidade.

A formação e desenvolvimento do sistema mundial do socialismo, a luta dos povos, alteraram radicalmente o mapa político e social do mundo.

Vencendo e ultrapassando situações seculares de opressão e injustiça, assistimos e participamos nos nossos dias a extraordinárias transformações revolucionárias. Tendo-se verificado a derrocada histórica do colonialismo, dezenas de países (como Angola, Moçambique, Zimbábue, Nicarágua, Afeganistão) defendem corajosamente a sua independência e as suas opções ante as pressões e agressões do imperialismo.

A luta dos povos, factor determinante da evolução social, alcançou novas e importantes vitórias. Foram derrubadas numerosas ditaduras fascistas e reacçãoárias (Argentina, Brasil, Uruguai, Haiti, Sudão, Filipinas).

Desenvolvem lutas heróicas o povo sul-africano contra o *apartheid*, o povo do Chile contra a ditadura de Pinochet, o povo palestiano pela concretização de um Estado independente, o povo da Coreia do Sul contra a ditadura e pela reunificação da sua pátria, e muitos outros.

Aproximam-se inexoravelmente os dias da eliminação completa do colonialismo, do racismo, do *apartheid*.

A luta pela paz, tarefa central comum aos trabalhadores de todo o mundo, adquiriu os contornos de um grande movimento mundial compreendendo componentes políticas e sociais muito diversificadas.

O movimento comunista

Neste quadro de lutas da época em que vivemos, o movimento comunista é uma força política determinante do processo de transformação progressista da sociedade.

Mas também o seu desenvolvimento e a importância relativa dos seus componentes, recebendo o impacto da evolução mundial, é irregular e acidentado. O movimento comunista defronta novas realidades e novos problemas para os quais necessita de dar resposta. As modificações da composição social das sociedades e da composição da classe operária nas várias regiões e países traduzem-se em mudanças efectivas da base social do movimento comunista. Em numerosos países surgiram outras

forças revolucionárias que assumem a vanguarda e a direcção da luta dos povos respectivos. Estes factores exigem uma reflexão colectiva acerca da realidade do movimento comunista na actualidade, da sua força real em cada país e à escala mundial; da sua influência, dos seus objectivos, dos seus limites, da sua composição e das perspectivas do seu desenvolvimento.

Isso não significa porém, a nosso ver, a diluição do movimento comunista no quadro mais largo de outras forças do progresso social. Temos uma profunda convicção, indissociável da própria existência e actividade do nosso Partido: que o mundo caminha para o socialismo, que o socialismo e o comunismo são o futuro dos povos. Daí a histórica responsabilidade do movimento comunista.

O reforço não só da amizade e fraternidade dos partidos comunistas e operários, mas da sua cooperação, solidariedade recíproca e acção comum adquire a nosso ver no momento actual vital importância.

O nosso Partido pronuncia-se pelo reforço da coesão do movimento comunista através não só do desenvolvimento das relações bilaterais, mas também, dada a crescente internacionalização dos processos económicos, sociais e políticos, através da promoção de relações multilaterais que permitam a análise conjunta de problemas que a todos envolvem e eventuais acordos para iniciativas comuns ou conjugadas.

Esta necessidade é particularmente evidente em relação à Europa capitalista, na qual o movimento comunista atravessa conhecidas dificuldades.

Consideramos um imperativo da hora presente o reforço do movimento comunista. Mas igualmente imperativo é o diálogo, a cooperação e a acção comum dos comunistas com outras forças democráticas.

Essa nossa atitude é testemunhada pelo convite que fizemos a numerosos partidos para participarem no nosso Congresso. É com grande alegria que contamos aqui com a presença de tão elevado número de delegações de partidos comunistas e operários, tanto de países socialistas como de países capitalistas, e também de partidos progressistas, de movimentos de libertação nacional, de partidos socialistas.

O camarada Edgar Correia já teve ocasião de a todas saudar em nome do nosso Partido.

Mas permiti que, sem esquecer nenhuma e uma vez mais saudando todas, faça referência a duas delegações pelo particular significado que neste preciso momento assume a sua participação neste nosso Congresso.

Uma, a delegação do Partido Comunista da União Soviética. No X Congresso do nosso Partido realizado em Dezembro de 1983 também aqui no Porto, e neste mesmo Palácio de Cristal, pudemos acolher, à frente da delegação soviética, o camarada M. Gorbatchov, actual secretário-geral do PCUS. Lembrando a sua fraternal participação no nosso X Congresso e saudando a delegação soviética e o camarada Medvedev que a dirige, saudamos a «perestroika», processo revolucionário em curso com tão profundas repercussões mundiais.

A participação no nosso Congresso de outra delegação suscita referência especial: a delegação do Partido Comunista da China, não só por tudo quanto no mundo representa o seu grande país socialista, mas porque durante mais de 20 anos estiveram interrompidas as relações entre os nossos dois partidos, e porque, depois de um processo responsável de aproximação fraternal, esta é a primeira vez que uma delegação do PC da China participa num Congresso do nosso Partido e porque temos a alegria de dizer que este acontecimento testemunha que estão inteiramente normalizadas as relações entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da China.

II

A LUTA DO POVO EM DEFESA DE ABRIL

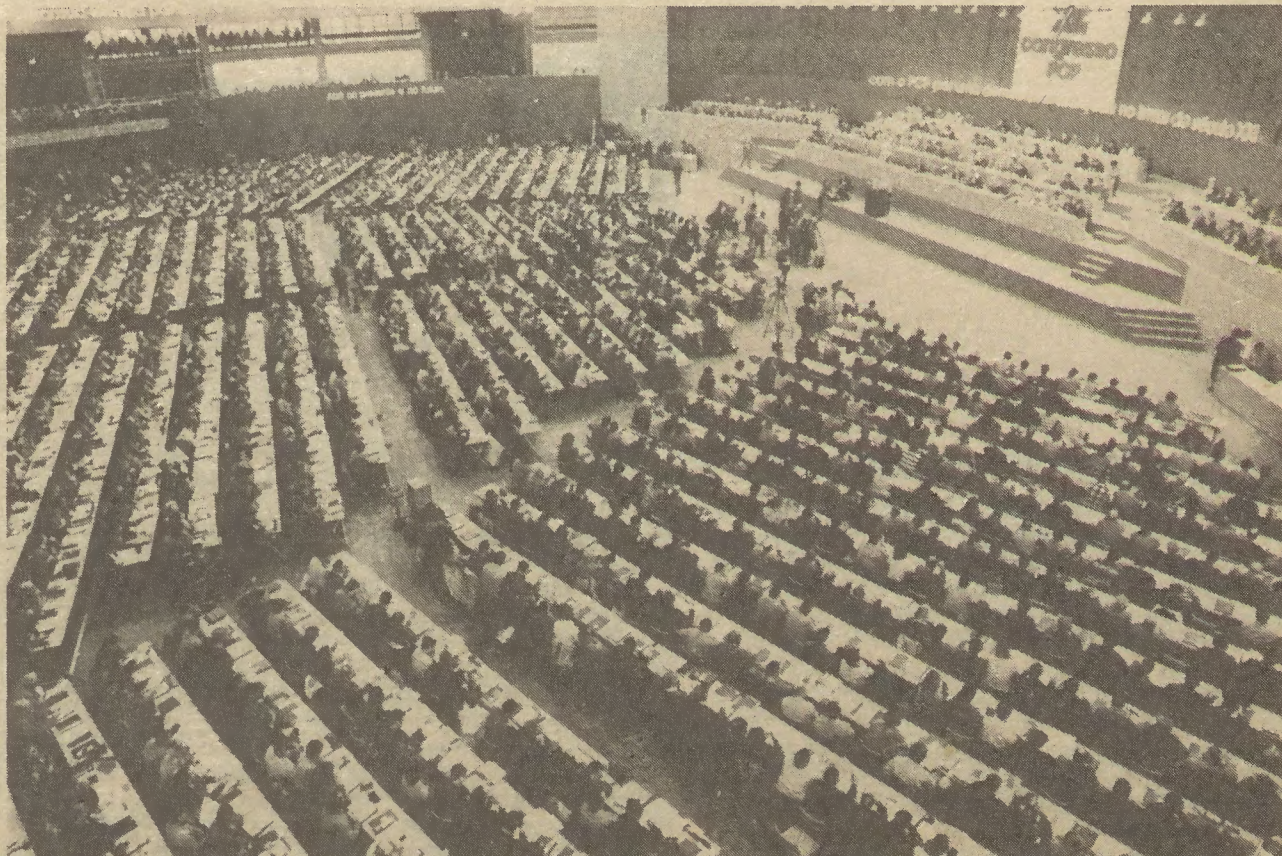
A evolução da situação económica, social e política do país desde o nosso X Congresso apresenta dois traços fundamentais.

Por um lado, o avanço do processo contra-revolucionário que se vinha desenvolvendo desde 1976, tendo como objectivo estratégico conseguir, através da progressiva destruição das conquistas democráticas, a restauração dos monopólios e dos latifúndios, do seu poder económico e político, do capitalismo monopolista de Estado.

Por outro lado, a luta constante, persistente, determinada e de grande amplitude dos trabalhadores, das massas populares, de todas as classes e camadas antimonopolistas, em defesa dos seus interesses fundamentais, das conquistas do povo, do regime democrático criado e instituído pela Revolução de Abril.

Cinco anos de resistência

No X Congresso, o Partido colocou como perspectiva da sua luta derrotar a reacção, defender com êxito as conquistas demo-



cráticas, retomar a ofensiva, e através da formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional assegurar finalmente a construção de uma democracia política, económica e social a caminho do socialismo.

Estes objectivos não foram alcançados. É porém incontestável que a luta popular e democrática derrotou vários planos de liquidação do regime democrático constitucional, retardou o avanço das ofensivas contra-revolucionárias e deu uma contribuição decisiva para que as grandes conquistas de Abril, apesar de diminuídas e feridas, continuem a ter até hoje uma forte presença na realidade económica, social, política e cultural do nosso país.

Se não fosse a firme luta dos trabalhadores e das suas organizações de classe, de outros vastíssimos sectores sociais, dos democratas mais consequentes, do nosso Partido, de há muito o regime democrático-constitucional teria sido inteiramente subvertido.

O nosso Partido não conseguiu os grandes objectivos políticos definidos no X Congresso. Mas, cinco anos passados, graças à luta do Povo português, na qual o nosso Partido desempenhou papel determinante — **tão pouco o processo contra-revolucionário alcançou até hoje os seus objectivos estratégicos**, apesar de em vários momentos destes 5 anos ter estado perto de alcançá-los (Governo PS/PSD e acordos entre os dois partidos, candidatura de Freitas do Amaral e seus objectivos, plano de acção do governo minoritário do PSD).

A luta reivindicativa dos trabalhadores e de outras classes e camadas sociais por objectivos concretos e imediatos de carácter económico, social, político e cultural, a luta em defesa do sector empresarial do Estado e da Reforma Agrária, a luta contra os «pacotes» laboral, das privatizações, agrícola, da comunicação social, da saúde e da justiça, a luta das populações pela solução dos seus problemas, a grandes lutas de massas pela demissão dos Governos PS/PSD e PSD como forma de conter ofensivas contra-revolucionárias em curso, grandes jornadas como o 1.º de Maio e o 25 de Abril, grandes manifestações, concentrações e marchas, as campanhas e lutas eleitorais, a acção na Assembleia da República e noutros órgãos e organismos do Estado, a gestão do poder local democrático e ainda o trabalho e a acção popular na solução dos mais variados problemas — constituíram uma grandiosa e poderosa movimentação e resistência de massas contra a política de direita.

Importante característica da luta de massas com objectivos imediatos neste período foi o facto de assumirem geralmente o carácter de lutas contra o Governo e a sua política e mesmo pela demissão do Governo.

Foi ou não justo promover e organizar tais batalhas? Foi ou não justo lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores, de liberdades fundamentais, das nacionalizações, da Reforma Agrária, dos direitos dos rendeiros e compartes dos baldios, do poder local democrático, da Constituição?

A nosso ver, camaradas, não só foi justo e necessário travar tais lutas, como é inteiramente justo continuá-las actualmente apesar de estar mais avançado o processo contra-revolucionário.

São profundamente erradas as concepções segundo as quais a partir do 25 de Novembro de 1975, segundo uns, a partir das eleições presidenciais de 1986, segundo outros, e ainda a partir das eleições de 19 de Julho de 1987, segundo outros, deveríamos (como dizem) ter sido realistas e deixado cair as conquistas revolucionárias.

Por um lado, os acontecimentos (segundo dizem) teriam mostrado que as conquistas de Abril não correspondem ao que alguns chamam «o país real». Por outro lado, porque não corresponderiam à correlação de forças existente, uma vez que o PS as não queria.

Continuamos a pensar que as grandes conquistas de Abril correspondem a necessidades objectivas da sociedade portuguesa, do desenvolvimento e bem estar do Povo português.

Seria uma traição que os trabalhadores e o Povo português jamais perdoariam, se o PCP, em vez de defender as conquistas democráticas capitulasse e estabelecesse acordos com o PS para destruí-las.

O nosso Partido escolheu o caminho da luta. E, cinco anos passados sobre o X Congresso, temos razões bastantes para afirmar que o nosso Partido cumpriu com honra os seus deveres para com o povo e o país, combatendo firme e corajosamente a política de direita e em defesa das conquistas democráticas da Revolução de Abril.

A luta da classe operária e das massas populares

As «Teses» debatidas no Partido, agora o Projecto de Resolução Política, apresentam um balanço pormenorizado e documentado das lutas desenvolvidas nos últimos 5 anos, do seu carácter, dos seus objectivos e da sua importância.

Todas as classes e camadas antimonopolistas intervieram activamente na luta contra a política de direita. Mas os trabalhadores confirmaram ser a força de vanguarda da luta popular. As lutas nas empresas por reivindicações específicas, as lutas pelo pagamento de salários em atraso, a defesa dos postos de trabalho e contra os despedimentos, as lutas pela contratação colectiva e outras reivindicações imediatas, as lutas contra o encerramento, o desmembramento e a privatização das empresas do Sector Empresarial do Estado, as lutas em defesa da Reforma Agrária, as lutas com objectivos imediatos mas combatendo abertamente o Governo da direita — greves, paralisações, concentrações, manifestações, vigílias, marchas, jornadas nacionais de luta — com fluxos e refluxos mas sempre com grande expressão de massas, comprovaram uma vez mais a força, a unidade, a organização e a combatividade da classe operária e das massas trabalhadoras.

Culminando o ascenso de grandes movimentações de massas nos meses anteriores, a greve geral de 18 de Março de 1988 contra o «pacote» laboral, com a participação de cerca de 2 milhões de trabalhadores, constituiu uma exaltante afirmação da oposição dos trabalhadores à política do governo PSD.

A firmeza e a maleabilidade das estruturas sindicais, a forte consciência de classe dos trabalhadores e os profundos sentimentos unitários nos locais de trabalho, neutralizaram o divisionismo, e obrigaram finalmente a UGT a participar numa greve que, para ganhar espaço e credibilidade, demagogicamente anunciara sem intenção de a realizar.

Na greve geral de 28 de Março, como em toda a movimentação operária nos cinco anos decorridos a CGTP-IN confirmou-se uma vez mais como a grande, experiente e poderosa central sindical dos trabalhadores portugueses, essencial na defesa dos seus direitos e cuja unidade, organização e capacidade de intervenção todos os trabalhadores portugueses estão vitalmente interessados em assegurar.

Nos **campos**, as lutas desenvolveram-se em três frentes principais: **a luta heróica dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo em defesa da Reforma Agrária; a luta dos povos dos baldios e dos rendeiros** em defesa dos direitos que alcançaram com a Revolução de Abril; e **a luta dos pequenos e médios agricultores** em torno de problemas concretos como o encerramento de feiras de gados e de matadouros, a dificuldade de escoamento dos produtos, os elevados preços dos adubos e outros factores de produção, a falta de indemnizações compensatórias por prejuízos sofridos com intempéries, a invasão do mercado nacional por produtos agrícolas (particularmente da CEE) concorrentes com os produtos portugueses e outros.

O balanço de concentrações, manifestações, desfiles, greves, cortes de trânsito, marchas, mobilizações gerais e outras formas de acção constitui, ao longo dos últimos anos, uma importante mobilização camponesa, um mais pronto despertar da consciência de classe, e testemunho da força e capacidade de luta ainda adormecida em largos sectores do campesinato, mas susceptível de rápidos desenvolvimentos.

Os **intelectuais e quadros técnicos** (além da luta inserida nas grandes movimentações do povo português e da contribuição dada ao regime democrático através das suas actividades profissionais específicas) tiveram nestes anos ampla, massiva e continuada intervenção contra a política de direita, associada muitas vezes a luta por interesses de carácter socioprofissional.

Greves, incluindo greves gerais de sector, manifestações, encontros, seminários, concentrações e movimentações diversas sucederam-se com frequência ao longo dos últimos 5 anos.

Em momentos diversos, mas sempre com frequência, intensidade e grande força de massas, professores, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde, intelectuais das artes e letras, magistrados, quadros técnicos, juristas, trabalhadores da comunicação social, entraram abertamente em luta contra o Governo de direita.

É de sublinhar que muitas das obras dos intelectuais portugueses, pela criatividade e o valor científico e artístico se têm de

considerar por si mesmos valores do Portugal democrático, valores da democracia.

Embora sujeita a uma intensíssima acção ideológica das forças reaccionárias e à demagogia do Governo que tem ganho apoio de significativos sectores juvenis, a **juventude** participou activamente nas grandes batalhas sociais e políticas de massas (designadamente na greve de 28 de Março, na luta contra o pacote laboral, na campanha eleitoral CDU) e desenvolveu numerosas lutas por interesses próprios designadamente no Ensino Superior e Secundário. As forças de direita continuam a dispor de fortes posições, mas, embora num processo irregular, verificou-se neste período um reforço das posições dos estudantes comunistas, democratas e progressistas no movimento associativo e um importante desenvolvimento de um associativismo especificamente juvenil.

É de salientar, como um dos aspectos mais significativos das lutas da juventude as múltiplas iniciativas de solidariedade internacionalista e a activa e criativa participação na luta pela paz.

As **mulheres** participaram corajosamente em todas as frentes da luta económica, social, política e cultural, confirmando a assumida consciência da igualdade de deveres apesar de que lhes é negada a igualdade de direitos. Nas greves, manifestações, vigílias, marchas da Reforma Agrária e do desemprego, as mulheres pela sua firmeza e combatividade, inseriram-se incontestavelmente entre os lutadores de vanguarda. As mulheres desenvolveram lutas e iniciativas de carácter específico que revelaram o confronto entre a política de direita e os interesses, direitos e aspirações da mulher trabalhadora e da mulher portuguesa em geral.

Registaram-se também neste período algumas importantes lutas dos **pequenos e médios comerciantes e industriais**, quase exclusivamente por motivo de problemas e motivos localizados e pontuais, o que, além de causas objectivas, confirma debilidades de organização e falta de iniciativa do seu movimento, que é necessário superar. Especial referência merecem as lutas dos **reformados**, com grandes concentrações, marchas da fome e repetidos plenários nacionais, alguns com centenas outras com milhares de participantes; e a luta dos **deficientes** cujo III Congresso teve particular significado.

As grandes movimentações sociais que se desenvolveram nos últimos cinco anos caracterizaram-se pelo seu carácter de massas, a unidade, a expressão política e a organização. Mas, muitas centenas de outras lutas de massas, a nível local, tiveram dinâmica diferente: lutas massivas e radicalizadas das populações contra medidas do Governo de direita relativas a transportes (como o encerramento de vias, ramais e estações), serviços de saúde (como o encerramento de centros de saúde), comunicações (como o encerramento de estações de correio), instalações escolares (como o encerramento de escolas), habitação (como o aumento das rendas), energia eléctrica (como o aumento das tarifas), e meio ambiente (contra casos concretos de poluição).

O carácter massivo, radicalizado e espontâneo destas lutas das populações mostra a extensão e a gravidade dos problemas, a profundidade do descontentamento popular e as imensas potencialidades de acção para pôr fim à política de direita e abrir caminho a uma alternativa. Daí também a necessidade de a nossa maior atenção aos problemas existentes e de uma resposta pronta e organizada capaz de assegurar o êxito à luta popular.

Com um lugar à parte nas lutas de massas dados os seus objectivos específicos, a **luta pela paz**, componente importante do movimento popular e democrático, desenvolveu-se, desde o X Congresso em torno de três grandes objectivos: primeiro, a luta estreitamente ligada à luta mundial pelo desarmamento e outros objectivos universais dos povos do mundo na luta pela paz; segundo, a luta por uma política externa portuguesa de independência nacional e pela proibição de instalação e trânsito de armas nucleares em território nacional, contra novas facilidades dadas à NATO, contra a construção da estação de Almodôvar, contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete, contra a utilização do Tejo por navios com capacidade nuclear; terceiro, a solidariedade do povo português para com os povos vítimas da agressão imperialista.

A realização em Lisboa de importantes iniciativas internacionais, assim como marchas da paz, festivais da Juventude, grandes sessões e colóquios públicos, assembleias, encontros, concentrações de rua, foram os factos mais salientes do movimento da paz nos últimos 5 anos.

A luta eleitoral e institucional

Não foi nem é a luta de massas a única forma que assumiu e assume a resistência e a luta contra a política de direita.

Particular papel coube à luta eleitoral e à acção institucional.

A luta eleitoral tem uma dupla importância: pelo que as campanhas são em si mesmas como grandes batalhas de informação, de esclarecimento, de confronto político; e pelos seus resultados que determinam a correlação de forças ao nível dos órgãos do poder e as forças política que o exercem.

Todas as campanhas eleitorais do nosso Partido foram grandes acções políticas de massas. Os resultados (que adiante examinaremos em relação com as suas consequências para a evolução da situação política), traduzem uma diminuição sensível e progressiva do apoio eleitoral que, se não fosse recuperável e

recuperado (e pensamos que é recuperável e será recuperado) significaria um enfraquecimento geral da influência do Partido na vida do País.

Apesar da diminuição dos eleitores comunistas não se alterou sensivelmente o nível da acção do PCP nas instituições designadamente a acção desenvolvida na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP e a gestão autárquica, sem esquecer o recurso aos tribunais por motivo de actos ilegais do Governo, a intervenção do Secretário-geral do Partido no Conselho de Estado e a participação de representantes do Partido em muito diversas instâncias e organismos.

A acção na Assembleia da República do **Grupo Parlamentar do PCP** constitui um importante suporte do regime democrático e da sua defesa.

No período decorrido desde o X Congresso atravessaram-se situações diferenciadas. Sucederam-se três Governos (PS/PSD com Mário Soares e dois Governos PSD com Cavaco Silva). Sucederam-se na Assembleia da República uma maioria PS/PSD, uma maioria democrática na oposição e minoria de direita com o Governo e finalmente uma maioria PSD.

Apesar de que, neste período diminuiu o número de deputados do PCP e seus aliados, em todas estas diversas situações o PCP foi na Assembleia da República a força dinamizadora de uma permanente e firme oposição à política de direita.

Impediu ou travou medidas antidemocráticas (Lei de segurança interna, «pacotes», aumento das rendas de casa). Promoveu a defesa dos interesses regionais e locais (projecto do Alqueva, recuperação da Brandoa, direito dos povos aos baldios).

Tomou **iniciativas legislativas** visando a solução de alguns graves problemas nacionais (lei de combate aos salários em atraso, lei de subsídio de desemprego aos jovens, leis do planeamento familiar, protecção à maternidade e interrupção voluntária da gravidez, revogação do despacho do Governo que implicava o chumbo a português, lei sobre os direitos das associações de estudantes). Tomou ainda a iniciativa de criação de 9 cidades, 24 vilas e 56 freguesias.

Em toda esta acção do Grupo Parlamentar do PCP interessa sublinhar três importantes traços: a estreita cooperação com os aliados na CDU (Os Verdes e a ID); a constante diligência para a convergência de todos os democratas, designadamente com o PS e o PRD, conseguida em situações pontuais; e a ligação às populações.

É também positivo que os deputados do PCP tenham participado em numerosas delegações parlamentares a outros países e na União Interparlamentar, no Conselho da Europa, nas Assembleias Parlamentares da NATO.

A acção parlamentar do PCP em íntima conexão com a acção política geral do Partido e com a luta de massas teve neste período particular importância na luta contra as ofensivas da direita, na defesa dos interesses do Povo e do País, das conquistas de Abril, do regime democrático.

Um dos elementos integrantes fundamentais, robusto pilar do regime democrático e obstáculo ao avanço do processo contra-revolucionário, tem sido o **poder local democrático, nomeadamente a gestão autárquica realizada pelos comunistas e seus aliados**, seja quando em maioria, seja estando em minoria.

A obra realizada pelos comunistas nas autarquias foi caracterizada pela estreita ligação às populações, pela honestidade, o trabalho, a competência, a experiência e o diálogo e resolveu muitos dos mais graves problemas existentes. Abastecimento de água, recolha e tratamento de lixo, instalação de esgotos, recuperação de áreas degradadas, apoio à autoconstrução, construção de rede viária, planeamento do urbanismo, ordenamento do território, preservação do ambiente, do património e da paisagem, intervenção maior no sistema educativo, dinamização das actividades culturais e desportivas, — contam-se entre as realizações dos eleitos do PCP nas autarquias.

A gestão autárquica dos comunistas e seus aliados constitui uma valiosíssima contribuição para o bem estar do povo, e a defesa do regime democrático.

O **recurso aos tribunais** contra actos ilegais do Governo teve a mais importante expressão nos recursos dos trabalhadores da Reforma Agrária para o Supremo Tribunal Administrativo contra decisões do Governo para entrega de terras aos agrários. O facto de que o STA pronunciou 531 acórdãos suspendendo ou anulando a execução das decisões do Governo e o facto de que o Governo não cumpriu uma só das decisões do STA, revela por um lado que os trabalhadores, no exercício dos seus direitos lutam pelo respeito da legalidade. E que o Governo entra em confronto com a legalidade ao desrespeitar decisões do tribunal que segundo a Constituição seria obrigado a cumprir.

dos monopólios, da restauração do latifúndio e da associação do capitalismo português ao capitalismo internacional num processo de integração e dependência.

No **plano social** a liquidação dos direitos dos trabalhadores alcançados com a revolução e o reforço da exploração de todas as classes e camadas laboriosas.

No **plano político**, a subversão de características essenciais do regime democrático português designadamente o esvaziamento das suas formas participativas e a perversão do poder local democrático e do sistema eleitoral.

No **plano cultural** o regresso a medidas, conceitos e valores de cariz reaccionário.

Nos 5 anos decorridos desde o X Congresso, o processo contra-revolucionário continua a avançar em direcção a estes quatro objectivos.

A reconstituição dos monopólios

Avançou consideravelmente o processo de recuperação capitalista, de liquidação das nacionalizações e da reconstituição dos monopólios.

As grandes linhas de actuação neste processo têm sido e continuam sendo a alteração da delimitação dos sectores; a abertura ao grande capital da banca e dos seguros; o estrangulamento económico e financeiro; a entrega ao capital privado de sectores rentáveis, o desmembramento, destruição e encerramento de empresas do Estado; a alienação das participações do Estado em empresas de capital misto; a transformação de Empresas Públicas em sociedades anónimas cujas acções são postas à venda; a concessão aos grandes capitalistas de subsídios ilegítimos, de indemnizações, de facilidades de crédito e de benefícios fiscais e, paralelamente, a deliberada falta de apoio às pequenas e médias empresas condenando muitas delas à ruína e à falência, como testemunha a dissolução de mais de 5000 sociedades nos últimos 5 anos. Para completar o escândalo, a especulação bolsista e as OPVs (Operações Públicas de Venda) que em 1987 possibilitaram aos grandes capitalistas embolsarem cerca de 80 milhões de contos em operações de autêntica exportulação de pequenas poupanças.

A par do esbulho de terras, gados, máquinas e instalações às UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, para entregá-las aos grandes latifundiários, o processo de reconstituição dos monopólios inscreve-se na grande operação contra-revolucionária que o X Congresso caracterizou como «uma verdadeira cruzada de espoliações» e de centralização rápida, brutal e ilícita nas mãos do grande capital dos recursos e bens do Estado, dos capitais disponíveis e da mais-valia criada no país.

O processo contra-revolucionário atingiu gravemente o **sector bancário**. Tendo-se aberto inconstitucionalmente a banca ao capital privado, actualmente no total de 22 bancos comerciais já 13 são bancos privados (9 de capital estrangeiro) e paralelamente foram formados, em larga medida à custa de empresas públicas, dezenas de empresas privadas de seguros, de locação financeira, de fundos de investimento.

Novos grupos capitalistas, muitos deles por directa iniciativa ou com participação dos grandes capitalistas do tempo do fascismo, estão em rápida formação.

Um aspecto saliente da recuperação e centralização capitalista e da reconstituição dos monopólios é a **penetração cada vez mais agressiva e em alguns aspectos já dominante do capital estrangeiro, das multinacionais**. Não apenas na banca, mas na indústria extractiva, na indústria alimentar, no açúcar, na actividade imobiliária, no turismo, no comércio por grosso e a retalho.

Contrariamente a esta política de regresso ao passado o nosso Partido defende a nacionalização dos sectores básicos da economia e a existência de um Sector Empresarial do Estado dinâmico, integrado e modernizado. Essa uma razão de fundo para lutarmos contra as privatizações e continuarmos a luta em defesa das nacionalizações.

Com a integração na CEE e o perigo real de com as privatizações as multinacionais tomarem conta dos sectores básicos da economia portuguesa, a **defesa do Sector Empresarial do Estado ganha vulto, não apenas por imperativo da nossa política interna, mas pelo imperativo de defesa da soberania e Independência nacionais**.

A restauração dos latifúndios

A restauração da propriedade latifundiária através da liquidação da Reforma Agrária é um dos objectivos centrais do processo contra-revolucionário.

Nos campos alentejanos e ribatejanos a Reforma Agrária, conduzida e realizada pelos trabalhadores, deu forte impulso à produção e ao desenvolvimento agrícola, alargou as áreas cultivadas, criou postos de trabalho, pôs praticamente fim ao desemprego, melhorou as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. A Reforma Agrária provocou uma transformação radical democrática e progressista em vastas regiões. Com razão se tem dito que a Reforma Agrária foi «a mais bela conquista da Revolução».

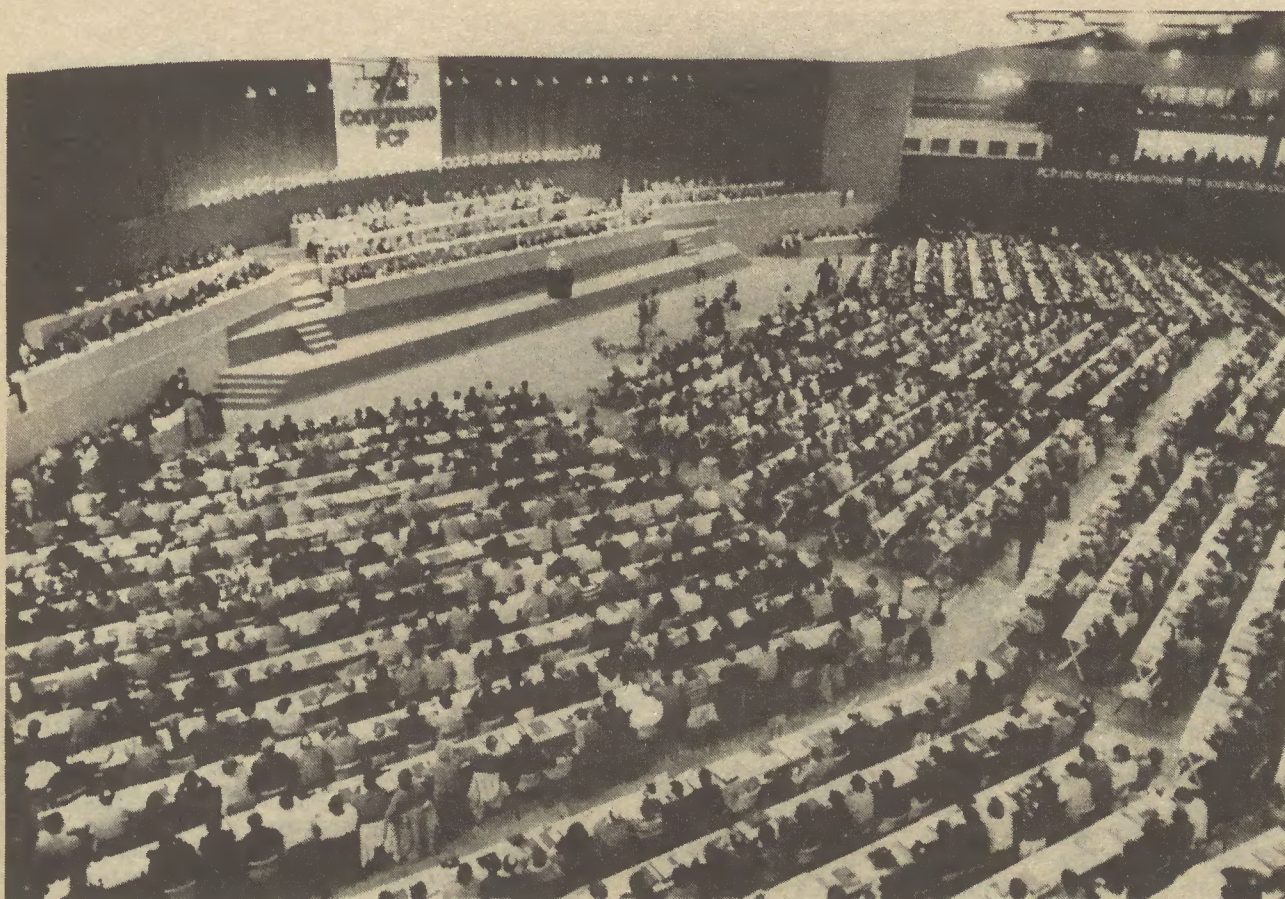
Contra ela sucessivos Governos, em aberto confronto com a Constituição, a legalidade e os tribunais, desencadearam de há

III

O AVANÇO DO PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

O processo contra-revolucionário conduzido por sucessivos Governos nos últimos 12 anos tem quatro objectivos estratégicos fundamentais interligados:

No **plano económico** a restauração do capitalismo monopolista de Estado através da reconstituição do capital financeiro e



12 anos para cá, as mais violentas, brutais e arbitrárias ofensivas. O resultado global dessas ofensivas foi a destruição de 290 UCPs/Cooperativas, a liquidação de 50 000 postos de trabalho, o roubo aos trabalhadores de 870 mil hectares de terra, de mais de 250 mil cabeças de gado, de 12 500 máquinas e alfaias, sem esquecer a espoliação das terras distribuídas a algumas dezenas de pequenos agricultores. De 1 120 000 hectares de terra que chegou a atingir a Reforma Agrária restam 250 mil hectares. De 550 UCPs/Cooperativas restam 260, algumas que florescentes continuam sendo grandes exemplos, muitas outras espoliadas, enfraquecidas, atravessando gravíssimas dificuldades.

Os grandes agrários retomaram os latifúndios, em muitos dos quais as terras são de novo abandonadas ou subprovetadas.

A Reforma Agrária é uma grande realização democrática que a vida confirmou e continuará a confirmar como uma necessidade objectiva do desenvolvimento agrícola e do progresso social. O processo de destruição da Reforma Agrária é um verdadeiro crime contra o Povo português e contra Portugal.

Não é entretanto a restauração dos latifúndios o único aspecto que caracteriza o processo contra-revolucionário na agricultura.

A ofensiva desenvolve-se também contra direitos alcançados com a Revolução de Abril pelo campesinato, nomeadamente contra direitos dos rendeiros, contra o direito dos povos aos baldios.

E não só. A par da restauração dos latifúndios e do desprezo a que são votados os pequenos e médios agricultores dá-se uma penetração do grande capital nacional e estrangeiro na agricultura, através da criação de grandes explorações agrícolas com produção intensiva nuns casos (vinha, hortofrutícolas, pecuária) e plantações de milhares de hectares de eucaliptos noutros casos, com a entrega ao capital privado dos organismos de coordenação económica, com o domínio, direcção e controle das grandes empresas e das multinacionais nas indústrias agro-alimentar e agro-industrial, no comércio interno e externo, na produção e distribuição dos factores de produção, nos sectores a juzante e a montante da produção agrícola.

Os financiamentos, designadamente os da CEE, beneficiam os grandes proprietários e os capitalistas e deixam abandonada a grande massa dos pequenos e médios agricultores que se debatem com crescentes dificuldades relativas ao escoamento dos produtos, ao crédito e aos preços.

A política agrícola da direita é frontalmente contrária aos interesses da agricultura, dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores.

A situação económica e social

No X Congresso foi sublinhado que a política de recuperação capitalista apresentada como uma política de «recuperação económica» e de melhoramento das condições de vida tinha consequências contrárias ao anunciado.

É certo que o Governo PSD de Cavaco Silva, que tomou posse em Novembro de 1985, pode apresentar em 1986 e 1987 resultados mais favoráveis do que os da política de recessão do Governo anterior do PS/PSD tendo Mário Soares como Primeiro-Ministro. Diminuição dos saldos negativos da balança comercial. Saldos positivos da balança de transacções correntes em 1985/87. Aumento das remessas dos emigrantes e das receitas com o turismo. Baixa do peso relativo da dívida externa na economia nacional.

Entretanto estas modificações favoráveis devem-se fundamentalmente a factores externos. A desvalorização do dólar e a baixa dos preços do petróleo, dos cereais e outros produtos alimentares de importação permitiram a Portugal poupar em 1986 e 1987 mais de 300 milhões de contos. A baixa das taxas de juro no mercado internacional de capitais significaram grandes economias nos pagamentos externos. A desaceleração da inflação nos países fornecedores de Portugal repercutiu-se numa baixa da taxa de inflação no nosso país. E os primeiros fundos da CEE vieram para Portugal.

O Governo aproveitou com demagogia estes factores para criar para si próprio uma imagem de competência. Mas a sua política de restauração monopolista não tornou possível aproveitar a conjuntura para resolver graves problemas nacionais.

A injeção de liquidez provocou uma desequilibrada expansão do consumo interno particularmente das classes exploradoras e de novos estratos parasitários. Muitos dos fundos da CEE foram malbaratados. O Rendimento Nacional foi redistribuído a favor do grande capital. Projectos de desenvolvimento nacional foram abandonados. Cresceram as actividades financeiras e especulativas com prejuízo da esfera produtiva. O resultado foi a acentuação do desequilíbrio e assimetria do crescimento económico e da debilidade e vulnerabilidade do aparelho produtivo nacional.

Ainda que no fundamental persistam os referidos factores externos favoráveis, verifica-se novo agravamento das trocas externas de que é significativa expressão o aumento do défice da balança comercial de 356 milhões de contos em 1985 para 601 em 1987.

A política de restauração monopolista não conduz a economia portuguesa à solução das suas dificuldades mas sim a permanecer em grande atraso em relação aos países desenvolvidos da CEE. Moderada taxa de crescimento do PIB. Baixa taxa média de FBCF (1%). Aumento das importações na procura interna total. Taxa de inflação que no ano corrente se situará a cerca de 10%, muito superior à média da CEE (3,8%). E a dívida externa expressa em dólares mantendo-se ao nível de 16 mil milhões de dólares.

Também na agricultura se agrava o atraso em relação à CEE. Diminui a área agrícola e a área regada. Diminui a produção de cereais praganosos, de vinho e de fruta. Sobem os preços dos factores de produção. Sobem as rendas, quando diminuem os preços reais ao produtor. E conhece um agravamento de 50% a balança agro-alimentar de Portugal nos dois primeiros anos de adesão à CEE.

Tal como a gravidade da situação económica também a **degradação da situação social** acusa os resultados da ofensiva contra as conquistas de Abril.

Constituem orientações básicas da política de restauração monopolista a descida dos salários reais, os despedimentos, o desemprego, a fixação de tectos salariais ultrapassados pelas taxas de inflação, o agravamento dos impostos, a intensificação dos ritmos de trabalho, a precariedade do emprego de que são significativos exemplos a generalização dos contratos a prazo, do trabalho ao domicílio e à tarefa e o célebre e demagógico «recibo verde» segundo o qual se procura iludir os trabalhadores assalariados de que agora trabalham por conta própria. As mulheres (60% dos desempregados e mais baixos salários quando empregadas) e os jovens (300 mil desempregados, 400 mil contratados a prazo, demagógica formação profissional) são os trabalhadores mais fortemente atingidos pela degradação da situação social. A mão-de-obra infantil marca também o avanço da reconstituição do capital monopolista.

A degradação dos sistemas público de **segurança social** (prestações, pensões, subsídios de desemprego e de doença) fazendo avançar o plano de privatização de serviços rentáveis; a degradação dos **serviços de saúde** (encerramento de serviços, carências de pessoal e de instalações hospitalares, liquidação da gestão democrática) fazendo ilegalmente avançar o plano de privatização de serviços rentáveis; a ofensiva contra o **ensino** (adiamento da aplicação da Lei de Bases do sistema educativo) com fortes estímulos ao ensino privado; o problema da **habitação** com o aumento vertical das rendas de casa, os cortes de crédito às cooperativas de habitação e maiores obstáculos ao crédito para aquisição de casa própria; o agravamento da situação dos **reformados e idosos** com os aumentos insignificantes das reformas e pensões — constituem alguns dos aspectos mais graves da degradação da situação social.

Os trabalhadores portugueses e o povo em geral estão a pagar caro e bem caro a política de restauração monopolista.

A ofensiva contra a democracia política

Os 5 anos decorridos desde o X Congresso comprovaram que **as ofensivas contra as estruturas socioeconómicas resultantes da revolução são inseparáveis das ofensivas contra a democracia política.**

Esta tese é contestada por aqueles que afirmam que a liquidação das nacionalizações, da Reforma Agrária, dos direitos dos trabalhadores, do poder local democrático, não afectam a democracia política. O que sucede é que aqueles que assim falam esquecem o regime democrático que a direita procura impor e no qual são limitados, adulterados, pervertidos, suprimidos, espezinhados e subvertidos direitos, liberdades e garantias democráticas essenciais.

São sete as direcções fundamentais das ofensivas contra a democracia política às quais o actual Governo procura imprimir um ritmo mais acelerado.

A primeira: **a violação brutal e o desrespeito da Constituição e da legalidade democrática**, posição arrogantemente assumida que tem colocado manifestamente fora da lei a política de direita.

A segunda: **a crescente e afrontosa governamentalização e partidarização das instituições democráticas**, diminuindo os poderes de fiscalização da Assembleia da República em relação ao Governo, reduzindo os direitos da oposição, negando-se a cumprir leis que contrariam a sua política, recorrendo abusivamente a autorizações legislativas, tentando restringir a autonomia e independência dos tribunais e do Ministério Público, recusando-se a cumprir 531 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que deram razão aos trabalhadores da Reforma Agrária.

A terceira: **medidas concretas visando o controle e o comando pelo Governo do poder local democrático**, procurando impor a ingerência das Comissões de Coordenação Regional e dos Governos Cívicos na vida dos municípios, transferindo para as autarquias maiores encargos ao mesmo tempo que lhes reduz as verbas, procurando impor orientações ligadas aos fundos da CEE.

A quarta: **a limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e especialmente dos trabalhadores**, procurando impedir de facto o exercício do direito à greve e protegendo em numerosas empresas a proibição de actividades sindicais e de Comissões de Trabalhadores, a perseguição, castigos e despedimentos a activistas sindicais e a membros do PCP, a instauração de uma repressão de tipo fascista com verdadeiras polícias privadas.

A quinta: **as tentativas** (embora até hoje não concretizadas) **de alteração antidemocrática do sistema eleitoral** com vista a subverter o princípio da representação proporcional (redução do número de deputados, manipulação da dimensão dos círculos eleitorais) a dar direito a voto a supostos emigrantes nas eleições para o Presidente da República, a fabricar artificialmente maiorias nas autarquias locais através da homogeneidade da gestão para o partido mais votado.

A sexta: **a usurpação, controle e escandalosa instrumentalização pelo governo e pelas forças da direita dos grandes meios de comunicação social** (televisão, rádio, imprensa) tornando-os instrumentos de desinformação e perversão da opinião pública e avançando a sua entrega ao capital privado, ao mesmo tempo que **condiciona a liberdade de propaganda política** e prepara o silenciamento das rádios locais — cuja contribuição para uma informação independente, isenta e democrática nós daqui saudamos da tribuna do nosso Congresso.

E, finalmente a sétima: **o reforço da legislação e do aparelho repressivo** (lei de segurança interna viabilizando as escutas telefónicas, a interceptação de correspondência e as buscas sem autorização judicial, criação dos Serviços de Informações, utilização da informática para a fichagem de cidadãos, reforço das forças especiais de repressão.)

Os 5 anos decorridos desde o X Congresso, a actuação de sucessivos Governos e a actuação do actual confirmaram inteiramente a **natureza inseparável da democracia política, económica, social e cultural e a ligação indissociável da luta em defesa da democracia política e da luta em defesa das outras grandes conquistas da revolução de Abril.**

A integração na CEE

A integração de Portugal na CEE, assim como a campanha e a política a seu favor que a antecedeu foi determinada não pelo objectivo de resolver os graves problemas nacionais existentes e impulsionar o desenvolvimento económico e o progresso social do país, mas fundamentalmente para que o processo contra-revolucionário encontrasse na integração novas forças e novos pretextos para levar por diante a ofensiva contra a organização económica resultante da revolução de Abril e para apressar a reconstituição dos monopólios e do capitalismo monopolista do Estado.

A pressa de realizar este objectivo levou os Governos que conduziram o processo de integração (Governo PS/PSD e primeiro Governo do PSD) a não terem na mínima conta o atraso relativo, os desniveis de produtividade, a falta de competitividade, os défices estruturais e a grave vulnerabilidade da economia portuguesa e a fazerem à CEE concessões altamente gravosas para a agricultura, para a indústria, para as pescas, para o desenvolvimento da nossa economia conforme com os interesses portugueses, e a defesa da independência de Portugal.

Na base de um estudo profundo da situação, o PCP apontou os perigos e ameaças que a integração na CEE representaria para Portugal.

A evolução da situação desde a integração confirmou as pre-

venções e previsões do PCP. Estagna a produção agrícola e acentua-se o défice da balança agro-alimentar. Promovem-se «reestruturações» industriais com o despedimento de milhares de trabalhadores e o desmantelamento de valiosas empresas. Abandonam-se promissores projectos de desenvolvimento nacional. Anunciou-se que com a integração se abriria para os produtos portugueses um mercado de 320 milhões de consumidores, mas afinal é o mercado de 10 milhões de portugueses que se abre à invasão dos produtos da CEE que batem no nosso próprio mercado interno os produtos portugueses. O défice da balança comercial com a CEE foi de 2 milhões de contos em 1985, antes da adesão; subiu a 283 milhões de contos em 1987.

É certo que têm vindo para Portugal fluxos financeiros da CEE. Alguns têm aplicações positivas. Mas, no fundamental a sua distribuição, marcada por discriminações e «fumos de corrupção», não só não é conforme com as exigências do desenvolvimento nacional, como tem sido instrumento de uma política e de um processo de restauração monopolista.

O processo de integração, o carácter supranacional de numerosas decisões da CEE que afectam directamente os interesses portugueses, as regras de financiamento da CEE, e o crescente assalto das multinacionais a sectores chave da nossa economia, tendem a condenar Portugal a um lugar marginal no quadro da divisão internacional do trabalho e da integração em curso e a limitar cada vez mais a independência e a soberania nacionais.

O previsível desenvolvimento da situação como consequência do «Acto Único» e do **Mercado Interno Único** é motivo de ainda mais sérias preocupações. A livre circulação de mercadorias, a livre prestação de serviços, a livre circulação de capitais, a instituição de um sistema bancário «liberalizado», a utilização em benefício do grande capital e com exploração agravada dos trabalhadores, dos progressos tecnológicos, da automatização e da robótica, a acentuação do carácter supranacional da CEE que tem expressão extrema nas ideias e propósitos federalistas de uma União Europeia de Estados e perigosa expressão militar no relançamento da União Europeia Ocidental (UEO), — representam novas e sérias ameaças para o nosso país.

Manifestamente, de uma tal política e de uma tal evolução não resultará a «coesão económica e social» tão apregoada pela CEE, mas ao contrário a tendência será para acentuar as desigualdades do desenvolvimento, o atraso relativo e a dependência dos países menos desenvolvidos.

A política de restauração monopolista e de subserviência e capitulação nacional do Governo longe de preparar Portugal para o que chamam o «desafio de 1992», pode colocar o país economicamente desarmado numa ainda mais grave situação com a realização do Mercado Interno Único.

Impedindo o desenvolvimento assente nas estruturas económicas criadas com a Revolução de Abril, insistindo nos golpes no aparelho produtivo existente, impondo uma política de agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, sacrificando os interesses portugueses aos interesses dos países desenvolvidos da CEE o Governo PSD agrava os problemas do país e compromete o seu futuro.

Do Governo do Bloco Central à demissão do Governo minoritário do PSD

Nestes 5 anos decorridos desde o X Congresso houve três Governos: o Governo do PS/PSD chamado do Bloco Central com Mário Soares como Primeiro-Ministro, o Governo minoritário do PSD e, actualmente, o Governo maioritário do PSD, também tendo Cavaco Silva como Primeiro Ministro.

Estes três Governos não representaram três políticas diferentes no que respeita a objectivos essenciais. Qualquer deles (como anteriormente o Governo PS, sozinho, o Governo PS/CDS e os Governos AD) definiu como objectivo estratégico a liquidação das grandes conquistas da Revolução de Abril, a restauração dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista de Estado.

Se nenhum deles conseguiu atingir esse objectivo, isso deve-se ao facto de que foram demitidos antes de consegui-lo. E foram demitidos porque a resistência e a luta massiva, firme, determinada e corajosa dos trabalhadores, de outros amplos sectores sociais e dos democratas mais consequentes cortou o caminho à realização dos seus planos e conduziu à sua demissão.

Já antes do X Congresso havia quem dissesse: de que serve demitir o Governo se depois vem outro pior? Há porém uma questão que tal crítica se esquecia de colocar: que teria acontecido se o Governo não tivesse sido demitido?

Sem referir agora o caso dos Governos anteriores ao X Congresso será necessário lembrar qual era a acção e quais eram os planos do Governo PS/PSD, o chamado Governo do Bloco Central, com Mário Soares como Primeiro-Ministro do Governo à data da realização do X Congresso?

Esse governo, entre outras medidas, abriu os bancos, os seguros, os adubos e os cimentos ao capital privado; liquidou empresas públicas (CTM e CNN); prosseguiu a ofensiva contra a Reforma Agrária; entregou ao capital privado o comércio dos cereais, das ramas de açúcar e das oleaginosas. Fez aprovar o

«lay-off», o pacote contra os direitos dos trabalhadores da função pública e a lei dos Serviços de Informações.

E não só isso. Os acordos firmados entre o PS e o PSD em Junho de 1983 e em fins de 1984 calendarizaram as medidas antidemocráticas que deviam ser realizadas no primeiro semestre de 1985. Nada menos que a extinção de empresas públicas consideradas «inviáveis», a alienação de participações do Estado no sector público «de preferência através da bolsa», novas leis contra a Reforma Agrária, o «pacote» laboral, novas leis sobre o arrendamento rural e o direito dos povos aos baldios, novas leis eleitorais, a tutela administrativa das autarquias locais e outras.

Para o processo que conduziu à demissão do Governo PS/PSD pesaram sem dúvida conflitos entre os dois partidos do Governo e a grande e demagógica operação do PSD para se desresponsabilizar da acção do Governo de que era responsável. Mas **o factor fundamental que dificultou o andamento e impediu a realização deste plano e conduziu finalmente à demissão do Governo foram as grandes movimentações sociais, foi a luta popular de massas.**

Continuamos a considerar que foi justo, a par da luta diária de oposição à política do Governo do Bloco Central, a luta pela sua demissão.

Demitido o Governo do PS/PSD, as eleições de 6 de Outubro de 1985 criaram condições institucionais para afastar a direita do Governo. O PSD e CDS continuaram em minoria. Os partidos democráticos no conjunto alcançaram a maioria dos votos e dos deputados. O PS, dado o conflito e a ruptura com o PSD e a grande derrota sofrida (perda de 850 mil votos e de 44 deputados) estava, pelo menos de momento, impossibilitado de concluir uma nova coligação com a direita. O recém-criado PRD, confirmando a tese do PCP da existência anterior de um vasto campo social politicamente vazio, conseguiu eleger 45 deputados. O PCP e seus aliados na APU, embora perdendo 130 mil votos e 6 deputados, mantiveram a forte posição de 38 deputados.

Criaram-se assim condições para afastar a direita do poder. Entretanto, o então Presidente Eanes não explorou a possibilidade da formação de um Governo com o apoio maioritário dos partidos democráticos, o PRD viabilizou a formação de um Governo minoritário do PSD, e tanto o PRD como o PS apoiaram objectivamente durante largos períodos a política por este seguida.

Pouco depois da formação do Governo minoritário do PSD duas eleições evidenciaram que a correlação de forças continuava favorável aos partidos democráticos.

Nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro de 1985 a tentativa de assalto da direita ao poder local democrático (utilizando de parceria com o PS os meios mais indignos de chicana jurídica numa tentativa de excluir o PCP da gestão autárquica) sofreu pesada derrota. A APU, apesar de algumas perdas locais, manteve no fundamental as suas posições e atingiu 19,4% dos votos para as Câmaras Municipais e 20% para as Assembleias de Freguesia, alcançando a maioria em 47 Câmaras Municipais (45 com maioria absoluta) e em 355 freguesias. O PS e CDS em conjunto perderam 50 mil votos.

Nas eleições presidenciais de 1986, os partidos da direita (PSD e CDS), o Governo e pessoalmente Cavaco Silva, sofreram uma derrota de grande significado (a de Freitas do Amaral) que os impediu de avançar no imediato na nova ofensiva que preparavam para ser «a final».

Em fins de 1983, na altura do X Congresso, quando Mário Soares era Primeiro-Ministro do Governo PS/PSD e aparecia como o mais provável candidato único da direita apoiado pelo PSD e por sectores do CDS, foi justo apontar tal candidatura como uma candidatura de direita e combatê-la firmemente. Foi depois justo contrariar a candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo que assumiu o cariz de divisão das forças democráticas. Foi justo procurar um consenso de comunistas, eanistas e socialistas de esquerda para o lançamento e apoio a uma candidatura democrática. Foi justo apresentar a candidatura de Ângelo Veloso para o esclarecimento da situação e a luta por uma vitória democrática. Foi justo votar em Salgado Zenha na 1.ª volta e, perante os resultados da 1.ª volta (46% para Freitas do Amaral, 25% para Soares, 21% para Zenha) e o perigo iminente para a democracia que representaria a vitória de Freitas do Amaral, foi justo, numa impressionante dinâmica política de massas que constituiui só por si uma poderosa afirmação da nossa força, convocar e realizar no espaço de uma semana o XI Congresso Extraordinário do Partido, decidir o voto em Mário Soares na 2.ª volta e ter dado assim uma contribuição decisiva para a derrota de Freitas do Amaral e a defesa do regime democrático.

Consideramos entretanto que foi incorrecta, por demasiada taxativa, a afirmação no X Congresso segundo a qual qualquer indicação de voto a favor de Mário Soares «é questão excluída», como foram demasiado categóricas afirmações feitas no mesmo sentido praticamente até à boca das urnas.

Grave deficiência também o atraso, a falta de iniciativa para o lançamento de uma candidatura democrática e a prolongada espera das decisões do então Presidente Eanes, de forma que a candidatura de Salgado Zenha, que o PCP apoiou, apareceu tardiamente, sem preparação, sem apoios e meios adequados.

Embora enfraquecido por estes resultados e minoritário na Assembleia da República o Governo do PSD, aproveitando as indecisões, os conflitos, as divisões e a falta de iniciativa do PS e PRD e afrontando a Constituição, a legalidade, as decisões maioritárias da Assembleia, as decisões dos tribunais, as elo-

quentes manifestações de descontentamento das massas populares — desencadeou uma ofensiva geral contra as conquistas de Abril e contra o regime democrático institucional.

Foi justo mobilizar as massas e travar uma luta firme, constante, determinada contra a política de direita e contra o Governo, contra as suas medidas antidemocráticas. Ao lançar a palavra de ordem «Cavaco para a rua!», o Partido traduziu e interpretou o sentir e a vontade já expressa dos trabalhadores e de vastos sectores sociais em luta. Teve também em conta a correlação de forças na Assembleia da República, e os passos dados para que a então existente maioria dos partidos democráticos pudesse em conjunto dar o suporte a uma alternativa democrática. Verificava-se uma evolução positiva no seu relacionamento e numa oposição convergente. Amadurecia e por várias formas foi expressa a ideia de confirmar essa convergência no apoio à viabilização de um Governo, pela maioria democrática existente. O PCP considerou imperioso aprofundar uma tal possibilidade na base dos 140 deputados dos partidos democráticos na Assembleia da República e qualquer dos três maiores partidos da oposição (PCP, PS e PRD) considerou a possibilidade de apresentar uma **moção de censura**.

Reconhece-se que deveríamos ter insistido com maior vigor na necessidade de estabelecer anteriormente, de forma concreta, um acordo entre os partidos democráticos. Mas, uma vez apresentada a moção de censura por iniciativa individual do PRD, o voto do PCP não poderia deixar de ser favorável, não só porque o voto contra ou a abstenção provocariam severas críticas naqueles que estavam lutando ao lado do Partido, como também porque existia a possibilidade real (criada pela convergência do PS, PRD e PCP registada pela primeira vez com clareza) da formação de um Governo na base da maioria dos partidos democráticos na Assembleia.

Mas, quando finalmente o Governo caiu pela aprovação da moção de censura pelos partidos democráticos e essa possibilidade surgiu, o PS não assumiu com suficiente energia, decisão e confiança uma tal proposta e o Presidente da República, contra a opinião expressa de todos os partidos democráticos, incluindo o PS, não só dissolveu a Assembleia da República e convocou eleições antecipadas, como manteve o Governo PSD em funções permitindo que este usasse os meios do poder e a comunicação social, para que, envenenando a opinião pública, organizasse as eleições em condições para ele altamente favoráveis.

Pode dizer-se com inteira verdade, que nesse momento o Presidente da República, sem qualquer razão política ou institucional válida, se tornou responsável por impedir o afastamento da direita do poder e a formação de um Governo democrático com destacado papel do PS, viabilizado por larga maioria na Assembleia da República.

Das eleições de 19 de Julho à revisão da Constituição

Os resultados das eleições de 19 de Julho de 1987 constituíram uma grande vitória da direita e um novo e perigoso avanço do processo contra-revolucionário.

O PSD alcançou a maioria absoluta de votos (50,1%) e de deputados (aumento de 88 para 148). O PS com 22,3% dos votos apenas recuperou 59 mil votos dos 844 mil que perdera em 1985 e 3 deputados dos 44 que havia perdido. O PRD perdeu 73,1% dos votos e passou de 45 para 7 deputados. Tendo desaparecido a APU pela ruptura da coligação com o MDP resultante do novo rumo político da sua direcção, o PCP e seus aliados na nova coligação, a CDU (Partido Os Verdes, Intervenção Democrática (ID) e independentes) apesar de uma campanha eleitoral que se tem de considerar uma grande acção de massas, passou de 15,5% (da APU) dos votos em 1985 para 12,2% e de 39 para 31 deputados.

A abstenção, que indiscutivelmente afectou mais a CDU que qualquer outra formação, teve causas conjunturais como a emigração sazonal, as férias e os preços dos transportes, mas, a causa mais importante da abstenção e da baixa registada, como as teses submetidas ao debate no Partido sublinharam, foi, na conjuntura existente, a falta de confiança na perspectiva da formação de um Governo democrático, designadamente com o PCP.

O PSD, mantendo-se no Governo após a sua demissão, beneficiou eleitoralmente em 19 de Julho de numerosos factores: a utilização abusiva para fins eleitoralistas dos poderes, do aparelho e de recursos do Estado; uma demagogia sem limites; a manipulação sem escrúpulos da comunicação social; factores económicos internacionais, que permitiram uma relativa melhoria da situação económica e financeira e o reforço da imagem de competência do Primeiro-Ministro; confronto político entre o PS e o PRD e a recusa declarada destes partidos a um acordo com o PCP; o contraste entre um PSD seguro no Governo e polarizando praticamente todas as forças da direita e a divisão dos democratas e falta de credibilidade de uma alternativa dos seus partidos.

Tanto em relação à derrota eleitoral do nosso Partido como em relação à vitória da direita, seriam igualmente perigosas a subestimação e a sobrestimação.

A subestimação conduziria a um «deixar correr» e a não se tomarem as medidas necessárias para alcançar melhores resultados nas futuras eleições.



A sobrestimação conduziria ao conformismo, às ideias proclamadas pela campanha anti-PCP do «declínio irreversível» do nosso Partido e da definitiva instalação da direita no poder.

Devemos lutar para inverter a situação. Esta é porém particularmente grave.

O novo Governo do PSD, contando com o apoio da sua maioria na Assembleia da República acelera o processo contra-revolucionário quer pela sua acção quotidiana, quer fazendo aprovar uma série de leis de constitucionalidade mais do que duvidosa, — os «pacotes» — o «pacote» laboral, o «pacote» das privatizações, o «pacote» agrícola, o «pacote» das liberdades, o «pacote» da comunicação social, o «pacote» eleitoral, o «pacote» da justiça, o «pacote» fiscal, o «pacote» da saúde, o «pacote» do ensino — são leis através das quais o governo procura uma cobertura legal para novas ofensivas contra as conquistas de Abril e para a subversão do regime democrático.

O plano subversivo consubstancia-se no projecto de **revisão da Constituição da República**.

O projecto é inconstitucional porque viola os limites materiais da revisão que a própria Constituição estabelece (art.º 290).

Se o projecto do PSD fosse aprovado todas as empresas públicas poderiam ser reprivatizadas ou privatizadas; a Reforma Agrária deixaria de ter consagração legal; os direitos dos trabalhadores entre os quais o direito à greve sofreriam fortes limitações; os poderes das polícias seriam alargados; o Serviço Nacional de Saúde seria suprimido; a Segurança Social em larga medida privatizada; a democraticidade das eleições e da representação desvirtuada; a comunicação social instrumentalizada de uma forma ainda mais absoluta pelo Governo e pelo grande capital.

A ser aprovado tal projecto significaria a liquidação de muitas das principais componentes democráticas do regime actual instaurado com a revolução de Abril.

De certeza nem todos os portugueses sabem que o PSD, por não ter os dois terços de deputados necessários para a revisão, não pode sozinho alterar uma só palavra da Constituição da República. Só o pode fazer com a colaboração do PS e isto significa que, se o PS não se prestar a colaborar no projecto subversivo do PSD este estaria desde já derrotado.

Não é porém essa a situação. O projecto de revisão da Constituição do próprio PS identifica-se em aspectos essenciais com o do PSD. Propõe a eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações, e a supressão da referência às nacionalizações para impedir a formação de monopólios privados. Elimina o conceito de Reforma Agrária. Elimina a expropriação por abandono dos meios de produção. Elimina das matérias que não podem ser objecto de revisão (art.º 290) o princípio da apropriação colectiva dos meios de produção, de solos e recursos naturais e da eliminação dos monopólios e latifúndios.

Os acordos secretamente negociados e ulteriormente firmados entre o PS e PSD confirmam o perigo de o PS, num momento crucial da democracia portuguesa, uma vez mais dar o seu colaboracionismo à direita contra direitos e conquistas fundamentais do povo português, contra o regime democrático instaurado pela Revolução de Abril.

IV

O NOVO PROGRAMA DO PARTIDO

A evolução da situação interna e internacional nos últimos 5 anos justifica a apresentação ao Congresso do projecto de um novo Programa do Partido.

O Programa para a revolução antifascista, o programa da revolução democrática e nacional, aprovado em 1965 e ratificado com algumas alterações e a inserção de objectivos e medidas conjunturais depois do 25 de Abril no VII Congresso Extraordinário realizado em Outubro de 1974, estava desactualizado e ultrapassado pelos acontecimentos.

A revolução provocou alterações profundas e radicais nas estruturas socioeconómicas e praticamente em todas as áreas da sociedade portuguesa. Depois, nos últimos 12 anos, avançou um processo contra-revolucionário destruindo pouco a pouco as conquistas de Abril sem entretanto ter conseguido ainda o seu objectivo estratégico: a restauração do capitalismo monopolista de Estado.

Para a elaboração de um novo Programa colocaram-se duas dificuldades provenientes de duas indefinições. Uma relativa ao próprio regime democrático resultante da revisão da Constituição em curso e que ameaça subverter aspectos basilares do regime.

Outra relativa ao grau de efectiva independência nacional resultante da integração na CEE e de um modo mais geral, da internacionalização dos processos produtivos e da divisão internacional do trabalho.

O novo Programa proposto parte de duas considerações. A primeira: uma justa avaliação da preservação e valor das conquistas de Abril na actual realidade portuguesa e do seu valor duradouro para um projecto democrático para Portugal. A segunda: a confiança na possibilidade da realização pelo povo português com a sua decisão, vontade e luta, de um projecto democrático apesar dos condicionalismos externos.

No debate realizado no Partido surgiram muitas contribuições valiosas para o projecto final, muitas centenas de propostas de emendas. Houve também camaradas que expressaram as suas discordâncias. Mas, pelo balanço do debate e das propostas, creio poder afirmar-se que no fundamental o grande colectivo partidário acolheu favoravelmente o projecto do novo Programa marcando os objectivos essenciais da nossa luta a médio e a longo prazo. Caberá agora ao Congresso apreciar e julgar.

As realizações e valores da revolução de Abril no futuro democrático de Portugal

A revolução de Abril não consistiu num simples episódio da nossa história — um episódio passado para esquecer como alguns pretendem. **A Revolução de Abril constitui um dos mais importantes acontecimentos nos oito séculos da história de Portugal.**

Como sublinha o projecto de novo Programa, a Revolução de Abril constituiu uma realização da vontade do Povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação e progresso social e de independência nacional.

Culminando uma longa e heróica luta da classe operária, das massas populares e das forças democráticas, a Revolução de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, pôs fim à guerra colonial, reconheceu aos povos das então colónias portuguesas o direito à completa e imediata independência, alterou profundamente o relacionamento externo de Portugal e realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que abriram ao Povo português a perspectiva de um novo período da sua história caracterizado pela liberdade e o progresso social.

Doze anos de processo contra-revolucionário quebraram no imediato esta perspectiva. As conquistas de Abril sofreram e sofrem rudes golpes. O quadro das forças sociais e militares que fizeram a Revolução modificou-se completamente. Produziram-se alterações e mutações na sociedade portuguesa, nas estruturas socioeconómicas, na composição das classes e camadas sociais. Avança o processo de restauração do capitalismo monopolista de Estado.

A Revolução de Abril, com o conjunto dos seus objectivos em larga medida coincidentes com os objectivos definidos pelo PCP para a revolução antifascista, para a revolução democrática e nacional, essa revolução correspondeu a uma situação hoje ultrapassada. Não se pode dizer que a tarefa é continuar a Revolução de Abril.

Mas se o mesmo processo não continua, a Revolução de Abril deixou entretanto, marcas profundas na realidade económica, social, política e cultural da sociedade portuguesa.

É nesse sentido que se afirma que a Revolução de Abril é uma revolução inacabada.

É essencial a tese de que muitas das conquistas da Revolução de Abril (a democracia política, os direitos dos trabalhadores, a nacionalização dos sectores básicos da economia, a Reforma Agrária, os direitos dos rendeiros e dos povos dos baldios, o poder local democrático, a autonomia político-administrativa dos Açores e Madeira), apesar do processo contra-revolucionário, apesar dos golpes e destruições, marcaram e marcam a realidade nacional com características, experiências e valores de que é inseparável qualquer projecto de liberdade, democracia, progresso social e independência nacional.

São essas características, experiências e valores a mais sólida motivação para que a grande maioria dos portugueses e portuguesas apoiem as propostas do Partido para o futuro democrático de Portugal.

Como sublinha o projecto do novo Programa submetido à apreciação do Congresso, quaisquer que sejam os êxitos do processo contra-revolucionário, a democracia exige tanto o reconhecimento formal como a garantia efectiva do pleno exercício das liberdades e da plena satisfação dos direitos políticos e sociais dos cidadãos. Exige a organização do poder político de molde a prevenir e a impedir actuações ilegais e arbitrárias dos órgãos respectivos e a assegurar a participação popular nas decisões da política nacional. Exige que a direcção e as alavancas fundamentais da vida económica nacional (a Banca e sectores básicos da indústria) não estejam nas mãos do capital monopolista nem das transnacionais e submetidos aos seus interesses, antes estejam ao serviço dos interesses do país. Exige um salto qualitativo no desenvolvimento e na dinamização da agricultura, incompatível, com a agricultura do latifúndio e com a situação de abandono dos pequenos e médios agricultores. Exige o melhoramento das condições de vida, materiais e culturais do Povo português. Exige a democratização de toda a vida económica, social, política e cultural. Exige a afirmação e a prática de uma política de independência nacional de que é inseparável uma política democrática. E assim, como sublinha o projecto de Programa, os grandes valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projectam-se como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

Este é um traço essencial da democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao Povo português.

Uma democracia avançada no limiar do século XXI

A nossa proposta ao Povo português assenta no conceito de que a democracia deverá ser simultaneamente política, económica, social e cultural.

A democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao Povo português contém **seis componentes ou objectivos fundamentais**.

A primeira componente da democracia avançada, um **regime de liberdade**.

A experiência da luta do nosso povo ao longo de meio século de ditadura fascista e nos 14 anos decorridos desde o 25 de Abril, reforçam a ideia de que a **democracia política**, intimamente relacionada com a democracia económica, social e cultural, possui um **valor intrínseco que impõe como tarefa assegurá-la e aprofundá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa**.

Importa esclarecer que não compreendemos a democracia política como um princípio formalmente reconhecida mas subvertido na prática como sucede em numerosos aspectos na acção do actual Governo. Por isso o projecto de Programa sublinha que são pressupostos de um regime de liberdade o reconhecimento e a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, a realização de eleições com a democraticidade necessária para assegurar a intervenção determinante do povo na escolha dos governantes e na política do país, e ainda, uma comunicação social democrática, plural e responsável.

Assim, o Projecto de Programa aponta as **liberdades e direitos políticos fundamentais**: entre os quais, a liberdade de expressão do pensamento e de imprensa, a liberdade de reunião e manifestação, a liberdade de constituição e acção dos partidos políticos, a liberdade sindical, o direito à greve, a liberdade de criação científica e artística, a liberdade de consciência, de religião e de culto, o direito à segurança pessoal e à privacidade.

Aponta os **princípios essenciais do processo eleitoral democrático** entre os quais o sufrágio directo, secreto e periódico, a capacidade eleitoral a partir dos 18 anos, o recenseamento controlado pelo povo, a representação proporcional, a igualdade de acesso aos meios de comunicação social e a condução e fiscalização democrática de todo o processo eleitoral.

Aponta o **imperativo de uma comunicação social democrática, plural e responsável** de que são importantes elementos, entre outros, a existência, a par dos órgãos de informação privados, de um sector público independente do governo e dos partidos e vinculado à garantia da diversidade de opiniões, a independência dos órgãos de informação face ao poder do grande capital, a garantia dos direitos dos jornalistas, os direitos de antena e de resposta, a isenção na concessão de licenciamentos relativos à comunicação social.

O regime de liberdade, componente da democracia avançada no limiar do século XXI proposta pelo PCP, tem como objectivo alargar o alcance e o exercício das liberdades pessoais e colectivas e a garantia efectiva dos direitos dos cidadãos.

A segunda componente da democracia avançada no limiar do século XXI é um **Estado democrático, representativo baseado na participação popular**.

É tanto um objectivo programático autónomo como uma condição para a realização dos outros objectivos.

Um tal Estado implica a organização do poder político baseada no sufrágio para os órgãos do Estado e na separação e interdependência dos órgãos de soberania; a participação popular permanente no exercício do poder; uma administração pública descentralizada, desburocratizada e aberta; serviços públicos essenciais como a segurança social, a saúde e o ensino, garantidos pelo Estado; uma justiça democratizada, céle-

re e acessível; Forças Armadas ao serviço da independência e soberania nacionais; e a segurança e ordem públicas baseadas no primado da prevenção e no respeito e garantia efectiva dos direitos e liberdades.

A terceira componente da democracia avançada no limiar do século XXI proposta pelo Partido é o **desenvolvimento económico assente numa economia mista**.

O aproveitamento, mobilização e gestão adequada dos recursos nacionais, o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da produção e da produtividade, o reforço da articulação, complementaridade e coerência do aparelho produtivo nacional, a diminuição dos desequilíbrios regionais, o planeamento descentralizado e participado, um elevado nível de emprego, salário e formação profissional; a participação não subalterna nem subalternizada da divisão internacional do trabalho; uma economia moderna, com sólida base científica e nova especialização produtiva, a superação dos desequilíbrios económicos em relação com outros países, a salvaguarda dos interesses portugueses e da independência nacional, — são orientações fundamentais do desenvolvimento económico na proposta do PCP.

A participação activa dos trabalhadores, o controlo de gestão e os incentivos aos pequenos e médios empresários, agricultores e pescadores, são factores inerentes a uma política nacional e democrática de desenvolvimento.

A cooperação económica internacional, na base da defesa dos interesses nacionais na divisão internacional do trabalho, quer procurando no quadro da CEE beneficiar das possibilidades e oportunidades de financiamentos e mercados abertos pela integração, quer procurando diversificar as linhas de relacionamento externo — são importantes linhas de acção para a promoção do desenvolvimento económico.

A realização de uma tal política permitiria atenuar os défices estruturais — alimentar, energético e tecnológico — reduzir o défice comercial, equilibrar a balança de transacções correntes e reduzir o nível e o peso dos encargos da dívida externa.

Um tal projecto de desenvolvimento exige uma **organização económica mista** não dominada pelos monopólios, com **sectores de propriedade diversificada apoiados pelo Estado e com as suas dinâmicas próprias**, designadamente: um **Sector Empresarial do Estado**, integrado e modernizado desempenhando um papel determinante no desenvolvimento das forças produtivas; um **sector privado** constituído por empresas de variada grandeza com apoio efectivo às pequenas e médias em-

presas; **unidades colectivas de produção e cooperativas da reforma agrária; cooperativas de produção, empresas em autogestão e explorações agrícolas familiares**.

A política de desenvolvimento económico que o PCP propõe como componente da democracia avançada no limiar do século XXI corresponde inteiramente às necessidades objectivas do desenvolvimento do país, do melhoramento das condições de vida dos portugueses, da democracia e da independência nacional.

A quarta componente e um dos princípios basilares da democracia avançada no limiar do século XXI é **uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo**.

Ao invés da política do grande capital e das forças de direita, uma tese fundamental do Partido é que o **melhoramento das condições de vida do povo e o desenvolvimento económico são objectivos indissociáveis e complementares de uma política verdadeiramente democrática**.

Apontam-se e desenvolvem-se largamente os **direitos sociais fundamentais**: o direito ao trabalho, o direito à segurança social, o direito à saúde, o direito à educação, ao ensino, à cultura e ao desporto, o direito à habitação, o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, o direito das mulheres à igualdade, o direito dos jovens à realização pessoal, o direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso, o direito dos idosos a uma vida digna, o direito dos deficientes a uma vida integrada na sociedade, o direito dos emigrantes à protecção dos seus interesses sociais.

Não bastará, porém, o reconhecimento formal destes direitos sociais fundamentais. Uma política democrática tem de assegurá-los de facto.

A quinta componente da democracia avançada no limiar do século XXI é **uma política de cultura, é a democracia cultural**.

O efectivo exercício dos direitos culturais, a progressiva generalização da fruição dos bens culturais e das actividades culturais, a elevação do nível de conhecimentos e aptidões da população, a extinção do analfabetismo e do atraso cultural, a eliminação de discriminações no acesso à cultura, a participação criada dos trabalhadores e do povo em geral na vida social, o livre desenvolvimento das formas populares de criação, uma Escola e uma política de ciência e tecnologia apta a responder às múltiplas exigências que deles faz uma sociedade democrática, a liberdade e estímulos à criação é à criatividade artística, a elevação do papel cultural da comunicação social, a defesa do patri-

mónio cultural, o intercâmbio com outros povos e o combate à colonização cultural, a descentralização dos equipamentos e serviços culturais — contam-se, entre os elementos fundamentais da política cultural proposta pelo PCP.

A democracia cultural é um factor da democracia política, da democracia económica, da democracia social e da identidade e independência nacionais. É um factor de transformação democrática da sociedade.

A sexta componente da democracia avançada no limiar do século XXI é **uma pátria independente e soberana, com uma política de paz e amizade e cooperação com todos os povos**.

Assumindo frontalmente uma atitude de oposição à política de subserviência e capitulação de sucessivos governos, o nosso Partido parte de uma ideia base: a independência, soberania e integridade territorial de Portugal são valores fundamentais e inalienáveis da nação portuguesa, do Estado português, do Povo português.

São seus principais elementos a independência económica, a definição em termos nacionais de uma política de defesa, a autonomia de decisão e relacionamento diplomático, a salvaguarda e desenvolvimento da cultura portuguesa, e o mundo actual, o desenvolvimento nacional da ciência e tecnologia.

A integração na CEE agrava os laços de dependência de Portugal. O Povo português não pode aceitar que o Governo submeta os interesses portugueses a interesses estrangeiros, aceite servilmente as decisões da CEE prejudiciais para o país, abdique de uma política de defesa nacional autónoma e defenda a supranacionalidade da CEE gravosa para a nossa independência e soberania.

Para fazer frente a esta situação, impõe-se a luta determinada dos trabalhadores e de todas as classes e camadas cujos interesses são atingidos pela integração, a reclamação, para o desenvolvimento do país com objectivos nacionais, de apoios e fundos da CEE na base de princípios proclamados pela própria CEE, a luta por transformações das estruturas produtivas nacionais e pelo reconhecimento aos trabalhadores portugueses dos mesmos direitos, a defesa da identidade cultural portuguesa, o aprofundamento da cooperação e acção comuns do movimento operário europeu e outras forças democráticas dos países da CEE, a oposição à supranacionalidade e ao seu alargamento, a intervenção patriótica dos representantes portugueses nas instâncias da CEE.

No mundo em que se aceleram a internacionalização dos

processos de produção e de troca, a interdependência dos recursos, a divisão internacional do trabalho e os processos de integração, **Portugal está vitalmente interessado, por um lado, na cooperação internacional, por outro lado na diversificação das relações externas** na base da igualdade, do respeito pelos interesses recíprocos, da salvaguarda da independência nacional.

O PCP propõe ao Povo português uma política externa diversificada, de paz, amizade e cooperação com todos os povos de que são elementos essenciais as relações com a CEE num pé de igualdade e respeito dos interesses recíprocos, as relações tradicionais de Portugal, designadamente com outros países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, as relações de amizade e cooperação com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, as relações de amizade e cooperação com os países socialistas, as relações com os países do chamado Terceiro Mundo, a intervenção activa em todas as instâncias internacionais, o empenhamento na criação de uma nova ordem económica internacional e a contribuição activa para o desanuviamento das relações internacionais e para um processo que conduza ao desarmamento e a um sistema de segurança colectiva que permita caminhar para a dissolução dos blocos político-militares, a solidariedade activa com os povos em luta pela sua liberdade, a independência e o progresso social.

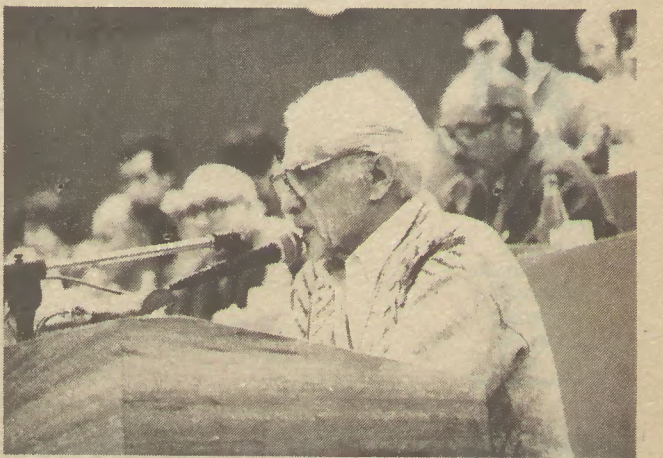
Sem ignorar, antes considerando atentamente condicionais-mos e obstáculos, é ideia básica da proposta de democracia avançada proposta pelo PCP, o **pleno direito de Portugal decidir do seu próprio sistema económico e social, do seu próprio regime político, da sua própria política interna e externa, do seu futuro e do seu destino**.

O socialismo, futuro de Portugal

Muitos dos objectivos programáticos da democracia avançada no limiar do século XXI incorporam-se no projecto de sociedade socialista para Portugal.

Uma ideia básica é explicitada: **no limiar do século XXI o caminho do socialismo em Portugal é o do aprofundamento da democracia**.

Ao apontar os objectivos da revolução socialista e as características fundamentais da sociedade socialista em Portugal, o



PCP parte da realidade portuguesa, da experiência revolucionária do Povo português e da assimilação crítica de experiências e lições do movimento revolucionário mundial.

O PCP inscreve como objectivos fundamentais da revolução socialista em Portugal a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, a intervenção permanente e criadora das massas populares na direcção do país, a elevação constante do bem-estar material e cultural do povo, o desaparecimento das injustiças sociais, a concretização da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país como força social dinâmica e criativa.

O poder dos trabalhadores, a garantia do exercício das liberdades democráticas, incluindo as liberdades de imprensa e da formação de partidos políticos, o respeito pelas opiniões políticas, crenças religiosas e interesses sociais e aspirações diferenciadas, a realização regular de eleições democráticas, contam-se entre as **características do sistema político**.

A propriedade social da Banca e dos principais meios de produção, uma direcção planificada da economia no quadro de formações económicas diversificadas e da sua directa intervenção e iniciativa e tendo em conta o papel do mercado, a realização da Reforma Agrária com inteiro respeito pela vontade dos trabalhadores e dos agricultores, o desenvolvimento harmonioso da economia nacional e de todas as regiões na base de uma tecnologia avançada — contam-se entre as **características da organização económica**.

A libertação dos trabalhadores de todas as formas de opressão e exploração, o pleno emprego incluindo a garantia do primeiro emprego aos jovens, a retribuição a cada um segundo o seu trabalho, o respeito da propriedade individual resultante do trabalho próprio, a solução dos graves problemas da habitação, saúde, ensino e meio ambiente, e a erradicação dos grandes flagelos sociais como a fome e o analfabetismo — contam-se entre as **características no plano social da nova sociedade**.

A transformação da cultural em património, instrumento e actividade de todo o povo, o pleno acesso ao ensino, o progresso da ciência, da técnica e da arte, o estímulo à iniciativa e à criatividade individual e colectiva — contam-se entre as **características da nova sociedade no plano cultural**.

A formação de uma consciência social e individual conforme com os ideais de liberdade, dos deveres cívicos, do respeito pela pessoa humana e pela natureza, da solidariedade, da amizade e da paz — contam-se entre as **características no plano ético da sociedade socialista que o PCP aponta como o futuro de Portugal**.

O processo social e político que conduzirá à transformação socialista da sociedade portuguesa não depende apenas das forças que o dirijam. Dependerá também, entre muitos outros factores, da actuação e formas de resistência das forças que se lhe oponham. Nas formas concretas que assumir o processo dependerá, entre outros factores, da luta e da criatividade revolucionária da classe operária e das massas populares.

No horizonte da democracia avançada no limiar do século XXI está a sociedade socialista e no horizonte da sociedade socialista está o comunismo — sociedade sem classes, sociedade de abundância, da igualdade social, da cultura para todos, — sonho milenar da humanidade progressista.

Lutando em defesa das conquistas da Revolução de Abril e apontando como objectivo actual uma democracia avançada no limiar do século XXI, o PCP indica à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os homens, mulheres e jovens de Portugal a perspectiva radiosa do socialismo e do comunismo.

V O CAMINHO: A UNIDADE E A LUTA

O Partido coloca como objectivos e tarefas, continuar defendendo as grandes conquistas de Abril e o regime democrático constitucional, derrotar a direita, alcançar uma alternativa democrática. No seu novo Programa propõe ao Povo português uma democracia avançada no limiar do século XXI.

No debate realizado no Partido, estes objectivos e tarefas receberam aprovação geral.

Uma questão suscitou particular interesse: como alcançar estes objectivos? Com que alianças? Com que formas de luta?

A proposta de Resolução Política responde a estas questões. Os aliados da classe operária são todas as classes e camadas antimonopolistas. Os aliados do PCP são todas as forças políticas que defendem os interesses destas classes e camadas, se opõem à restauração do capitalismo monopolista de Estado, defendem a democracia e a independência nacional.

O caminho é a luta dos trabalhadores, a luta do povo, a luta dos democratas, a resistência popular permanente contra a política de direita em todas as áreas da vida nacional, a associação da luta de massas, da luta institucional e da luta eleitoral, a **luta com objectivos concretos e imediatos que se identifiquem com cada um e com todos os objectivos da democracia avançada proposta pelo Partido ao Povo português**.

E para que este caminho possa ser percorrido uma primeira

XII congresso PCP com o PCP por uma democracia avanzada no limiar do século XXI

grande tarefa se coloca ao Partido: ganhar os trabalhadores e as massas populares para a luta imediata pelos seus próprios interesses, para os objectivos indicados pelo Partido, para a compreensão da necessidade de uma alternativa democrática e para a decisão de lutar por ela.

O sistema e a política de alianças

O sistema e a política de alianças do nosso Partido tem de considerar-se em dois planos diferentes: o social e o político-partidário.

O sistema de alianças no plano social decorre directamente da arrumação, das contradições e dos conflitos de classe determinados pelos seus interesses objectivamente considerados.

São aliados da classe operária contra a política de direita, em defesa do regime democrático-constitucional, por uma alternativa democrática, por uma democracia avançada no limiar do século XXI, todos os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os artesãos, e todos os sectores sociais cujos interesses são atingidos pela política do grande capital, dos grandes agrários e do imperialismo.

A aliança concretiza-se na organização, mobilização e luta convergente destas classes e camadas sociais em defesa dos seus interesses específicos e com objectivos gerais que também

directamente lhes respeitam. Este sistema de alianças comporta a força potencial de **uma ampla frente social antimonopolista**, abrangendo a maioria esmagadora da população portuguesa.

O desenvolvimento do processo produtivo, os progressos tecnológicos, as alterações nas qualificações profissionais indispensáveis, o desaparecimento de zonas industriais tradicionais, os despedimentos em massa, a generalização da precariedade do trabalho, a amplitude crescente do sector terciário, o urbanismo, provocaram alterações não só na composição social da sociedade como na própria composição da classe operária. Esta porém não tende a desaparecer como pretendem alguns ideólogos do capitalismo, antes tende a alargar-se. No quadro das forças sociais continua a assumir o papel de vanguarda na luta pela democracia e o progresso social.

O sistema de alianças no plano político-partidário deve traduzir no essencial o sistema de alianças sociais.

Neste base, o nosso Partido luta pela convergência e a unidade dos partidos democráticos, cuja política se afirme no concreto na luta contra a política de direita, contra a política do grande capital, contra a restauração dos monopólios e do seu poder, em defesa dos interesses do povo, do país, da democracia, da independência nacional.

Uma característica típica da situação nacional, que tem de ser objectivamente considerada para a definição correcta de uma política de alianças, é não haver correspondência entre a arrumação das forças de classe no plano das lutas sociais, dos movimentos sociais e das organizações de massas, e a sua arrumação no plano partidário e eleitoral.

Nos grandes movimentos sociais (sindical, pequenos e médios agricultores, mulheres, juventude e outros) participam juntamente com os comunistas e outros democratas progressistas, muitas centenas de milhar de portugueses e portuguesas que entretanto votaram, ou estão mesmo filiados, nos partidos de direita e noutros partidos que colaboram com a direita em aspectos fundamentais da sua acção.

Esta situação específica tem duas consequências do mais alto significado para a perspectiva da luta:

Por um lado confere **uma dinâmica específica à luta pela convergência e unidade das forças democráticas**, que tem que ser entendida pelo esforço do PCP, não apenas para um entendimento com os outros partidos democráticos, acordado com as direcções respectivas, mas também **para que homens, mulheres e jovens que se têm situado nos mais diversos quadrantes eleitorais e partidários, se unam na acção com objectivos concretos em que todos estão vitalmente interessados**.

Por outro lado, esta situação confere **um papel de extraordinário relevo aos grandes movimentos sociais e organizações de massas na vida política nacional, na defesa dos interesses do povo e do país, em defesa das conquistas de Abril, na luta por uma alternativa democrática, na construção de um Portugal democrático e independente**.

O movimento operário

O movimento operário afirma-se no dia a dia da vida social e política portuguesa uma força de importância determinante não apenas na defesa dos interesses, imediatos dos trabalhadores, mas também na defesa das conquistas e valores de Abril, na defesa do regime democrático-constitucional.

A **CGTP-IN**, prestigiada e gloriosa central sindical dos trabalhadores portugueses, com a sua profunda implantação nos locais de trabalho, com o indiscutível papel de direcção de milhares de lutas, com influente e activa intervenção em todas as áreas da vida nacional, é uma poderosa força dos trabalhadores, baluarte de liberdade, de democracia e do progresso social.

Compartilhamos da ideia de que o projecto unitário do movimento sindical se consubstancia na CGTP-IN e de que se criaram novas condições para a unidade na base e a cooperação e convergência com a CGTP dos mais variados sectores. Isso não altera porém uma apreciação fundamental: a UGT é expressão do divisionismo sindical visceralmente comprometida com o patronato e a direita.

Os factos mostram a correcção da atitude da CGTP em relação ao Conselho Permanente de Concertação Social. Em dois momentos diferentes e em situações diferentes, recusando inicialmente participar no Conselho, e participando ulteriormente nele, a CGTP impediu de facto, com a sua ausência no primeiro caso e a sua presença no segundo, que o Conselho pudesse ser o instrumento do governo e do grande patronato para imporem condições mais gravosas aos trabalhadores.

Os comunistas têm entre as suas principais tarefas participarem activa e empenhadamente no movimento sindical; darem uma contribuição activa para a solução dos novos e complexos problemas que o movimento sindical defronta; não só respeitarem como promoverem a autonomia, a democracia interna e o reforço da unidade do movimento sindical.

É inteiramente justo daqui saudarmos a CGTP-IN, e os seus representantes convidados do nosso Congresso e garantir que podem contar com o apoio activo do PCP à sua imensa e valiosa actividade.

O movimento operário dispõe de uma outra força de organização implantada nos locais de trabalho de alto valor para a sua luta e para a sua unidade: as **Comissões de Trabalhadores**.

A sua existência e acção tal como da organização sindical têm sido atingidas pela degradação da situação social, o encerramento e desmantelamento de empresas, a repressão e chantagem exercidas contra os seus activistas.

Continuam porém a constituir uma forma muito importante de organização. Constitui para o Partido uma importante tarefa promover a formação de novas Comissões e das suas Coordenadoras, a revitalização da sua actividade e a sua estreita cooperação com o movimento sindical.

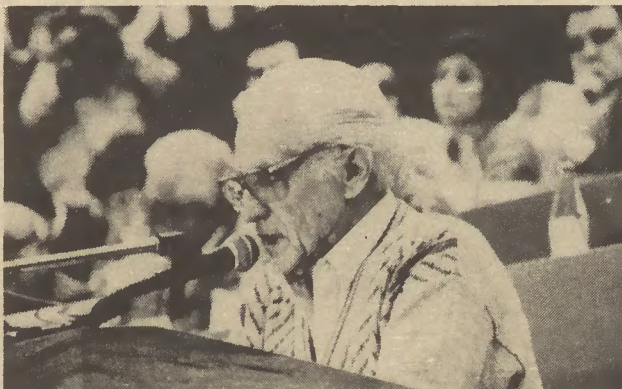
O movimento operário é uma força básica e essencial da democracia portuguesa. O seu reforço e intervenção activa na vida nacional é a mais sólida garantia de que Portugal seguirá o caminho da liberdade, democracia, progresso social, independência nacional e paz aberto pela Revolução de Abril.

Outros grandes movimentos sociais de massas

Ao lado do movimento operário, outros **grandes movimentos sociais de massas** integram a vasta frente antimonopolista e representam cada um por si e globalmente considerados **uma força com profunda influência e com potencialidades de desenvolvimento que lhe conferem papel de relevo na evolução da situação nacional**.

O movimento dos pequenos e médios agricultores reforçou-se e alargou-se consideravelmente desde o X Congresso.





A Confederação Nacional dos Agricultores (CNA) cujo prestígio e representatividade se tornaram incontestáveis, as uniões, as Ligas, os Movimentos, as Federações, as Associações distritais, constituem estruturas autónomas de carácter unitário, com participação activa de agricultores de todos os partidos políticos sem excepção, com apoio de massas, e cujo prestígio, iniciativa e a actividade abrem caminho a uma mais larga expansão e à concretização na luta das suas imensas potencialidades.

O PCP é o único partido que tem estudado com insistência os problemas da agricultura, que tem defendido os interesses dos agricultores. A importância do movimento requer um apoio mais eficaz, com participação de mais quadros, com melhores meios de actuação, com uma mais intensa intervenção de informação e esclarecimento desenvolvida directamente pelo próprio Partido.

Existem condições objectivas para ganhar para a política do Partido vastíssimos sectores do campesinato. Devemos actuar com confiança em que é possível consegui-lo.

Os intelectuais e os quadros técnicos que constituem camadas sociais em franca expansão devida ao desenvolvimento tecnológico e científico, à sua intervenção crescente no processo de produção, à amplitude crescente dos serviços sociais.

É grande a influência da intelectualidade e dos quadros técnicos na vida nacional, pela sua actividade profissional; pelo seu trabalho no domínio da ciência, da técnica, da educação, da comunicação e da criação artística; pela sua intervenção destacada na construção do regime democrático, na sua defesa e na defesa das suas conquistas e na elaboração de propostas de solução dos grandes problemas nacionais. Ainda pela importância e influência das suas associações.

Na actividade do Partido, em relação aos intelectuais e quadros técnicos, continuaram a verificar-se, nos 5 anos decorridos desde o X Congresso, defeituosos critérios, atrasos e deficiências que urge rapidamente superar.

No debate realizado no Partido foi acolhida com interesse a proposta avançada nas «Teses» relativa à realização de uma iniciativa de âmbito nacional com o tema: «O Partido e a intelectualidade, os intelectuais e a sociedade». É uma iniciativa que poderá contribuir para dar resposta a muitos dos problemas existentes.

O movimento da juventude expressa-se em formas muito diversificadas de organização e de intervenção correspondendo a interesses, aspirações e pólos de atracção igualmente diversificados.

O próprio conceito de movimento da juventude se alarga. É significativa e positiva a viragem que a este respeito se verificou na actividade da JCP, bem expressa no Encontro Nacional realizado em 23.10.88.

A actividade dos jovens comunistas tem de voltar-se, e está-se voltando, decididamente para as massas juvenis nas múltiplas formas que assume o movimento: o movimento associativo estudantil do ensino superior e secundário e as suas novas formas de coordenação, o associativismo juvenil de base local autónomo e autogerido, as formas associativas estimuladas pelo apoio de autarquias, a participação dos jovens no movimento sindical, as formas novas embora insuficientes de organização dos jovens desempregados, as iniciativas e actividades desportivas, recreativas e culturais nas mais variadas colectividades.

A direita procura degradar a consciência e a mentalidade da jovem geração. Manifestam-se fenómenos negativos. Mas pode ter-se por certo que a juventude aspira à liberdade, à alegria, ao bem-estar, à saúde, à cultura, à formação profissional, à democracia, à paz, à felicidade, e são o PCP e a JCP que indicam os caminhos para alcançar tais objectivos.

A JCP marcou o seu 3.º Congresso para Abril do próximo ano. O Partido confia em que a JCP, com o seu conhecimento dos problemas, a sua experiência, a sua criatividade, com o apoio do Partido e apoiando-se na intervenção livre das massas juvenis, encontrará as orientações mais justas para o seu próprio desenvolvimento orgânico, para a formação da consciência comunista dos jovens e para o desenvolvimento do movimento juvenil.

O movimento das mulheres, que se desenvolve na base da defesa dos seus direitos e interesses específicos, constitui uma expressão da luta da mulher pelo direito à igualdade e pela sua emancipação.

Os departamentos sindicais de mulheres, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) que tendo completado 20 anos de existência, continua sendo o único grande movimento de mulheres com estrutura nacional e actividade regular, e outras formas de organização, são formas unitárias provadas e experimentadas.

Assim como o movimento das mulheres é uma importante componente da frente social de luta pela democracia e o progresso, assim a luta pela democracia e o progresso tem de conter entre os seus objectivos a emancipação da mulher.

Não se trata apenas de uma declaração de princípios. Trata-se de uma orientação em que não apenas as mulheres comunistas, mas todo o Partido deve estar empenhado.

Outros importantes movimentos sociais e formas de organização unitária são de referir: o **movimento dos pequenos e médios comerciantes e industriais** cuja dinamização é imperativa dada a gravidade dos problemas que defrontam; o **movimento dos reformados** com intensa actividade e iniciativa e que tem no MURPI, integrando mais de 300 organizações, a sua expressão mais significativa; o **movimento dos deficientes** cujo papel é insubstituível e que exige para a eficácia da sua acção

uma coordenação efectiva das suas associações; o **movimento cooperativo** com apreciável dinamismo no campo económico e social; as **Comissões de Moradores**, com papel de relevo e notável valor de realizações em algumas regiões; e variadas **associações populares de massas** — colectividades de cultura, recreio, desporto, organizações de defesa do património e do meio ambiente, associações de bombeiros, associações de caçadores e pescadores, associações de emigrantes e outras.

Dois importantes movimentos sociais são chamados a desempenhar, além dos seus objectivos específicos, importante papel na luta do Povo português pela democracia, o progresso social e a independência nacional: o movimento pela paz e o movimento ecologista.

O movimento pela paz, além das suas organizações próprias (CPPC, Movimento Não às Armas Nucleares, Movimento Português contra o Apartheid, Movimento das Autarquias Livres das Armas Nucleares, a Associação dos Médicos pela Prevenção da Guerra Nuclear, Associações de Amizade e outras) conta com a participação dos grandes movimentos sociais (sindical, da juventude, das mulheres, assim como das autarquias locais).

As organizações, estruturas e apoios existentes dão um vasto suporte ao movimento o que exige, pela importância dos objectivos, uma iniciativa e uma dinâmica correspondentes às suas imensas potencialidades.

O movimento ecologista que suscita justamente um crescente interesse tem grupos organizados e conta, no plano político, com um partido com assento parlamentar — o Partido Os Verdes. A dinamização do movimento ecologista inscreve-se também entre as tarefas a realizar no quadro da grande frente popular de massas.

É tarefa do Partido apoiar activamente todas estas organizações e movimentos sociais, com a consciência de que **depende em larga medida do seu desenvolvimento e acção, o futuro democrático de Portugal.**

As eleições de 1989 e 1991

Ao longo dos anos, o nosso Partido tem-se empenhado com o máximo das suas forças e energias na luta eleitoral. De forma alguma subestimamos a sua importância.

Temos de compenetrarmo-nos todos, todo o nosso Partido, de que a luta eleitoral vale como batalha política na qual as campanhas eleitorais do Partido são verdadeiras acções de massas. Mas vale também (e essa é a sua finalidade específica) pelos seus resultados. Sempre na base da verdade e rejeitando o uso de quaisquer formas de demagogia utilizada por outros partidos, temos de lançar o trabalho pré-eleitoral com maior antecedência, aprofundar o contacto com as massas, tornar as nossas propostas mais acessíveis, aperfeiçoar a forma da sua comunicação, considerar seriamente a diversidade do eleitorado, dos seus interesses, sentimentos, aspirações e formas de participação na vida social.

As eleições que deverão realizar-se no próximo ano de 1989 e em 1991, num momento incerto da vida nacional, terão inevitáveis repercussões, positivas e negativas, na situação política interna e na sua evolução.

Nas **eleições para o Parlamento Europeu** em Junho de 1989, a eleição de deputados comunistas no quadro da CDU, dadas as posições de fundo do PCP sobre a CEE, serão a melhor garantia (para não dizer à única garantia) de que os interesses de Portugal e do Povo português terão aí firmes, competentes e empenhados defensores.

O trabalho já desenvolvido pelos três deputados do PCP no Parlamento Europeu testemunha esta afirmação. Os deputados do PCP que vierem a ser eleitos serão no Parlamento Europeu a voz dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos jovens, das autarquias, de todos os que esperam fundos, apoios e políticas que os favoreçam e rejeitem o arbitrio, o compadrio e a corrupção na sua distribuição.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu são e serão aí a voz dos patriotas convictos, a voz de Portugal zeloso da sua independência e soberania.

Os prazios já são curtos. Temos que andar depressa na elaboração das listas e no desenvolvimento do amplo trabalho de esclarecimento do eleitorado.

As **eleições autárquicas de 1989** constituem uma batalha política da mais alta importância.

Já sabemos do que são capazes as forças de direita decididas a reforçar e alargar as suas posições nas autarquias com o objectivo estratégico de afastar os comunistas da gestão autárquica.

Nós temos a nosso favor tudo o que foi e é realizado pelos comunistas e seus aliados nas autarquias, a solução de muitos dos problemas mais graves das populações, o trabalho, a honestidade e a competência dos nossos eleitos.

O tempo também já não é muito. É necessário, por um lado, que, na gestão autárquica, os comunistas procedam ao aperfeiçoamento do seu trabalho e à superação de insuficiências, intensifiquem a participação das populações e a articulação da gestão com o movimento popular e com os trabalhadores das autarquias, dêem resposta mais pronta a justas reclamações populares, avaliem atentamente a sensibilidade das populações perante as decisões dos órgãos autárquicos.

É necessário, por outro lado, avançar rapidamente o trabalho relativo à formação das listas CDU (com Os Verdes, a ID, democratas independentes), à elaboração dos programas, à concepção, grandes linhas e plano da campanha eleitoral, à divulgação sistemática da obra positiva realizada.

O nosso Partido concorrerá em todos os concelhos e no maior número possível de freguesias no quadro da CDU. Mas, particularmente em municípios em que se instalou o poder da direita apesar de as forças democráticas serem maioritárias, continuaremos, salvaguardando as posições do PCP e da CDU, a aprofundar a possibilidade de acordos com o PS, o PRD e outros partidos democráticos que permitam substituir a gestão de direita por uma gestão democrática.

As eleições autárquicas de 1989 constituirão uma grande batalha para defesa e reforço do poder local democrático. Constituirão também sem dúvida um importante teste da influência dos partidos e do grau de consolidação do regime democrático.

A consolidação e reforço das posições do PCP e da CDU representará um importante factor para a defesa da democracia e para o desenvolvimento ulterior da luta popular.

Temos que desde já trabalhar com afinco para um grande resultado nas eleições autárquicas de 1989.

Mais tarde, em 1991, teremos novas eleições: **eleições presidenciais e eleições para a Assembleia da República.**

A direita e todas as outras forças políticas já estão a pensar nelas. Devemos considerar por certo que a direita recorrerá a todos os processos e meios, incluindo a tentativa de impor novas leis eleitorais, para realizar um plano que não conseguiu realizar nem em 1980 nem em 1986: ter nas suas mãos os três órgãos fundamentais do poder político (Presidente da República, Assembleia da República e Governo).

É imperioso lutar desde já para impedir que a democraticidade desses actos eleitorais seja inteiramente comprometida não só pela partidarização pelo Governo da RTP e da rádio e a prática monopolização pelo grande capital e forças reacţionárias dos grandes meios de informação (imprensa, rádios), como também através de novas leis eleitorais (que o PSD tenta impor e que o PS parece disposto a apoiar), que subvertam o princípio da proporcionalidade nas eleições para a Assembleia da República (redução do número de deputados e do âmbito dos círculos eleitorais) e abram caminho a centenas de milhares dos chamados votos dos emigrantes para a eleição do Presidente da República.

Muitos acontecimentos poderão até 1991 alterar substancialmente a situação.

É porém imperioso, em relação às eleições presidenciais, actuar com iniciativa e com o tempo necessário, para que seja possível a convergência das forças democráticas e a concentração dos votos democráticos no apoio a um candidato em condições de derrotar um candidato ou candidatos da direita.

É imperioso, em relação às eleições para a Assembleia da República, desenvolver a acção política com vistas a alcançar três grandes objectivos: derrotar a direita, colocando novamente o PSD e o CDS em minoria; reforçar as posições do PCP e seus aliados na Assembleia da República como condição essencial para transformar uma maioria democrática em votos e mandatos numa maioria política; e conseguir o entendimento e a convergência dos partidos democráticos para viabilizar uma alternativa democrática ao Governo da direita.

É uma importante tese da Resolução Política proposta ao Congresso que a concretização das alianças no plano social atingiu de há muito um elevado grau, enquanto a concretização das alianças no plano político/partidário é extraordinariamente mais restrita e apenas em situações conjunturais tem assumido certa amplitude.

Traduzir a influência social em influência política e a influência política em apoio eleitoral é uma das grandes tarefas que se colocam ao Partido no quadro da sua política de alianças.

A unidade dos democratas

O nosso Partido inscreve como importante aspecto da sua orientação e da sua actividade a luta pela unidade dos democratas portugueses — imperativo da luta contra a política de direita, em defesa do regime e por uma alternativa democrática.

A Coligação Democrática Unitária (CDU), em que o PCP se encontra unido ao Partido Os Verdes, à Intervenção Democrática (ID) e a numerosos democratas independentes é uma expressão positiva da unidade democrática. Está porém longe de abranger a opinião democrática no seu conjunto.

É de confirmar e continuar os esforços do PCP para a ligação, os encontros, a troca de opiniões, a convergência de acção e iniciativas comuns com os outros partidos democráticos, nomeadamente com o PS, o PRD, a UDP e o PSR, que temos aqui no nosso Congresso como convidados e que daqui saúdo cordialmente.

A unidade não pode porém significar a adopção por um partido do programa dos outros. Nós temos o nosso Programa. Os outros partidos têm o seu. A política de unidade exige que se procurem pontos comuns, plataformas e objectivos de acção imediata ou mediata, em que seja possível um entendimento.

Não se assaque ao PCP a responsabilidade de não ter sido possível até hoje a unidade com o PS para derrotar a direita. Note-se que em numerosas eleições realizadas (1975, 1976,

1983) o PCP e o PS tiveram em conjunto a maioria dos deputados. Insistimos sempre em examinar com o PS a possibilidade de um acordo para a formação de um governo democrático.

Se a aliança do PCP com o PS se não tem concretizado, a razão fundamental, que não pode nem deve ser iludida, é que o PS se tem aliado e continua a aliar-se à direita e, tal como a direita, defende e pratica uma política que traduz os interesses do grande capital, dos grandes agrários, da restauração monopolista, — como bem testemunha o acordo firmado entre o PS e o PSD para a revisão da Constituição.

No quadro partidário e na correlação de forças existentes em Portugal, uma maioria democrática e uma alternativa democrática não são possíveis sem o PCP. As tão faladas «bipolarização» e «alternância» não são termos de alternativa democrática, mas de colaboração do PS com a direita.

Nós sempre temos defendido e continuamos defendendo a convergência e a unidade de comunistas e socialistas, do PCP e do PS. Mas é absurdo pensar que o PCP aceitaria a convergência na base de uma política ao serviço do grande capital, de restauração monopolista, da liquidação das conquistas de Abril.

Apesar de todo um historial que desde o 25 de Abril mostra a sistemática aliança com a direita de que são destacados exemplos os Governos PS/CDS e PS/PSD, e as altíssimas responsabilidades do PS no desencadeamento e andamento do processo contra-revolucionário, há camaradas que agora procuram reescrever a história a seu modo e atribuem ao Partido a responsabilidade de não se ter concretizado um acordo e uma plataforma com o PS. Só lhes fala explicitar, mas pelos vistos alguns lá chegarão, que para que tal acordo fosse realizado deveríamos apoiar a entrega ao grande capital das empresas nacionalizadas, a entrega aos grandes latifundistas de terras, gados, máquinas e instalações dos trabalhadores da Reforma Agrária, participar ou apoiar a política do PS de restauração capitalista, latifundista e imperialista. Não se trataria de recuar (pois saber recuar faz parte da ciência política) mas de trair.

O PCP é um partido disposto a dar os passos necessários para o acordo, a elaboração de plataformas, a unidade com outros partidos. Mas jamais para trair os trabalhadores, para trair os seus interesses e aspirações, para trair as conquistas democráticas alcançadas com tanta luta e tanto sacrifício do nosso povo.

Ao contrário dos camaradas que acabo de referir, outros dizem ser um erro e inútil «malhar em ferro frio» insistir na convergência e na unidade com o PS. Há mesmo camaradas que dizem que não podemos aceitar uma situação em que repetidas vezes fazemos propostas ao PS que o PS, por vezes em termos impróprios, tem rejeitado.

É uma realidade que um PCP enfraquecido é campo livre para a política de direita do PS e que só a força do PCP e a sua influência de massas convencerão o PS a um entendimento.

Entretanto, insistimos. Porque a convergência e a unidade dos democratas, e designadamente do PCP e do PS, pode ser um factor decisivo e determinante de uma alternativa democrática.

Creio que estareis de acordo que aqui, da tribuna deste nosso XII Congresso, eu renovo o apelo a todos os partidos democráticos e designadamente ao PS, para o diálogo, a troca de opiniões, o exame conjunto dos problemas nacionais, a convergência e a unidade na acção contra o Governo PSD e a política de direita e por uma alternativa democrática.

O Povo português, milhares de democratas, certamente muitos socialistas compreenderão, que esta nossa atitude, serve os interesses dos trabalhadores, do povo, do país, e é a única que pode abrir caminho a uma alternativa democrática.

VI

O PCP, FORÇA ESSENCIAL DA DEMOCRACIA

Profundamente enraizado e inserido na sociedade, dando uma contribuição permanente, construtiva e combativa para a solução dos problemas do povo e do país, o nosso Partido é o grande dinamizador da organização, da unidade e da luta dos trabalhadores e das massas populares. Desempenha um incomparável papel nas organizações e movimentos sociais de massas. É o único que actua consequentemente pela convergência e a unidade dos democratas. É o único que assume com responsabilidade e coerência a oposição à política de direita e que tem

sido e é o maior obstáculo ao avanço do processo contra-revolucionário conducente à restauração do capitalismo monopolista de Estado.

Por tudo isso se desencadeou contra o nosso Partido com a aproximação deste nosso Congresso a mais violenta e orquestrada campanha de desinformação, de mentiras e calúnias a que o Partido tinha sido sujeito em toda a sua história.

Os objectivos são claros: remover o obstáculo à direita que é o PCP, diminuir a influência do PCP, enfraquecer o PCP, fazer «declinar» o PCP e se possível dividir o PCP.

O volume, a intensidade e a agressividade da campanha é no fim de contas uma homenagem ao nosso Partido: porque só a força de um grande partido como o nosso leva os seus inimigos e adversários à utilização de tão poderosos e públicos meios para combatê-lo.

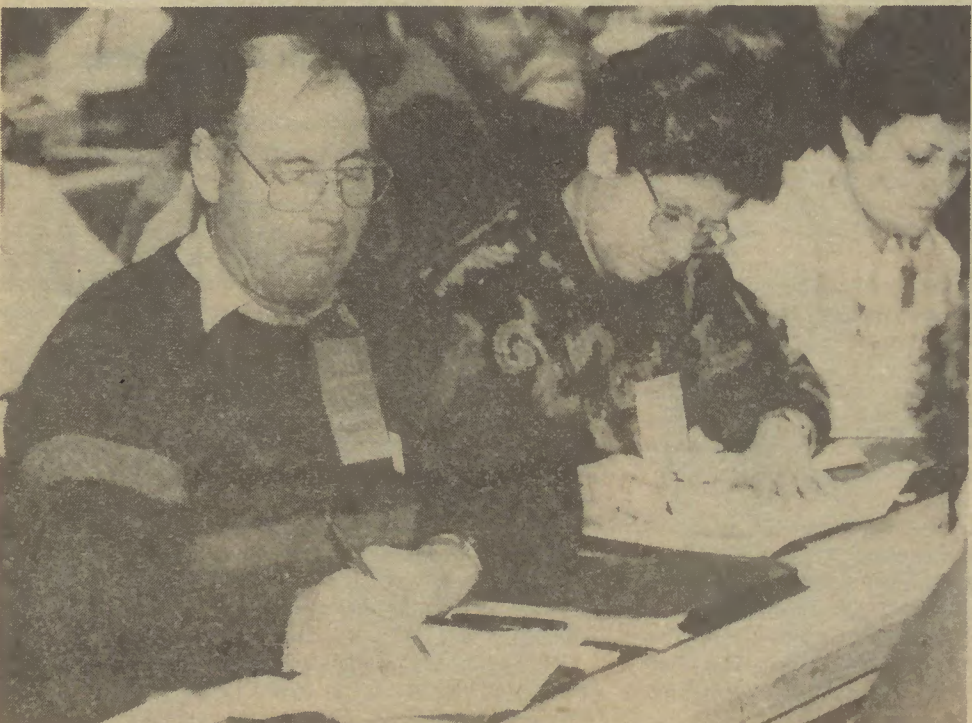
Mas podem desiludir-se.

Aqui estamos neste nosso XII Congresso, de pé e bem de pé, com os pés firmes na terra, na classe operária, no povo, nas massas, com a determinação comunista de reforçar o Partido em todos os aspectos da sua actividade a fim de estar à altura da confiança que nele deposita grande parte do Povo português.

As alterações aos Estatutos e actividades fraccionárias

As alterações aos Estatutos propostas pelo Comité Central ao Congresso, ao contrário do que para aí se propaga, têm como traços principais uma definição mais rigorosa do carácter criativo e antidogmático do marxismo-leninismo e do centralismo democrático, o aprofundamento da democracia interna — designadamente através do trabalho colectivo, da descentralização de competências, do reforço dos direitos dos militantes e da maior exigência na prestação de contas pelos organismos dirigentes — e uma maior diversidade e flexibilidade da estrutura orgânica.

Como será referido no Relatório da Comissão de Redacção, foram contempladas no texto, agora submetido à apreciação do Congresso, numerosas propostas surgidas no debate realizado no Partido.



Não foram aceites propostas que no conjunto conduziram à institucionalização no Partido de tendências organizadas, de grupos fraccionários, com as suas plataformas, a sua acção própria, e naturalmente os seus próprios «líderes», em confronto uns contra os outros.

A admissão por alguns camaradas de tais alterações traduz ou reflecte uma situação que defrontamos nos últimos dois anos.

De facto, alguns camaradas, em vez de inserirem as suas ideias, as suas propostas, críticas e discordâncias no trabalho colectivo do Partido, desenvolveram uma actividade organizada à margem das estruturas partidárias, realizando reuniões secretas, estabelecendo secretamente ligações, recrutando adeptos, empreendendo acções concertadas e divulgando a sua acção através da comunicação social e inserida na campanha anti-PCP que, neste período, encontrou nas posições e actividades desses camaradas a principal matéria de ataques contra o Partido.

É princípio indiscutível e incontestável no nosso Partido o pleno direito dos militantes defenderem as suas opiniões, criticarem os organismos de Direcção e os dirigentes sem excepção, fazerem as propostas que considerem mais justas. Mesmo quando essas opiniões, críticas e propostas são iguais ou semelhantes às divulgadas por grupos fraccionários, nenhum reparo foi feito ou havia que fazer ao seu direito de as colocarem e defenderem, nos seus organismos e organizações respectivas.

Há também camaradas que perfilhando as mesmas ideias incorrectamente as trasvasaram para fora do Partido mas recusam participar em fracções. Não devem ser confundidos com os primeiros.

Quanto aos grupos fraccionários, com singular conceito de democracia, passaram a actuar, não segundo os princípios do Partido que eles próprios aceitaram ao entrar para o Partido, mas segundo as novas normas de funcionamento que propunham e eram rejeitadas. É evidente que **pretendiam por um lado com a sua conduta transformar o direito de tendência num facto consumado, e por outro lado conseguiram com alterações aos Estatutos a oficialização da sua existência como fracção através de uma transformação radical dos princípios orgânicos do Partido.**

Do debate realizado resultou uma conclusão colectiva que estamos certos o Congresso confirmará: **que o PCP continua a ser um Partido que tem como uma das suas grandes riquezas a vida democrática interna de que o trabalho colectivo, o estímulo à livre opinião, crítica e proposta de todos os militantes, a eleição dos organismos dirigentes e a prestação de contas, são elementos essenciais. E que, decidido a garantir e a aprofundar a sua democracia interna, o PCP nem institucionaliza através das alterações aos Estatutos o direito de tendências organizadas e de grupos fraccionários no seu seio, nem os admite como facto consumado.**

Creio, camaradas, ser não só um sentimento geral mas uma forte determinação, não nos tornarmos um partido dividido em vários partidos, antes sermos e continuarmos a ser um grande colectivo de comunistas — homens, mulheres e jovens — fraternalmente unidos na luta pelo seu exaltante ideal. Seremos e continuarmos a ser um partido que, orgulhoso das suas gloriosas tradições, está voltado para a vida, para o novo, para as verdadeiras mudanças em Portugal e no mundo — um partido vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, um partido marxista-leninista, um partido com profunda democracia interna, um partido patriótico e internacionalista. **Não outro, mas este** — o Partido Comunista Português.

Direcção e quadros

Nos 5 anos decorridos desde o X Congresso a Direcção do Partido foi chamada a orientar e dirigir a actividade partidária em situações variadas e complexas. Dois Presidentes da República, três governos, três diferentes composições e maiorias na Assembleia da República. Eleições presidenciais, legislativas, autárquicas e para o Parlamento Europeu. Grandes lutas de massas. Uma situação internacional em rápida evolução. Os organismos de Direcção central, regional e de todos os sectores tiveram de dar provas de capacidade, empenhamento e dedicação.

A realização neste período de um Congresso Extraordinário (o XI), 4 Conferências Nacionais do Partido, 39 reuniões plenárias do Comité Central, 18 Encontros Nacionais, 14 Assembleias Regionais, 500 Assembleias de organizações, e dezenas de grandes encontros de quadros de âmbito nacional e regional dão a medida da intensa actividade da Direcção desenvolvida e constituem importante expressão do trabalho colectivo, da democracia interna e de um profundo conhecimento dos problemas.

Registaram-se entretanto deficiências que urge corrigir e superar: o praticismo, o imediatismo, o frenesim, o deficiente controlo de execução, o deficiente ou atrasado exame crítico e auto-crítico de insucessos, a centralização excessiva de tarefas de carácter executivo, a defeituosa prestação de contas dos executivos aos plenários respectivos e ainda o atraso de uma resposta partidária suficientemente rigorosa a alguns dos grandes problemas actuais (perspectivas de desenvolvimento económico após a integração na CEE, evolução da composição social da sociedade, problemática juvenil, luta ideológica, importância e papel da comunicação social).

O exame do trabalho de Direcção nos seus vários aspectos conduziu à conclusão de que se torna necessário **uma renovação mais profunda do trabalho de Direcção.**

Por um lado, **renovação relativa à organização do trabalho** com vistas à sua maior eficácia e mais pronta e qualificada resposta aos problemas que se lhe colocam.

Por outro lado, **renovação relativa à composição do Comité Central e dos seus organismos executivos.**

Desde o 25 de Abril, nos Congressos realizados, a renovação do Comité Central deu-se quase exclusivamente através do seu alargamento com a eleição de mais camaradas.

A proposta do CC sobre a qual o Congresso no momento próprio terá ocasião de se pronunciar envolve a saída do Comité Central de 46 camaradas que dele fazem parte. E a entrada de 53 novos camaradas. Na proposta do CC mantêm-se a maioria operária, considerada até hoje uma «regra de ouro» no nosso Partido. A percentagem de mulheres mantêm-se a um nível aproximado.

Os objectivos desta proposta são levar ao Comité Central quadros que mais se destacam pelas suas qualidades e pelo seu trabalho; levar ao Comité Central novas energias, novo vigor e novas experiências; criar condições com vistas ao futuro, para o desenvolvimento e preparação como membros da Direcção dos quadros mais promissores, e assegurar que o Comité Central se empenhará, através do seu trabalho colectivo e da actuação de cada um dos seus membros, na aplicação da orientação e das decisões deste nosso XII Congresso.

A renovação é necessária e o Partido deve exigir da Direcção renovada que assegure em si própria valores essenciais.

O valor do trabalho colectivo e do exame colectivo dos problemas. Do funcionamento democrático dos organismos. Da permanente atenção e recolha de informações, opiniões e críticas do Partido. Da unidade de pensamento alcançada com o debate fraterno. Da regular prestação de contas. Da unidade de acção correspondendo ao sentido da responsabilidade e à disciplina. Da intervenção dinamizadora de toda a actividade partidária. Da estreita ligação às organizações, aos militantes, à classe operária e às massas.

No nosso entendimento, o Partido deve exigir do Comité Central que examine os problemas, que debata as questões com inteira liberdade de opinião dos seus membros, que depois decida, e que **depois de decidir apareça unido perante o Partido, perante os trabalhadores, perante o Povo português.**

Vão neste sentido as propostas feitas ao Congresso pelo Comité Central cessante.

Nos 5 anos decorridos desde o X Congresso o trabalho de direcção em todos os níveis e a intensa actividade do Partido foram possíveis porque o Partido conta com muitos milhares de militantes para os quais a actividade do Partido é um exaltante motivo da vida, de militantes experimentados e qualificados para as variadíssimas tarefas em todas as áreas da intervenção partidária.

A evolução dos militantes não é igual. Há casos de evolução negativa. Há mesmo casos de membros do Partido cuja consciência comunista cedeu à pressão dos acontecimentos desfavoráveis e que, perdendo a confiança nas perspectivas do Partido, perderam a perspectiva revolucionária em si próprios. Mas o que caracteriza a situação é a elevada consciência comunista, a dedicação, a firmeza, a energia revolucionária, o amor ao Partido e ao povo, a inserção comunista do valor e esforço individual no grande valor e esforço colectivo, por parte de muitos milhares de militantes de que o Partido tem justo motivo de se orgulhar.

De uma **justa política de quadros** depende em larga medida a capacidade de intervenção do Partido na vida nacional e o próprio futuro do Partido.

Um constante trabalho de preparação política, ideológica, cultural e técnica, a correcta e confiante atribuição de tarefas e responsabilidades, o estímulo à reflexão e à livre expressão da opinião própria, a regular prestação de contas, o combate a tendências e procedimentos partidários negativos, designadamente à indisciplina, ao autoritarismo, ao burocratismo e ao individualismo — constituem importantes orientações para a formação dos quadros do Partido.

O que acaba de ser dito respeita a muitos milhares de militantes. Mas cabe uma referência aos funcionários do Partido, essas centenas de militantes que trabalham dedicadamente para o Partido a tempo inteiro, desde tarefas da maior responsabilidade de direcção às mais modestas mas igualmente necessárias tarefas. Referência que se torna necessária não só porque se torna apropriado que aqui no nosso Congresso seja confirmada a tarefa de reforçar a sua preparação e capacidade, mas também porque contra os funcionários do Partido se abate uma violenta campanha precisamente porque constituem uma grande força do Partido.

Organização

Uma característica e um aspecto da actividade do nosso Partido, geralmente citada em contraste com outros partidos, é a sua organização e força organizativa.

É uma verdade. Temos uma estrutura diversificada e estreitamente ligada aos trabalhadores e às massas populares, elevada militância, grande capacidade de realização e de intervenção na vida nacional.

O facto de, 5 anos após o X Congresso — 5 anos de ofensiva contra-revolucionária, de permanente e violenta campanha anti-comunista, de discriminações políticas, profissionais e sociais em relação aos comunistas, de encerramento de centenas de empresas e de milhares de despedimentos, de precarização do trabalho — o facto de mantermos um número total de inscritos no Partido ao nível dos 200 mil (eram 200 753 no X Congresso em 1983, são 199 275 neste nosso XII Congresso, não contando com os militantes da JCP), mais de 100 mil operários e mais de 40 mil mulheres organizadas no Partido, 1275 células de empresa com secretariados, este facto expressa por si a solidez da força organizada do Partido.

Entretanto as organizações sofreram a influência da evolução negativa da situação. Também a realização de cinco grandes campanhas eleitorais à escala do país exigiu grande mobilização e concentração de esforços, interrompeu em muitos sectores o funcionamento normal da organização e conduziu em alguns casos a uma certa dispersão dos militantes.

Defrontamos assim problemas reais. No período decorrido desde o X Congresso verificou-se não um avanço, mas um recuo no desenvolvimento da organização do Partido.

As «Teses» chamam particularmente a atenção para quatro situações.

A primeira, as **células de empresa**. A diminuição de 259 células num total de 1534 células existentes na altura do X Congresso e uma diminuição da sua actividade.

Há factores objectivos para as dificuldades: reestruturação e encerramento de empresas, despedimentos de milhares de membros do Partido, degradação da situação social, repressão patronal. Há também factores subjectivos: menor atenção dada às células de empresa, tendência para a organização por local de residência, e outras.

É necessário revitalizar as células onde tenha amortecido a sua actividade, considerar a organização de células de empresa uma tarefa prioritária em numerosos casos e encontrar as formas de organização e actividade das células em correspondência com a situação concreta existente em cada empresa, particularmente em alguns casos de grave situação repressiva.

A segunda, as **Comissões Concelhias**. Há experiências diversas. De trabalho bom e responsável e de grandes dificuldades políticas e debilidades orgânicas. Para o desenvolvimento do Partido pode ser um factor decisivo encontrar as formas concretas e adaptadas às circunstâncias da organização e dinamização das Comissões Concelhias.

A terceira: a **composição etária do Partido**. Dada a estabilidade no Partido da grande maioria dos militantes e dado que os novos recrutamentos não compensaram as saídas do Partido, é inevitável que, passados cinco anos do X Congresso, a média etária seja superior.

Esta situação coloca como tarefa de primeiro plano o recrutamento de jovens para o Partido, sendo necessário que os jovens encontrem no Partido um ambiente aberto e tarefas aliciantes conformes com as suas aptidões e características próprias.

A quarta: o **número de mulheres comunistas**. A subida de percentagem de 21,6 para 22,9% dos efectivos do Partido é de assinalar. Porém manifestamente insuficiente. É necessária uma política que atraia as mulheres ao Partido e que, uma vez no Partido e nas tarefas que lhe sejam atribuídas, sintam que encontraram na vida novos motivos de afirmação própria, de confiança e de alegria.



A estrutura orgânica do Partido era até há poucos anos praticamente uniforme.

O extraordinário desenvolvimento da actividade partidária e as experiências adquiridas impuseram a necessidade de formas diversificadas de organização. Adquire particular importância a organização e a coordenação das **frentes de trabalho** (sindical, autarquias, trabalho camponês e outras) e também a **organização do Partido em empresas e sectores económicos de âmbito nacional**.

É problema cujo estudo necessita de ser aprofundado de forma a articular as novas linhas de direcção, coordenação e dinamização com a responsabilidade de direcção dos organismos da estrutura orgânica e fundamental.

A par destas tarefas é de reforçar o empenhamento e a participação dos membros do Partido na vida e actividade partidária, o recrutamento, o reforço geral da estrutura orgânica, a realização regular das Assembleias, a conexão da vida partidária com os problemas e a luta das massas populares.

A informação e propaganda

O trabalho de informação e propaganda ocupa um lugar de relevo na actividade do Partido. Ligam-se íntima e constantemente à acção política do Partido e é um dos seus instrumentos e expressões fundamentais.

A imprensa do Partido, a publicação de resoluções e outros documentos do Comité Central e outros organismos dirigentes, notas da SIP, comícios, sessões de esclarecimento, plenários, porta-a-porta, jornadas de organização e propaganda, campanhas eleitorais, festas do «Avante!», festas regionais, iniciativas culturais, convívios, tempos de antena, programas de vídeo, ecrans gigante, exposições — constituem um imenso trabalho que requiere preparação, especialização, criatividade, militância, e grandes recursos humanos, técnicos e financeiros.

Dando alto valor a qualquer destas formas de actividade é justo sublinhar, pelo vulto das realizações, a comunicação social do Partido, tendo o «Avante!» e outra imprensa como principal expressão, as campanhas eleitorais que constituem gigantescas realizações de massas e a Festa do «Avante!», — a maior iniciativa político-cultural do país, que, no ano corrente, depois de interrompida pela recusa do terreno através de uma sórdida operação, constituiu uma verdadeira vitória política e uma demonstração da exaltante militância, vitalidade e influência de massas do Partido.

É valioso o trabalho de informação e propaganda do Partido. E entretanto não corresponde inteiramente às necessidades da nossa intervenção.

Em primeiro lugar, pela desigualdade de meios, porque a campanha que se desenvolve contra o Partido dispõe de recursos financeiros praticamente inesgotáveis e utiliza meios colossais de desinformação com particular relevo para a RTP, estações de rádio e número incontável de órgãos de imprensa diária, semanal e mensal.

Em segundo lugar, porque existem problemas e insuficiências no nosso trabalho.

Há razões para felicitar o «Avante!» pela remodelação gráfica e de conteúdo realizada e o maior poder atractivo que dela resultou. Mas existem entre outros problemas que temos de resolver, a insuficiência de recursos materiais e humanos e dificuldade de responder simultaneamente à tarefa de noticiar e às exigências de um jornal semanário. São de estimular, pela ajuda que contêm, as observações e opiniões críticas dos militantes. Mas não a crítica sistemática daqueles que dizem constantemente mal do «Avante!» sem sequer se darem ao trabalho de o ler.

Temos também de elevar o papel de «O Militante». A diversificação dos assuntos, uma ligação mais estreita com as organizações do Partido, o tratamento mais aprofundado e mais geral das experiências que se vão verificando no trabalho partidário, são orientações indispensáveis.

Embora numa esfera de acção diferenciada da informação e propaganda, mas estreitamente relacionada com ela, é de sublinhar a **actividade editorial** que o Partido influencia e que membros do Partido dirigem. Os dados que as «Teses» divulgaram indicam por si sós a importância e o vulto desta actividade que se impõe continuar, assegurar e desenvolver.

O trabalho de informação e propaganda do Partido atingiu, no conjunto um elevado nível. Mas há dificuldades e deficiências que se impõe decididamente vencer.

Vencer as carências de direcção política, organizativa, técnica, de quadros, de estruturas e de rentabilidade.

Vencer insuficiências na direcção e coordenação nacional da informação e propaganda e ao mesmo tempo estimular e promover a descentralização da iniciativa.

Vencer manifestações de rotina e de auto-satisfação, perigos mortais para qualquer política de informação e propaganda, e estimular a criatividade e a audácia formal na comunicação às massas da mensagem do Partido.

Vencer as irregularidades e estrangulamentos na distribuição, de forma a contrariar a tendência para a baixa das tiragens e a alargar a expansão para o que pode contribuir a distribuição e a venda militante particularmente do «Avante!», além do mais porque os membros do Partido não podem ver no «Avante!» apenas um órgão que a eles se dirige, mas sim um instrumento

de informação, esclarecimento e convencimento que é necessário levar ao povo, levar às massas.

Vencer também as limitações financeiras que constituem sério obstáculo ao desenvolvimento de todos os aspectos da actividade partidária, e para isso só há um caminho: não só assegurar os recursos pelas formas habituais, como levar a cabo um trabalho árduo e imaginativo para aumentar as receitas.

Trabalho ideológico

A ofensiva ideológica dos inimigos da Revolução de Abril e do progresso social, utilizando novos e poderosos meios técnicos e a concentração capitalista e reaccionária no domínio da informação, dos meios audiovisuais, das editoras, do cinema, assumiu uma violência, uma agressividade e um poder de penetração nas massas como jamais se verificara. A ofensiva ideológica actuando sobre as consciências, tornou-se uma das principais armas do processo contra-revolucionário.

O Partido interveio activamente na batalha. Estudaram-se problemas fundamentais da sociedade portuguesa e apontaram-se propostas de solução. Identificaram-se as conquistas de Abril com os interesses populares e nacionais. Desmascarou-se a natureza de classe dos partidos da direita e a política capitulacionista do PS. Assumiu-se a defesa da independência nacional e do seu valor ante a submissão dos governos a interesses estrangeiros designadamente à supranacionalidade da CEE. Defendeu-se a identidade, a natureza de classe, a ideologia e os ideais do PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores ao serviço do povo e da pátria.

Registaram-se, entretanto, na batalha ideológica travada pelo Partido, atrasos na elaboração teórica, na planificação e continuidade do trabalho, nas áreas e diversificação dos temas, nas formas de intervenção, nos estímulos à iniciativa colectiva e individual.

Embora com desigualdade de meios é forçoso que o Partido, o movimento operário, as forças do progresso social não se confinem numa posição defensiva, antes ganhem a iniciativa na batalha ideológica.

Entre outras linhas de acção é necessário levar às massas as propostas avançadas no novo Programa e ganhar as massas para a sua realização.

É necessário reafirmar o PCP como o grande partido da classe operária, de todos os trabalhadores, do Povo português, como a única força política revolucionária inserida na realidade preparada para resolver os problemas do povo e do país.

É necessário explicar, expor e combater a exploração capitalista, a natureza de classe do sistema e os males da sociedade capitalista e desmascarar e desmistificar toda a elaborada teorização de uma reavaliação do capitalismo como sistema «regenerado», aliás com as velhas loas da «democratização do capital» e do «capitalismo popular», e capaz de resolver os problemas da sociedade e do homem.

É necessário explicar a complementaridade da democracia política, económica e social e cultural e desmistificar a apresentação da democracia burguesa, dos seus princípios, vícios e realidades, como um estádio insuperável da liberdade e da democracia.

É necessário enaltecer os grandes valores políticos, cívicos, culturais e nacionais de raiz popular, contribuir para a criação de uma geral mentalidade democrática e combater a mentalidade fomentada pelo capitalismo: o egoísmo, a indiferença pelos males sociais, o parasitismo, o enaltecimento pela capacidade de explorar os outros, da especulação e do fácil enriquecimento.

É necessário dizer permanentemente a verdade sobre o movimento operário, sobre a importância do projecto político dos comunistas, sobre as transformações de alcance histórico realizadas nos países socialistas, sobre o sentido histórico da evolução mundial para a libertação dos trabalhadores e dos povos de todas as formas de exploração e opressão.

Camaradas:

A vida confirma que o PCP é o único partido que, com firmeza e coerência, defende os interesses dos trabalhadores, do povo e do país e o regime democrático criado com a Revolução de Abril.

A vida confirma que o Povo português tem no PCP a única força política que em todas e quaisquer circunstâncias estará sempre a seu lado.

A vida confirma que sem o PCP não é possível uma verdadeira alternativa democrática.

Por isso, a vida confirma também que o PCP é um partido necessário, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa.

O PCP é um partido de palavra, um partido que fala sempre verdade ao povo. Por isso é um partido no qual o povo pode confiar.

Este nosso XII Congresso será um importante passo para que o PCP reforce as suas fileiras, intensifique a sua acção, estreite mais e mais a sua ligação aos trabalhadores e às massas populares e dê uma contribuição decisiva para o futuro democrático, progressista e independente de Portugal.

Viva o XII Congresso!

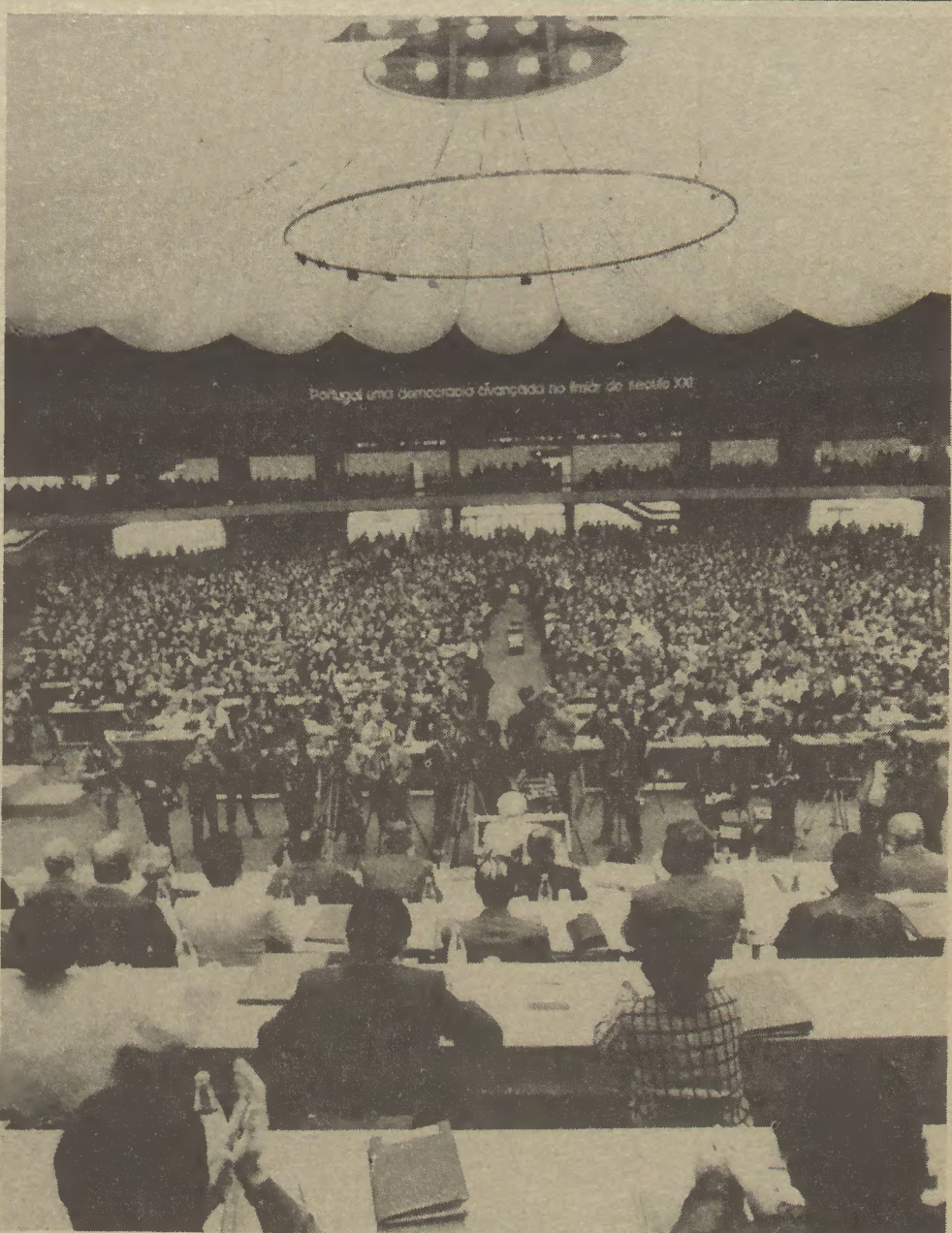
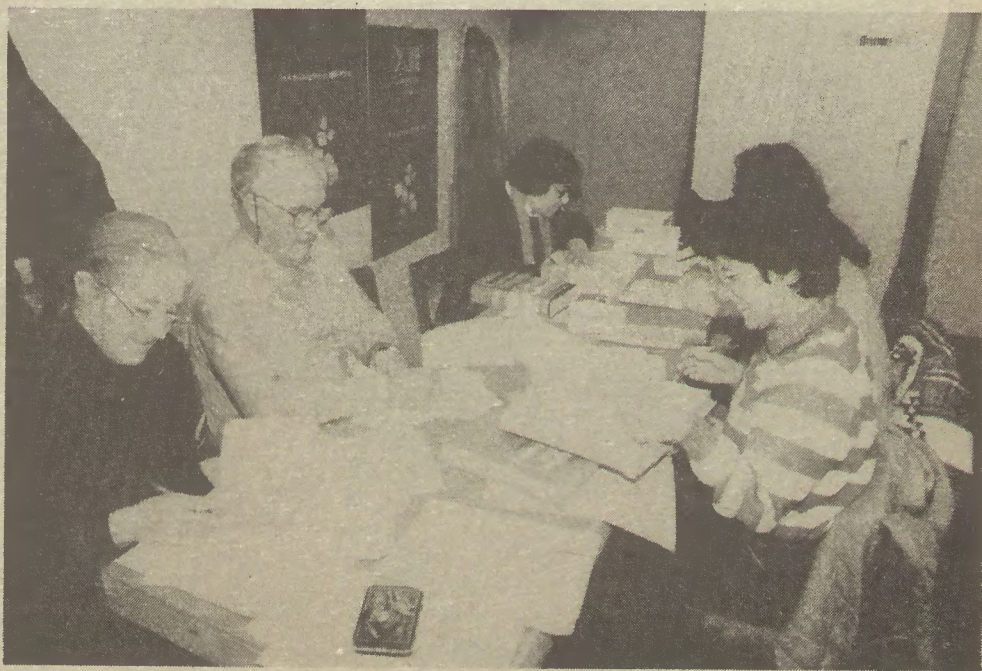
Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas!

Viva Portugal de Abril!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o Partido Comunista Português!



XII
congresso
PCP
*com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI*



Dossier

 **Avante!**

Ano 58 — Série VII
N.º 780

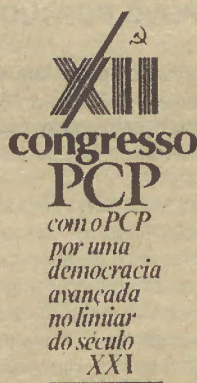
5 de Dezembro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

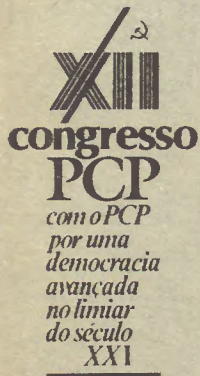
Programa do PCP

**Portugal:
uma democracia avançada
no limiar do século XXI**



Estatutos do PCP

Documentos aprovados no XII Congresso do Partido Comunista Português



Programa do PCP

Introdução

1. Os objectivos supremos do Partido Comunista Português, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, são a construção em Portugal do socialismo e do comunismo, que acabarão com a exploração do homem pelo homem e proporcionarão ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, o respeito pela pessoa humana, a cultura, a igualdade e a felicidade. Estes objectivos inspiram toda a actividade do Partido desde a sua fundação em 6 de Março de 1921.

2. Nos seus objectivos, na sua luta, na sua acção quotidiana, nas suas posições e relações internacionais, o PCP tem a inspirar-lo, como valores permanentes, os interesses e direitos dos trabalhadores e de todo o povo português, os interesses nacionais de Portugal e a causa universal da libertação dos trabalhadores e dos povos cujas vitórias e avanços constituem uma das características fundamentais da época que vivemos.

A evolução mundial tem mostrado uma identificação cada vez mais profunda dos interesses populares e nacionais de cada país com a causa universal da paz, do progresso social, da libertação da humanidade do domínio imperialista e da exploração capitalista.

Ao serviço do povo português e de Portugal, o PCP afirma-se como um partido democrático e patriótico pronto à acção comum com todas as outras forças democráticas e patrióticas.

Força integrante do movimento comunista internacional e participante na grande frente mundial das forças revolucionárias — países socialistas, movimento operário dos países capitalistas, movimento nacional libertador, países progressistas — o PCP pauta as suas posições e relações externas pelos princípios do internacionalismo proletário, da cooperação fraterna e da solidariedade recíproca.

Partido marxista-leninista, portador da experiência e dos valores do seu passado de que se orgulha e que o enriquece, força política essencial no presente em que se afirma, o PCP é um partido voltado para o futuro.

3. Criação da classe operária portuguesa e tendo nos trabalhadores as suas mais profundas raízes, o PCP, forçado à clandestinidade durante 48 anos de ditadura fascista, dando provas ímpares de dedicação, combatividade e heroísmo, contando com a intervenção combativa dos intelectuais, da juventude e das mulheres, foi a grande força da resistência antifascista e da luta pelas liberdades, a democracia, a independência nacional e a paz.

Estreitamente ligado à classe operária e a todos os trabalhadores, às massas populares, às forças progressistas, foi a principal força política propulsora das históricas transformações realizadas pela revolução de Abril e da fundação do novo regime democrático que as consagrou.

É o único grande partido que, com firmeza e coerência, com os trabalhadores e as massas populares, com democratas das mais variadas tendências, defende as conquistas de Abril e faz frente ao processo contra-revolucionário desencadeado a partir de 1976.

4. Atento às realidades, aos graves problemas com que se debate o país e à necessidade de os solucionar, o PCP propõe ao povo português o Programa de **uma democracia avançada no limiar do século XXI** — um regime de liberdade, um Estado democrático, o desenvolvimento assente numa economia mista, uma política social garantindo a melhoria das condições de vida do povo, uma política de cultura, uma pátria independente e soberana com uma política externa de paz, amizade e cooperação.

Profundamente empenhado na luta do presente e apontando os objectivos de luta a curto e médio prazo de acordo com a situação concreta existente, o PCP, examinando o futuro de Portugal com um mais largo horizonte, proclama que o fim da exploração do homem pelo homem, da opressão, das desigualdades sociais, só poderá ser alcançado quando for abolido o capitalismo e for instaurada e construída em Portugal uma sociedade socialista.

A luta pela democracia avançada no limiar do século XXI, que permitirá resolver muitos dos mais graves problemas nacionais existentes e que contem elementos e valores necessários e válidos para um largo período histórico, é para o PCP parte constitutiva da luta pelo socialismo.

5. Os objectivos de luta do PCP correspondem a interesses fundamentais da maioria esmagadora da população. Eles contrariam apenas os interesses e a política dos monopólios, dos grandes capitalistas, dos grandes agrários, de sectores da média burguesia associados ao grande capital, de sectores económica e socialmente parasitários, de clientelas dos partidos reacçãoários e conservadores e ainda os interesses do imperialismo contrários aos interesses nacionais.

A classe operária, cuja composição se modifica e cujos limites tendem a alargar-se com a evolução do capitalismo, com a aplicação das conquistas da revolução científico-técnica à produção, com o processo de proletarianização, confirma com a luta o seu papel de força social determinante no processo de transformação democrática e progressista da sociedade portuguesa.

Na política e na transformação democrática da sociedade que o PCP propõe ao povo português estão objectivamente interessados, não apenas a classe operária e todos os trabalhadores, mas os pequenos e médios agricultores, os intelectuais, os quadros técnicos, os pequenos e médios comerciantes e industriais. Estão igualmente interessados as mulheres, a juventude, os reformados e pensionistas, e os deficientes que intervêm na vida nacional como forças sociais com aspirações e objectivos específicos.

O sistema de alianças sociais envolve todas estas classes e forças e as suas organizações unitárias próprias, e nele desempenha papel básico a aliança da classe operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores). O sistema de alianças político-partidárias envolve todas as organizações e partidos democráticos que, nos seus objectivos e na sua prática, defendam os interesses e aspirações dessas classes e forças. O sistema de alianças admite também, com objectivos concretos e conjunturais, convergências e acções de um quadro social e partidário eventualmente mais amplo.

A integração de Portugal na CEE e as suas decisões supranacionais, tendo como resultante o crescente domínio da economia portuguesa pelas multinacionais e a subalternização dos interesses portugueses a interesses estrangeiros, cria condições susceptíveis de favorecer e alargar ainda mais o sistema de alianças.

No quadro das suas responsabilidades para com o povo e o país, o PCP considera como tarefa inseparável dos seus objectivos políticos e sociais, da consolidação de uma política democrática e da solução dos problemas nacionais, actuar para a unidade da classe operária, para a unidade das várias classes e camadas sociais objectivamente interessadas no desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa, para a convergência e a unidade das forças democráticas.

6. Na defesa dos interesses do povo e do país, na consolidação e construção do regime democrático, o PCP desempenha na sociedade portuguesa um papel necessário, indispensável e insubstituível.

I A REVOLUÇÃO DE ABRIL REALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO PORTUGUÊS

A revolução de Abril constitui um dos mais importantes acontecimentos nos oito séculos da história de Portugal.

A revolução de Abril constitui uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional.

A revolução de Abril, culminando uma longa e heróica luta da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares e das forças democráticas, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, pôs fim à guerra colonial reconhecendo aos povos em luta, há séculos submetidos ao colonialismo português, o direito à completa e imediata independência, alterou profundamente o enquadramento de Portugal na cena internacional e realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que abriram na vida do país um novo período da sua história marcado pela liberdade e pelo progresso social.

Revoluções tão profundas não se resumem a um acto revolucionário: constituem um processo que pode ser mais ou menos demorado e acidentado.

A revolução de Abril é uma revolução inacabada. As suas conquistas e valores continuam presentes na vida nacional e são essenciais ao futuro democrático de Portugal.

1. A ditadura fascista

1. Os quarenta e oito anos de ditadura fascista constituem um dos períodos mais sombrios da história de Portugal.

A ditadura fascista criou um Estado totalitário e um monstruoso aparelho policial de espionagem e repressão políticas actuando em todos os sectores da vida nacional, privando o povo português das mais elementares liberdades.

A história da ditadura é uma história de perseguições, de prisões, de torturas, de condenações, de assassinatos daqueles que ousavam defender os direitos do povo, protestar, lutar pela liberdade e por melhores condições de vida e de trabalho.

Utilizando a força coerciva do Estado, a ditadura fascista impulsionou a centralização e a concentração de capitais, a formação de grupos monopolistas que se tornaram donos e dirigentes de todos os sectores fundamentais da economia nacional, acumulando grandes fortunas assentes na sobre-exploração, nas privações, na miséria e na opressão do povo português e dos povos das colónias portuguesas.

A ditadura fascista impôs aos trabalhadores formas brutais de exploração, sacrificou gerações de jovens em treze anos de guerras coloniais, forçou centenas de milhar de portugueses à emigração agravou as discriminações das mulheres e dos jo-

vens, a subalimentação de grande parte da população, o obscurantismo, o analfabetismo, a degradação moral da sociedade.

Defendendo os interesses dos latifundiários e de outros grandes proprietários rurais, a ditadura fascista acelerou o processo de concentração da propriedade agrícola, acentuou o carácter obsoleto das estruturas agrárias, condenando a agricultura portuguesa ao atraso e à estagnação e os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores a uma vida de miséria e dificuldades.

A ditadura fascista agudizou as selváticas condições de exploração dos povos das colónias portuguesas negando-lhes os mais elementares direitos, pilhando as riquezas naturais, abafando com o terror quaisquer reclamações e sentimentos nacionais e finalmente desencadeando guerras coloniais quando os povos se ergueram em luta na defesa dos seus justos direitos e pela conquista da sua independência.

A ditadura fascista agravou ainda mais os laços de dependência de Portugal em relação ao imperialismo e, a troco do apoio externo ao regime, promoveu a associação dos grupos monopolistas portugueses com os monopólios estrangeiros e entregou ao imperialismo sectores da economia que este ainda não dominava.

A ditadura fascista realizou uma política externa de conluio com os regimes mais reacçãoários, de apoio directo à sublevação fascista em Espanha, de cooperação com a Alemanha nazi e a Itália fascista, de concessões militares que levaram ao estabelecimento de bases estrangeiras no território português, de subserviência ante as grandes potências imperialistas e de alinhamento com a política de guerra dos seus círculos mais agressivos e reacçãoários, de ódio e apelo à agressão contra a URSS e outros países socialistas.

2. Conforme definiu o Programa do PCP aprovado em 1965, o regime fascista foi uma ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários — ditadura frontalmente contrária aos interesses do povo português e de Portugal.

A natureza de classe da ditadura fascista e as características específicas das estruturas socioeconómicas e das classes sociais, o facto de, em Portugal, um ritmo lento de desenvolvimento das forças produtivas coexistir com um elevado grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas, e também o facto de Portugal ser simultaneamente um país colonialista e um país dominado pelo imperialismo — tornaram inseparáveis o objectivo do derrubamento da ditadura fascista e da instauração da democracia política e o objectivo da transformação revolucionária das estruturas económicas, sociais e culturais e da defesa da soberania e independência nacionais.

3. Na base da análise da realidade nacional, o PCP, no Programa aprovado no VI Congresso realizado clandestinamente em 1965, nove anos antes do 25 de Abril, definiu a natureza e objectivos fundamentais da revolução antifascista — **uma revolução democrática e nacional**.

«**Democrática** — proclamava o Programa — porque acabará com a tirania fascista, instaurará a liberdade política, porá termo ao domínio da oligarquia financeira, defenderá os interesses populares, realizará uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa».

«**Nacional** — porque, acabando com o domínio imperialista em Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país».

2. O Programa do PCP para a revolução democrática e nacional

O Programa do PCP para a revolução democrática e nacional, aprovado no VI Congresso realizado em 1965 constava de oito pontos ou objectivos fundamentais:

- 1.º — Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
- 2.º — Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
- 3.º — Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
- 4.º — Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral;
- 5.º — Democratizar a instrução e a cultura;
- 6.º — Libertar Portugal do imperialismo;
- 7.º — Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência;
- 8.º — Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O Programa sublinhava a interdependência destes objectivos. «Pode admitir-se — observava o Programa — que alguns dos oito objectivos enunciados só numa etapa ulterior da revolução venham a ser completamente realizados. Mas sem a realização de todos eles a revolução democrática e nacional não estará acabada e não estará assegurado o desenvolvimento económico e independente da sociedade portuguesa».



A revolução de Abril, no seu desenvolvimento comprovou o acerto desta prevenção.

3. A revolução de Abril

1. No seu processo original, acidentado, pleno de contradições na arrumação das forças de classe e no sistema de alianças sociais e políticas, a revolução de Abril — desencadeada pelo heróico levantamento militar do MFA (Movimento das Forças Armadas) logo seguido por um levantamento popular — confirmou que os objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional definidos pelo PCP correspondiam, não apenas a condições objectivas da sociedade portuguesa e às necessidades do desenvolvimento económico, do progresso social e do melhoramento das condições de vida da população, mas também à vontade do povo português.

No processo que se desenvolveu em 1974-75 e que conduziu à fundação e instituição do regime democrático consagrado na Constituição da República aprovada em 2 de Abril de 1976 pela Assembleia Constituinte, a revolução de Abril transformou profundamente a realidade nacional e o posicionamento de Portugal no mundo.

2. A revolução de Abril:

- **Instaurou liberdades democráticas fundamentais** e direitos básicos dos cidadãos.
- **Instaurou a liberdade sindical** e o direito de organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, o direito de contratação e negociação colectivas, o direito à greve, o controlo de gestão, o direito de participação das associações sindicais na gestão da segurança social e na elaboração da legislação do trabalho.
- **Pôs fim à guerra colonial** e deu uma contribuição directa para a independência de povos secularmente submetidos ao colonialismo português, criando condições historicamente únicas para o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com esses povos.
- **Instituiu uma democracia política** de que são elementos básicos a separação, interdependência e complementaridade dos órgãos de soberania, os princípios da igualdade de direitos dos cidadãos, o papel dos partidos políticos, o sufrágio universal e o princípio da proporcionalidade no sistema eleitoral, o poder local democrático e a autonomia regional nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.
- **Liquidou o capitalismo monopolista de Estado**, os grupos monopolistas portugueses e o seu domínio sobre a economia, a política e a vida nacionais, criando com as nacionalizações um sector básico da economia portuguesa liberto de interesses privados e em condições de dinamizar o desenvolvimento económico nacional.
- **criou condições para a realização de profundas transformações económicas, sociais e culturais nos campos**, nomeadamente através da **Reforma Agrária**, com a expropriação das terras dos latifúndios e a formação de novas unidades de exploração — UCP's/Cooperativas; do alargamento dos **direitos dos rendeiros** (lei do arrendamento rural); da proibição dos regimes de aforamento, colónia e parceria agrícola; do **reconhecimento da posse, gestão e fruição dos baldios pelos povos**; da dinamização do cooperativismo; da criação de condições para que as infra-estruturas dos organismos corporativos da lavoura liquidados e dos organismos de coordenação económica pudessem ser utilizados como instrumento do desenvolvimento agrícola.

— **Consagrou legalmente e promoveu a igualdade de direitos do homem e da mulher e os direitos dos jovens.**

— **Promoveu o melhoramento das condições de vida do povo**, institucionalizando o salário mínimo nacional, as reformas e as pensões mínimas, o direito à segurança social para largos sectores da população, o alargamento do direito a 30 dias de férias, do subsídio de férias, do 13.º mês e da licença por parto, a redução do horário de trabalho, a protecção no desemprego, o reconhecimento dos direitos dos deficientes e dos idosos; realizando transformações progressistas no ensino, na saúde, na cultura e no desporto que representaram passos importantes no caminho da sua democratização; assegurando importantes avanços no domínio de infra-estruturas e equipamentos sociais.

— **Pôs fim ao isolamento internacional do país** e à sua inteira submissão à política do imperialismo, estabelecendo relações diplomáticas de Portugal com os países socialistas, diversificando as relações externas e abrindo assim caminho a uma política externa de paz e cooperação.

3. Trata-se de grandes realizações e conquistas do povo português que imprimiram ao novo regime democrático português as suas características fundamentais.

Para além do seu significado histórico no plano nacional, a revolução de Abril representou um relevante acontecimento na história revolucionária da Europa nas últimas décadas, com importantes repercussões internacionais.

A conquista e instauração das liberdades, dos direitos dos cidadãos e de um regime de democracia política foi, no processo da revolução portuguesa, inseparável da liquidação do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, através das nacionalizações e da Reforma Agrária e das outras reformas das estruturas socioeconómicas.

Não se tratou de medidas voluntaristas pretendendo «queimar etapas» da revolução sem ter em conta a realidade nacional. Nas condições existentes e perante a conspiração, a sabotagem e as tentativas de golpes de força de sectores reacionários apoiados pelos grandes capitalistas e pelos agrários, as grandes reformas estruturais não só criaram uma base nova e promissora para o desenvolvimento económico e social, como foram necessárias para a defesa das liberdades e da democracia nascente.

A transformação revolucionária das estruturas socioeconómicas e das instituições políticas, a acção determinante das massas populares em movimento, o reconhecimento e definição de direitos pela Constituição e pela legislação democrática, foram simultaneamente resultantes e factores de profundas mudanças nos conceitos, nos comportamentos sociais e éticos, nas mentalidades. A revolução de Abril foi também uma revolução na consciência dos portugueses.

4. A classe operária, as massas populares e os militares progressistas — os «capitães de Abril» — unidos na aliança Povo-MFA, desempenharam papel fundamental em todas as conquistas democráticas.

O PCP foi em todo este processo uma força política essencial e determinante. O seu papel na revolução de Abril e na fundação do regime democrático inscreveu-se com letras de ouro na sua história.

4. Factores negativos no processo revolucionário

1. O avanço e a continuação do processo democrático da revolução de Abril foram entretanto comprometidos, interrompidos e paralisados devido a múltiplos factores designadamente: a

inexistência de um poder político com um projecto comum, um programa definido e o empenho em realizá-los; a incapacidade para uma rápida estruturação global de um Estado democrático; as divisões, os conflitos e ulteriormente os confrontos no MFA permitindo a retomada progressiva de posições nas Forças Armadas por elementos conservadores e revanchistas; a colaboração do PS e de sectores democráticos do MFA com os sectores mais conservadores e golpistas no novo quadro do poder; o esquerdismo bem como fortes tendências e correntes de radicalismo no campo democrático, incluindo em organizações do Partido, dificultando a concretização de uma vasta aliança com todas as forças sociais e políticas antimonopolistas; as formas directas e indirectas de apoio à reacção interna, ingerência e pressão financeira, económica, política e diplomática do imperialismo.

O conjunto de todos estes e outros factores inseriu no processo revolucionário profundas contradições, conduziu a uma acentuada irregularidade, a uma instabilidade crescente, e a variações constantes da correlação de forças e abriu caminho ao desencadear de um processo contra-revolucionário, ao avanço paulatino das forças reacionárias e conservadoras no novo sistema de poder em processo de formação, e a alianças políticas que viriam a culminar no golpe de 25 de Novembro cujas consequências principais foram a liquidação de facto do MFA como «braço armado da revolução» e garante militar das suas conquistas e realizações e uma negativa alteração na correlação de forças no plano político.

Os trabalhadores e amplos sectores sociais postos em movimento pela revolução e empenhados na sua defesa contaram com apoios no Governo e nas Forças Armadas, mas, salvo raros momentos, não contaram nem com o Governo nem com as Forças Armadas, pois naquele e nestas havia profundas diferenças de opinião e agudos conflitos.

2. A revolução portuguesa apresenta como valiosa experiência o facto de que, numa situação revolucionária, mesmo não dispondo do poder político, as massas populares em movimento podem transformar profundamente a sociedade, empreender e realizar profundas reformas das estruturas socioeconómicas, influenciar e condicionar o comportamento do poder político e contribuir para a consagração legal dos avanços revolucionários.

Os anos posteriores mostram também a extraordinária capacidade das massas para resistir à contra-revolução mesmo que desencadeada e desenvolvida pelo poder político.

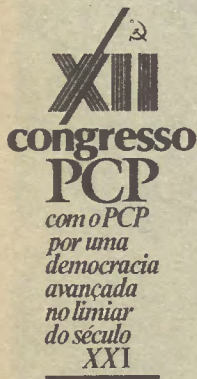
Mas a experiência confirma também que a questão do poder político acaba por determinar o curso da política nacional.

5. O processo contra-revolucionário

A partir de 1976 em manifesto desrespeito pela Constituição da República e pela legalidade democrática, a política de sucessivos governos com composições partidárias diversas (PS sozinho, PS/CDS, PSD/CDS, PS/PSD, PSD), assim como alguns dos chamados governos «de iniciativa presidencial», adoptaram como objectivo estratégico e linha de força de todas as políticas sectoriais, a restauração dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista, com a sua dinâmica de exploração.

O desenvolvimento da acção governativa desde 1976 com as ofensivas correspondentes aos seus objectivos é contrariando o processo histórico merece assim plenamente a classificação de processo contra-revolucionário.

2. **A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores** foi de confronto permanente e traduziu-se numa política sistemática de descida do valor real dos salários e das pensões de reforma, de aumentos dos preços, da contenção dos salários, de fixação de tectos salariais, do alargamento dos contratos a prazo e de outras formas de precarização do emprego, de congelamento da contratação e limitações a negociação colectiva, de estímulo aos salários em atraso, de despedimentos colectivos e sem justa



causa, de limitações às liberdades sindicais, da repressão nas empresas, de discriminações para com as mulheres e os jovens, do encarceramento e degradação dos serviços de saúde, de habitação, do ensino e da justiça.

A ofensiva contra as nacionalizações e outros sectores não capitalistas com vista à restauração do capital financeiro e do grande capital monopolista traduziu-se na entrega ao patronato de empresas intervencionadas, cooperativas e empresas em autogestão, na abertura ao capital privado de sectores nacionalizados e de parte do capital de empresas públicas, na entrega aos capitalistas de indemnizações, sectores rentáveis de empresas públicas e participações do Estado, na nomeação como gestores de agentes da restauração monopolista e na não nomeação dos membros eleitos pelos trabalhadores, nas discriminações desfavoráveis às empresas nacionalizadas e directamente proveitosas ao grande capital, nas políticas de crédito, de investimento, de preços e de comércio externo (incluindo o endividamento em moeda estrangeira para fazer face à dívida externa) na utilização dos mecanismos fraudulentos da Bolsa para esbulhar as pequenas economias.

A ofensiva contra a Reforma Agrária com vista à restauração do latifúndio traduziu-se no acumular de sucessivas acções ilegais e violentas contra os trabalhadores, no roubo às UCP's/Cooperativas e entrega aos agrários de terras, gados, máquinas, instalações e colheitas, na liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho, no bloqueio legislativo, financeiro e técnico, no desrespeito e afrontamento às decisões judiciais. Ao mesmo tempo agrava-se a situação económica das pequenas e médias explorações e sucedem-se as tentativas de liquidar os direitos dos rendeiros alcançados com a Lei do Arrendamento Rural e os direitos dos povos alcançados com a Lei dos Baldios e de fomentar a concentração da propriedade agrícola (planos de emparcelamento, facilidades às multinacionais e outras formas).

Todas estas ofensivas visando a restauração monopolista e latifundistas constituíram **uma verdadeira cruzada de espolações e de acumulação e centralização forçadas**, transferindo para as mãos dos grandes capitalistas a posse de capitais e de meios de produção.

As ofensivas contra as grandes transformações democráticas das estruturas socioeconómicas foram acompanhadas sistematicamente pelo reforço do aparelho especial de repressão, pelo controlo crescente da comunicação social, por medidas limitativas de liberdades dos cidadãos e por tentativas para subverter princípios e instituições essenciais do edifício da democracia política portuguesa como o Poder Local democrático, o princípio da proporcionalidade da representação, o direito à greve, o direito à organização e acção sindical nas empresas pela privatização de serviços, património, e equipamento e recursos públicos.

Paralelamente às ofensivas no domínio económico, social e político, as forças e os governos de direita desenvolveram também uma intensa ofensiva nas esferas da cultura, das mentalidades e da ideologia contra os valores, os ideais e as realizações democráticas e progressistas.

Os interesses, a independência e a soberania nacionais foram profundamente afectados pela política contra-revolucionária, uma vez que gravosas concessões ao imperialismo no domínio económico, político, diplomático e militar constituíram e constituem elementos dessa mesma política. Na situação específica de Portugal, a integração na CEE inseriu-se nos planos de restauração do capitalismo monopolista e de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático português consagrado na Constituição.

Os novos condicionalismos externos e graves limitações ao poder de decisão do país em importantes domínios da economia portuguesa (agricultura, pescas, indústria, comércio externo) resultantes da integração na CEE foram não só aceites mas procurados e intencionalmente agravados pelo grande capital e por sucessivos governos com o objectivo de acelerar o processo de liquidação das conquistas da revolução de Abril e de restauração do capitalismo monopolista e de acorrentar irremediavelmente Portugal ao sistema capitalista internacional. A política de restauração monopolista, latifundista e imperialista assume o carácter de uma política antinacional.

A política de restauração monopolista com as ofensivas contra as conquistas de Abril não só não conduziu à «recuperação económica» conforme era prometida, como teve consequências extraordinariamente gravosas na situação económica do país. O aparelho produtivo foi desorganizado. As actividades produtivas retraídas. Importantes empresas, que deveriam ter um papel motor no desenvolvimento, foram sacrificadas. Muitas outras foram encerradas. Os grandes projectos nacionais de desenvolvimento foram abandonados. Os recursos financeiros foram desbaratados em indemnizações, créditos a fundo perdido e benesses aos grandes capitalistas. A agricultura ficou estagnada e em crise e milhares de hectares roubados à Reforma Agrária voltaram ao abandono. Multiplicaram-se as actividades parasitárias e especulativas gerando o rápido enriquecimento de alguns à custa dos trabalhadores e absorvendo e consumindo grande parte dos recursos nacionais. Firmaram-se acordos capitulacionistas com o FMI. A dívida externa subiu a um nível incomportável para os

recursos nacionais. Agravaram-se as posições dominantes do imperialismo na economia portuguesa.

3. O facto de, após 12 anos de sucessivos planos e ofensivas contra-revolucionárias, os governos, apesar dos golpes que assestaram nas conquistas democráticas de Abril, não terem conseguido a sua liquidação, deve-se à luta vigorosa, constante e determinada dos trabalhadores — com destacado papel do movimento sindical unitário organizado na CGTP-IN — de amplos sectores sociais e das forças democráticas mais consequentes que, em diversos momentos cruciais, conseguiram derrotar planos em curso e constitui uma demonstração na vida da profundidade das transformações democráticas realizadas e da correspondência das conquistas de Abril com necessidades objectivas de carácter económico e social.

4. As ofensivas contra as conquistas de Abril e a firme luta do povo português na sua defesa tiveram a caracterizá-las, por um lado, o constante desrespeito e violação por parte de sucessivos governos das leis e da Constituição e, por outro lado, o desenvolvimento da luta popular em estrita observância da legalidade.

A Constituição da República e a legalidade afirmaram-se como obstáculos reais a uma política que visa subverter o regime democrático instaurado com a revolução de Abril. A tentativa de ultrapassar a legalidade constitucional fazendo aprovar leis inconstitucionais e a ruptura institucional através de uma revisão subversiva da Constituição inserem-se nos planos de restauração do capitalismo monopolista de Estado.

A par da luta diária em defesa dos interesses do povo e do país e das conquistas democráticas, a defesa da Constituição da República e dos seus princípios essenciais tornou-se um dos objectivos centrais da luta dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas.

6. A integração na CEE — condicionalismos externos da democracia portuguesa

1. A integração de Portugal na CEE, contra a qual o PCP justamente lutou, é globalmente prejudicial aos interesses nacionais e criou novos obstáculos e novos condicionalismos a uma política conforme com o regime democrático criado pela revolução de Abril e inscrito na Constituição da República.

As pressões sofridas por motivo da participação na NATO e das fortes posições do imperialismo estrangeiro na economia portuguesa, acrescem os condicionalismos à independência e soberania nacionais decorrentes da integração de Portugal na CEE, não só pelo carácter supranacional de muitas das decisões comunitárias, como por tratados e acordos firmados pelo Governo português, sem acautelar no mínimo os interesses nacionais.

Assim, a realização de uma política democrática ao serviço do povo português e de Portugal é condicionada neste fim de século por factores externos alheios e em muitos aspectos contrários aos interesses, às necessidades, às aspirações e à vontade do povo português.

Independentemente da evolução a mais logo prazo da CEE — da agudeza das suas contradições internas, do posicionamento dos países membros, das atitudes que Portugal vier a assumir — a integração de Portugal na CEE é uma nova realidade na situação portuguesa que tem de ser tida necessariamente em conta na definição de uma política nacional e democrática neste final do século XX.

2. Uma política ao serviço do povo português e de Portugal tem de conjugar a firme defesa dos interesses nacionais com orientações e actuações internas e externas que visem por um lado minimizar os condicionalismos e consequências negativas da integração e por outro lado utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades abertas pela integração na CEE.

A internacionalização da economia, a divisão internacional do trabalho e os processos de integração correspondem, neste final do século XX, a leis objectivas do desenvolvimento não exclusivas do capitalismo. Tais processos podem servir os monopólios e as transnacionais, ou podem servir os povos. É direito inalienável de cada povo lutar num tal quadro em defesa dos seus interesses e direitos.

3. Nada obriga Portugal, nem mesmo os tratados de integração, a ter as mesmas estruturas socioeconómicas dos outros países da CEE — organização que se caracteriza pelo reforço da dominação e articulação dos Estados dominados pelo grande capital, dos monopólios e das transnacionais. Nada obriga Portugal a aceitar a posição de Estado subalterno. O povo português tem e deverá sempre ter o pleno direito de decidir do seu próprio destino e de escolher os caminhos que entender mais conformes com os seus interesses e aspirações.

7. As conquistas de Abril no futuro democrático de Portugal

1. A revolução de Abril representou um extraordinário progresso da sociedade portuguesa. As grandes e históricas vitórias da revolução de Abril criaram condições para um dinâmico de-

envolvimento económico, social, político e cultural conforme com a situação, os interesses, as necessidades e as aspirações do povo português e de Portugal.

Apesar da resistência das forças reaccionárias e das grandes pressões externas (políticas, diplomáticas, económicas, financeiras, militares) a revolução portuguesa mostrou conter em si a força e as potencialidades necessárias para a eliminação de muitas das mais graves desigualdades, discriminações e injustiças sociais e para a construção de uma nova sociedade democrática.

O processo contra-revolucionário adiou a concretização de tal perspectiva. Mas muitas das conquistas da revolução de Abril marcam o regime democrático português e a realidade nacional com traços que, apesar da integração na CEE, dos novos condicionalismos externos que a integração coloca e das indefinições resultantes da revisão da Constituição, os diferenciam, no presente e na perspectiva de desenvolvimento, dos outros países capitalistas da Europa.

A Constituição da República, aprovada e promulgada em 1976 e revista em 1982, que as forças da direita, combateram desde sempre e procuram subverter, contém (no que respeita às liberdades e direitos dos cidadãos, ao poder político, à organização económica, aos direitos sociais e ao próprio projecto de sociedade) soluções não só válidas como necessárias a um regime democrático em Portugal.

2. Quaisquer que sejam os êxitos da ofensiva antidemocrática e do processo contra-revolucionário, a democracia correspondente às aspirações populares e às necessidades nacionais exige tanto o reconhecimento formal como a garantia efectiva do pleno exercício das liberdades e da plena satisfação dos direitos políticos e sociais dos cidadãos. Exige a organização do poder político de molde a prevenir e a impedir actuações ilegais e arbitrários dos órgãos respectivos e a assegurar a participação popular nas decisões da política nacional. Exige que a direcção e as alavancas fundamentais da vida económica nacional não estejam nas mãos do capital monopolista nem das transnacionais e submetidas aos seus interesses, antes estejam ao serviço dos interesses do país. Exige um salto qualitativo no desenvolvimento e na dinamização da agricultura, incompatível com a agricultura do latifúndio e com a situação de abandono dos pequenos e médios agricultores. Exige o melhoramento das condições de vida materiais e culturais do povo português. Exige a democratização de toda a vida económica, social, política e cultural do país. Exige a afirmação e a prática de uma política de independência nacional de que é inseparável uma política democrática.

3. Os grandes valores da revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projectam-se como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

A democracia avançada no limiar do Século XXI que o PCP propõe ao povo português surge na continuidade histórica do programa da revolução democrática e nacional definido e aprovado em 1965 e dos ideais, conquistas e realizações de valor igualmente histórico da revolução de Abril.

II

PORTUGAL: UMA DEMOCRACIA AVANÇADA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

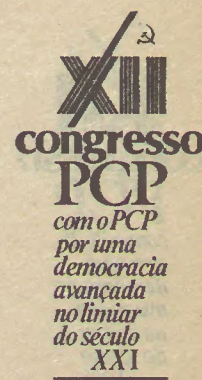
1. No ideal dos comunistas, **a democracia é simultaneamente política, económica, social e cultural:**

— **democracia política** baseada na soberania popular, na eleição dos órgãos do Estado do topo à base, no pluralismo de opinião, a organização política, nas liberdades individuais e colectivas e na intervenção e participação directa do povo na vida política;

— **democracia económica** baseada na subordinação do poder económico ao poder político democrático, na propriedade social dos sectores básicos e estratégicos da economia, bem como dos principais recursos naturais, na planificação democrática da economia, na coexistência de formações económicas diversas, no controlo de gestão e na intervenção e participação efectiva dos trabalhadores na gestão das empresas públicas e de capitais públicos;

— **democracia social** baseada na garantia efectiva dos direitos dos trabalhadores, do direito ao trabalho e à sua justa remuneração e de dignas condições de vida a todos os cidadãos, e no acesso generalizado e em condições de igualdade aos serviços e benefícios sociais, designadamente no domínio da saúde, ensino, habitação, segurança social, cultura física e desporto e tempos livres;

— **democracia cultural** baseada no efectivo acesso das massas populares à fruição da cultura e na liberdade e apoio à criação cultural.



2. Um regime democrático tem de assumir a responsabilidade de resolver os mais graves problemas nacionais e de responder com êxito aos grandes desafios que se colocam a Portugal no fim do século XX.

A democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português, contém **seis componentes ou objectivos fundamentais**:

1. **um regime de liberdade** no qual o povo decida do seu destino;
2. **um Estado democrático**, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente;
3. **o desenvolvimento económico assente numa economia mista**, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do país;
4. **uma política social** que garanta a melhoria das condições de vida do povo;
5. **uma política cultural** que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;
6. **uma pátria independente e soberana** com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

1. Um regime de liberdade

1. A democracia política, embora intimamente articulada com a democracia económica e social, possui um valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.

Porque foi privado da liberdade durante 48 anos de ditadura fascista, porque a conquistou e passou a vivê-la com o 25 de Abril, o povo português conhece o valor da liberdade e não quer mais perdê-la. Pertença do povo e do indivíduo, a liberdade é um elemento básico essencial da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.

São pressupostos de um regime de liberdade a existência de condições materiais e culturais para o seu exercício, a igualdade de direitos, deveres e oportunidades dos cidadãos, sem discriminações designadamente por motivo do sexo, de raça, de convicções políticas, de crenças religiosas, de situação económica e de condição social.

São elementos de um regime de liberdade:

- o reconhecimento e a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos;
- uma comunicação social democrática, plural e responsável;
- a realização de eleições com a democraticidade que assegure a real manifestação de vontade popular e a intervenção determinante do povo na escolha dos governantes e na política do país.

2. Serão plenamente assegurados os direitos de carácter pessoal, político, laboral e social, instituindo-se os mecanismos que impulsionem a sua efectivação e impeçam a sua limitação, suspensão ou restrição abusiva.

Serão plenamente reconhecidos e garantidos os direitos pessoais fundamentais, designadamente o direito à vida, à integridade moral e física, à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

Serão plenamente assegurados como **direitos, garantias e liberdades fundamentais**:

- a liberdade de expressão de pensamento, a liberdade de imprensa e o direito à informação, com proibição da censura e garantia do pluralismo político e ideológico;
- a liberdade de reunião e manifestação sem dependência de autorização prévia e com garantia de cedência de lugares e recintos públicos e abertos ao público para permitir o seu exercício efectivo em todo o território nacional;
- a liberdade de constituição e acção de partidos políticos e outras associações sem interferência nem necessidade de autorização prévia de entidades públicas;
- o direito de eleger e de ser eleito e o direito de acesso a cargos públicos em condições de igualdade e liberdade;
- a liberdade sindical com efectiva garantia de actividade em todos os locais de trabalho, direito de contratação colectiva e de participação na elaboração da legislação laboral e na gestão da segurança social, bem como a liberdade de constituição e acção de Comissões de Trabalhadores e Comissões Coordenadoras, incluindo o contolo de gestão;

— o direito à greve, cabendo exclusivamente aos trabalhadores a definição do seu âmbito e objectivos (com proibição do *lock-out*);

— a liberdade de criação, intelectual, científica e artística, com apoio efectivo à produção e divulgação das respectivas obras;

— a liberdade de consciência, de religião e de culto, incluindo o direito de organização e exercício de culto e do ensino religioso no âmbito da respectiva confissão e com reconhecimento da objecção de consciência;

— a liberdade de circulação e fixação em todo o território nacional, bem como o direito de saída, de emigração e de retorno;

— o direito à liberdade e segurança e o direito à privacidade da vida privada e familiar (inviolabilidade da comunicação, correspondência e domicílio, impedimento da utilização indevida da informática).

Os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações, designadamente o direito à segurança no emprego, gozam de idêntico regime e protecção dos outros direitos fundamentais.

Para a realização dos direitos fundamentais é essencial os direitos de acesso aos tribunais e à informação jurídica de **habeas corpus**, de resistência contra ordens que ofendam direitos, liberdades e garantias e de acção directa quando não seja possível recorrer à força pública; de **petição individual e colectiva** perante os órgãos de soberania e quaisquer autoridades e o **direito de acção popular** para defesa de direitos, da Constituição, das leis e do interesse geral.

3. Uma **comunicação social democrática, plural e responsável** é essencial num regime de liberdade. É indispensável à formação, em condições de real liberdade, da opinião dos cidadãos e ao estímulo à sua participação cívica, à transparência da vida política, ao controlo democrático da acção dos órgãos de poder, à expressão genuína da vontade popular através do sufrágio, ao conhecimento das realidades, e ao esforço colectivo para a solução dos problemas nacionais, à elevação do nível cultural da população e à aproximação, amizade e compreensão entre os povos.

Constituem importantes elementos de uma comunicação social democrática, plural e responsável:

- a existência, a par de órgãos de informação privados, de um sector público de comunicação social, abrangendo os diversos meios de informação — televisão, rádio, imprensa — que, pelo seu estatuto constitucional e legal, seja independente do Governo e dos partidos e esteja especialmente vinculado à garantia do pluralismo e da expressão e confronto das diversas correntes de opinião;
- a defesa da independência dos órgãos de comunicação face ao poder económico, designadamente impedindo a concentração monopolista de empresas de comunicação social;
- a garantia dos direitos dos jornalistas e de outros profissionais de informação;
- a garantia do exercício do direito de antena, do direito de réplica política e do direito de resposta;
- a defesa da identidade, da língua e da independência nacionais, com especial destaque no campo do audiovisual e das telecomunicações;
- o apoio à comunicação social regional e local;
- a gestão não governamentalizada e a aplicação não discriminatória de apoios estatais à comunicação social;
- o respeito por critérios de isenção e de independência na concessão de licenciamentos relativos a actividades de comunicação social legalmente sujeitas a tal regime;
- a existência de órgãos institucionais, de composição diversificada, zelando pela liberdade de informação e pela garantia do pluralismo.

4. No regime de liberdade que o PCP propõe ao povo português **as eleições** são fundamento directo do poder político e da legitimidade da constituição dos seus órgãos.

Este traço do regime de liberdade exige que as eleições sejam realizadas de acordo com princípios que garantam a democraticidade de todo o processo e a representatividade dos eleitos com eliminação efectiva de pressões e coacções económicas, sociais e morais, de métodos de manipulação da opinião pública, de falseamento da vontade popular.

A democraticidade das eleições não depende só das condições em que decorre o processo e a campanha eleitoral. Depende também da situação existente fora dos períodos eleitorais,

do grau de exercício efectivo das liberdades e da participação e intervenção regular dos cidadãos na vida nacional.

Assim como o poder político encontra fundamento da legitimidade na vontade popular expressa em eleições verdadeiramente democráticas, assim aqueles que exercem o poder político perdem a legitimidade de exercê-lo se não respeitam a legalidade democrática e actuam para destruir o regime democrático.

São princípios essenciais do processo eleitoral:

- o sufrágio directo, secreto e periódico;
- a capacidade eleitoral activa e passiva a partir dos 18 anos;
- o sistema de representação proporcional na conversão de votos em mandatos na eleição directa de todos os órgãos colegiais;
- a condução e fiscalização do processo eleitoral por órgãos independentes da Administração Pública e a imparcialidade das entidades públicas perante as diversas candidaturas;
- a decisão pelos tribunais das questões relativas à regularidade dos actos do processo eleitoral;
- o recenseamento único para todas as eleições, regularmente actualizado, controlado pelos cidadãos e pelos partidos políticos e isento de duplicações ou eliminações indevidas e obrigatório para os eleitores residentes no território nacional;
- o acesso aos meios de comunicação social e a todas as outras formas de contacto e esclarecimento dos eleitores em condições de igualdade e efectiva liberdade;
- a fiscalização livre e eficaz das eleições.

5. O regime de liberdade que o PCP preconiza implica não apenas o respeito e garantia pelo Estado e outras entidades do exercício da liberdade política de cada cidadão, mas também a garantia dos direitos e liberdades de participação política e social, dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores e suas organizações e de outras estruturas e camadas sociais.

A plena afirmação e integral respeito pelas liberdades e direitos fundamentais não é separável da realização dos restantes aspectos da democracia política e da progressiva concretização da democracia económica, social e cultural.

A democracia avançada que o PCP propõe e preconiza tem como objectivo alargar crescentemente o alcance e o exercício das liberdades pessoais e colectivas, e a garantia efectiva dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

2. Um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente

1. O Estado, as suas características, os critérios de designação dos seus órgãos, a medida e o sentido do exercício das suas funções, a sua receptividade à participação e intervenção popular, representam simultaneamente um objectivo programático autónomo e uma condição de realização de outros objectivos programáticos.

No sistema capitalista o Estado é, na sua essência e em geral, um instrumento da política do capital e um aparelho concebido e organizado para serviço de uma oligarquia. Na democracia avançada que o PCP propõe ao povo português (com a organização económica assente numa economia mista não dominada pelos monopólios, o regime de liberdade, o sistema e carácter democrático das eleições), o Estado deve ser estruturado e ter um funcionamento de forma a responder aos interesses e necessidades do povo e do País estritamente conforme com a legalidade democrática.

São elementos componentes de um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente ao serviço do povo e do País:

- **organização do poder político** baseada no sufrágio universal, directo, secreto e periódico para designação dos órgãos de Estado e na separação e interdependência dos órgãos de soberania;
- **participação popular permanente** no exercício do poder;
- **administração pública** descentralizada, desconcentrada, desburocratizada e aberta;
- **serviços públicos essenciais** garantidos pelo Estado;
- **justiça** democratizada, célere e acessível;
- **Forças Armadas** ao serviço da independência e soberania nacionais e da integridade do território;

XII

congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

— **segurança e ordem públicas** baseadas no primado da prevenção e no respeito e garantia efectiva dos direitos e liberdades individuais e dos trabalhadores.

2. O poder político garantirá, pela sua estrutura, organização e competências, a estabilidade, a continuidade e o aprofundamento do regime democrático e o funcionamento das instituições conforme com as regras e o papel específico de cada órgão e os interesses do povo português.

São traços essenciais da **organização do poder político** na democracia avançada proposta pelo PCP:

— **a separação e interdependência dos órgãos de soberania** Presidente da República, Assembleia da República e Governo;

— **a obrigatoriedade do respeito pelos princípios constitucionais** e pela legalidade garantida através da intervenção dos tribunais, órgãos de soberania cuja independência deve ser assegurada, e do controlo e fiscalização popular;

— **o Poder Local democrático** com garantia efectiva de autonomia das decisões na esfera das suas competências, designadamente autonomia administrativa e financeira e com meios suficientes para enfrentar e resolver os problemas das populações;

— **a criação de regiões administrativas no Continente**, cuja fixação tenha em conta a vontade das populações, como factor de descentralização e desconcentração da Administração Pública, da diminuição das graves assimetrias regionais e do desenvolvimento harmonioso do País e de garantia da autonomia municipal;

— **a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas** no quadro da unidade e soberania nacionais e como forma de ter em conta a especificidade das regiões insulares e correspondendo às aspirações das populações respectivas;

— **o reconhecimento do papel dos partidos políticos** como um dos elementos organizativos fundamentais das correntes de opinião e da participação democrática nos órgãos de poder.

3. **A participação popular permanente no exercício do poder** será assegurada não apenas através de formas próprias da democracia representativa, nomeadamente os actos eleitorais, mas também das formas de democracia directa e participativa.

São de destacar como especialmente importantes:

— o direito reconhecido a todos os cidadãos de tomarem parte na vida política e na direcção dos assuntos políticos do país, designadamente exercendo cargos públicos, sem privilégios nem discriminações;

— o direito de as organizações representativas dos trabalhadores participarem na definição e elaboração da política e legislação laborais;

— o direito de os trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, participarem na definição e execução da política agrícola, designadamente na Reforma Agrária;

— o direito de os trabalhadores participarem na gestão das empresas públicas e participadas e exercerem o controlo de gestão nas empresas;

— o direito dos pequenos e médios comerciantes e industriais e suas organizações representativas participarem na definição e execução das grandes linhas da política comercial e industrial;

— o direito de participação dos intelectuais e quadros técnicos e das suas organizações representativas na definição e execução das grandes linhas da política respeitante aos seus interesses;

— o direito de as mulheres, os jovens, os reformados, os deficientes, os emigrantes, participarem na definição e execução das grandes linhas das políticas para os respectivos sectores;

— o direito de participação popular na administração da justiça e na gestão dos serviços de segurança social, da saúde, do ensino, da cultura, do desporto, do ambiente e da administração pública;

— as organizações populares de base, com participação reconhecida na organização do Poder Local e no exercício de actividades da administração pública;

— o direito de petição e acção popular;

— a iniciativa popular e as consultas locais.

4. **A Administração Pública** será orientada para o desenvolvimento, descentralizada, desconcentrada, desburocratizada, moderna, eficiente, aberta, próxima das populações e servindo os seus interesses, actuando com isenção, justiça e imparcialidade, prestando contas da sua actividade, respeitando e fazendo respeitar a legalidade democrática. Respeitará a garantia de fundamentação das deliberações e obrigatoriedade de resposta célere às pretensões dos particulares e utentes em geral bem como o acesso aos respectivos processos. Garantirá o respeito dos direitos, motivação e estímulo à participação dos trabalhadores da função pública, utilizando critérios de mérito e competência no acesso a cargos da Administração, nas promoções e nomeações para cargos de chefia e a todos os níveis, rejeitando o compadrio e a partidarização. Será garantida a fiscalização judicial da legalidade administrativa e o cumprimento das sentenças dos tribunais.

5. O Estado chamará à sua responsabilidade e garantirá **serviços sociais essenciais** como a segurança social, a saúde e o ensino, e ainda a habitação para camadas insolventes, sem prejuízo da existência de actividades particulares nestas áreas desde que integradas na política democrática do Estado. Assegurará também as infra-estruturas e equipamentos sociais básicos.

6. **A justiça** será democratizada, moderna, célere. Será garantido o acesso generalizado ao direito, em particular dos trabalhadores, ampliando a formação jurídica, a consulta, o apoio extra-judiciário e prejudiciário e o patrocínio judiciário de qualidade total ou parcialmente gratuitos para os cidadãos de menos posses, com adequadas isenções e níveis de custas. Serão simplificadas as leis processuais, modernizado e racionalizado o aparelho judiciário, aproximada a justiça em relação às populações e assegurada a participação destas na sua administração. Garantir-se-á o respeito efectivo pela independência dos tribunais, o cumprimento obrigatório das suas decisões, a independência dos magistrados judiciais e a autonomia do Ministério Público. O regime e o sistema penitenciário serão humanizados. Serão estimuladas as formas não judiciais de solução de conflitos, assegurada a tutela dos interesses colectivos (em domínios como o ambiente, saúde pública, defesa dos consumidores) e a reparação dos prejuízos sofridos pelas vítimas de crimes e de erros judiciais.

As **Forças Armadas**, estarão inteiramente dedicadas à defesa da independência e soberania nacionais e da integridade do território contra quaisquer ameaças externas, apoiadas em doutrina de defesa própria, assente no serviço militar obrigatório em condições dignas que valorizem a juventude. Sem prejuízo da defesa militar, colaborarão em tarefas do interesse das populações. Fiéis à Constituição e aos valores democráticos, as Forças Armadas, ao mesmo tempo que exigem isenção política no exercício de funções, recusarão na sua vida interna todas as discriminações de carácter político e ideológico (designadamente através de credenciamentos) e deverão ser uma instituição identificada com o que há de mais patriótico e progressista no passado onde avulta o seu papel decisivo para o derrubamento do regime fascista e o fim das guerras coloniais.

8. **A segurança e ordem públicas** serão garantidas por forças e serviços despartidarizados, controlados institucionalmente, orientados e educados no respeito pela Constituição, pelos cidadãos e por si próprios, pela lei, pelas liberdades, direitos, igualdade, segurança e tranquilidade dos cidadãos. As forças de segurança serão instituições ao serviço das populações e empenhadas no reforço da prevenção e dissuasão da criminalidade, propiciando limitações de medidas repressivas. Combaterão o crime a corrupção e a violência, designadamente a que atinge mulheres e crianças.

9. O Estado democrático é parte constitutiva, instrumento, expressão e garante da democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português.

3. O desenvolvimento económico assente numa economia mista

1. O desenvolvimento económico deve ter como objectivo a melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades da população e uma justa e equilibrada repartição da riqueza criada.

Uma política de desenvolvimento na democracia avançada deverá assentar no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção — base do melhoramento das condições de vida do povo e da superação de problemas nacionais — no reforço da articulação, complementaridade e coerência do aparelho produtivo nacional, na diminuição dos desequilíbrios regionais, na superação dos desequilíbrios económicos face ao exterior, numa participação dinâmica não subalterna na divisão internacional do trabalho, na preservação e recuperação do património natural e dos equilíbrios ecológicos, e na salvaguarda dos interesses e da independência nacionais.

Com a política de desenvolvimento pretende-se uma economia moderna, com uma acrescida e sólida base científico-técnica e uma nova especialização produtiva:

— uma economia com produções e serviços (transportes, turismo, financeiros, consultadoria, engenharia, telecomunicações) de qualidade e de alto valor acrescentado nacional e com os elevados níveis de produtividade, de emprego, de salários e de formação profissional;

— uma economia em que os principais défices estruturais — alimentar, energético e tecnológico — se encontrem substancialmente atenuados, o défice comercial seja reduzido, a balança de transacções correntes se apresente tendencialmente equilibrada e a dívida externa se situe a um nível comportável e cujos encargos anuais não limitem gravosamente as possibilidades de crescimento da economia nem ponham em causa a independência nacional;

— uma economia onde seja incentivada e apoiada a participação activa, interessada e criadora dos trabalhadores e o controlo de gestão, e sejam garantidas as condições necessárias para que os pequenos e médios empresários, os agricultores e os pescadores contribuam com maior eficácia para a produção social;

— uma economia cuja crescente especialização e integração na divisão internacional do trabalho seja acompanhada e sustentada pelo reforço da base nacional de acumulação e da base científica e tecnológica.

2. Para se atingir essa economia em Portugal no limiar do século XXI torna-se necessário a definição e concretização de uma estratégia de desenvolvimento que:

— **a nível interno**, parta da realidade nacional, designadamente do nível actual de desenvolvimento; das estruturas socioeconómicas existentes e do seu inter-relacionamento; das insuficiências e desequilíbrios sectoriais e regionais; do grau de dependência e da frágil e periférica especialização produtiva; dos atrasados subsistemas de investigação e desenvolvimento tecnológico e de ensino e formação profissional;

— **a nível externo**, tenha em conta as incidências das alterações em curso a nível mundial (quer em relação às produções quer ao comércio internacional) e no imediato a integração de Portugal na CEE designadamente as consequências nocivas para a economia portuguesa e os obstáculos que cria a um desenvolvimento económico conforme com os interesses de Portugal, mas procurando beneficiar das possibilidades e oportunidades que abre de acesso mais facilitado a financiamentos, a mercados e à cooperação no domínio da investigação tecnológica.

Tal estratégia de desenvolvimento deverá ter como principais vectores:

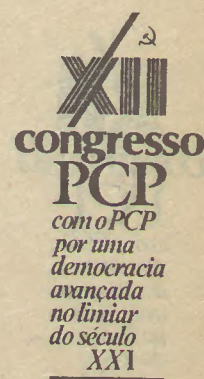
— **o aproveitamento, a mobilização das potencialidades e a gestão adequada dos recursos naturais** (agro-pecuários, florestais, piscatórios, minerais, hídricos, energéticos e turísticos), tendo em conta a necessária especialização e a defesa e melhoria do ambiente, **o aproveitamento e valorização dos recursos humanos e da capacidade produtiva** e o fomento das infra-estruturas imprescindíveis ao desenvolvimento económico nacional e regional;

— **a ciência e a tecnologia** intervindo crescentemente nas forças produtivas e no desenvolvimento económico, através do reforço contínuo e coordenado das actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico;

— **a modernização da economia e o aumento da produtividade**, exigindo a racionalização e reorganização funcional da economia portuguesa, nomeadamente dos sectores e produtos tradicionais de fraco valor acrescentado, a superação dos mais graves desequilíbrios regionais, o adensamento da malha produtiva, a aplicação à esfera económica e social dos avanços da revolução científico-técnica;

— a criação de um núcleo de indústrias de bens de equipamento adequado ao actual perfil da indústria e a necessária especialização produtiva do país conforme as tendências da procura interna e mundial, e mutações nas estruturas produtivas de forma a assegurar a Portugal um melhor posicionamento no processo da divisão internacional do trabalho;

— **o planeamento** descentralizado e participado que, numa base prospectiva e integrada, estabeleça as grandes linhas, objectivos e metas, visando a maior coerência do processo produtivo e a melhor afectação global dos recursos nacionais;



— a **cooperação económica internacional** pautada pela afirmação do interesse nacional na divisão internacional do trabalho, no sistema de integração na CEE e noutras linhas de relacionamento e cooperação externas.

3. Para garantir este projecto de desenvolvimento económico, e quanto maior for a integração de Portugal na CEE, mais se torna necessária uma **organização económica mista**, não dominada pelos monopólios, com sectores de propriedade diversificados e com as suas dinâmicas próprias e complementares, respeitadas e apoiadas pelo Estado, designadamente:

— **um Sector Empresarial do Estado** — empresas nacionalizadas, públicas, de capitais públicos e participadas —, dinâmico, integrado e modernizado, abrangendo designadamente a banca e seguros e outros sectores básicos e estratégicos da economia (na indústria, nos transportes, nas comunicações) e desempenhando um papel determinante no desenvolvimento das forças produtivas e na aceleração do desenvolvimento económico;

— **um sector privado** constituído por empresas de variada dimensão (na indústria, na agricultura, na pesca, no comércio, nos serviços), destacando-se as pequenas e médias empresas pela sua flexibilidade e pelo seu peso na produção e no emprego;

— **unidades colectivas de produção/cooperativas da Reforma Agrária**, contribuindo para o desenvolvimento e modernização da agricultura portuguesa e a redução do défice agro-alimentar;

— **um sector cooperativo** com cooperativas de produção, de serviços, de consumo, de habitação e de comercialização, mútuas assim como **empresas em autogestão** empresas artesanais dando uma importante contribuição no aumento do produto, na melhoria dos serviços e aumento do emprego;

— **empresas e explorações agrícolas familiares**, desempenhando um importante papel no abastecimento do mercado no equilíbrio das economias locais, no autoconsumo.

4. A subordinação do poder económico ao poder político democrático e o controlo das alavancas fundamentais da vida económica nacional, libertas do domínio do grande capital e de imposições externas, exige um Sector Empresarial do Estado dinâmico, em que a gestão das respectivas empresas seja coordenada e assegurada por gestores competentes ao serviço efectivo de um Estado democrático e do bem público. Exige também uma política patriótica nas relações internacionais, com a afirmação e defesa permanente dos interesses nacionais nos tratados, acordos e negociações em que Portugal participe, designadamente na CEE.

O PCP opõe-se a que a Portugal seja reservado o papel de uma economia apêndice, instrumento da estratégia da acumulação das transnacionais e das políticas económicas dos países capitalistas mais desenvolvidos. Para o PCP a integração de Portugal na CEE condiciona mas não impossibilita o desenvolvimento do país desde que seja levada à prática uma política interna que, sem ignorar a integração, respeite a identidade e os interesses do país, que garanta a correcta aplicação dos fundos e a transferência efectiva de tecnologia em favor da modernização e do desenvolvimento da economia, que assegure e reforce os direitos dos trabalhadores.

5. A **política energética** deve ter como objectivos fundamentais o melhoramento da eficiência da utilização de energia nos vários sectores consumidores e a redução do défice energético para o que será necessário:

- diversificar as fontes de energia utilizadas e as origens geográficas das matérias-primas energéticas importadas;
- promover a utilização racional da energia e dos recursos nacionais numa perspectiva de desenvolvimento nacional e regional;
- salvaguardar o equilíbrio ecológico e acautelar a segurança, os interesses e o bem-estar das populações;
- acelerar o desenvolvimento da base científico-técnica nacional, e o aproveitamento de novas fontes energéticas, especialmente as energias renováveis.

6. A **política de desenvolvimento da ciência e da tecnologia** deverá ter como objectivos a valorização dos recursos nacionais, o aumento quantitativo e qualitativo da produção, o aumento da produtividade do trabalho, a poupança de energia e matérias-primas, a defesa e preservação do meio ambiente. Para estes objectivos será necessário:

- a estreita articulação da política de Investigação, Desenvolvimento e Experimentação (I, D & E) com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, com as políticas

económica, de ensino e de formação profissional, com a devida adequação e democratização do Sistema Científico e Técnico Nacional;

— a elaboração de um Plano e de um Orçamento Nacional de Ciência e Tecnologia Plurianual destinado nomeadamente à definição de prioridades e coordenação das actividades nesta área e a instituição de um sistema de gestão, com participação da comunidade científica nacional e de representantes dos trabalhadores;

— a promoção da difusão tecnológica nas actividades económicas, pela ligação e apoio das instituições de I, D & E às actividades económicas, em particular às pequenas e médias empresas (PME's);

— o aumento do número de trabalhadores científicos de todas as categorias e especializações, a criação de estímulos à sua actividade no país, e o incremento de meios financeiros afectos a esta actividade;

— o aproveitamento das vantagens e possibilidades de cooperação internacional, quer no âmbito da CEE, quer com os países socialistas, Japão, Estados Unidos e outros.

7. A **política financeira** deverá subordinar e adequar a esfera financeira às necessidades do financiamento e desenvolvimento da esfera produtiva, e terá como eixos essenciais a defesa do equilíbrio financeiro (interno e externo) do país, a gestão integrada dos mecanismos financeiros essenciais (**política orçamental e fiscal, política monetária e política cambial**), a eficiência da administração financeira e dos instrumentos e instituições financeiras e o fomento de poupança e sua mobilização para fins produtivos.

8. A **política industrial** deverá ter em vista a superação das deficiências de natureza estrutural e a modernização de um sector industrial coerente e integrado numa política global de desenvolvimento. Serão eixos fundamentais dessa política:

— correcção planificada dos desequilíbrios, das distorções, das irregularidades e dos erros verificados no desenvolvimento industrial;

— a dinamização da produção industrial na base da capacidade instalada, do adensamento da malha industrial e da realização de projectos de interesse estratégico nacional;

— a organização e defesa da indústria nacional como condições necessárias ao desenvolvimento, designadamente através de programas de reorganização, recuperação e reconversão de sectores e empresas em dificuldades;

— a modernização e aumento da produtividade da indústria extractiva e transformadora designadamente através de mudanças estruturais, novos investimentos em capital fixo e melhor organização do trabalho;

— a valorização dos recursos naturais, tendo como linha orientadora a máxima incorporação possível de valor acrescentado nacional;

— o desenvolvimento da produção de bens de consumo, com prioridade para os de satisfação das necessidades básicas dos portugueses;

— a modernização de produções e de sectores tradicionais com fraco valor acrescentado nacional e em perda nos mercados mundiais;

— a promoção da eficácia de produções industriais básicas e estratégicas, incluindo a renegociação de acordos com a CEE e a reivindicação de apoios efectivos;

— o desenvolvimento de um núcleo de bens de produção em estreita articulação com a redução dos principais défices externos, e a mudança da especialização da economia portuguesa;

— a promoção de núcleos de «indústrias de serviços» de apoio à produção com potencialidades para sustentar a necessária mudança de especialização da indústria nacional.

9. A **política agrícola** deverá ter como objectivo central o desenvolvimento e a rápida modernização da agricultura portuguesa, a melhoria da vida nos campos, o aumento da produtividade e da produção agrícola, pecuária e florestal, a correcção das assimetrias regionais, a procura do equilíbrio da balança comercial agrícola, a melhoria do grau de auto-abastecimento de produtos alimentares essenciais e o máximo incremento das produções em que Portugal possa dispor de vantagens comparativas. **Esses objectivos centrais exigem:**

— a **transformação da estrutura agrária**, defendendo e realizando a Reforma Agrária, com a liquidação da propriedade latifundiária e a entrega das terras a unidades

colectivas de produção/cooperativas e a pequenos agricultores, melhorando e valorizando a estrutura económico-agrícola das pequenas explorações, incentivando e apoiando o associativismo de produção, reforçando os direitos e a estabilidade dos rendeiros, garantindo a posse, uso e administração democrática dos baldios pelos com-
partes;

— a **reestruturação dos circuitos comerciais e desenvolvimento de indústrias agro-alimentares e florestais**, privilegiando infra-estruturas públicas e cooperativas dos produtores e garantindo o crescimento económico do sector e a melhoria dos rendimentos dos agricultores;

— o apoio técnico e financeiro privilegiado à modernização das explorações dos pequenos e médios agricultores, UCPs e outras formas cooperativas de produção, garantindo-lhes o acesso aos financiamentos e ajudas da CEE e nacionais;

— o **aproveitamento integral e integrado dos recursos naturais** e sua preservação, em particular dos recursos hídricos e agro-florestais; preservação, recuperação e melhoria do solo e áreas de uso agrícola; intensificação cultural; aumento e valorização do efectivo pecuário; ordenamento florestal que privilegie o uso múltiplo, as economias locais e a função ambiental da floresta;

— o **reconhecimento efectivo por parte da CEE da especificidade da agricultura portuguesa** designadamente tendo em vista a adequação dos regulamentos, normas e programas aos interesses nacionais, o alargamento dos períodos de transição; o reforço dos fundos estruturais; a não aplicação a Portugal de restrições ao aumento das produções em que Portugal é deficitário e daquelas em que pode dispor de vantagens comparativas; a oposição à Política Agrícola Comum (PAC) que pretenda impor o abandono de terras e a redução da produção agrícola portuguesa; o reforço financeiro dos programas destinados à investigação e ao desenvolvimento de novas tecnologias, designadamente das biotecnologias.

10. A **política de pescas** deverá visar o desenvolvimento da produção nacional de pescado, quer para uma maior satisfação das necessidades internas quer para aumentar o volume e o valor acrescentado das exportações, assente nos seguintes traços essenciais:

— maximizar a participação da frota nacional no aproveitamento dos recursos da Zona Económica Exclusiva (ZEE); garantir uma criteriosa gestão e conservação dos recursos marinhos;

— obter adequadas compensações da CEE pelas facilidades concedidas na ZEE, designadamente apoio ao desenvolvimento e renovação da frota pesqueira, que deverá incluir a artesanal, costeira e local, e utilizar financiamentos comunitários no conjunto de medidas para superar a crise da frota de cerco e da indústria conserveira;

— reservar a actividade pesqueira no mar territorial, fundamentalmente para a frota portuguesa;

— intensificar a investigação pesqueira operacional, em diálogo com os produtores para a identificação, gestão racional e protecção dos recursos, orientação da captura e actividades de transformação;

— adoptar medidas técnicas, financeiras e legislativas para o desenvolvimento da aquacultura;

— racionalizar os circuitos de distribuição e apoiar os esforços dos produtores na comercialização dos produtos da pesca.

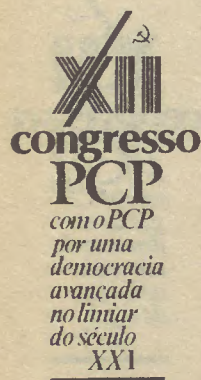
11. A **política de transportes** deverá enquadrar-se nos objectivos económicos e sociais, numa perspectiva de desenvolvimento e correcção das assimetrias regionais, assente nos seguintes traços essenciais:

— planeamento integrado do sistema, articulado com os diferentes ramos da economia e coordenado com o ordenamento do território, instituindo, nas áreas urbanas de maior extensão, uma gestão coordenada;

— desenvolvimento dos meios, em infra-estruturas e material circulante e sua optimização;

— a melhoria de competitividade e o apoio à intervenção dos transportes nacionais nos tráfegos exteriores, nomeadamente no contexto dos transportes intercomunitários.

12. A **política para as comunicações e telecomunicações** tendo como pressuposto o seu carácter eminentemente social deverá visar o desenvolvimento e modernização das actividades económicas e a correcção das assimetrias regionais. Tal política assentará nos seguintes traços essenciais:



- extensão e modernização da rede nacional de telecomunicações através da introdução criteriosa das novas tecnologias e enquanto soluções técnica e economicamente vantajosas;
- implementação de serviços económica e socialmente necessários e alargamento e reestruturação da cobertura postal;
- reorganização da estrutura do sector, tendo em vista a coordenação integrada da gestão e do planeamento;
- formação profissional, reciclagem e reconversão adequadas às exigências da introdução das novas tecnologias;
- maximização da utilização da investigação e tecnologia nacionais e articulação dos projectos de todas as entidades envolvidas neste domínio: indústrias, serviços, centros de investigação, universidades.

13. **A política de turismo** deverá visar uma maior valorização do seu papel no desenvolvimento nacional e regional, e a máxima satisfação das necessidades de lazer da população, assente nos seguintes traços essenciais:

- crescimento equilibrado e ordenado com a valorização e defesa dos recursos naturais e património histórico;
- preservação cultural e ambiental dos principais centros turísticos;
- diversificação dos mercados e das correntes turísticas e controlo do essencial da indústria turística por portugueses em conformidade com os interesses nacionais;
- desenvolvimento do turismo social;
- maximização do ingresso de divisas para o nosso País.

14. **A política de comércio interno** deverá visar uma maior valorização do seu papel no desenvolvimento económico nacional e regional, a partir dos seguintes objectivos:

- adequação do aparelho comercial às necessidades das populações e do desenvolvimento urbanístico;
- constituição de circuitos de distribuição menos pesados e mais transparentes entre o produtor, o importador e o consumidor;
- criação de mercados de produção e mercados abastecedores de retalho com um real e eficaz papel disciplinador no escoamento dos produtos;
- existência de legislação para o sector que oriente e discipline a expansão das grandes cadeias e superfícies de comércio e introduza normas de concorrência salvaguardando o comércio tradicional independente;
- apoios ao comércio de pequena e média dimensão que garanta a sua reconversão e modernização e permita que desempenhe eficazmente o seu papel junto das populações;
- apoios às cooperativas de consumo e às várias formas associativas dos comerciantes como meio de aperfeiçoar os circuitos de abastecimento.

15. **A política de comércio externo** deverá visar a diminuição da subordinação de Portugal à divisão internacional capitalista do trabalho, do défice da balança comercial, garantindo o escoamento da produção nacional e utilizando medidas de salvaguarda que facilitem a substituição de produtos importados por bens de produção interna. Estes objectivos centrais exigem:

- obtenção de preferências comunitárias para certos produtos e a eliminação do impedimento à expansão das nossas exportações;
- diversificação das relações económicas externas, tentando obter regimes preferenciais da EFTA e a expansão e aprofundamento das relações com os países socialistas e com os países africanos de língua oficial portuguesa;
- utilização criteriosa e sempre que possível dos acordos e sistemas de compensação.

16. As diversas políticas sectoriais e globais devem ser compatibilizadas com uma política do ambiente que garanta a gestão equilibrada dos recursos naturais.

17. O desenvolvimento económico de Portugal assente numa economia mista constitui parte integrante e básica da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português. Do êxito do desenvolvimento depende o progresso social, a criação da base material para a construção de uma sociedade democrática, a firme salvaguarda da independência nacional.

4. Uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo

1. A política social na democracia avançada que o PCP propõe tem como objectivo essencial a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da grande maioria do povo português, eliminar as mais graves desigualdades e injustiças sociais e os flagelos do desemprego, da miséria e da marginalidade, assegurar aos portugueses um nível de vida e um bem-estar material e cultural conforme com as possibilidades e potencialidades criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas na época contemporânea.

A melhoria das condições de vida do povo português e o desenvolvimento económico, são objectivos indissociavelmente complementares na política democrática que o PCP propõe ao povo português.

No capitalismo monopolista, o desenvolvimento económico assenta na exploração dos trabalhadores e em profundas desigualdades sociais. Na democracia avançada proposta pelo PCP, a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo, torna-se um imperativo que, não só é compatível, como constitui um factor indispensável ao desenvolvimento económico.

2. Os direitos sociais dos trabalhadores e de todos os cidadãos são direitos fundamentais e parte integrante da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.

2. **Serão assegurados como direitos sociais fundamentais:**

- o direito ao trabalho;
- o direito à segurança social;
- o direito à saúde;
- o direito à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto;
- o direito à habitação;
- o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado;
- o direito das mulheres à igualdade;
- o direito dos jovens à realização pessoal e profissional;
- o direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso;
- o direito dos idosos, reformados e pensionistas a uma vida digna;
- o direito dos deficientes a uma vida integrada na sociedade;
- o direito dos emigrantes à protecção dos seus interesses essenciais.

A efectivação e aplicação universais destes direitos sociais fundamentais são um imperativo para garantir condições dignas de existência a todos os cidadãos e se alcançar uma sociedade mais justa.

3. **O direito ao trabalho** é fundamental para a fruição dos direitos económicos, sociais e culturais e para a formação, livre desenvolvimento e realização pessoal dos cidadãos. O direito ao trabalho tem como elementos inseparáveis o direito à justa remuneração, a boas condições de trabalho e à segurança no emprego.

O direito ao trabalho será assegurado:

- por uma política de desenvolvimento económico geradora de emprego;
- pela garantia de igualdade de acesso aos postos de trabalho e a proibição de quaisquer discriminações por motivo de opiniões políticas ou religiosas e actividades sindicais;
- por um sistema de formação técnica e profissional contínua que assegure a promoção e qualificação profissional dos trabalhadores;
- pela redução e organização do tempo de trabalho que permita elevar a disponibilidade dos trabalhadores para a fruição cultural e o lazer;
- pela criação de condições de higiene e segurança que defendam a saúde e a integridade física e psicológica dos trabalhadores;
- pela proibição dos despedimentos sem justa causa por motivos políticos ou ideológicos;
- pela limitação dos contratos a prazo a situação excepcionais e a eliminação de todas as formas de trabalho ilegal;
- por uma política de rendimentos que tenha em conta a quantidade e a qualidade do trabalho e o aumento da

produtividade, com respeito pelo princípio de a trabalho igual salário igual e o incremento da quota-parte do trabalho na distribuição do rendimento nacional, garantindo a elevação progressiva do nível de vida dos trabalhadores.

4. **O direito à segurança social** deve ter como objectivo a protecção dos cidadãos nas situações, de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho designadamente doença, invalidez, reforma, desemprego cabendo ao Estado a responsabilização pelo sistema.

O direito à segurança social será assegurado:

- por um sistema integrado, descentralizado e participado, assente nos princípios da universalidade, unidade, igualdade e solidariedade;
- pela participação dos utentes e do movimento sindical na definição da política, e na gestão do sistema de segurança social;
- pela articulação dos diferentes regimes tendo em vista a sua unificação;
- pela elevação dos níveis de prestações e das pensões e o alargamento dos serviços sociais que permitam a satisfação das necessidades dos cidadãos e da família.

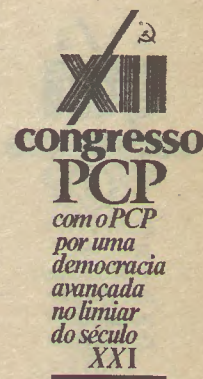
5. **O direito à saúde** deve ter como objectivo criar as condições para o bem-estar físico, mental e social dos portugueses. O direito à saúde será assegurado:

- por um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito com gestão eficiente participada e descentralizada;
- por uma reforma geral dos serviços de saúde promovendo e premiando a sua qualidade e eficácia;
- pela regionalização dos serviços prestadores de cuidados de saúde tendo em conta as realidades geodemográficas e epidemiológicas e uma cada vez maior igualdade no acesso e cobertura assistencial da população;
- por uma correcta planificação, organização e articulação dos diversos níveis e serviços de saúde;
- por um particular apoio às actividades que visem a promoção da saúde, a prevenção da doença e a reabilitação;
- pela participação da população na planificação, gestão e controlo dos seus serviços de saúde, co-responsabilizando-a na defesa da sua própria saúde;
- pelo aproveitamento dos avanços científico-técnicos no campo da saúde, colocando-os ao serviço de todos os portugueses.

6. **O direito à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto** é o direito de todos e cada um ao conhecimento e à criatividade, ao pleno desenvolvimento das suas potencialidades, capacidades e vocações.

O direito à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto será assegurado:

- por um sistema educativo, democraticamente gerido e dotado de objectivos, estruturas e programas e meios financeiros e humanos que permitam a concretização do direito ao ensino e à igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar, assegure o ensino básico, universal, obrigatório e a cobertura do País por uma rede pública de educação pré-escolar;
- por uma política que assegure a educação permanente e a eliminação do analfabetismo, dê oportunidade à revelação e ao desenvolvimento das mais diversas aptidões e garanta o acesso aos graus mais elevados do ensino; que insira a escola nas comunidades e estabeleça a interligação entre os objectivos do ensino e das actividades social, cultural e económica; que contribua para o aumento da qualificação do trabalho dos portugueses e para o desenvolvimento e modernização das estruturas produtivas do País e seja um factor de elevação do nível cultural da população, da formação integral da pessoa humana e de afirmação de uma cidadania plena e criadora numa sociedade democrática;
- pela implantação de um sistema desportivo que, integrando as várias estruturas a ele ligadas (poder central, poder local, estruturas associativas, clubes, escolas), assegure à generalidade da população condições de acesso à prática desportiva nos seus vários níveis, contribuindo para o seu desenvolvimento e realização;
- pelo apoio e estímulo continuados à produção, actividades e agentes culturais, pela democratização cultural e do acesso à fruição e à criação culturais, pela democracia cultural — um dos seis grandes objectivos da democracia avançada.



7. O direito à habitação caracterizado pelo acesso dos cidadãos e das famílias a uma residência adequada às suas necessidades, é indispensável à realização, intimidade e privacidade pessoal e familiar, ao bem-estar e à preservação da saúde pública.

O direito à habitação será assegurado:

- pela inserção da política de habitação na política de ordenamento do território e urbanismo, de modo a assegurar infra-estruturas, equipamentos sociais e transportes em condições cómodas e acessíveis;
- pela intervenção planeada e conjugada dos vários promotores (público, privado e cooperativo), no quadro de um esforço nacional para resolver a carência das habitações;
- pela compatibilização do acesso à habitação com o rendimento pessoal ou familiar, por via do arrendamento ou do acesso a casa própria e do apoio às cooperativas e à autoconstrução, beneficiando o maior número de pessoas e famílias com um mais racional aproveitamento dos recursos;
- pela recuperação do parque habitacional existente com apoio técnico e financeiro suficiente e desburocratizado;
- pela recuperação das habitações clandestinas, quando não lesam direitos e interesses colectivos essenciais, e dissuasão dos novos loteamentos clandestinos, designadamente criando alternativas de expansão urbana humanizada e equilibrada;
- pela melhoria efectiva das condições de vida dos moradores de barracas, habitações degradadas e construção precária até ao seu realojamento;
- pela reestruturação do sector da construção civil e das indústrias a montante, com vista a fomentar métodos de construção mais racionalizados, rápidos e baratos.

8. O direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado é hoje uma aspiração generalizada face aos perigos, ameaças e degradação decorrentes quer da exploração desregrada de recursos naturais, quer da grande e por vezes desordenada concentração da população em áreas muito limitadas.

O direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado será assegurado:

- pela adopção de uma consequente política de ambiente e ordenamento territorial;
- pelo controlo do impacte das actividades económicas e do uso do território com vista à preservação do ambiente;
- pela luta contra um papel destinado ao país na divisão internacional do trabalho baseada em actividades económicas caracterizadas por uma forte degradação do ambiente e recursos naturais;
- pela gestão racional dos recursos hídricos e combate coordenado, aos níveis nacional e internacional, às graves situações de poluição da costa e dos cursos de água;
- pela extensão coordenada a todo o território nacional das redes de saneamento básico, de distribuição de energia e do controlo da poluição atmosférica;
- pela preservação e regeneração dos meios urbanos, da sua qualidade ambiental e dos seus valores culturais, assegurando o bem-estar e uma vida quotidiana humanizada;
- pela adopção de medidas que travem a crescente desertificação de enormes áreas do país;
- pela defesa das paisagens, das zonas ecológicas sensíveis dos parques naturais e dos espaços verdes, combinada com medidas de reflorestamento, criação de novas zonas verdes e áreas protegidas;
- pelo combate aos incêndios florestais através da florestação adequada e de meios tecnológicos eficazes, na vigilância, detecção e controlo, e de legislação impeditiva e punitiva das especulações;
- por campanhas de educação cívica para a participação popular na defesa do ambiente.

9. O direito das mulheres à igualdade, intimamente ligado à sua luta emancipadora, é condição para a democratização e humanização da sociedade e o livre desenvolvimento das capacidades criativas e produtivas das mulheres.

O direito das mulheres à igualdade será assegurado:

- por legislação que garanta a efectivação dos direitos das mulheres em todas as esferas da sociedade, proibindo e penalizando todas as discriminações;

— pelo direito ao trabalho em igualdade de oportunidades no acesso, formação e promoção profissionais;

— pela efectivação do princípio de «a trabalho igual salário igual»;

— pelo reconhecimento efectivo da maternidade e paternidade como função eminentemente social;

— pelo reconhecimento da igualdade dos direitos e deveres das mães e dos pais na manutenção e educação dos filhos;

— pelo desenvolvimento de uma política educativa e cultural, visando a alteração das mentalidades e a criação de relações familiares baseadas na decisão livre, no amor e solidariedade recíprocos;

— pela criação das condições objectivas e subjectivas para a formação de uma adequada consciência social que encaixe o homem e a mulher como seres humanos na plenitude dos seus direitos e deveres.

10. O direito dos jovens à realização pessoal e profissional e a uma activa participação na sociedade, tem como elemento fundamental a efectiva garantia dos seus direitos económicos, sociais e culturais, o que será assegurado:

- pelo cumprimento da escolaridade obrigatória e gratuita e pela igualdade de oportunidades de acesso aos diferentes níveis de ensino e ao sucesso escolar;
- pelo acesso ao emprego e à formação e promoção profissionais e o apoio ao prosseguimento e conclusão dos estudos quando já em actividade profissional;
- pela remuneração do seu trabalho garantindo-se o princípio «a trabalho igual salário igual»;
- pela criação das condições indispensáveis à obtenção de habitação e à constituição de família própria quando o desejarem;
- pela criação de condições que tornem acessível a fruição e a criação cultural, a prática desportiva e uma ocupação dos tempos livres;
- pelo estímulo e apoio à actividade autónoma e ao associativismo.

11. O direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso é essencial para uma infância feliz, condição para a formação de cidadãos física, intelectual e emocionalmente saudáveis. É do interesse do Estado e da sociedade criar condições para que esse desenvolvimento seja possível.

O direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso será assegurado:

- pela assistência materno-infantil e o incremento de uma rede de infantários, creches e outras estruturas de apoio à família;
- por medidas de protecção e cuidados especiais que tenham em conta o seu grau de desenvolvimento afectivo, físico, psíquico e intelectual;
- por um ambiente de compreensão e segurança moral e social;
- por uma alimentação suficiente e adequada, cuidados de saúde, educação orientada para o sucesso escolar e educativo;
- por cuidados especiais em caso de dificuldades específicas;
- pela protecção social e jurídica contra todas as formas de arbitrariedade, violência e exploração, designadamente pela proibição e punição da utilização do trabalho infantil.

12. O direito dos idosos, reformados e pensionistas consagrado através de uma política específica que tenha em conta as suas aspirações, deve ter como objectivo proporcionar-lhes uma vida digna, a segurança na velhice e a plena integração e participação na sociedade.

O direito dos idosos, reformados e pensionistas será assegurado:

- por uma pensão de reforma que permita satisfazer as necessidades essenciais e assegurar a sua independência e dignidade;
- pela prestação de serviços de saúde apropriados;
- pelo apoio social, através de infra-estruturas e serviços de apoio adequados;
- por medidas de apoio à ocupação dos tempos livres, de acordo com os interesses, experiências, aptidões e prazeres das pessoas idosas.

13. O direito dos deficientes deve garantir-lhes a possibilidade de realizar uma vida independente e socialmente útil, eliminando as barreiras que impedem a sua integração na sociedade como cidadãos de pleno direito.

O direito dos deficientes será assegurado:

- por uma correcta política de prevenção, de saúde e de reabilitação;
- pelo reforço dos esquemas de subsídios e segurança social;
- por medidas específicas de ensino, formação profissional e garantia de emprego;
- por acções de reabilitação para reintegração no trabalho;
- por adopção de medidas legislativas e administrativas, que conduzam à eliminação de barreiras arquitectónicas e outras;
- pela criação de programas de ocupação de tempos livres, culturais e de cultura física e desporto.

O direito dos emigrantes à protecção dos seus interesses essenciais decorre do grande peso do fenómeno emigratório na sociedade, das discriminações de que são vítimas e da desprotecção em que se encontram. O direito dos emigrantes será assegurado:

- pelo acesso a toda a informação necessária para a salvaguarda dos seus direitos e interesses;
- pela participação organizada dos emigrantes no estudo e definição de soluções para os problemas que os afectam;
- pela acção eficiente das representações diplomáticas e de serviços específicos de protecção dos emigrantes;
- pelo estabelecimento de normas, convenções e acordos bilaterais e multilaterais visando garantir aos trabalhadores emigrantes e aos seus familiares o direito efectivo à segurança social, ao reagrupamento familiar, ao acesso ao ensino, ao estudo da língua e da cultura portuguesas;
- pelo desenvolvimento de uma política activa de apoio ao regresso voluntário, nomeadamente através da dinamização de sistemas de poupança especiais e da promoção de projectos de desenvolvimento especialmente dirigidos às regiões com maiores índices de emigração;
- pelo desenvolvimento de iniciativas específicas com vista à salvaguarda dos interesses dos jovens e das mulheres emigrados e dos trabalhadores sazonais, fronteiriços e outros potencialmente vítimas de maiores discriminações.

15. Não basta que fique na lei o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e de todos os cidadãos. Uma política democrática, pelas suas orientações e pela sua realização, tem de assegurá-los na prática.

Estes direitos fundamentais têm implícitos o bem-estar material e cultural, a dignidade e a real melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de todos os cidadãos e constituem um princípio basilar da democracia avançada que o PCP propõe.

5. Política cultural como factor de emancipação individual, social e nacional

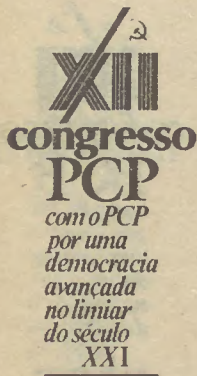
1. A política cultural que o PCP propõe aos portugueses consiste no efectivo exercício dos direitos culturais, na criação de condições para o desenvolvimento integral da pessoa humana e dos valores culturais da sociedade. Tem como fundamento e objectivos a elevação da participação criadora dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, bem como das suas organizações, nas várias esferas da vida social e a pedagogia dos valores democráticos.

No mundo contemporâneo, e também em Portugal, a cultura adquire um peso crescente na vida social.

A democracia cultural que o PCP defende é indissociável da democracia nas suas dimensões política, económica e social, que são condições materiais da sua realização. Radicada no movimento da sociedade, componente da vida do povo, a democracia cultural constitui um dos factores de transformação da realidade. O exercício dos direitos culturais e a luta pela sua generalização e aprofundamento são factores da democracia globalmente considerada.

2. A democracia cultural que o PCP defende implica:

- a generalização da fruição dos bens culturais e das actividades culturais, com a eliminação das discriminações económicas, sociais, de sexo e regionais no acesso ao conhecimento e à actividade cultural;
- a formação de uma consciência social progressista, que promova os valores humanistas da Liberdade, da Democracia e da Paz;



— o reconhecimento e a valorização da função social dos trabalhadores da área cultural e das suas estruturas e a melhoria constante da sua formação e condições de trabalho e apoio efectivo a jovens artistas;

— o apoio ao livre desenvolvimento das formas populares de criação e fruição de associativismo e vida cultural, reconhecendo-se e valorizando-se o seu papel dinâmico na formação da identidade nacional;

— a criação das condições materiais e espirituais indispensáveis ao desenvolvimento da criação, produção, difusão e fruição culturais, com respeito pela controvérsia científica e pela pluralidade das opções estéticas.

3. São orientações fundamentais da política cultural:

— A extinção do analfabetismo e do atraso cultural, a livre expressão e valorização das aptidões individuais e a elevação do nível de conhecimentos e necessidades da população;

— uma Escola em transformação, para o desenvolvimento e a modernização, para a emancipação cultural e a pedagogia democrática para a educação permanente; uma Escola participante e criadora, articulada com as necessidades, as práticas e as aspirações das populações tanto com o valor intrínseco do saber como com as condições do mercado do trabalho; uma Escola apoiada e potenciada, na sua função cultural, por outros meios formativos e agentes socioculturais, desde as instituições científicas, técnicas e artísticas, aos meios de comunicação social e às estruturas populares;

— uma política de ciência e tecnologia que aumente a qualificação do trabalho dos portugueses, potencie a função cultural e social do desenvolvimento científico e técnico;

— uma política que promova a expansão do ensino artístico, da educação pela arte e da animação sociocultural;

— a elevação do papel cultural da comunicação social, no rigor e na qualidade da informação, no estímulo, na integração e na divulgação, de acordo com a especificidade dos diferentes meios, da produção literária, artística, científica e cultural em geral;

— a salvaguarda, o estudo e a divulgação do património cultural nacional, regional e local, erudito e popular, tradicional ou actual;

— o intercâmbio com os outros povos da Europa e do mundo, a abertura aos grandes valores da cultura da humanidade e sua apropriação criadora, o combate à colonização cultural e a promoção internacional da cultura e da língua portuguesas, em estreita cooperação com os outros países que a usam;

— uma política de educação física e desporto que garanta aos cidadãos o acesso à sua prática, assumida como meio de valorização humana e factor de desenvolvimento da personalidade e democratização da vida social;

— uma política de ambiente, ordenamento do território e urbanismo que permita uma vida quotidiana de tranquilidade e bem-estar, a fruição generalizada de espaços de convívio e lazer, o desenvolvimento de «espaços verdes», no respeito pela preservação do património natural e cultural e dos núcleos urbanos de valor histórico e patrimonial;

— a descentralização e regionalização das estruturas de produção, dos equipamentos e serviços culturais, no quadro da eliminação das desigualdades regionais e da afirmação criadora das especificidades das regiões; o apetrechamento material e humano que potencie a acção do poder local na esfera cultural.

4. A democracia cultural tem no Estado democrático uma alavanca fundamental, mas só pode ser construída na combinação da acção do Estado com a participação e a criatividade colectivas e individuais.

7. A democracia cultural é um factor da democracia política cujas potencialidades só se podem desenvolver com o alargamento e a elevação da formação e da vida cultural das populações. É um factor da democracia económica, do desenvolvimento e da modernização, porque representa a qualificação da principal força produtiva: o trabalho humano. É um factor da democracia social porque é um vector de intervenção crescente na vida da sociedade, por parte dos trabalhadores, das classes e grupos sociais mais vitalmente interessados na democracia. É um factor de soberania nacional porque coopera na formação da identidade nacional, num processo aberto e activo e de interacção com a cultura mundial.

A democracia cultural que o PCP propõe aos portugueses é

um factor de emancipação individual, social e nacional, um factor do desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade, um poderoso incentivo ao diálogo das culturas.

6. Uma pátria independente e soberana, com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos

1. A independência, a soberania e a integridade territorial de Portugal constituem valores fundamentais e inalienáveis da nação, do Estado e do povo.

Os laços de dependência de Portugal em relação ao imperialismo e o domínio estrangeiro sobre recursos e sectores estratégicos da economia portuguesa, a política de subserviência e capitulação de sucessivos governos são tradicionalmente causas directas do atraso do País, poderosos obstáculos a um desenvolvimento conforme aos interesses nacionais e factores de envolvimento em posições e situações estranhas e mesmo contrárias aos interesses de Portugal.

A defesa dos interesses nacionais, da independência, da soberania e da integridade territorial, sendo parte integrante da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português, devem constituir coordenadas básicas na política de relações externas nos planos económico, político, cultural, diplomático e militar.

Numa economia mundial caracterizada pelo desenvolvimento acelerado da internacionalização dos processos de produção e de troca, da complementaridade e interdependência de recursos, da divisão internacional do trabalho e dos processos de integração, Portugal está vitalmente interessado no incremento da cooperação económica, científica, tecnológica, cultural, política e diplomática com outros países. Simultaneamente, tem de exigir, num quadro de diversificação das relações externas, a garantia de relações de igualdade, de respeito pelos interesses recíprocos, de salvaguarda da independência e soberania nacionais.

2. A integração de Portugal na CEE (e a forma como foi negociada e está a ser concretizada), tem já consequências negativas para os interesses nacionais, agrava laços de dependência e condiciona por um período de tempo indeterminado a economia e a política de Portugal.

Tendo necessariamente em conta esta situação, uma política patriótica e democrática de relações externas define os seus objectivos para a defesa e promoção e não para a subordinação, dos interesses e de soluções nacionais face à integração.

Neste sentido é indispensável:

— **a luta firme, determinada e combativa** dos trabalhadores, dos agricultores e de todas as classes e camadas sociais atingidas em interesses fundamentais pela integração;

— **a firme defesa e promoção dos interesses portugueses** por todos os órgãos de soberania e a activa intervenção de todos eles nas decisões inerentes ao processo de integração;

— **a renegociação** ou superação de acordos, decisões, regras e condições lesivas para Portugal;

— **a invocação de princípios proclamados pela CEE**, tais como «a coesão económica e social», a «igualização no progresso» das condições de vida e do trabalho e «a igualdade dos trabalhadores» entre outros, como forma de contrariar a política dos monopólios e impedir a acentuação dos desequilíbrios existentes, e antes procurando reduzi-los;

— **a obtenção e aplicação dos fundos da CEE** tendo em vista o desenvolvimento do país e não o apoio a interesses ilegítimos;

— **a luta pelo reconhecimento efectivo da especificidade da economia portuguesa**, designadamente da agricultura e pela dilatação onde necessário dos períodos transitórios;

— **a definição de objectivos nacionais de desenvolvimento económico e de progresso social** e a utilização dos meios comunitários e nacionais tendo em vista a defesa da economia e dos interesses nacionais;

— **sérias transformações das estruturas produtivas** e claras definições nacionais de uma especialização produtiva na divisão internacional do trabalho;

— **a luta pelo reconhecimento aos trabalhadores portugueses emigrados dos mesmos direitos sociais dos trabalhadores dos países onde trabalham;**

— **a defesa da identidade cultural portuguesa** e de formas de intercâmbio culturais, técnicas e artísticas que respeitem a língua e os valores nacionais;

— **o empenhamento para que a CEE desempenhe um papel independente e construtivo em relação às grandes questões internacionais**, designadamente a favor do desarmamento, do desanuviamento e da paz na Europa e no mundo, combatendo tendências para desenvolver uma vertente militar na CEE e promovendo a cooperação, a circulação e os intercâmbios humanos, culturais e outros, entre os povos e os Estados de toda a Europa;

— **o aprofundamento da activa cooperação e da acção comum do movimento operário, dos partidos comunistas e de outras forças democráticas dos países da CEE;**

— **a oposição à supranacionalidade e ao seu alargamento;**

— **a intervenção combativa e competente dos representantes portugueses nas instituições e instâncias da CEE** na defesa firme dos interesses nacionais;

— **o exercício do direito de veto** perante qualquer decisão que contrarie um «interesse vital» do nosso país.

3. No plano político-militar, a participação de Portugal na NATO (bem como na UEO) e os acordos militares com os EUA, a RFA e a França, constituindo graves condicionalismos externos à independência e soberania nacionais, não devem entretanto conduzir ao agravamento dos laços de dependência nem impedir a adopção de posições autónomas por parte do nosso país. Portugal não aliena o direito soberano de reconsiderar e renegociar acordos que considere lesivos dos seus legítimos interesses.

Sujeito a condicionalismos externos que lhe impõem graves vulnerabilidades (designadamente por força dos planos do imperialismo — NATO e EUA — de utilização do território nacional, insular e continental, para controlo do Atlântico Norte, para passagem e abastecimento de forças militares e para controlo do espaço de acordo com planos de militarização do cosmos), Portugal está vitalmente interessado no processo de desanuviamento e desarmamento e no reforço dos mecanismos internacionais de segurança colectiva, no desmantelamento dos blocos político-militares e nesse sentido deve intervir activamente incluindo no quadro da NATO.

A situação internacional, no que respeita às questões da paz e da guerra e da segurança colectiva, é caracterizada:

— pela crescente consciência social e política das inevitáveis consequências de devastação total da Humanidade em caso de conflito generalizado;

— pelo fracasso das tentativas do imperialismo romper em seu favor o equilíbrio militar-estratégico;

— por um novo clima nas relações entre a URSS e os EUA e entre os blocos político-militares patenteado no acordo para a eliminação de mísseis nucleares de médio e curto alcance e na abertura de reais possibilidades de alcançar a redução e eliminação de outras categorias de armamento nuclear, a eliminação das armas químicas e bacteriológicas, a redução dos sistemas de forças convencionais;

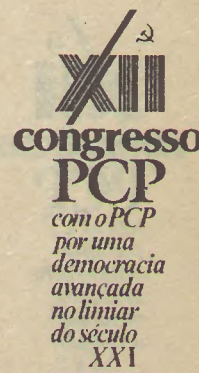
— pela crescente aceitação de propostas relativas ao estabelecimento de um sistema de segurança colectiva.

Nesta situação torna-se ainda mais necessário que Portugal adopte uma perspectiva política que, atendendo ao complexo sistema de alianças existentes, assegure a integridade do território nacional, a autonomia de decisão político-militar, a soberania nacional e a segurança do povo português e de Portugal, dando uma contribuição própria para a evolução positiva do relacionamento internacional, a eliminação da ameaça nuclear e a salvaguarda da paz mundial.

— **São elementos fundamentais da Independência e soberania portuguesas:**

— **a Independência económica**, garantindo, no quadro da cooperação e interdependência internacional e designadamente no actual quadro da integração na CEE, o domínio nacional dos sectores e recursos estratégicos da economia, a atenuação dos défices externos nas áreas que criam graves vulnerabilidades, o desenvolvimento da produção, a atenuação da dívida externa, a inserção na divisão internacional do trabalho de forma não subordinada e que, pelo controlo dos processos produtivos, inviabilize imposições externas;

— **a definição nacional da política de defesa**, garantindo a autonomia na adopção dos conceitos estratégicos fundamentais, a independência das Forças Armadas Portuguesas de qualquer controlo ou ingerência externas, a decisão prévia e o controlo nacional sobre a utilização do território, espaço aéreo e zonas marítimas por forças estran-



geiras, excluindo utilizações para operações de agressão, para projectos de militarização do espaço ou como base de instalação, estacionamento e trânsito de quaisquer tipos de armamento nuclear;

— a **autonomia de decisão e relacionamento diplomático**, sem subordinação a ditames ou imposições externas, garantindo a sua concretização pautada pelos objectivos de defesa dos interesses nacionais, da cooperação, amizade e solidariedade com todos os povos, e da paz e segurança;

— a **salvaguarda e desenvolvimento da cultura portuguesa**, garantindo, no quadro da necessária intensificação do intercâmbio com outros povos e culturas e da crescente internacionalização da comunicação social, a preservação da identidade cultural do povo português e a valorização da sua afirmação internacional;

— o **desenvolvimento nacional da ciência e tecnologia**, garantindo, no quadro da cooperação e intercâmbio internacionais, o domínio nacional das modernas aquisições científicas e processos tecnológicos.

5. No quadro destas orientações gerais, Portugal desenvolverá, na democracia avançada que o PCP propõe ao povo português no limiar do século XXI, **uma política externa diversificada, de paz, amizade e cooperação com todos os povos**, que terá como vectores principais:

— **as relações com a CEE**, tendo como princípios básicos a cooperação mutuamente vantajosa, a salvaguarda dos interesses e da soberania nacionais, o desenvolvimento de relações equilibradas e não discriminatórias entre os seus Estados membros e com todos os povos e países;

— **as relações tradicionais, designadamente com outros países da Europa Ocidental e com os EUA**, na base dos princípios da igualdade, reciprocidade de vantagens, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos;

— **as relações de privilegiada amizade e cooperação com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe**, (garantindo nomeadamente que essas relações se desenvolverão sem quaisquer ingerências e que o território português não será utilizado para actividades hostis a estes países) **bem como com o Brasil**;

— **as relações de amizade e cooperação com os países socialistas**, valorizando as imensas potencialidades desprezadas por uma política sectária de hostilização;

— **as relações com os países do chamado Terceiro Mundo** e, no pleno aproveitamento do seu estatuto de observador, reconhecimento do importante papel do Movimento dos Não-Alinhados na busca de soluções para os problemas da Humanidade;

— **a solidariedade activa com os povos em luta** pela liberdade, independência nacional e progresso social, contra o imperialismo, o colonialismo, o fascismo, o racismo, o *apartheid* e o sionismo, e assumindo cabalmente as suas responsabilidades com o povo de Timor-Leste, no sentido de assegurar a sua autodeterminação e independência;

— **a intervenção activa em todas as instâncias internacionais** em que participa, particularmente na ONU e suas agências, para a resolução dos problemas globais da Humanidade, designadamente a defesa da paz, a luta contra a fome, a pobreza e o subdesenvolvimento, a defesa e preservação do meio ambiente, a criação de uma nova ordem internacional da informação;

— o **empenho na criação de uma nova ordem económica internacional** tendente à superação dos profundos desequilíbrios e discriminações e dos devastadores efeitos da dívida que impendem sobre dezenas e dezenas de países, e que, pondo termo ao neocolonialismo, assegure a possibilidade do desenvolvimento e bem-estar de todos os povos;

— a **contribuição activa para o desarmamento e o desarmamento, para a segurança e cooperação na Europa**, para o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva que permita caminhar para a dissolução dos blocos políticos-militares e a liquidação de bases militares em território estrangeiro, defendendo na NATO a definição de política e a adopção das medidas adequadas a esse objectivo e recusando o envolvimento do país, das Forças Armadas portuguesas e do território nacional, em quaisquer acções ou sistemas que contrariem ou dificultem o caminho para a paz e para a segurança (designadamente, com a recusa de qualquer agravamento de encargos militares, do alargamento de bases estrangeiras, da instalação de novos sistemas de incidência militar, ou da instalação, estacionamento ou trânsito de armas nucleares).

6. Na democracia avançada que o PCP propõe para o limiar do século XXI Portugal contribuirá positivamente para a resolução dos grandes problemas do mundo contemporâneo, no caminho da paz e do progresso social. Portugal assumirá o seu pleno direito de decidir do seu próprio regime económico, social e político, da sua própria política interna e externa, do seu futuro e do seu destino.

A democracia avançada que o PCP propõe, incorporando uma concepção de regime e a definição de uma política democrática, caracteriza-se fundamentalmente por constituir um projecto de sociedade cuja construção se apresenta como inteiramente correspondente aos interesses populares e às necessidades nacionais no limiar do século XXI.

A construção da democracia avançada constitui assim um processo de transformação da vida e da sociedade para cujo êxito serão determinantes, não apenas as soluções institucionais, políticas e governamentais, mas também o esforço criador e o empenho colectivo dos trabalhadores e do povo português.

A luta permanente e quotidiana em defesa dos interesses do povo e do país, o combate firme e persistente à política de direita, o reforço da unidade da classe operária, o empenho na formação de uma vasta frente social de luta, os progressos na convergência e unidade dos democratas e patriotas, a conjugação da luta eleitoral e institucional com as lutas de massas — factor determinante na evolução da vida nacional — e a concretização de soluções políticas progressistas fazem parte e inserem-se na luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI.

O reforço da influência social, política e eleitoral do PCP e a sua participação no governo do país são uma condição decisiva para a construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

III O SOCIALISMO FUTURO DE PORTUGAL

A democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português visa resolver muitos dos mais graves problemas actualmente existentes. Mas a liquidação da exploração capitalista, o desaparecimento geral e efectivo de discriminações e desigualdades sociais é tarefa histórica que só com a revolução socialista é possível poder realizar. O PCP, fiel ao seu ideal, tem como objectivo programático a construção do socialismo e do comunismo em Portugal.

Tal como o Programa do PCP aprovado em 1965 e reafirmado com alterações em 1974 no VII Congresso (extraordinário), sublinhava que a realização completa da revolução democrática e nacional criaria condições favoráveis para a evolução da sociedade portuguesa rumo ao socialismo, assim também, ao propor agora no seu Programa uma democracia avançada no limiar do século XXI, o PCP considera que a realização de um tal projecto criará condições propícias a um desenvolvimento da sociedade portuguesa conduzindo ao socialismo. A sociedade socialista que, como objectivo e perspectiva, o PCP propõe ao povo português incorpora e desenvolve os elementos fundamentais — económicos, sociais, políticos e culturais — da democracia avançada.

O processo social e político que conduzirá ao socialismo não depende apenas da vontade e da acção das forças que querem promovê-lo. Depende também, para além de outros factores, da actuação e das formas de resistência das forças que se lhe opõem. No Portugal do limiar do século XXI o caminho do socialismo é o do aprofundamento da democracia.

A acção de vanguarda da classe operária, a luta das massas populares, a política assumida pelas instituições e pelo Estado, a maior ou menor democraticidade das eleições, a estrutura social e a arrumação das forças de classe, a capacidade do Partido para ganhar as massas para o seu Programa, são elementos fundamentais que determinarão no concreto o processo de transformação socialista da sociedade.

1. O mundo caminha para o socialismo

1. O século XX fica marcado na história da Humanidade como um momento de viragem da sociedade humana a partir da vitória da revolução socialista de Outubro e da constituição do primeiro Estado de operários e camponeses. Passos gigantes no processo de libertação dos trabalhadores e dos povos foram dados pelas revoluções socialistas, pelo ruir do colonialismo, pela conquista da independência por povos secularmente submetidos ao jugo colonial, pela conquista de direitos pelos trabalhadores dos países capitalistas.

Trata-se de um empreendimento revolucionário exaltante que, num processo irregular e acidentado, visa transformar e transforma em realidades profundas, sentidas e justas, aspirações e sonhos da maioria esmagadora da Humanidade — de todos os explorados, oprimidos, discriminados por motivo de classe, de raça, de sexo, de ideias.

Depois de milénios de sociedades cujos sistemas socioeconómicos e cujo desenvolvimento se basearam sempre na exploração de umas classes por outras classes, na exploração dos que trabalham e constituem a grande maioria dos povos por uma minoria detentora dos meios de produção, do Estado e do poder, — as revoluções socialistas, com o poder dos trabalhadores, empreenderam a construção de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados, sem classes antagónicas, sem discriminações e injustiças sociais, uma nova sociedade na qual o bem-estar material e espiritual do povo é um objectivo básico de toda a política.

2. O capitalismo, incapaz de resolver os problemas da Humanidade e de impedir o avanço do processo mundial de libertação dos trabalhadores e dos povos, está historicamente condenado. O mundo caminha para o socialismo.

É certo que o capitalismo revelou uma elevada capacidade de adaptação e de resistência e que, na base da sua utilização da revolução científica e técnica, do neocolonialismo e da intensificação da exploração dos trabalhadores, da divisão internacional do trabalho e dos processos de integração, assegurou novos impulsos de desenvolvimento. Mas são patentes as suas contradições internas e a tendência para a sua agudização: entre o capital e o trabalho; entre os monopólios e as camadas não monopolistas; entre os países capitalistas desenvolvidos e o chamado Terceiro Mundo; entre os grandes pólos do imperialismo; entre o carácter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção.

3. A luta libertadora alargou-se a todos os continentes, desenvolveu-se impetuosamente e alcançou grandes vitórias em países com graus de desenvolvimento, estruturas económicas, composição de classes, ideologias dominantes, tradições e hábitos enraizados nas massas, extraordinariamente diferenciados.

Mais de um terço da humanidade vive hoje em países socialistas. Numerosos povos escolhem também o caminho do socialismo. O novo sistema económico-social, apesar de abrir caminho através de imensas dificuldades internas e externas e por vezes afectado por graves erros nos mais altos níveis de condução do Estado, mostrou a sua superioridade sobre o capitalismo e transformou-se num factor determinante da evolução mundial e da defesa da paz.

4. A experiência da construção da sociedade socialista em numerosos países confirma por um lado características básicas comuns e mostra por outro lado, como há muito o PCP sublinhou, que não existe um «modelo» de socialismo que possa ter validade universal.

A experiência revela que a construção da sociedade socialista é em numerosos aspectos, incluindo na formação de uma mentalidade nova, mais complexa e demorada do que foi previsto e era previsível e que a solução adoptada para os mais diversos problemas (organização económica, sistemas de gestão, estrutura do Estado, política social, intervenção popular, cultura) tem de estar constantemente sujeita à verificação dos resultados pronta à correcção e à mudança quando necessárias, aberta ao constante aperfeiçoamento e enriquecimento.

A experiência revela ainda que para impedir um distanciamento entre os governantes e o povo, o uso indevido do poder político e abuso da autoridade, a não correspondência da política e das realidades com os objectivos definidos e proclamados do socialismo, desvios e deformações incompatíveis com a sua natureza, são essenciais o exercício efectivo do poder e controlo popular e a consideração permanente do aprofundamento da democracia.

5. Assim, as realizações fundamentais da URSS e de todos os países socialistas constituem, por um lado, conquistas históricas irreversíveis das quais no mundo contemporâneo é inseparável qualquer verdadeiro progresso social e, por outro lado, experiências revolucionárias cuja assimilação crítica é indispensável às forças que se propõem, no seu próprio país, pôr fim a todas as formas de exploração e opressão, construindo a sociedade socialista.

2. O socialismo — futuro de Portugal

1. É a partir da realidade portuguesa e da experiência revolucionária portuguesa nos seus múltiplos aspectos e assimilando criticamente a experiência revolucionária mundial, que o PCP aponta ao povo português, como seu objectivo, a futura construção da sociedade socialista.

O PCP aponta como **objectivos fundamentais da revolução socialista em Portugal** a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, a intervenção permanente e criadora das massas populares em todos os aspectos da vida política, económica, social e cultural do país, a elevação constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo em geral, o desaparecimento das injustiças sociais, a concretização na vida da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país, como força social dinâmica e criativa.



2. Para alcançar tais objectivos, o PCP aponta como **características da sociedade socialista em Portugal**:

- No **sistema político** o poder dos trabalhadores, a democratização de toda a vida nacional, a garantia do exercício das liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e de formação de partidos políticos, a protecção na ordem jurídica dos direitos dos cidadãos, o respeito por opiniões, interesses sociais e aspirações diferenciadas e pelas crenças religiosas e a prática do culto, a realização de eleições com a observância estrita da legalidade pelos órgãos do poder, a intervenção e participação das massas trabalhadoras na direcção política e económica do país através dos órgãos de soberania, do poder local democrático e das organizações de classe, sindicais, políticas e outras.
- Na **organização económica**, a propriedade social sobre os principais meios de produção, uma direcção planificada da economia acompanhada da iniciativa e directa intervenção das unidades de produção e dos trabalhadores, a coexistência de formas de organização estatais, cooperativas, colectivas, familiares e individuais com empresas privadas de diversa dimensão, a realização completa e definitiva da reforma agrária com inteiro respeito pela vontade dos trabalhadores e dos agricultores, a consideração do papel do mercado, o desenvolvimento harmonioso dos recursos e sectores da economia nacional e de todas as regiões, a dinâmica e eficácia da economia baseada nas melhores realizações do progresso científico-técnico.
- No **plano social**, a libertação dos trabalhadores de todas as formas de opressão e exploração, o pleno emprego, a retribuição de cada um segundo o seu trabalho, o direito ao trabalho com relevo para a garantia do primeiro emprego aos jovens, a garantia do interesse material no desenvolvimento da produção, o respeito da propriedade individual resultante do trabalho próprio, a edificação de relações sociais baseadas no respeito pela dignidade e personalidade de cada cidadão, o desenvolvimento dos serviços sociais, a solução do problema da habitação, a generalização da prática desportiva e de uma saudável ocupação dos tempos livres, a defesa do meio ambiente, a erradicação dos grandes flagelos sociais como a fome, o analfabetismo, a miséria, a droga, a prostituição, o alcoolismo e a criminalidade.
- No **plano cultural** a transformação da cultura em património, instrumento e actividade de todo o povo, o progresso da ciência e da técnica, a expansão da criação artística, o estímulo à criatividade, o pleno acesso ao ensino e um elevado nível de democracia cultural resultante da conjugação permanente da política das instituições do Estado socialista com a iniciativa, a participação e a actividade criadora individual e colectiva.
- No **plano ético**, a formação da consciência social e individual em conformidade com os ideais da liberdade, dos deveres cívicos, do respeito pela pessoa humana e pela Natureza, da solidariedade, amizade e paz.

3. A experiência revolucionária mundial, assim como a experiência da revolução portuguesa, já mostrou que, na construção de uma nova sociedade, a iniciativa e a criatividade das forças revolucionárias e das massas populares contém imensas e por vezes inesperadas potencialidades e que as soluções adoptadas pelo poder político carecem de ser aferidas pela prática e sujeitas a mudanças e correcções que a vida imponha ou aconselhe.

No quadro dos objectivos essenciais, o sistema socialista em Portugal assumirá inevitavelmente particularidades e originalidades resultantes não só das realidades objectivas do país como também das formas concretas que até então assumiu a luta de classes, a evolução económica, social e política e a própria conjuntura internacional.

4. Eliminada a exploração criar-se-á uma sociedade sem classes antagonicas, de trabalhadores manuais e intelectuais, operários, empregados, camponeses, quadros técnicos, cientistas, artistas — todos quantos desenvolvem uma actividade útil à sociedade, igualmente interessados no progresso económico, político, social e cultural e colaborando fraternalmente entre si para o bem comum.

No horizonte da evolução social, como objectivo supremo do PCP, está o comunismo — sonho milenário da humanidade progressista, sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes na qual o trabalho será não apenas uma fonte de riqueza, mas uma actividade criadora e uma fonte de alegria, de liberdade e de valorização pessoal e na qual a paz, a saúde, a cultura, o repouso, o recreio, um meio ambiente equilibrado, a acção colectiva e o valor do indivíduo serão componentes da felicidade humana.

5. Lutando em defesa das conquistas da revolução de Abril e apontando como objectivo actual uma democracia avançada no limiar do século XXI, é a perspectiva radiosa do socialismo e do comunismo que o PCP indica à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os homens, mulheres e jovens de Portugal.

IV O PARTIDO

1. Partido político do proletariado e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português é um partido patriótico e internacionalista.

— **Patriótico** porque partido ao serviço do povo com as suas raízes de classe assentes na realidade económica, social e cultural de Portugal, parte integrante da sociedade portuguesa e da nação portuguesa, continuador das tradições progressistas da nossa história, — é um partido ao serviço da Pátria.

— **Internacionalista** porque partido dos trabalhadores portugueses cujos interesses se identificam com os interesses dos trabalhadores dos outros países, na sua luta contra a exploração capitalista e pela emancipação da humanidade; partido autónomo e independente no movimento comunista internacional cuja composição e limites se alargam com o avanço do processo de libertação dos povos, solidário para com as forças revolucionárias, — inspira as suas posições e relações internacionais no internacionalismo proletário e se assume como um partido da causa universal da libertação do homem.

2. É uma verdade histórica que o Partido Comunista Português desempenhou um decisivo papel na luta contra a ditadura fascista, na criação de condições sociais e políticas que tornaram possível a vitória do levantamento militar do MFA em 25 de Abril de 1974, na construção e institucionalização do novo regime democrático — o regime consagrado na Constituição da República aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976. O PCP desempenhou e desempenha igualmente um decisivo papel na defesa da democracia portuguesa e das suas conquistas e da independência e soberania nacionais.

Partido profundamente empenhado na luta de massas, o PCP é, ao mesmo tempo, uma força política essencial ao funcionamento eficaz e democrático das instituições e ao fortalecimento da vida democrática do País. Participa activamente na Assembleia da República, no Conselho de Estado e na actividade de outros órgãos institucionais e estruturas do Estado. Tendo desempenhado um papel determinante na construção do Poder Local, aí realiza uma obra notável ao serviço das populações. Contribui decisivamente, através da acção dos seus militantes, para a valiosa dinâmica das mais diversas organizações sociais, instituições culturais e estruturas populares.

O valor da intervenção do PCP na vida nacional resulta da natureza de classe do Partido e da sua política, da correspondência dos seus objectivos e da sua luta com os interesses do povo português e de Portugal, da sua ligação aos trabalhadores e às massas populares e também da sua capacidade de organização, da sua estrutura, do seu funcionamento, do seu estilo de trabalho, do seu conhecimento da realidade, da sua criatividade, da sua unidade e coesão. Constituem também, a justo título, importante base do prestígio e influência do PCP, o seu respeito pelos compromissos assumidos perante o povo, a seriedade, a coerência, a elevação moral e política e o sentido das responsabilidades que marcam toda a sua intervenção na vida nacional.

No plano internacional as relações e a intervenção do PCP estão inteiramente ao serviço do povo português e de Portugal, da causa libertadora dos trabalhadores e dos povos, dos ideais de liberdade, independência nacional, progresso social, socialismo e paz. O PCP actua invariavelmente em prol da unidade do movimento comunista internacional e pelo fortalecimento da cooperação e amizade entre as grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo.

3. O Partido Comunista Português organiza nas suas fileiras os operários, os empregados, os camponeses, os intelectuais, os homens, as mulheres e os jovens que lutam contra a exploração e a opressão capitalista, pela democracia, pelo socialismo e o comunismo.

Pode ser membro do Partido Comunista Português todo aquele que aceite o Programa e os Estatutos do Partido, milite numa das suas organizações e pague a sua quotização.

4. A estrutura orgânica e o funcionamento do Partido, definidos e desenvolvidos nos Estatutos, assentam no centralismo democrático, cujos princípios enriquecidos pela experiência visam assegurar simultaneamente uma profunda democracia interna e, uma única orientação geral e uma única direcção central.

São princípios indissociáveis do centralismo democrático:

— a eleição dos organismos dirigentes do Partido, da base ao topo e o direito de destituição de qualquer eleito pelo colectivo que o elegeu;

— a obrigatoriedade de os organismos dirigentes prestarem regularmente contas da sua actividade às organizações respectivas e considerarem atentamente as opiniões e críticas que estas exprimam;

— o carácter vinculativo das decisões dos organismos superiores para os inferiores e a obrigatoriedade de estes informarem da sua actividade os organismos superiores;

— a livre expressão das opiniões, e o seu debate procurando assegurar a inserção dos contributos individuais no trabalho, decisão e acção colectivos dos organismos e organizações do Partido;

— o cumprimento por todos das decisões tomadas por consenso ou maioria;

— a disciplina no cumprimento dos princípios orgânicos e disposições estatutárias do Partido e a não admissão de fracções ou de actividades fraccionárias.

Os princípios do centralismo democrático enriquecidos pela prática da vida partidária e seus ensinamentos garantem a participação de todos os militantes na elaboração da orientação do Partido, a responsabilidade e efectiva responsabilização da direcção perante o colectivo partidário e de todas as organizações e militantes perante a direcção, o debate construtivo com a expressão livre e franca de opiniões, o estímulo à iniciativa das organizações e militantes, a disciplina voluntária e consciente e responsável e a unidade ideológica, orgânica e de acção.

Estes princípios constituem uma base fundamental da força, da coesão e da disciplina do Partido, da sua ligação à classe operária e às massas populares, da sua capacidade de intervenção na vida nacional.

5. A vida social e política na sua permanente mobilidade exige do Partido a capacidade, não só de acompanhar e examinar como de responder às novas situações e para protagonizar transformações da realidade.

A firmeza ideológica, a coerência de princípios, o rigor da orientação e dos objectivos políticos traçados, a capacidade e prontidão para corrigi-los sempre que tal se imponha, harmonizam-se com grande maleabilidade e flexibilidade tácticas.

A teoria do PCP é o marxismo-leninismo, materialista e dialéctico, essencialmente antidogmático, constantemente enriquecido por novos conhecimentos e experiências, instrumento indispensável para a análise científica da realidade e das suas mutações, para uma prática revolucionária consequente, para a definição correcta dos objectivos e dos caminhos que conduzam os povos a um futuro melhor.

No desenvolvimento do pensamento de Marx, Engels e Lenine, o marxismo-leninismo integra as experiências e ensinamentos de toda a história do movimento operário, dos partidos comunistas, da Revolução de Outubro e do PCUS, das outras revoluções socialistas, do movimento de libertação nacional, das revoluções democráticas e de toda a evolução progressista da sociedade humana.

O PCP tem no marxismo-leninismo um sólido instrumento para analisar as novas realidades e os novos processos, para elevar a reflexão, o combate ideológico e o debate teórico, e para encontrar, com criatividade, as soluções concretas para os problemas.

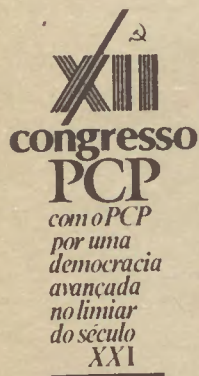
Atento à realidade, examinando as transformações e mudanças económicas, sociais, políticas e culturais que se verificam na sociedade portuguesa e no mundo, estudando os novos fenómenos e avaliando e discernindo as suas causas, significado e consequências, o PCP define a sua orientação política e as suas tarefas a curto, a médio e a longo prazo.

6. Porque o PCP está inteiramente ao serviço do povo e da Pátria, o seu Programa corresponde aos interesses fundamentais e às aspirações mais profundas da classe operária e de todos os trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais, dos quadros técnicos, dos pequenos e médios empresários, da juventude, das mulheres, dos idosos, dos deficientes, de todos os homens e mulheres progressistas.

Propondo uma democracia avançada no limiar do século XXI o PCP proclama: Este é o Programa que propomos ao povo português. Se concordais com ele, lutai com o PCP pela sua realização.

A luta para que o Programa do PCP, pela vontade do povo português, se confirme na vida é o caminho da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo.

É o caminho que interessa ao povo português e à pátria portuguesa.



Estatutos do PCP

CAPÍTULO I O PARTIDO

Artigo 1.º — 1. O Partido Comunista Português, fundado em 6 de Março de 1921, é o partido político do proletariado português.

2. O Partido Comunista Português, vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, organiza nas suas fileiras os operários, os empregados, os camponeses, os intelectuais, os homens e mulheres que lutam contra a exploração e a opressão capitalistas, pela democracia, pelo socialismo e o comunismo.

3. O Partido Comunista Português, pela identificação dos seus ideais e objectivos com as aspirações mais profundas do povo português e com os interesses nacionais, é continuador legítimo das melhores tradições da luta e das realizações progressistas e revolucionárias do povo português.

Art.º 2.º — O Partido Comunista Português baseia a sua actividade no marxismo-leninismo: concepção científica do mundo, que se desenvolve com o incessante progresso dos conhecimentos; instrumento de análise da realidade que, em articulação com a prática, constantemente se enriquece com o estudo dos novos fenómenos, situações, processos e tendências de desenvolvimento; guia para a acção que assimila criticamente as experiências do movimento comunista internacional, das forças progressistas de todo o mundo e da classe operária e do povo português.

Art.º 3.º — 1. O Partido Comunista Português educa os seus membros no espírito da fidelidade à causa da classe operária, dos trabalhadores e do povo português e à defesa dos interesses nacionais.

2. O Partido Comunista Português considera indissociáveis as suas tarefas nacionais e os seus deveres internacionalistas. Forma os seus membros no espírito do internacionalismo proletário, da defesa da unidade do movimento comunista internacional, da cooperação entre as grandes forças revolucionárias da época actual, da luta das forças democráticas e amantes da Paz do mundo inteiro, da solidariedade para com os trabalhadores dos outros países e para com os povos em luta contra a opressão política, social e nacional, contra o imperialismo e o colonialismo, o neo-colonialismo e o racismo.

Art.º 4.º — A força do Partido assenta essencialmente na sua coesão ideológica, política e orgânica, no exercício da democracia interna, no trabalho colectivo, numa correcta orientação política, na actividade consciente e coordenada dos seus membros, no contínuo aprofundamento da sua ligação aos trabalhadores e às massas populares.

Art.º 5.º — O Partido Comunista Português tem como objectivos supremos a construção em Portugal do socialismo e do comunismo, que acabarão com a exploração do homem pelo homem e proporcionarão ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, o respeito pela pessoa humana, a cultura, a igualdade e a felicidade.

Art.º 6.º — Actualmente, e na continuidade do programa da revolução democrática e nacional aprovado no VI Congresso do PCP e dos ideais, conquistas e realizações históricas da revolução de Abril, o PCP luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI, simultaneamente política, económica, social e cultural, com seis componentes ou objectivos fundamentais:

1. um regime de liberdade no qual o povo decida o seu destino;
2. um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente;
3. o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País;
4. uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo;
5. uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;
6. uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Art.º 7.º — A luta em defesa das conquistas da revolução de Abril (as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o poder local democrático, a autonomia regional e outras) e pela democracia avançada é parte constitutiva da luta pelo socialismo.

Art.º 8.º — 1. A actividade do Partido Comunista Português é dirigida actualmente no sentido do estabelecimento e fortalecimento da unidade das forças democráticas e patrióticas com vista a garantir uma democracia avançada em Portugal.

2. A base social fundamental dessa unidade é a unidade da classe operária e uma vasta frente social incluindo os empregados, os camponeses, os intelectuais, os quadros técnicos, e os pequenos e médios empresários do comércio, da indústria e dos serviços.

3. Participam ainda nesta frente social — na qual desempenha papel básico a aliança da classe operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores) — as mulheres, os jovens,

os reformados e pensionistas, os deficientes e outras forças sociais que intervêm na vida nacional com aspirações e objectivos específicos.

CAPÍTULO II OS MEMBROS DO PARTIDO, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art.º 9.º — Pode ser membro do Partido Comunista Português todo aquele que aceite o Programa e os Estatutos do Partido, milite numa das suas organizações e pague a sua quota.

Art.º 10.º — 1. A filiação no Partido é individual.

2. A proposta de filiação de um novo membro deve ser avaliada pelo menos por um membro do Partido que, sobre aquele, fornecerá as informações que sejam solicitadas e abonem a sua seriedade.

3. A admissão deve ser decidida por um organismo do Partido e comunicada ao novo membro definindo-se a organização a que pertence e acordando-se a quota a pagar.

4. Ao novo membro deverão ser entregues o Programa, os Estatutos do Partido e o cartão de militante.

Art.º 11.º — 1. Perdem a qualidade de membros do Partido aqueles que dele se desvinculem, os que, por manifesto erro, hajam sido indevidamente admitidos e os que, tendo deixado de participar na vida partidária, não tenham tido o seu cartão renovado por duas vezes consecutivas, por razões não justificadas que lhes sejam imputáveis.

2. Tais decisões competem ao organismo dirigente da respectiva organização e têm de ser ratificadas pela correspondente Direcção da Organização Regional ou organismo superior, cabendo recurso para a Comissão Central de Controlo e Quadros.

Art.º 12.º — Os membros do Partido não podem pertencer a outros partidos ou organizações de carácter partidário.

Art.º 13.º — Os deveres e direitos são iguais para todos os membros do Partido.

Art.º 14.º — O membro do Partido tem o dever de:

- a) actuar em conformidade com os Estatutos do Partido;
- b) contribuir para a realização do Programa do Partido, para a aplicação da sua linha política e para o reforço da sua organização, prestígio e influência;
- c) defender a unidade e a coesão do Partido;
- d) participar regularmente nas reuniões e na actividade do seu organismo ou organização;
- e) pagar a sua quota e renovar periodicamente, junto da sua organização, o cartão de militante;
- f) aprofundar o conhecimento do meio em que se desenvolve a sua actividade e transmiti-lo ao Partido, reforçar a sua ligação com os trabalhadores, com os elementos de outras classes e camadas laboriosas, com as populações, defender as suas justas reivindicações e aspirações;
- g) prestar regularmente contas da sua actividade partidária;
- h) recrutar novos membros para o Partido;
- i) procurar elevar o seu nível cultural, político e ideológico, nomeadamente com o estudo do marxismo-leninismo e da linha política e experiência do Partido;
- j) ler e difundir a imprensa e os documentos do Partido;
- l) exercer e estimular a prática da crítica e da autocritica;
- m) não praticar actos ou assumir comportamentos que prejudiquem o Partido e combater o liberalismo e a inconfidência;
- n) ter uma correcta conduta moral, ser modesto, sincero, honesto e leal para com o Partido e para com todos os camaradas;

o) informar a organização a que pretence no caso de mudar de local de trabalho ou de residência e, se essa alteração implicar mudança de organização, procurar contacto com a organização do Partido a que deverá passar a pertencer.

Art.º 15.º — O membro do Partido tem o direito de:

- a) expressar livremente a sua opinião nos debates realizados no organismo a que pertence, nos plenários da sua organização, nas Assembleias, Conferências e Congressos para que foi eleito, em todas as reuniões do Partido em que participe;
- b) contribuir para a elaboração da linha política do Partido;
- c) criticar, no organismo a que pertence e nas Assembleias em que participe, o trabalho do seu organismo, de qualquer organismo incluindo os superiores ou de qualquer membro do Partido independentemente das funções que este desempenhe;
- d) participar nas eleições que tenham lugar na organização a que pertence e poder nelas fazer propostas, eleger e ser eleito;
- e) ser regularmente informado sobre a orientação e a actividade geral do Partido, bem como do organismo de direcção da organização a que pertence;
- f) tratar com os organismos superiores, nomeadamente por intermédio do seu organismo ou directamente, se entender necessário, todas as questões que considere de interesse para o Partido;

g) apresentar propostas e opiniões e pedir informações a qualquer instância superior, incluindo o Comité Central, e obter resposta em tempo útil;

h) ser previamente ouvido e poder apresentar as suas razões junto dos organismos competentes quando lhe sejam imputadas infracções disciplinares;

i) participar nas reuniões do organismo a que pertence em que se tomem resoluções sobre a sua actuação ou conduta;

j) recorrer para os organismos superiores das sanções disciplinares que lhe tenham sido aplicadas.

CAPÍTULO III O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Art.º 16.º — 1. A estrutura orgânica e o funcionamento do Partido assentam no centralismo democrático cujos princípios, enriquecidos pela experiência, visam assegurar simultaneamente uma profunda democracia interna e uma única orientação geral e uma única direcção central.

2. São princípios indissociáveis do centralismo democrático: a) a eleição dos organismos dirigentes do Partido, da base ao topo, e o direito de destituição de qualquer eleito pelo colectivo que o elegeu;

b) a obrigatoriedade de os organismos dirigentes prestarem regularmente contas da sua actividade às organizações respectivas e considerarem atentamente as opiniões e críticas que estas exprimam;

c) o carácter vinculativo das decisões dos organismos superiores para os inferiores e a obrigatoriedade de estes informarem da sua actividade os organismos superiores;

d) a livre expressão das opiniões e o seu debate, procurando assegurar a inserção dos contributos individuais no trabalho, decisão e acção colectivas dos organismos e organizações do Partido;

e) o cumprimento por todos das decisões tomadas por consenso ou maioria;

f) a disciplina no cumprimento dos princípios orgânicos e disposições estatutárias do Partido e a não admissão de fracções ou prática de quaisquer actividades fraccionárias.

Art.º 17.º — A título excepcional e provisório, podem ser utilizadas a cooptação ou designação para a constituição ou reconstituição parcial ou total de organismos partidários, auscultando os organismos a que os militantes pertencem e informando do facto a respectiva organização. No caso de as remodelações respeitarem a grande número dos membros do organismo, deverão realizar-se eleições logo que tal for possível.

Art.º 18.º — O organismo que dirige um determinado sector é considerado de nível superior a todos os que dirigem uma parte desse sector.

Art.º 19.º — 1. Dentro da sua esfera de acção, todas as organizações do Partido têm poder de decisão e a mais ampla iniciativa, tendo em conta que as suas resoluções se deverão inserir no quadro dos princípios estatutários, da linha política do Partido e das resoluções dos organismos superiores.

2. Os organismos superiores devem fomentar a responsabilização dos organismos inferiores, nomeadamente descentralizando competências, estimulando e ajudando os organismos e os quadros a exercê-las.

Art.º 20.º — 1. A discussão franca e livre dos problemas da vida, orientação e actividade do Partido nas reuniões dos organismos e organizações, com a admissão natural de diferenças de opinião e o respeito por elas, bem como a garantia do direito de discordar, criticar e propor, é condição fundamental para o desenvolvimento da actividade partidária, para o estabelecimento da unidade de pensamento e acção de todo o Partido, para a existência de uma forte e consciente disciplina.

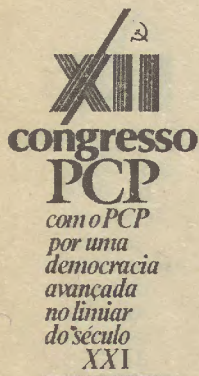
2. Cabe a todos os militantes e particularmente aos organismos dirigentes estimular e promover o debate dentro do Partido, segundo as normas estatutárias.

Art.º 21.º — A formação de grupos ou tendências organizadas, à margem da estrutura ou do funcionamento orgânico e da disciplina do Partido, que desenvolvam actividades em torno de propostas ou plataformas políticas próprias, constitui actividade fraccionária não admitida no Partido.

Art.º 22.º — 1. A actividade de todos os organismos e organizações do Partido rege-se pelos princípios do trabalho colectivo e da direcção colectiva.

2. O Partido forma e orienta os seus membros no respeito pelas opiniões e decisões colectivas e combate, a todos os níveis, o trabalho individualista, a sobreposição da opinião pessoal à opinião do colectivo, a fuga a prestar contas da própria actividade, o autoritarismo, o dirigismo e o culto da personalidade.

3. Todos os organismos do Partido têm responsabilidade colectiva de direcção, que não elimina, antes pressupõe, a responsabilidade individual e o espírito de iniciativa de cada membro.



Art.º 23.º — 1. A crítica e a autocrítica devem ser estimuladas e praticadas em todos os organismos e organizações do Partido na análise dos problemas e da actividade desenvolvida, como método de aperfeiçoar o trabalho, vencer as deficiências, corrigir os erros e formar os militantes.

2. A crítica e a autocrítica, individuais e colectivas, devem constituir uma prática habitual e natural e não actos obrigatoriamente formalizados.

3. É falta grave impedir o exercício da crítica conforme com as normas de funcionamento do Partido ou praticar qualquer discriminação por motivo do seu exercício.

Art.º 24.º — 1. Aos quadros do Partido, militantes que exercem funções mais responsáveis nos diversos escalões, cabe um importante papel na actividade partidária.

2. O Partido deve realizar, a todos os níveis, uma justa política de quadros e estimular e cuidar da sua preparação e formação, sendo rigoroso e objectivo no seu conhecimento, avaliação, aproveitamento e promoção, não admitindo preferências por motivo de amizade pessoal ou de parentesco e combatendo tendências carreiristas. Deve valorizar os militantes firmes, honestos, dedicados ao Partido, ligados às massas, solidários, que tenham revelado capacidade política e de organização, modéstia, espírito de iniciativa e combatividade em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do País, dos ideais do socialismo e do comunismo.

Art.º 25.º — 1. Para o desenvolvimento da sua actividade, o Partido necessita de funcionários, quadros firmes e dedicados a tempo inteiro, consagrando os seus esforços, capacidades, conhecimentos e experiência ao trabalho partidário numa grande diversidade de tarefas e em diferentes níveis de responsabilidade.

2. Os funcionários do Partido devem dar uma particular atenção à integração do seu trabalho individual no trabalho colectivo dos organismos e organizações em que militam.

3. Deve ser prestada particular ajuda à preparação política, ideológica, cultural e técnica dos funcionários, de acordo com as necessidades e possibilidades do Partido e as tarefas que desempenham.

CAPÍTULO IV

OS ÓRGÃOS SUPERIORES DO PARTIDO

Art.º 26.º — Os órgãos superiores do Partido à escala nacional são o Congresso e o Comité Central e seus organismos executivos.

Art.º 27.º — 1. O Congresso é o órgão supremo do Partido.

2. O Congresso é constituído por delegados das organizações do Partido, eleitos proporcionalmente ao número de membros de cada organização, assim como, por inerência, pelos membros do Comité Central cessante e os membros do Partido do Executivo da Direcção Nacional da JCP, bem como por delegados designados pelo Comité Central, em número limitado.

3. As deliberações do Congresso são tomadas por voto da maioria dos delegados.

4. O Congresso realiza-se com intervalos máximos de 4 anos salvo circunstâncias excepcionais.

5. A convocação e a organização do Congresso é da competência do Comité Central, que elabora e aprova as normas de representação, o regulamento da fase preparatória e o projecto para o regulamento do Congresso.

6. Podem realizar-se Congressos Extraordinários, por deliberação do Comité Central, que definirá os seus objectivos.

Art.º 28.º — Concluindo o debate obrigatoriamente realizado em todo o Partido na fase preparatória, compete ao Congresso:

- aprovar o seu regulamento, eleger a Presidência e outros órgãos do Congresso e adoptar a ordem de trabalhos;
- apreciar os relatórios e propostas do Comité Central e propostas apresentadas pelos delegados nos termos do regulamento adoptando as resoluções correspondentes;
- aprovar e modificar o Programa e os Estatutos do Partido;
- estabelecer a linha política do Partido e tomar todas as deliberações que entenda necessárias respeitantes à vida do Partido, à sua orientação e organização;
- eleger o Comité Central do Partido, na base da proposta feita pelo Comité Central cessante, que os delegados apreciarão, podendo fazer propostas nos termos do regulamento aprovado pelo Congresso.

Art.º 29.º — 1. Para a elaboração da proposta de composição do novo Comité Central a eleger pelo Congresso, o Comité Central deverá proceder a uma ampla audição sobre os quadros, nomeadamente junto das Direcções das Organizações Regionais, de organismos de direcção de grandes sectores e de outras organizações.

2. Em relação a cada um dos candidatos a integrar na proposta do novo Comité Central, deverá ser considerada a opinião do organismo a que pertence e dos organismos com que directamente trabalha.

Art.º 30.º — O Comité Central pode convocar e organizar (determinando o seu objectivo, as normas de preparação, de representação e de funcionamento) Conferências Nacionais do Partido, cujas decisões não poderão entretanto alterar a orientação política aprovada pelo Congresso.

Art.º 31.º — 1. O Comité Central é o organismo que dirige toda a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, a orientação superior de todo o trabalho político, ideológico e de organização do Partido.

2. Cabe aos organismos executivos eleitos pelo Comité Central, assegurar a orientação diária e as decisões concretas relativas à distribuição dos quadros dirigentes, ao controlo da aplicação das decisões dos órgãos superiores do Partido pelas diversas organizações, à formação dos quadros, à disciplina, à informação e propaganda, à imprensa do Partido, à actividade editorial, às relações internacionais e à administração do património e dos recursos financeiros do Partido.

Art.º 32.º — 1. O Comité Central é composto por membros efectivos e por membros suplentes. Os membros suplentes podem ser convocados para as reuniões do Comité Central, onde têm direito a voto consultivo. No intervalo dos Congressos, o Comité Central pode cooptar novos membros, de acordo com o disposto no Artigo 17.º.

2. O Comité Central pode convidar outros membros do Partido a participar no todo ou em parte das suas reuniões, sem direito a voto.

Art.º 33.º — O Comité Central realiza as suas reuniões com intervalos quanto possível regulares, não superiores em regra a 4 meses, sendo as reuniões convocadas normalmente por qualquer dos seus organismos executivos ou, excepcionalmente, nos termos que o Comité Central decidir.

Art.º 34.º — 1. O Comité Central elege, de entre os seus membros efectivos, a Comissão Política do Comité Central, o Secretariado do Comité Central e a Comissão Central de Controlo e Quadros.

2. A Comissão Política do Comité Central é responsável pela direcção política do Partido no intervalo das reuniões do Comité Central. Pode assegurar directamente o controlo das organizações regionais e de outros grandes sectores da organização e da actividade do Partido.

3. O Secretariado do Comité Central orienta e dirige o trabalho diário, é responsável pela distribuição de quadros e assegura o controlo de execução das tarefas correntes indicadas pelo Comité Central.

4. A Comissão Central de Controlo e Quadros é responsável pelo tratamento das questões de quadros, a intervenção como instância de recurso em questões disciplinares, a administração do património do Partido e o controlo financeiro.

5. Além dos organismos atrás referidos, o Comité Central pode eleger, de entre os seus membros, outros organismos executivos que entenda necessários, definindo-lhes as atribuições e competências.

Artigo 35.º — O Comité Central tem a faculdade de eleger, de entre os seus membros efectivos, um Secretário-Geral do Partido, definindo as suas atribuições.

Art.º 36.º — O Comité Central e os seus organismos executivos podem constituir e dirigir Comissões e outros organismos que considerem necessários para assegurar a realização da orientação e das tarefas correntes do Partido, definindo as suas atribuições.

Art.º 37.º — Os organismos executivos e outros criados pelo Comité Central deverão prestar-lhe contas, submetendo à apreciação deste uma informação regular sobre os aspectos fundamentais do exercício das suas competências.

Art.º 38.º — O Comité Central, assim como os outros organismos de direcção, deve ser renovado em conformidade com os interesses do Partido, a vida, as tarefas e a evolução dos quadros.

CAPÍTULO V ESTRUTURA ORGÂNICA INTERMÉDIA DO PARTIDO

Art.º 39.º — 1. A estruturação do Partido à escala nacional é feita na base do território, o que deverá corresponder, normalmente, à divisão administrativa do País.

2. Dentro deste esquema nacional, a organização partidária deve estruturar-se prioritariamente pelos locais de trabalho, podendo também estruturar-se por local de residência, frente de trabalho ou outra esfera de acção dos seus militantes.

Art.º 40.º — 1. A Assembleia é o órgão supremo de cada uma

das organizações regionais, distritais, concelhias, de freguesia, locais, de zona, de classe profissional, de sector, bem como das organizações de ilha, nas Regiões Autónomas.

2. A Assembleia é constituída por representantes das respectivas organizações eleitos por estas e compete-lhe analisar a actividade realizada, definir a orientação para a actividade futura, eleger o respectivo organismo dirigente.

3. A Assembleia aprova o seu regulamento.

4. No caso de organizações com menos de 300 membros, pode admitir-se que todos participem directamente na Assembleia.

Art.º 41.º — 1. A Assembleia é convocada e organizada pelo organismo dirigente da respectiva organização, que estabelece também as normas de representação e o projecto de regulamento, e deve realizar-se com regularidade, não ultrapassando o período que decorre entre Congressos do Partido.

2. Podem realizar-se Assembleias extraordinárias, por convocatória do organismo dirigente, que definirá os seus objectivos.

3. Em situações anormais, a Assembleia pode ser convocada por organismos superiores.

Art.º 42.º — A Assembleia das Organizações das Regiões Autónomas pode designar-se por Congresso Regional. Compete-lhe a definição, no quadro da linha política do Partido, das orientações específicas para a respectiva Região Autónoma, que resultam da existência constitucional de órgãos de governo próprio.

Art.º 43.º — Podem ser eleitos para organismos dirigentes membros do Partido que, embora pertencentes a organismos superiores, tenham como tarefa principal e regular trabalho de direcção na organização respectiva.

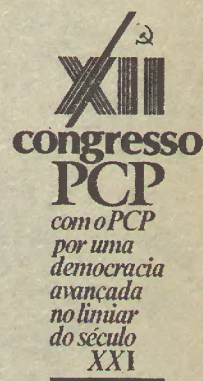
2. Os organismos dirigentes podem indicar um dos seus membros para trabalhar junto de qualquer organismo das organizações que dirigem.

Art.º 44.º — Aos organismos dirigentes regionais, distritais, concelhios, de freguesia, locais, de zona, de classe profissional e de sector, bem como os organismos dirigentes de ilha, nas Regiões Autónomas, além dos direitos e deveres gerais resultantes dos princípios do centralismo democrático definidos no Capítulo III, compete:

- reunir regularmente e transmitir à organização respectiva informação sobre as suas decisões e actividades;
- conhecer de forma aprofundada o respectivo sector de trabalho e, em particular, os problemas dos trabalhadores e das populações, entre os quais desenvolvem a sua acção;
- tomar resoluções e ter iniciativa nas questões políticas e organizativas do âmbito da sua actividade;
- assegurar o cumprimento das suas decisões e das decisões dos organismos superiores;
- fortalecer as organizações que se encontram sob a sua direcção e criar novas organizações;
- orientar e dar apoio prático aos organismos, organizações e quadros que se encontram sob a sua direcção, designadamente no seu trabalho entre as massas e na organização das suas lutas;
- conhecer, formar e avaliar cuidadosamente os quadros que se encontram sob a sua direcção, tendo em conta, na distribuição de tarefas, o melhor aproveitamento das suas qualidades e aptidões;
- dedicar uma especial atenção e tomar em conta, dando o devido andamento, as opiniões dos membros do Partido e fomentar a crítica e a autocrítica;
- organizar a recolha das quotas dos militantes e a ajuda financeira das massas do Partido;
- defender os bens do Partido;
- alargar a difusão e a leitura do «Avante!», de «O Militante» e de outras publicações do Partido e editar materiais de formação, informação e de propaganda pelos seus próprios meios;
- promover o estudo do maxismo-leninismo dando particular atenção aos materiais mais importantes do Partido e fomentar a elevação do nível cultural e de conhecimentos dos militantes;
- cumprir as regras de trabalho partidário e actuar pelo seu cumprimento;
- ser vigilante, impedindo a infiltração e acção de provocadores no Partido.

Art.º 45.º — O Comité Central e os seus organismos executivos, assim como as Direcções das Organizações Regionais no âmbito da sua esfera de acção, podem decidir a formação de estruturas não coincidentes com a divisão administrativa do País e com os escalões regulares da organização, nomeadamente, relativas a frentes de trabalho e a formas temporárias ou estáveis de coordenação (células de uma mesma empresa, organizações de um mesmo sector e outros casos) definindo as suas funções, as competências e os organismos a que ficam subordinadas.

Art.º 46.º — 1. Além das reuniões normais dos organismos, constituem outras formas de funcionamento das organizações os Plenários, os Encontros de Quadros e outras.



2. Os organismos dirigentes dos vários níveis podem criar comissões de trabalho, permanentes ou não, que estimulem a participação dos militantes, com o objectivo de tratar de aspectos de actividade partidária ou de estudar questões especializadas.

CAPÍTULO VI ORGANIZAÇÕES DE BASE DO PARTIDO

Art.º 47.º — A célula é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e o elo fundamental da ligação do Partido com a classe operária, com todos os trabalhadores, com as massas populares, é o suporte partidário essencial para promover, orientar e desenvolver a luta e a acção de massas.

Art.º 48.º — A célula é constituída pelo conjunto de membros do Partido, num mínimo de três, organizados nas empresas e outros locais de trabalho, em locais de residência, em sectores socioprofissionais e nas mais diversas áreas de actividade administrativa, sociocultural e outras.

Art.º 49.º — 1. A célula deve ser estruturada em núcleos, sempre que o número dos seus membros, as condições de trabalho ou a natureza do local onde está organizada o justifiquem, para melhor eficiência do seu funcionamento e actividade.

2. Cada núcleo deve manter-se activo, reunindo com regularidade.

Art.º 50.º — 1. A Assembleia é o órgão superior da célula e aprecia o balanço da actividade desta, define a orientação e elege o secretariado da célula.

2. O secretariado da célula dirige o trabalho da célula e presta regularmente contas da sua actividade aos membros da célula, à Assembleia e ao organismo dirigente imediatamente superior.

Art.º 51.º — Tendo em conta os deveres e direitos gerais dos membros do Partido, referidos nos artigos 14.º e 15.º, e os princípios do centralismo democrático, à célula compete:

a) reunir com regularidade, discutir, divulgar e levar à prática a linha política e a orientação do Partido, manter-se estreitamente ligada às massas, estudar os problemas e definir as orientações para a actividade a desenvolver na sua esfera de intervenção;

b) fortalecer a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, dos camponeses e outras camadas populares, através da sua mobilização e organização para a luta em defesa dos seus interesses;

c) promover a leitura, a difusão e a discussão do «Avante!», de «O Militante» e de outras publicações do Partido e desenvolver outras actividades de informação e propaganda;

d) recrutar para o Partido os operários, os empregados, os camponeses, os intelectuais, os quadros técnicos, os pescadores e outros elementos das camadas laboriosas que se destacam na acção em defesa dos interesses populares, dando particular atenção ao recrutamento de jovens e mulheres;

e) zelar pelo pagamento regular das quotizações e organizar a recolha de fundos para o Partido;

f) manter vigilância contra as actividades dos inimigos de classe;

g) promover e organizar o estudo individual e colectivo do marxismo-leninismo de forma a elevar a consciência revolucionária dos militantes, da classe operária e dos elementos de vanguarda das restantes camadas laboriosas;

h) fomentar a crítica e a autocritica;

i) conhecer a situação dos respectivos sectores e manter informados os organismos superiores dos problemas de interesse para a actividade geral do Partido;

j) contribuir para a definição da linha política do Partido.

Art.º 52.º — Nas comunidades portuguesas no estrangeiro podem existir núcleos de membros do Partido.

CAPÍTULO VII TRABALHO DOS MEMBROS DO PARTIDO NAS ORGANIZAÇÕES DE MASSAS E MOVIMENTOS

Art.º 53.º — Os membros do Partido devem actuar, tendo em devida conta as condições específicas das organizações de massas e movimentos, em unidade de orientação e acção, no cumprimento da linha do partido, pela defesa dos interesses das massas nos sindicatos e outras organizações de classe e profissionais, cooperativas, colectividades desportivas e recreativas, instituições culturais e outras organizações de massas e movimentos.

Art.º 54.º — Os membros do Partido deverão defender activamente a autonomia, democraticidade e carácter unitário das or-

ganizações de massas e movimentos, promover e reforçar a unidade com elementos de outras opiniões políticas contrariando actuações sectárias e oportunistas.

CAPÍTULO VIII OS ELEITOS DO PARTIDO PARA CARGOS PÚBLICOS

Art.º 55.º — 1. Os militantes eleitos para cargos públicos (Assembleia da República, Assembleias Regionais, Autarquias, Parlamento Europeu) em listas promovidas pelo Partido, conduzem, no exercício dos seus cargos, uma actividade de acordo com a orientação política definida pelo Comité Central e, aos diversos níveis territoriais, pelos organismos dirigentes respectivos, e têm o dever moral de manter sempre os seus mandatos à disposição do Partido.

2. Os militantes eleitos para cargos públicos têm o dever de empenhar, no exercício das respectivas funções, todos os esforços e capacidades na defesa dos interesses do povo.

3. Os membros do Partido no desempenho desses cargos não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto.

CAPÍTULO IX O PARTIDO E A JUVENTUDE

Art.º 56.º — 1. O Partido deve, através da sua estrutura orgânica, aprofundar constantemente a sua ligação à juventude, reforçando e desenvolvendo regularmente a sua actividade entre os jovens.

2. A Juventude Comunista Portuguesa (JCP), organização autónoma dos jovens comunistas, desenvolve a sua actividade no quadro da orientação política do Partido. O Partido apoia orgânica, política e ideologicamente a JCP na sua tarefa de esclarecer, unir e mobilizar os jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, na luta pelos interesses nacionais, dos trabalhadores e do povo, pela paz, pelo socialismo e o comunismo.

CAPÍTULO X A DISCIPLINA DO PARTIDO

Art.º 57.º — A disciplina do Partido, baseada na aceitação consciente e voluntária da orientação do Programa e dos Estatutos do Partido, insere-se na prática da democracia interna, conforme com os princípios do centralismo democrático, e constitui um factor essencial para o desenvolvimento da acção política, a influência de massas, a unidade, a combatividade, a força e o prestígio do Partido.

Art.º 58.º — A disciplina do Partido é igual para todos os seus membros, qualquer que seja a organização ou organismos a que pertençam.

Art.º 59.º — Os membros do Partido que infringam os Estatutos, as decisões dos organismos superiores ou do organismo a que pertencem, violam a disciplina do Partido e estão sujeitos a sanções disciplinares.

Art.º 60.º — 1. Excepcionalmente, os membros do Partido podem ser preventivamente suspensos da actividade partidária, sem carácter de sanção, quando, havendo fortes indícios da prática de faltas graves, tal medida se mostre necessária para acautelar o prestígio e o normal funcionamento do Partido.

2. Esta suspensão, salvo em casos de manifesta impossibilidade ou conveniência, só pode ser decidida após ouvido o militante em causa e não poderá ser superior a 60 dias, prorrogável por um único e igual período.

3. A decisão da suspensão cautelar de um membro do Partido compete ao seu próprio organismo, ao organismo dirigente da organização a que pertence ou ao organismo superior, ao qual deve ser sempre comunicada essa decisão. Desta decisão o militante pode recorrer.

Art.º 61.º — A nenhum membro do Partido pode ser aplicada qualquer sanção sem que, previamente, seja ouvido, para apresentação das suas razões junto dos organismos competentes.

Art.º 62.º — Os membros do Partido são sancionados de acordo com a sua responsabilidade e a gravidade da falta cometida.

As sanções têm como fim reforçar a unidade, a disciplina e a moral revolucionária do Partido e de cada um dos seus membros.

Art.º 63.º — De qualquer sanção disciplinar pode sempre haver recurso para os organismos superiores.

Art.º 64.º — 1. As sanções disciplinares aos membros do Partido podem ser aplicadas pelo seu próprio organismo, pelo

organismo dirigente da organização a que pertencem ou por outro superior.

2. As sanções disciplinares aos membros do Partido são as seguintes:

a) censura;

b) diminuição de responsabilidades;

c) interdição temporária de exercer cargos de direcção, por período máximo de 1 ano;

d) suspensão da actividade partidária por período máximo de 1 ano;

e) expulsão do Partido.

3. As medidas disciplinares das alíneas a), b), c) e d) são sujeitas a ratificação pelo organismo imediatamente superior àquele que aplica a sanção e a medida disciplinar da alínea e) é decidida ou ratificada pelo Comité Central.

4. Todas as sanções disciplinares devem ser comunicadas à Comissão Central de Controlo e Quadros. O Comité Central pode modificar ou anular qualquer sanção, mesmo que não tenha havido recurso.

Art.º 65.º — Todas as sanções disciplinares a membros do Comité Central são decididas por este.

Art.º 66.º — A expulsão é a sanção máxima aplicável a um membro do Partido e só deve ser aplicada em casos que afectem gravemente a vida e os princípios do Partido. No caso de respeitar a um membro do Comité Central, a decisão deve ser aprovada pelo menos por dois terços dos membros efectivos do Comité Central em actividade e sujeita a ratificação do primeiro Congresso do Partido que se realize.

Art.º 67.º — Nos casos de expulsão ou de perda de qualidade de membro do Partido, deve ser requerida a entrega do respectivo cartão.

Art.º 68.º — Para a readmissão de indivíduos que tenham sido expulsos do Partido é obrigatória a análise pela Comissão Central de Controlo e Quadros e a decisão pelo Comité Central ou por organismo em que este delegue.

Art.º 69.º — A publicitação das sanções do Partido só pode ser feita por decisão do Comité Central.

CAPÍTULO XI A IMPRENSA DO PARTIDO

Art.º 70.º — 1. A imprensa do Partido é instrumento do seu trabalho de organização, de orientação política e ideológica, de informação e propaganda da sua actividade, de notícia, reflexão e debate sobre os problemas nacionais e internacionais.

2. A direcção do «Avante!», órgão central do Partido, e de «O Militante», boletim de organização, assim como de outras publicações nacionais, é da responsabilidade do Comité Central, cabendo a orientação correspondente aos seus organismos executivos.

3. Boletins de célula e outros órgãos da responsabilidade dos organismos de direcção dos vários escalões destinam-se a uma mais ampla difusão da linha política do Partido e a resposta viva aos problemas concretos dos respectivos locais, sectores ou regiões.

CAPÍTULO XII OS FUNDOS DO PARTIDO

Art.º 71.º — Os fundos do Partido provêm da quotização dos seus membros, das iniciativas do Partido entre as massas, de contribuições diversas, da venda dos materiais que edita e das subvenções a que tenha legalmente direito.

Art.º 72.º — O Comité Central apresenta obrigatoriamente ao Congresso o relatório de contas. Os organismos de direcção apresentam obrigatoriamente o relatório de contas às Assembleias das organizações respectivas.

CAPÍTULO XIII SÍMBOLOS DO PARTIDO

Art.º 73.º — A bandeira do Partido Comunista Português é um rectângulo de tecido vermelho que tem no centro em cor de ouro a foice e o martelo cruzados, símbolo do trabalho e da aliança entre os operários e os camponeses; em cima e à esquerda, debruada em cor de ouro, uma estrela vermelha de cinco pontas, símbolo do internacionalismo proletário; e por baixo da foice e do martelo, bordadas em cor de ouro, as palavras: Partido Comunista Português. Presas ao tecido, no ângulo superior esquerdo, duas fitas com as cores nacionais: uma verde, outra vermelha.

Art.º 74.º — O hino do Partido é «A Internacional».

